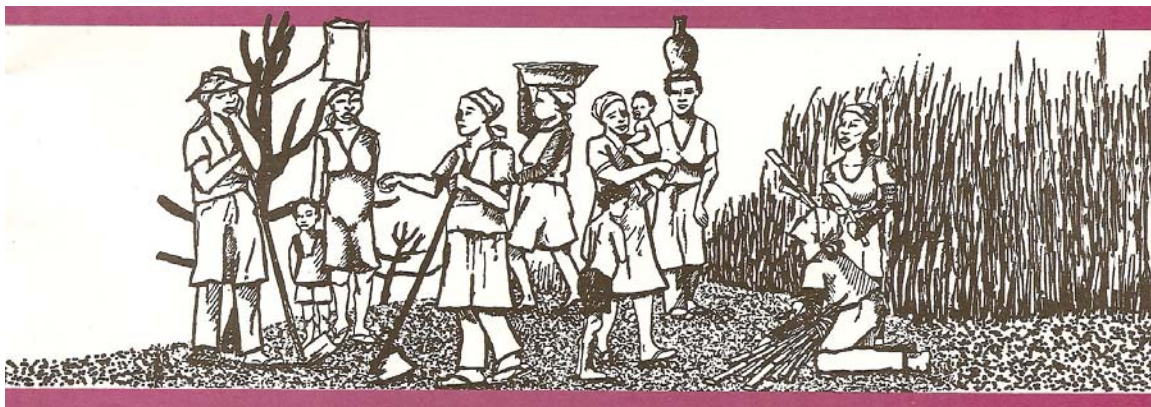


Manuela de Sousa Magalhães

**TRAJETÓRIAS EM MOVIMENTOS:
A construção da identidade política na organização das
mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais**



Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
2008

Manuela de Sousa Magalhães

**TRAJETÓRIAS EM MOVIMENTOS:
A construção da identidade política na organização das
mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social.

Linha de Pesquisa: Política, Participação e Processos de Identificação.

Orientador: Professor Doutor Marco Aurélio Máximo Prado

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
2008

150
M188t
2008
2008

Magalhães, Manuela de Sousa
Trajetórias em movimentos [manuscrito] : a construção da
identidade política na organização das mulheres trabalhadoras
Rurais em Minas Gerais / Manuela de Sousa Magalhães. -

202 f.

Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Psicologia - Teses 2. Psicologia social – Teses 3.Trabalhadoras.
rurais – Teses. 4. Feminismo – Teses. 5. Movimentos sociais rurais –
Teses .I. Prado, Marco Aurélio Máximo. II. Universidade Federal de
Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado em Psicologia

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO “*Trajetórias em Movimentos: a construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais*”.

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito, perante a Comissão Examinadora constituída pelos professores: Dr. Marco Aurélio Máximo Prado (Orientador), Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Dra. Cláudia Andréa Mayorga Borges, a aluna **Manuela de Sousa Magalhães**, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, submeteu-se à defesa de sua dissertação intitulada “*Trajetórias em Movimentos: a construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais*” e, de acordo com os dispositivos regimentais, obteve aprovação de todos os membros da Comissão Examinadora. Do que para constar, lavrou-se a presente ata, que será assinada pela Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 04 de agosto de 2008.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Marco Aurélio Máximo Prado
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo
Cláudia Andréa Mayorga Borges —

Dedico

***À Sara Deolinda Cardoso Pimenta
pela coragem de abrir picada em favor da
organização das mulheres trabalhadoras rurais
e pela força e delicadeza inspiradoras
que acompanham seu trabalho.***

***Às mulheres do campo que lutam
nos movimentos e de modo especial:
Maria Antônia (Lia), Eva de Medina,
Margarida de Tombos, Tereza de Miradouro,
Elza Ilza, Edina e Finha.***

Agradecimentos

Agradeço às pessoas e aos grupos que estiveram em meu percurso e que foram fundamentais para a dimensão de construção coletiva que esse trabalho carrega. Como qualquer tentativa de universalidade gera exclusão, estendo de antemão meu reconhecimento àqueles que, porventura, eu me esquecer aqui e para aqueles que não estão nomeados, mas que acompanharam essa caminhada.

Meu agradecimento às mulheres trabalhadoras rurais participantes dessa pesquisa, de Minas Gerais e de Brasília, que me receberam com o brilho inconfundível de seus olhos, com café, biscoito e maxixe e com toda a disponibilidade e interesse para a construção conjunta do trabalho. Lia, Eva, Tereza, Edina, Margarida, Ana Terra, Elza Ilza, Fiinha, Ana Maria, Geraldinha, Carmen, Raimundinha, Graça, Ilda Margarida, Rosângela, Noemi.

Ao meu orientador, prof. Marco Aurélio Máximo Prado meu sincero e profundo agradecimento por ter me orientado neste trabalho. Meu reconhecimento pelas horas que despendeu com minha formação durante as orientações, debates e conversas, por encorajar uma formação autônoma e consistente científica e politicamente e por proporcionar compreender mais sobre a instituição Universidade. Agradeço também a oportunidade dada a mim para trabalhar na editoração do periódico *Revista Psicologia Política* e em outros projetos que foram fundamentais para o meu percurso e formação.

Aos professores do mestrado e da graduação em Psicologia, Cornelis van Stralen, Claudia Mayorga, Sandra Azeredo, Karin Ellen von Smigay, Miguel Mahfoud, Maria Luisa Nogueira, Vanessa Barros e Adriano Nascimento pelas contribuições e valiosos debates construídos para essa pesquisa.

À Sara Pimenta pelas conversas e entrevistas, e pelo constante incentivo desde o início da minha trajetória nos estudos rurais, passando pela formulação do projeto de pesquisa do mestrado e no andamento desse trabalho. Agradeço ainda por me acolher em sua casa para a realização das entrevistas em Brasília e pela disponibilidade em colaborar sempre para essa pesquisa.

Ao CNPq pela bolsa durante o primeiro ano de mestrado, que foi muito importante para garantir os primeiros passos dessa pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia pelo apoio material que se fez necessário para a realização das viagens de campo. À Beth e Alessandro pelos atendimentos acolhedores.

Aos amigos e colegas do NPP, especialmente Otacílio e Fredinho, pela presença companheira e querida nos momentos de debate, de trabalho, de luta e de diversão. Obrigada Daniel, Marco Antônio, Igor, Leo, Tales, Cristiano, Cássia, Clarisse, Letícia, Carmella, Sarug, Juliana e Fred Viana. Agradeço muito a Mariana Possas pela inestimável ajuda na transcrição e revisão das entrevistas realizadas.

Aos bolsistas e às companheiras (feministas) de coordenação do Programa Conexões de Saberes, profa Claudia Mayorga, Joana Ziller e Silvia Silva, faltam palavras que acessem a experiência e o conhecimento construídos juntos. Não tenho dúvida que não só eu, mas a pesquisa também se transformou nessa trajetória!

Às companheiras de luta feminista Neusa Cardoso Melo (Neusinha), Beatriz e Deise por me apresentarem e me acompanharem na descoberta do meu lugar no mundo que é o feminismo. Às companheiras da Rede Feminista e da AMB pela inspiração constante e por alimentarem meus sonhos de uma forma muito material. À AMEFA e aos jovens estudantes e monitores da EFA Bontempo pela parceria, amizade e oportunidade de trabalho imprescindíveis neste meu percurso.

Às minhas queridas professoras de Kundalini Yoga, Lisette e Raquel, que me sustentaram com delicadeza e força para a realização deste trabalho.

Às minhas amigas e companheiras de basquete pelas risadas, pelas vitórias e derrotas compartilhadas e pela compreensão da minha ausência em alguns momentos.

Ao meu pai, Paulo César, pelo exemplo de dedicação e por todo carinho e incentivo que acompanharam os conselhos e conversas ao longo de toda a realização deste trabalho. À minha mãe, Gladys, por estar sempre disponível de uma forma graciosa, por me apoiar e por me inspirar nos sabores das suas metáforas. À minha irmã, super, hiper querida, Sabrina P. Minha gratidão pela liberdade que construímos para expressar nosso afeto, e pela presença, mesmo distante, na caminhada deste trabalho.

À Gaia e ao Zoca não poderia deixar de agradecer, mesmo sabendo que meu carinho e minha gratidão vocês não acessarão pelas palavras.

Ao Rodrigo, meu companheiro, por seu amor vasto, presente e delicado. Minha reverência ao que pudemos re-construir e a tudo que ainda é possível. Agradeço também as preciosas considerações a este texto e os debates que fizemos sobre os temas da pesquisa.

*Essa humanidade da mulher, levada a termo entre
dores e humilhações, há de vir à luz, uma vez
despidas, nas transformações de sua situação
exterior, as convenções de exclusiva feminilidade. Os
homens, que não a sentem vir ainda, serão por ela
surpreendidos e derrotados. Um dia (...) ali estará a
moça, ali estará a mulher cujo nome não mais
significará apenas uma oposição ao macho nem
suscitará a idéia de complemento e de limite, mas sim
a de vida, de existência: a mulher-ser-humano.*

(Rainer Maria Rilke)

Sumário

Lista de Abreviaturas	i
Resumo	iii
Abstract	v
1. Apresentação	1
2. Problema de pesquisa, contextualizações e justificativas	10
3. Corporificar lentes, tecer trajetórias: a dinâmica de construção do conhecimento em interação	18
3.1 O Convite	18
3.2 O Campo: movimentos, trajetórias, questões de pesquisa	24
3.3 Tecer trajetórias, reconstruir uma rede: os retratos e as vidas em movimentos	29
4. Articulando teorias e lutas	55
4.1 As lutas sociais no campo: conflitos e a emergência de novos atores políticos	55
4.2 Construção identitária nas lutas democráticas: dinâmicas do público-privado e da igualdade-diferença	64
4.2.1 O político e as identidades políticas	65
4.2.2 O exterior constitutivo: hegemonia e poder na construção Nós x Eles	67
4.2.3 O agonismo democrático	70
4.2.4 Teoria feminista	72
a) Público-Privado: dinâmicas de opressão e subversão	72
b) Igualdade-Diferença	80
5. Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais	91

5.1 Contexto de surgimento e início da organização	91
5.2 MMC – Movimento de Mulheres Camponesas	98
5.3 CEMTR-MG – Comissão Estadual das Trabalhadoras Rurais	104
5.4 Rede de Intercâmbio de Mulheres Trabalhadoras Rurais	123
6. Construção da Identidade Política nas fronteiras Nós x Eles	130
6.1 Origem da Militância: mulheres da Igreja e trabalhadoras rurais	130
6.2 Poder e identidade no MSTTR	140
6.3 A Ruptura: as relações de gênero e a construção de um projeto político na dinâmica de manutenção da hegemonia e do poder	166
6.4 O retorno à base e os atuais desafios para a organização das mulheres trabalhadoras rurais	176
7. Sobre trajetórias, conquistas e horizontes para a luta	190
Referências Bibliográficas	193
Documentos Consultados	201

Lista de Abreviaturas e Siglas

AMART – Associação de Mulheres Agricultoras e Trabalhadoras Rurais de Tombos

ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

APAT – Associação dos Pequenos Agricultores de Tombos

ASA – Articulação do Semi-Árido

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CEMTR – Comissão Estadual das Trabalhadoras Rurais

CNMTR – Comissão Nacional das Trabalhadoras Rurais

CONCLAT – Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras

CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EFA – Escola Família Agrícola

FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais

FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

ITAVALE – Instituto dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Vale do Jequitinhonha

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, Transsexuais e Transgênero

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Sem Terra

MSTTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

NPP – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicologia Política

ONU – Organização das Nações Unidas

PT – Partido dos Trabalhadores

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Resumo

MAGALHÃES, Manuela de Sousa. *Trajetórias em movimentos: a construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais*. 2008. 202p. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG. Belo Horizonte, MG.

Esta dissertação analisou as trajetórias de luta de mulheres trabalhadoras rurais no Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Minas Gerais (MSTTR) entre os anos de 1989 e 2002 considerando os aspectos psicossociais envolvidos na construção da sua identidade política. Analisamos como lideranças da Comissão Estadual das Trabalhadoras Rurais (CEMTR) da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG) localizam e nomeiam, ao longo do tempo, relações de poder hierárquicas e como constroem bandeiras de luta, formas organizativas e estratégias individuais e coletivas de enfrentamento. Consideramos também dois movimentos autônomos – o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Rede de Intercâmbio de Mulheres Trabalhadoras Rurais – para analisar a experiência de organização no MSTTR a partir desses espaços. Utilizamos procedimentos da pesquisa qualitativa: entrevistas semi-estruturadas, observação participante, análise de documentos e material simbólico produzido pelos movimentos, registro e análise do diário de campo. Os resultados acerca da construção da identidade política nas trajetórias das lideranças foram organizados em quatro categorias: 1) à origem da militância nos anos 1980 nas CEBs, CPT e no novo sindicalismo que vão proporcionar o terreno sobre o qual se ancorou o projeto político de esquerda dessas mulheres; 2) à sua articulação no MSTTR estadual e nacionalmente, considerando: bandeiras de luta, formas organizativas, repercussões da sua entrada na agenda política do MSTTR e o enfrentamento das relações de poder nesse espaço. O poder é vivenciado pelas trabalhadoras rurais como 2.a) *Caminho das Pedras* – relacionado à sua participação nos espaços mistos e pelas reconfigurações dos espaços privados que a participação proporciona; 2.b) *Acesso a Recursos* – no âmbito material e simbólico; 2.c) um *Jeito de Fazer Política*, próprio das mulheres rurais, eticamente e epistemologicamente orientado pela forma como elas conhecem e interagem com o mundo. Essa interação pressupõe a incorporação de temas do cotidiano, da sobrevivência, da solidariedade, das relações interpessoais no fazer político; 3) a terceira categoria da construção identitária está ligada à ruptura sofrida em 2002 pelo grupo de mulheres cutistas que compunham a CEMTR, que culminou com a sua saída da Federação; 4) às formas de articulação estadual que esse grupo têm empreendido através do movimento autônomo Rede de Intercâmbio de Mulheres Trabalhadoras Rurais e nos conflitos que as rurais ainda enfrentam para garantir sua inserção nos espaços de participação. As trajetórias revelam que os processos de construção identitária basearam-se em como os conflitos com os poderes hegemônicos se estabeleceram ao longo de sua história. A construção da identidade política foi marcada pela maneira como as mulheres nomearam seus

adversários, ou seja, como se estabeleceram como um Nós em oposição a um Eles, nos diversos períodos de sua trajetória: no início da militância, no período integradas à dinâmica do MSTTR, na ruptura, no retorno às bases e na articulação da Rede de Intercâmbio. Conformam sua identidade política as estratégias acionadas por elas para construir formas de exercício do poder que fossem eticamente e epistemologicamente orientados pelos ideais de respeito às diferenças e de luta por igualdade e liberdade.

Palavras-chave: psicologia social; identidade política; teoria feminista; movimentos de mulheres trabalhadoras rurais

Abstract

MAGALHÃES, Manuela de Sousa. *Paths on Movements: the political identity construction of rural working women`s organization in Minas Gerais*. 2008. 202p. Master thesis. Graduate Program in Psychology at the Federal University of Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, MG, Brazil.

This thesis has analysed the struggle paths of rural working women in Working Rural Movement in Minas Gerais (MSTTR) between 1989 and 2002. The psychosocial aspects involved in the construction of their political identity were considered. We have analysed how the State Rural Working Commission leaders (CEMTR) of the Federal Agricultural Workers of Minas Gerais (FETAEMG) place and name throughout time the hierarchical power relationships and how they build their struggle flags, their organizational formats and individual and collective strategies toward movement confrontation. We have also considered two autonomous movements – The Peasants Women`s Movement (MMC) and the Interchange Rural Working Women`s Web – so to analyse from these perspectives their organizational experience in the MSTTR. We have use qualitative procedures such as semi-structured interviews, participant observation. Documents and symbolic items produced by the movements were also analysed. The results about the political identity construction were organized in four categories: 1) the origin of the political participation in the 80`s in the CEBs, CPT or in the new labour parties that would provide the ground to base the left political project of these women; 2) how they have articulated with the state or national MSTTR, taking into account: their struggle flags, organizational formats, the far-reaching effect of their coming in in the MSTTR political agenda, and how they have faced the power relationship in that space. Power has been experienced by these rural working women as: 2.a) the Stones Path – whenever related to their participation in mix spaces and by the re-configuration of private spaces that the participation itself provides. 2.b) the Access to Resources – in the material and symbolic sphere. 2.c) the Way to do Politics – a very specific rural women`s way, ethically and epistemological oriented by the way they see and know the world. These interaction presuppose the incorporation of new themes of daily routines, survival, solidarity and of interpersonal relations in the doing-politics; 3) the third category indicate the 2002 rupture by CUT women at CEMTR culminating in their leaving the FETAEMG; 4) how the group has found articulative forms to keep their movement through the autonomous movement of the Interchange Rural Working Women`s Web, and by the conflicts that they still have to face to guarantee their insertion in these participative spaces. The paths reveal that the identity construction process are based on how conflicts with the hegemonic power are settled throughout history. The political identity construction has been marked by the way these women name their adversary, that is, how they have established as We vs. They in the different periods of their trajectory: in the beggining of their political participation, than when integrated in the MSTTR dynamics, in the rupture process, in the return into the

bases, and in the articulation of the Interchange Web. They adjust their political identity to the started strategies to construct diverse forms to exercise power that were ethically and epistemological oriented by the ideals of respect towards difference and of the fight for equality and liberty.

Key-words: social psychology; political identity; feminist theory; rural working women`s movement

1. Apresentação

As discussões apresentadas nesse relatório de pesquisa são decorrentes do trabalho realizado entre março de 2006 até julho de 2008, e sintetizam um percurso enraizado em experiências que se desenvolveram em espaços acadêmicos, em movimentos sociais feministas e de trabalhadoras rurais, numa Escola Família Agrícola do Vale do Jequitinhonha, e em espaços do cotidiano. Esses lugares se encontraram de uma tal maneira que, além de se constituírem como um somatório de experiências, produziram significativas perguntas, questionamentos e ações que vimos realizando desde o final de 2004, quando pela primeira vez tive contato com a pesquisa sobre movimentos sociais de trabalhadoras rurais realizada junto ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicologia Política (NPP) da FAFICH – UFMG.

O espaço/tempo que desde então foi construído nesse grupo de pesquisa tornou-se muito instigante intelectualmente, mas especialmente envolvente pela forma como sustentamos nossa relação com os grupos de pesquisa e pela possibilidade de construir coletivamente – junto a esses grupos pesquisados e na academia – reflexões, debates e ações sobre e a partir de nossos trabalhos. É uma honra e um privilégio construir conhecimento e estabelecer conexões com os movimentos de trabalhadoras rurais e com outros grupos de pesquisa a partir de um lugar que, além de me sustentar e me orientar intelectualmente, é um projeto coletivo consistente e localizado politicamente.

Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais de Minas Gerais vêm se consolidando como objeto privilegiado de pesquisas ligadas ao NPP desde 2003, devido a sua relevância, centralidade no contexto atual e histórico das lutas democráticas no campo e pelas possibilidades de diálogo e de produção conjunta que foram se estabelecendo. Diferentes pesquisas sobre as rurais realizadas no NPP vêm buscando analisar e evidenciar a dinâmica de constituição da identidade coletiva e política de mulher trabalhadora rural, as bandeiras de luta do movimento, estratégias articulatórias e de enfrentamento das questões de gênero

na agricultura familiar, as transformações ocorridas no cotidiano de homens e mulheres rurais em função da reestruturação das relações de poder e as formas de mobilização e participação política da juventude do campo.

Essas temáticas de pesquisas ligadas à Psicologia Social e ao meio rural puderam ser desenvolvidas num terreno de relação dialógica e de proximidade com o campo em função das ações semeadas e construídas pelo trabalho pioneiro de Sara Deolinda Cardoso Pimenta no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e junto ao NPP. Sua dissertação de mestrado foi o resultado de uma pesquisa junto a um assentamento de Reforma Agrária do Vale do Jequitinhonha (Pimenta, 2005), que colocou em diálogo a Psicologia Social e as questões da terra, e as trabalhadoras rurais e a academia. A construção da problemática do meio rural como objeto de pesquisa consolidado junto ao NPP é, portanto, fruto do longo trabalho que Sara Pimenta já realizava junto a grupos de mulheres rurais em todo Estado, como assessora da CEMTR entre 1989 e 2002, e consultora em gênero para grupos de trabalhadoras rurais.

O projeto mais amplo do NPP investiga a dinâmica da participação social na esfera pública através de estudos sobre: a constituição de atores sociais no cenário político contemporâneo; sobre ações coletivas que denunciam as formas de enfrentamento às diversas formas de opressão; e estudos sobre participação social em espaços institucionais e nas políticas públicas. Assim, as pesquisas vinculadas ao NPP objetivam compreender a formação dos atores coletivos e de suas demandas democráticas a partir de diferentes experiências de mobilização social como o movimento LGBT, movimento de jovens negras, juventude do campo e da cidade, movimentos de trabalhadoras rurais e conselhos de saúde¹.

Em 2005, ainda cursando a graduação em Psicologia na UFMG, participei, como bolsista de iniciação científica, de um projeto de pesquisa junto às trabalhadoras rurais do Vale do Jequitinhonha – MG² como parte do projeto mais amplo do NPP

¹ Para outras informações sobre as pesquisas e atividades do NPP ver www.fafich.ufmg.br/npp

² No mesmo ano em que iniciei minha pesquisa junto às trabalhadoras rurais, participei de mutirões para documentar mulheres trabalhadoras rurais através do convênio da SOF (Sempreviva Organização Feminista) e o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Nesse trabalho, realizei oficinas educativas com as trabalhadoras de áreas de assentamento e comunidades de agricultura

de estudar movimentos sociais em Minas Gerais. A pesquisa deu continuidade à primeira etapa (ver Campici, Prado e Pimenta, 2004) realizada junto às trabalhadoras rurais do Vale do Jequitinhonha e teve seu percurso delineado através de uma Oficina de devolução com as participantes da pesquisa, na qual realizamos uma devolução do trabalho realizado até então e um levantamento junto às trabalhadoras dos possíveis caminhos para a continuidade da pesquisa.

Nesta oficina, as trabalhadoras rurais apontaram, como pontos fundamentais para constituir o escopo da pesquisa que realizaríamos a partir daquele momento, ou seja, durante o ano de 2005, a re-construção e a sistematização da história de luta, das bandeiras e das estratégias do movimento das trabalhadoras rurais em MG e as suas formas atuais de organização. Segundo as próprias rurais, esse seria um trabalho importante para o movimento na medida em que elas tinham pouco ou nenhum material que tivesse feito o registro dessa história e, além disso, era importante para elas construir parceria e referência junto à Universidade naquele momento no qual elas buscavam promover uma articulação estadual das trabalhadoras rurais fora da estrutura da FETAEMG, onde permaneceram durante mais de 10 anos realizando muito trabalho e muitas lutas. Com esses elementos, construímos nossa pergunta de pesquisa para a iniciação científica, indagando sobre as implicações das relações de poder e da construção da identidade coletiva na constituição das bandeiras de luta do movimento de trabalhadoras rurais e nas estratégias de enfrentamento das formas de opressão que as trabalhadoras enfrentam. Assim, realizamos um resgate histórico sobre a organização das mulheres no movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (MSTTR)³ entre 1989 e 2002 na CEMTR-MG. Analisamos

familiar da região Norte de MG que estavam emitindo seus documentos nos mutirões. Apesar de ter sido um campo diferente ao da minha pesquisa em andamento, esse trabalho foi fundamental para aproximar às questões e à realidade das mulheres trabalhadoras rurais.

³ MSTTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Optamos por utilizar ao longo de todo o texto a sigla atual do movimento que tem dois Ts. É apenas no final da década de 1990 que as trabalhadoras rurais, mediante muita luta e conflitos, conseguem aprovar a mudança do nome e da sigla do movimento. Uma de nossas entrevistadas nos contou como esse foi um grande debate travado junto aos homens, que, diante da proposta, riam e deslegitimavam as trabalhadoras. Nesse sentido, a incorporação da letra que representa e faz referência direta à participação das mulheres é muito importante para o trabalho aqui apresentado, pois é referência

também as formas de rearticulação identitária que esse grupo de mulheres vivenciou e ainda tem vivenciado desde a saída da Federação no esforço de constituir um novo grupo organizado estadualmente, a saber, a Rede de Intercâmbio de Mulheres Trabalhadoras Rurais⁴ (Magalhães, 2006).

A experiência das EFAs

Desde a década de 1990, a educação e a participação política da juventude são bandeiras de luta das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais e no Brasil. As lideranças que compõem a Rede de Intercâmbio de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Vale do Jequitinhonha foram fundamentais nos esforços de organização, de reivindicação e de constituição da Escola Família Agrícola Bontempo⁵ em 2001. Em consequência da parceria estabelecida entre as mulheres trabalhadoras rurais e o NPP e a ligação delas com a EFA Bontempo, realizei, entre outubro de 2005 e novembro de 2006, um projeto que discutiu a participação social da juventude do campo (com estudantes e ex-estudantes da EFA) através de debates e produções em torno de temas como os direitos sexuais e reprodutivos, o êxodo rural, a educação e o trabalho. O projeto nasceu como demanda de alguns monitores/as da EFA Bontempo e foi realizado através do programa GRAL (Gênero, Reprodução, Ação e Liderança) da Fundação Carlos Chagas⁶.

O projeto desenvolvido possibilitou o desvelamento, o questionamento e a politização de formas de opressão vividas pela juventude do campo em seu cotidiano escolar, na família, na política e na sociedade. Além disso, foi uma

direta às diversas conquistas que as trabalhadoras rurais protagonizaram no MSTTR. Pelo mesmo motivo utilizaremos também a sigla STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

⁴ Essa pesquisa recebeu menção honrosa no I Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero promovido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o CNPq em 2006, com o título “Relações de Gênero e Identidade Coletiva no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Minas Gerais: Redefinição Identitária e Possibilidades Articulatórias nas Lutas por Autonomia e Emancipação”.

⁵ A EFA Bontempo está localizada no município de Itaobim, no Vale do Jequitinhonha - MG. É uma escola de Ensino Médio e Técnico em Agropecuária que adota a Pedagogia da Alternância como projeto político e pedagógico e recebe jovens de 21 municípios do território do Jequitinhonha.

⁶ “Gênero e Geração no meio rural: Informação, Reflexão e Protagonismo no campo dos Direitos Sexuais e Reprodutivos”. Programa GRAL, Fundação Carlos Chagas. Recursos da Fundação MacArthur. O projeto foi apoiado e recomendado pela AMEFA (Associação Mineira das EFAs) e pelo ITAVALÉ (Instituto dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Vale do Jequitinhonha).

oportunidade de profundo contato com a realidade, as expectativas e os sonhos daquele jovens que me proporcionou uma intensa aproximação da realidade do campo e dos estudos rurais. Como parte do encerramento do projeto realizamos um seminário final⁷, um diagnóstico sobre o funcionamento da EFA Bontempo e das formas de socialização política da juventude nesse espaço escolar.

A partir dessa inserção na escola, construímos e organizamos um estágio de internato rural, no âmbito da psicologia social e coordenado pelo NPP, para estudantes do curso de graduação em Psicologia da UFMG. O objetivo do estágio tem sido o de problematizar e politizar a esfera pública de participação da juventude no cotidiano escolar através de oficinas com os estudantes e com os monitores, acompanhamento das atividades e realização de encontros com outros atores políticos.

Diante do exposto, é possível perceber como o grupo de trabalhadoras rurais com o qual temos trabalhado tem se configurado como interlocutoras fundamentais e muito qualificadas para nossas atividades de pesquisa/intervenção. Além disso, as experiências acumuladas nesse breve período de tempo foram muito importantes para dar significado à minha experiência nesta pesquisa de mestrado.

Todas essas ações e projetos colaboraram para consolidar e dar sentido à minha inserção em campo como uma experiência de alteridade e de diferença, mas também de proximidade e reconhecimento nas lutas cotidianas de jovens, homens e mulheres rurais. Além disso, ganhou contornos mais nítidos a importância histórica e atual que os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais tiveram e têm para politizar e trazer para a arena pública diversos temas como a educação, a participação da juventude, a democratização das relações sociais e a construção de políticas.

⁷ O Seminário “Nós Temos Fome de Quê? Juventude do Campo e Participação Social” foi realizado na EFA Bontempo e buscou levantar junto à juventude do campo de diversas regiões de Minas Gerais suas demandas e necessidades específicas, além de promover o debate sobre temas como: sexualidade, relações de gênero e homossexualidade; participação política da juventude; experiência da juventude em diferentes movimentos sociais; êxodo e educação.

Foi nesse contexto que surgiu uma grande admiração pela luta das mulheres trabalhadoras rurais no Estado, informada, sobretudo, pelos estudos que me remetiam a perguntas e questionamentos sobre a sua trajetória de organização e pelas oportunidades de experimentar a força e a beleza de suas ações locais. O projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG buscava, assim, criar um espaço para uma continuidade e uma ampliação do que havia sido plantado no trabalho de iniciação e que permanecia para as mulheres rurais como um aspecto importante a ser aprofundado.

Em um primeiro momento, nos interessou mapear e conhecer todas as articulações de mulheres trabalhadoras rurais e camponesas em Minas Gerais e fazer um debate sobre os movimentos mistos e autônomos⁸, considerando que muitas lideranças que atualmente integram movimentos autônomos tiveram passagem e construíram sua trajetória política nos movimentos mistos. Como resultado dessa primeira etapa, identificamos a existência de pelo menos três articulações de mulheres rurais no Estado: Movimento de Mulheres Camponesas (MMC – movimento autônomo ligado a Via Campesina); a Rede de Intercâmbio de Mulheres Trabalhadoras Rurais (movimento autônomo formado por lideranças que participaram do MSTTR na FETAEMG); e a Comissão Estadual das Trabalhadoras Rurais (CEMTR-MG – organizada no espaço misto da FETAEMG)⁹. A existência dessas diferentes organizações nos trouxe questões sobre a heterogeneidade da luta desses movimentos no campo e sobre os elementos motivadores e constitutivos da iniciativa de organização e inserção de grupos específicos de mulheres no interior de movimentos mistos ou a articulação de movimentos autônomos como alternativa para a sua organização e luta. Para isso, colaborava nosso entendimento de que a diversidade de movimentos e de lutas democráticas coloca dilemas que expõem as relações existentes entre as

⁸ Em uma primeira aproximação pode-se dizer que os movimentos autônomos são compostos apenas por mulheres, sendo elas as responsáveis pelo direcionamento político do movimento e os movimentos mistos contam com a participação de homens e mulheres. Como veremos essa diferenciação é mais complexa e deve ser analisada sob outros aspectos.

⁹ O MST foi também um dos movimentos identificados na etapa de mapeamento que compôs o início desta pesquisa. No entanto, este movimento não articulava, à época, nenhum trabalho com as mulheres, não tendo constituído ainda o Coletivo de Gênero do MST em MG, e em função desta realidade, ele não compôs a continuidade do nosso trabalho de investigação.

histórias de luta e as vivências de determinadas formas de opressão, com as formas de significar essas experiências e de engendrar a participação social e o questionamento de hierarquias sociais.

Como veremos mais adiante, não foi possível sustentar o projeto de comparar a trajetória das lideranças nos movimentos mistos e autônomos, sendo que consideramos como prioridade refletir mais detidamente sobre a história de organização das mulheres de esquerda e cutistas no espaço do MSTTR em Minas Gerais num período específico marcado pela sua organização e que foi seguido de uma ruptura política que culminou na saída do espaço e da articulação em torno da FETAEMG. Assim, nosso olhar se voltou para compreender como essa experiência de articulação, organização e ruptura política pode nos dar elementos para compreender a construção da identidade política do movimento, das trajetórias de luta de suas lideranças e dos atuais desafios da organização das mulheres trabalhadoras rurais. Para isso, foi necessário identificar e analisar como foram acionadas estratégias e formas de organização que questionam e (re)significam as relações de poder hierárquicas e quais os impactos da disputa política para a sua construção identitária na diferenciação Nós x Eles (Prado, 2002; Mouffe, 2005).

De maneira concisa, nossa pesquisa apontou que a construção da identidade política das mulheres trabalhadoras rurais que compuseram a CEMTR-MG entre 1989 e 2002 está relacionada a alguns momentos históricos e a dinâmicas que colaboraram para a construção da experiência de um Nós em oposição a um Eles. Dentre esses momentos, identificamos quatro para análise: 1) o início da militância das mulheres nas CEBs e na esquerda cutista que se fortaleceu em fins dos anos 1980; 2) a sua articulação dentro do MSTTR em âmbito estadual e nacional; 3) a ruptura política que culminou com a saída das lideranças da Federação; 4) o retorno aos trabalhos na base e os esforços de criar outra articulação estadual, agora em um movimento autônomo.

Para reconstruirmos o percurso que nos levou a tal organização sobre a construção identitária das lideranças, abordaremos no próximo capítulo os

elementos que colaboraram para a delimitação e re-delimitação de nosso problema de pesquisa e sobre quais argumentos sustentam nossas justificativas para realização dessa investigação. No terceiro capítulo, apresentaremos uma discussão metodológica a partir da relação estabelecida com o campo de pesquisa, apontado desafios e possibilidades da construção da pesquisa na interação. No quarto capítulo faremos nossas considerações teóricas em torno: dos conflitos sociais do campo; da emergência das mulheres rurais como atores políticos; da construção da identidade política a partir da delimitação de fronteiras entre Nós x Eles e através da lógica da relação público-privado e igualdade-diferença. No quinto e sexto capítulos, apresentamos a análise do material bibliográfico, documental e empírico acerca da construção da identidade política na organização e ruptura do trabalho na CEMTR. No capítulo final, encerraremos nosso trabalho com alguns apontamentos sobre as trajetórias das lideranças e sobre os horizontes de possibilidade que a pesquisa encerra para as lutas das rurais e para pesquisas futuras.

De fato, o início da militância das mulheres será o terreno sobre o qual se orientará o projeto político que elas sustentam durante sua trajetória. A passagem pela FETAEMG revelou como as formas de significar e de se posicionar diante das desigualdades de poder no MSTTR, na família e na sociedade vão colaborar para a ampliação da agenda do movimento, para a construção de suas bandeiras de luta, para o estabelecimento de suas formas organizativas e estratégias de ação; e nesse contexto, o discurso que as sustenta está fundado no questionamento das hierarquias de poder no interior do MSTTR, no compartilhamento de uma trajetória para o mundo público e político marcada por grandes dificuldades, sofrimentos e conquistas, e na construção de um jeito de fazer política orientado ética e epistemologicamente. Por fim, consideramos que os significados construídos com a saída da FETAEMG apontam para as conseqüências e repercussões da interrupção de um projeto que estava em andamento, e para as possibilidades de outras construções sobre a trama do poder, das estratégias e das ações nos trabalhos de base e para a articulação de um movimento autônomo.

Nossa caminhada neste trabalho de modo algum esgota as possibilidades analíticas e históricas que a trajetória dessas mulheres reflete, mas traz para o debate pontos que devem ser desdobrados em outras pesquisas e ser objeto de conversas e reconstruções junto às trabalhadoras rurais, que são as protagonistas desse cenário.

2. Problema de pesquisa, contextualizações e justificativas

Durante o percurso de nossa pesquisa avaliamos a necessidade de redefinir o objeto de investigação proposto na etapa de elaboração do projeto e no texto de qualificação. Naquele momento, nosso foco estava centrado na análise comparativa da organização dos movimentos mistos e autônomos articulados em Minas Gerais. Esse foi um tema que surgiu a partir do trabalho que realizamos sobre o grupo que compôs a CEMTR – atualmente organizado na Rede de Intercâmbio de Mulheres Trabalhadoras Rurais – e que apontava como a participação das trabalhadoras rurais no MSTTR não significou a eliminação ou a modificação substantiva de contradições fundamentais relacionadas ao exercício do poder, ao espaço para exercerem cargos de direção e ao lugar que suas questões e bandeiras próprias ocupavam¹⁰. A medida em que a categoria gênero se inseria na pauta de discussão, nas reivindicações e nas formas organizativas do MSTTR, o movimento organizado de mulheres passou a colocar questões e expunha outras formas de opressão e discriminação que eram sentidas como ameaçadoras à unidade do movimento misto e, portanto, consideradas comprometedoras dos interesses de classe.

A saída de lideranças ligadas ao campo da esquerda do espaço da Federação num processo de interrupção dos processos de composição entre a esquerda e o campo conservador durante o Congresso Estadual de 2002 configurou o cenário para que as lideranças empreendessem um esforço articulatório das trabalhadoras rurais na *Rede de Intercâmbio de Mulheres Trabalhadoras Rurais*, um movimento autônomo criado por elas. Essa tem sido a estratégia para que as lideranças, que não têm mais o espaço da Federação pudessem se organizar, ter acesso a informações e criar um ponto de referência para acionar e mobilizar recursos, enfim, um espaço de intercâmbio das experiências das mulheres e um espaço de

¹⁰ Para outro estudo que discute o lugar ocupado pelas trabalhadoras rurais no movimento sindical rural e a não eliminação de práticas discriminatórias, apesar da grande participação das mulheres, ver Boni, 2004.

reconhecimento de adversários e de construção de estratégias para buscar de novas parcerias para a continuidade dos trabalhos.

É nesse contexto da história de organização das mulheres trabalhadoras rurais no Estado que ganha força a problemática de estudar os movimentos autônomos e mistos. No entanto, ao longo de nossa inserção em campo e dos estudos realizados, fizemos uma avaliação de que a organização das mulheres rurais revelava uma complexidade no que tange às formas organizativas dos movimentos, às suas articulações com contextos nacionais e com outros movimentos, aos conflitos e contextos que originaram sua articulação, que dificultaria empreender uma análise comparativa entre esses diferentes espaços. De fato, nossos primeiros dados apresentaram que a distinção comumente feita entre movimentos autônomos e mistos é rígida e não revela a dinâmica dos seus atores, de sua história e de sua construção identitária. Entre outras coisas, a idéia de que nos movimentos mistos há homens e mulheres participando e que os movimentos autônomos são compostos apenas por mulheres não é uma distinção válida considerando os contextos mais amplos de suas articulações e reivindicações e tampouco sustenta um debate sobre como esses diferentes espaços constroem discursos e ações diferentes (ou equivalentes) em relação às opressões e ao exercício do poder. Diante disso, decidimos por analisar mais profundamente as trajetórias das mulheres trabalhadoras rurais na sua passagem e saída da FETAEMG, considerando a organização do movimento em âmbito estadual e na sua articulação com o contexto nacional. Os elementos que foram recolhidos e analisados referentes aos movimentos autônomos serviram de contraponto para analisarmos a experiência da CEMTR-MG entre 1989 e 2002 e, daí em diante, fora do espaço do MSTTR nos atuais desafios de sua organização.

Assim, consideramos que os fenômenos das lutas emancipatórias nos quais os movimentos das trabalhadoras rurais estão imersos, colocam questões fundamentais para a Psicologia Social e Política, sendo que essas lutas se tornaram foco deste trabalho e pretendemos discutir algumas delas nesta pesquisa.

Em primeiro lugar, percebemos que os movimentos sociais ainda se apropriam pouco das produções acadêmicas e que a academia tampouco empreende esforços para o estabelecimento de relações dialógicas com os movimentos. Diante disso, é mister assinalar que, ao partirmos de uma preocupação que também interessa aos movimentos de trabalhadoras rurais, garantimos não só relevância científica e política ao trabalho realizado, mas criamos a possibilidade de qualificar espaços para práticas de reflexividade que o próprio movimento pode empreender para analisar seu alcance no contexto das lutas contra-hegemônicas (Santos, 2005).

Diante do exposto, formulamos algumas questões que balizaram nossa inserção em campo e a análise do material compilado neste texto.

1) Sob quais significados psicossociais se consolidou a construção da identidade política das trabalhadoras rurais no que se refere ao estabelecimento de fronteiras políticas entre um Nós x Eles e, portanto, nas relações de poder vivenciadas por elas em sua trajetória de organização no MSTTR? Qual a relação destes significados com a sua organização e com a ruptura dos trabalhos da CEMTR, bem como na trajetória de luta de suas lideranças?

2) Como estes significados psicossociais incidiram na constituição de suas bandeiras de luta, na mobilização de recursos materiais e simbólicos e na articulação de discursos e práticas relacionadas à dinâmica da igualdade/diferença? Estes significados revelariam um jeito de fazer política informado por sua experiência como mulheres trabalhadoras rurais?

3) Como o movimento materializa práticas e discursos em acordo com um projeto de sociedade e de desenvolvimento de forma a modificar práticas e agendas político-institucionais?

Nossas questões de pesquisa e os caminhos metodológicos e analíticos que tomamos têm como pressuposto a compreensão dos movimentos sociais com potencial tanto para reproduzir quanto para transformar as estruturas e os sistemas de crença (Kuumba, 2001) que geram diversas formas de opressão, como as desigualdades de gênero, étnico-raciais, de classe, geracionais, por

orientação sexual, para citar alguns. Nesse sentido, nossas questões se justificam no âmbito dos estudos sobre movimentos sociais na medida em que compreendemos que muitas experiências de lutas por autonomia e emancipação têm reinventado as formas de participação social (Santos & Nunes, 2003), de inserção e de permanência no mundo público. Assim, aspectos como a mobilização de recursos materiais e simbólicos pelos movimentos, a construção de identidades políticas (Prado, 2002), e as condições macro-estruturais nas quais esses grupos estão inseridos serão tomados como forma de problematizar as divisões rígidas que foram construídas no âmbito dessas teorias entre estrutura e sujeito; macro e micro; sociedade e indivíduo. Assim, partimos de um referencial que compreende as formações identitárias a partir de seus aspectos estruturais e de um conjunto de práticas sociais e aspectos econômicos, políticos e culturais (Machado & Prado, 2005).

Interessa-nos, portanto, compreender como os grupos de trabalhadoras rurais politizaram as questões referentes ao exercício do poder em seus terrenos de disputa e de ação política, e como a sua construção identitária esteve ou não informada pela articulação de categorias que nomeiam experiências heterogêneas de opressão. Para isso, é necessário segundo Kuumba (2001), tomar gênero como categoria analítica e não apenas como variável, transcender modelos dicotômicos de compreensão da realidade, repensar as teorias dos movimentos sociais a partir das críticas de gênero e das suas inter-relações com outras categorias sociais como raça, etnia, classe, geração, orientação sexual e cultura. Para a autora, é valorizando e inserindo histórica e analiticamente outras categorias sociais que se torna possível transcender os estudos descritivos e pouco analíticos aos quais, em geral, se reduzem as pesquisas de análise estritamente macro, meso ou micro (Kuumba, 2001).

No espectro do estudo dos movimentos sociais no campo, essa pesquisa se integra a outros esforços de compreender como esses movimentos têm construído sua identidade política através de processos complexos, interativos e de negociações (Piñeiro, 2005), que apontam como têm se colocado diante do modelo de desenvolvimento posto para o país e para a América Latina. Em virtude

das reconfigurações dos governos de países latinoamericanos com direcionamentos de esquerda e centro-esquerda, os movimentos sociais do campo vêm buscando encontrar (novas) formas de construir um projeto para o campo que se posicione criticamente diante de questões como: a reforma agrária, crédito rural, a inserção nos mercados, os baixos preços de produtos, as lutas pelo reconhecimento identitário, o desemprego, a pauperização da população do campo, a segurança e soberania alimentar, a agroecologia, entre outros. Para Rubio (2006), o contexto rural na América Latina tem apontado que, ao lado da produção de formas de exclusão e opressão, surgem respostas que integram um mosaico de estratégias defensivas por parte de grupos distintos que ressaltam a diversidade ambiental e social da ruralidade latinoamericana e o papel central que os territórios e as identidades têm nesse processo. Dessa forma, nossa pesquisa integra os esforços que têm sido empreendidos por diversos pesquisadores/as da América Latina para refletir sobre os processos de opressão e sobre as formas de resistência e de emancipação social construídas para legitimar e garantir projetos de soberania, sustentabilidade e de democracia para o campo.

Entendendo que a Psicologia Política é uma área de conhecimento interdisciplinar que se debruça sobre estudos de fenômenos políticos localizados na esfera pública e sobre como a política se insere na prática cotidiana dos indivíduos e movimentos sociais (Sandoval, 2004:15), parece-nos importante ampliar o debate sobre movimentos sociais rurais a partir de uma lente analítica de gênero, uma vez que, historicamente, essa categoria tem ocupado um lugar de invisibilidade na produção acadêmica da área. Para dialogar essa lente analítica de gênero aos estudos da Psicologia Política partiremos de questões que são pautadas nos debates e ações da organização das mulheres rurais para, então, nos voltar aos processos de construção da identidade política e o estabelecimento de fronteiras e antagonismos políticos (Prado, 2002; Mouffe, 1996).

Na Psicologia Social, esta pesquisa se justifica pela importância de ampliarmos o debate a partir de questionamentos e reflexões que confrontem uma visão homogênea sobre o rural e, assim, evitar análises colonizadoras de seus atores e seus processos. Nesse sentido, o rural passa a ser nosso ponto de partida e não

um ponto de chegada fixo e imutável (Carneiro, 2005b), e o nosso trabalho se propõe a pensar e criar espaços de inserção a partir de elementos que sustentam um processo democrático de produção de conhecimento e de inserção na realidade, o que não deve significar que acreditamos numa prescrição metodológica ou teórico-analítica aos estudos da Psicologia Social, mas um convite para reflexão sobre a função social e política da produção de conhecimento, das hierarquias e ideologias que são reproduzidas sob o suposto discurso da neutralidade científica. Isso se configura como um debate importante na medida em que ainda são poucos os trabalhos no âmbito da Psicologia Social que tratam de temas ligados às questões da terra.

Em levantamento realizado em duas bases de dados de dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-Graduação no Brasil – BDTD / IBICT e CAPES – localizamos vinte e dois (22) trabalhos que tratam de temáticas ligadas ao rural na Psicologia Social¹¹. Foi encontrada grande diversidade no que diz respeito às áreas de interesse e investigação da Psicologia Social que tratam das questões ligadas ao campo e à terra, tais como os estudos sobre participação, consciência política, identidade e ação coletiva (Trigo, 2007; Santos, 2005; Andrade, 1998; Lara Junior, 2005; Narita, 2000; Gomes, 2003; Cordeiro, 2004; Silva, 2002; Pimenta, 2005); produção de subjetividade e processos de afetividade (Leite, 2003; Ferreira, 2006; Dias, 1999; Drummond, 2002); representação social e análise dos discursos e sentidos sobre grupos e movimentos (Lima, 2005; Andrade, 2003; Agostini, 1997; Souza, 2004; Salvaro, 2004); processo grupal (Silva, 2000), entre outros (Guimarães, 2007; Araújo, 2000; Melo, 2001).

As definições e separações desses trabalhos por áreas de investigação da Psicologia Social, sob nosso ponto de vista, não necessariamente mantém um fator comum entre si. De fato, é possível encontrar pesquisas que têm em comum

¹¹ A base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) provê um sistema de informações de teses e dissertações de diversas Instituições de Ensino Superior do país. (Ver: <http://bdttd.ibict.br/>) e o banco de teses da CAPES reúne teses e dissertações defendidas em diversos programas de pós-graduação do país desde 1987. (Ver: <http://www.capes.gov.br/servicos/bancoteses.html>). Importante ressaltar que essas bases de dados são alimentadas através das informações fornecidas pelos Programas de Pós-Graduação, e, assim sendo, é possível que os dados obtidos não correspondam a todos os trabalhos publicado no âmbito da Psicologia Social.

na sua apresentação metodológica e argumentativa a valorização das experiências sociais que são seus objetos de investigação. Essa valorização implica na visibilização das lógicas e dinâmicas dos campos empíricos de maneira a serem colocadas em contato com o saber científico produzindo o que Santos (2002) denomina por zonas de contato. Assim, o rural não seria apenas referência de intervenção e inserção da Psicologia Social, e tampouco uma área aplicada aos seus interesses, mas ele é posto em diálogo com o saber científico de modo a não ficar subalternizado, ou pelo menos, busca-se instaurar novas possibilidades epistemológicas, políticas e metodológicas do fazer acadêmico que não reproduzam relações de deslegitimação, subalternização e inferiorização de saberes e lógicas de existência que não são científicas. Neste sentido, localizamos nossa pesquisa nesse esforço de problematizar a construção hierárquica sobre a qual se assenta a dicotomia rural-urbano (Paulilo, 2004; Carneiro, 2005a; 2005b; Martins, 1981) e de propor reflexões que questionem se as próprias categorias rural e urbano ainda são suficientes para “qualificar espaços e universos sociais nas sociedades contemporâneas”, que expressam e são expressão da construção de novas identidades sociais (Carneiro, 2005b:8).

Na teoria feminista, a justificativa de nossa pesquisa está, primeiramente, na importância de realizarmos estudos sobre as relações de gênero e poder a partir da realidade das trabalhadoras rurais do terceiro mundo e da América Latina, num contexto onde a hegemonia da produção feminista ainda está centrada no eixo do Norte. Em segundo lugar e não menos importante, nosso estudo buscou considerar, na análise dos movimentos sociais, questões e debates desenvolvidos pela teoria feminista. Essas questões se referem principalmente à relação público-privado, trabalho produtivo-reprodutivo, naturalização de hierarquias sociais, à construção de um princípio de cidadania não excludente e opressor, às relações de poder na trama de constituição da sua identidade e à dinamização da relação igualdade-diferença.

Nosso intuito não é corroborar a separação existente entre as esferas de abrangência das teorias e campos de pesquisa apontados acima e tampouco homogeneizá-las, mas potencializar aspectos de ordem macro estrutural, meso e

micro ou psicossocial que são problematizados e vivenciados pelos movimentos de mulheres trabalhadoras e que nos impõe outro posicionamento teórico-metodológico.

De maneira geral, a relevância dessa pesquisa está no debate sobre como as relações desiguais de poder e as expressões de manutenção de hegemonia revelam dinâmicas e lógicas de relações sociais que constituem uma diferenciação através da qual uma identidade contra-hegemônica poder ser construída (Mouffe, 2005). Isso pressupõe considerar que as identidades não estão pré-estabelecidas, mas, ao contrário, são sempre propiciadoras de novas identidades ou novas posições de sujeito que seguirão estabelecendo processos de negociação, de conflitos e de identificações afetivas que informarão e estarão informadas por um projeto político no qual se articulam as estratégias de organização, as bandeiras de luta, a agenda política e as conquistas empreendidas.

Por fim, essa pesquisa se justifica no âmbito dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, pois além de ser uma temática considerada relevante por elas, nos convida a reler e a re-contar as lutas no campo a partir de um lugar que não reitere os silenciamentos e a invisibilidade que as lutas e as conquistas das trabalhadoras rurais ainda têm no âmbito acadêmico e dos próprios movimentos.

3. Corporificar lentes, tecer trajetórias: a dinâmica de construção do conhecimento em interação

“... Se se agarrar à natureza,
ao que ela tem de simples,
à miudeza que quase ninguém vê
e que tão inesperadamente
se pode tornar grande e incomensurável”
Rainer Maria Rilke

3.1 O Convite

O percurso metodológico de nossa pesquisa não poderia se apresentar sem que antes pudéssemos compartilhar um convite reiterado diversas vezes à pesquisadora nas linhas e nas entrelinhas de todo o trabalho e que, uma vez apropriado e corporificado, se mostrou fundamental para a maneira de olhar, interpretar e significar a realidade. Por isso, iniciamos esse capítulo apresentando e estendendo esse convite.

O movimento e as teorias feministas vêm denunciando há muito tempo que as maneiras como são construídas a história, a política, a ciência e as relações sociais e como elas são comunicadas no mundo estão estreitamente relacionadas à maneira como olhamos para a realidade. Para Haraway (1995), a nossa visão tem uma natureza corpórea, no sentido de que olhamos para o mundo e nos relacionamos com ele a partir de um lugar e de uma localização de corpos marcados, ao contrário da ciência, supostamente neutra, que constrói conhecimento saltando do corpo marcado e se instalando em todo lugar e em lugar algum.

Para essa autora, a ciência só pode se construir sem destruir outras formas de ver o mundo a partir do momento que localiza o lugar de onde fala e produz conhecimento, e, apenas dessa forma, consegue objetividade. Segundo Haraway (1995), a objetividade *trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos*

nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver (p.21). Assim, localizarmos o lugar de onde falo, como pesquisadora e feminista, tem sido fundamental, e em acordo com a autora, para que o conhecimento produzido ganhe corporeidade, pois dessa forma, empreendemos também uma análise de como funcionam os sistemas utilizados para ver o mundo dos pontos de vista psíquico, social e técnico (Haraway, 1995). Acrescentaríamos que se faz necessário, tão importante quanto esses outros sistemas, somar o ponto de vista político como um caminho importante para pautar a discussão das relações de poder na construção do conhecimento.

Em consonância com a epistemologia feminista apresentada aqui de forma breve, faz-se necessário compreender que, ao longo da história do pensamento moderno, foram construídos conhecimentos des-corporificados (Haraway, 1995), bem como um silenciamento e uma invisibilidade da narrativa e da existência social de diversos atores sociais (Santos, 2002; Scott, 1995). Isso se deu e tem se dado através de uma série de mecanismos¹² corroborados e legitimados em nome da ciência moderna que destruíram *conhecimentos e ciências alternativas e humilharam-se os grupos sociais que neles se apoiavam para prosseguir as suas vias próprias e autônomas de desenvolvimento* (Santos, 2002a).

Essa maneira de ler como a produção de conhecimento tem se dado, se por um lado é construída junto a autoras/es que se interessam pela problematização das relações de produção de conhecimento, por outro, é fortemente apresentada pelas próprias entrevistadas dessa pesquisa. De formas diferentes, as lideranças apontam para a responsabilidade de realização de uma pesquisa como essa, a sua importância estratégica para a luta dos movimentos sociais e para o nosso conhecimento de uma história que ainda deve ser (re)contada. Ao agradecer por

¹² Os mecanismos que sustentam a invisibilização de determinadas experiências são: a lógica da *monocultura do saber* – a ciência é o único critério de verdade; a *monocultura do tempo linear* – a história segue uma direção única, linear e os países e culturas centrais estão a frente desse tempo, portanto, seriam eles que deteriam o progresso e o desenvolvimento; a *monocultura da naturalização das diferenças* – lógica da classificação social hierárquica sustentada em características supostamente naturais como raça e sexo; a *monocultura do universal e do global* – a escala das entidades e das realidades deve ser o universal e o global em detrimento de culturas e lógicas locais; a *monocultura dos critérios de produtividade e de eficácia capitalista* – o crescimento que é privilegiado, seja ele da natureza ou humana, é através das forças do mercado e da maximização da produção (Santos, 2005).

ter me recebido em sua casa para que pudéssemos realizar uma entrevista, Maria Antônia, ou Lia, como as companheiras do MSTTR a conhecem, localiza a importância da universidade alcançar grupos sociais que não puderam ocupar o espaço de produção do conhecimento. Essa importância está centrada, segundo ela, na possibilidade de reparação de uma desigualdade e de reconhecimento de que esses grupos têm uma contribuição a dar à ciência:

Eu acho que é tranquilo entre a gente, o que você quer fazer e o que eu posso tentar contribuir, mas primeiro eu quero dizer que é muito importante, eu sempre achei importante as pessoas que tomam iniciativa dentro das Universidades, eu sempre defendi que as Universidades têm tipo um papel importante, até uma dívida com a sociedade, né, de tá éee pegando a vida real das pessoas, atingindo qualquer nível social, né, não privilegiar apenas alguns grupos sociais, e é um, isso que você tá fazendo é uma coisa importante, né?! Porque nós num tivemos acesso à Universidade, mas eu sempre falei, às vezes a gente não pode ir até a Universidade, que a Universidade venha até a gente, o que você tá fazendo, vindo até nós. Conversar, nos entender e eu vou falando (Lia, ex-CEMTR¹³).

A possibilidade de diálogo, de interação e de mútua compreensão entre esse dois mundos, por vezes tão distantes, assenta-se numa história de respeito e de confiança construída pelos grupos e pessoas ligadas à pesquisa¹⁴. As histórias dessas relações e parcerias permitem que tanto os grupos e os movimentos conheçam melhor a dinâmica da Universidade, quanto permite que nós compreendamos a lógica e os tempos dessas mulheres. Dona Eva expressa a construção dessas relações na fala a seguir:

¹³ Ao final deste capítulo se encontra o **Quadro 4** com a lista de todas as lideranças entrevistadas e os respectivos nomes pelas quais serão tratadas durante o texto. Optamos também por colocar a referência do movimento que participam ou participaram nas citações dos trechos das entrevistas, no entanto, no referido quadro é possível encontrar o cargo e outros detalhes dos lugares ocupados pelas lideranças na atualidade e na história.

¹⁴ Neste ponto, me refiro aos projetos e às pesquisas das quais participei junto às mulheres trabalhadoras rurais através do Núcleo de Psicologia Política (NPP), e também pela ligação de Sara Pimenta com as lideranças entrevistadas. A referência de Sara Pimenta que transita nas esferas local e nacional das organizações das trabalhadoras rurais, e também está ligada ao NPP, foi fundamental para a realização de grande parte desse trabalho com o campo. Para alguns trabalhos do NPP sobre a temática ver: Campici; Prado & Pimenta (2004); Magalhães & Prado (2006); Machado & Prado (2006).

Eu também agradeço até pelo, né, a referência, ao, a valorização aí, pelo o que a gente puder contribuir. Isso é importante pra gente, e eu, eu gosto muito do seu jeito de ser, né, do trabalho desde quando começou, então a gente tá a disposição, e o tempo a gente distribui (Eva, Rede de Intercâmbio).

A forma e os meios pelos quais entrei em contato com a realidade das mulheres trabalhadoras rurais foram uma construção dinâmica a partir da minha trajetória pessoal e acadêmica, de maneira que a produção de conhecimento estivesse a serviço daquilo que o encontro com o campo proporcionava. Nesse sentido, a interação durante a pesquisa colaborou para localizar os lugares de onde falamos e para tornar mais permeáveis às distâncias e às diferenças entre pesquisadora e trabalhadoras rurais. Assim, todo o contato com o campo permitiu um repensar dos usos da ciência, dos lugares que ocupamos, que reiteramos e transformamos na rede social e nas formas de interações com grupos e atores aliados dos processos científicos. Ao mesmo tempo, parecia fundamental sustentar uma objetividade científica pautada por uma gramática epistemológica, política, ética e prática de *saberes localizados*, ou seja, construções de conhecimento parciais e não fixos em polaridades dicotômicas. Nas palavras de Haraway (1995:15):

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contém.

Isso significou um esforço de recortar e reconstruir o objeto de pesquisa de acordo com a produção da área, mas também, em consonância com o movimento que as entrevistas apontava. Assim, o processo de explicar o objeto e os objetivos da pesquisa no início de cada entrevista, permitia que aquele momento de interação proporcionasse uma reconstrução e uma explicação tanto para a entrevistada quanto para a própria pesquisadora. Esse terreno, informado pelas reformulações ocorridas desde a elaboração do projeto, me permitia lançar mão de elementos que pudessem lapidar e apresentar o objeto de pesquisa cada vez de maneira

mais concreta e próxima à realidade do trabalho de pesquisa e das trabalhadoras rurais.

De toda maneira, e as trabalhadoras rurais apontaram isso, se a pesquisa deve servir aos propósitos científicos a que ela se propõe, deve também transcender esse aspecto e encontrar um lugar onde a produção seja também acessível àquelas que dela participaram. Ou seja,

Que sirva de subsídio pra luta das mulheres, reconstruir a história (...) Isso é bom. E uma coisa assim que a gente tem visto bastante, é muita gente pesquisando a gente, pesquisando os movimento, mas que os movimentos às vezes não se apropriam dessas coisas, e às vezes não tá nem disponível, nem nada. Quando tem uma visão já de fazer um estudo, fazer uma pesquisa, mas tem uma visão também de ser subsídio de ser suporte pra contar a história de toda luta de classes nesse país, quer dizer, é outra, tem outra dimensão, tem outra visão (Rosângela, MMC).

Ao longo das entrevistas, da participação em atividades e encontros das trabalhadoras rurais e de outros movimentos, das diversas viagens realizadas, foi possível deparar com as minhas próprias formas de olhar e interagir com o mundo e construir outros lugares para minha experiência. De maneira muito concreta, o contato com essa realidade e com esses lugares me possibilitou diversas reflexões e a percepção de outros contornos e minúcias da realidade que, penso eu, puderam estar tão realçadas porque ir a campo implicava também em me deslocar, percorrer, chegar e estar lá. O espaço e tempo vividos nessas viagens transcendiam apenas o aspecto geográfico e mensurável. Implicava, sobretudo, em uma análise da relação entre pesquisadora e campo. A aproximação desse mundo significou estar em contato com realidades, com histórias, com trajetórias, com identidades, afetos e trabalhos que não poderiam mais ser descolados do processo de produção de conhecimento a partir desse encontro. O diário de campo muitas vezes serviu para refletir diversos sentimentos e pensamentos que estreitavam e que ganhavam uma enorme dimensão, como pode ser observado no trecho abaixo:

Parece que querer saber e recontar a história de organização das mulheres trabalhadoras rurais ganhava materialidade e uma dimensão muito além de uma história local. E eu passava a fazer parte dessa história não só nos momentos de entrevistas e de interação com as participantes da pesquisa, mas em outros lugares que venho construindo pra mim. Eu encontrei a pesquisa nos grupos de pesquisa acadêmica, em outros grupos de mulheres, e especialmente na militância feminista. Encontrei a pesquisa junto com outras mulheres que compartilhavam sentimentos sobre o mundo, sobre as injustiças e sobre as possibilidades de construirmos outras relações. O encontro me fazia parte da história das mulheres trabalhadoras rurais no sentido de que, como Lia falava, eu passava a tecer uma história das trabalhadoras rurais, mas eu tecia e teço nesse movimento também a minha própria história (Diário de Campo, 2008).

Diante do que já apresentamos, coloca-se aqui o convite ao uso, e a corporificação de uma lente¹⁵ feminista e localizada através da qual possamos olhar essa pesquisa de maneira a reconhecer histórias silenciadas, ver atores e movimentos nas suas dinâmicas e lutas por mundos melhores, re-significar o fazer científico e os nossos lugares a partir do encontro com a realidade. Se corporificar essa lente tornava mais fluido e menos distante o encontro com uma realidade, me fez reconhecer o meu próprio lugar diferente daquele com o qual eu me relacionava e me fez reconhecer algumas das hierarquias que a relação entre ciência e saber popular enseja. Com isso, os esforços epistemológico, metodológico e político dessa pesquisa se fizeram no sentido de construir lugares, espaços e tempos que estivessem informados por um horizonte no qual igualdade e diferença pudessem co-existir de forma paradoxal (Scott, 2005), sem sobrepor ou engessar dicotomicamente esses pólos. Esse lugar parece só poder existir se se configurar como um espaço de tensão, e foi buscando essa construção que ele foi também vivido como uma espécie de terra firme – que se reconstrói em cada passo – de onde olhamos, vivemos e lutamos no mundo. Se não chegamos ao ponto da tensão ideal no qual as hierarquias podem ser interpeladas, mas não eliminadas, posso afirmar apenas que o privilégio que tive ao experimentar durante a pesquisa corporificar uma lente como essa, não é, em hipótese alguma,

¹⁵ Agradeço a professora Claudia Mayorga, feminista a quem empresto a idéia de usarmos uma lente feminista para ver, significar e lutar no mundo.

um trabalho que possa ser feito colocando os óculos apenas no rosto, uma vez que não se trata de um trabalho puramente intelectual, mas trata-se também de reconhecer como sujeitos, subjetividades, histórias, sofrimentos e corpos se situam e são situados na história e no mundo, já que uma teoria feminista em encontro com uma realidade como a das trabalhadoras rurais é, fundamentalmente, também uma luta por um mundo mais justo, com mais igualdade, liberdade e com mais respeito às diferenças.

3.2 O Campo: movimentos, trajetórias, questões de pesquisa

Na primeira etapa de nossa pesquisa, bem como no projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação, foi sustentada a intenção de mapearmos e aprofundarmos o debate em torno de todos os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais – fossem eles mistos ou autônomos – que estivessem articulados estadualmente em Minas Gerais.

Como já apontamos anteriormente, a complexidade no que se refere às formas organizativas, história, estratégias de articulação dos três movimentos atualmente organizados em MG nos revelou, por um lado, um limite que a própria pesquisa encontrava de cumprir uma análise de todos esses movimentos e, por outro lado, apontou para possibilidade de aprofundamento a partir do questionamento de um processo histórico vivenciado por um grupo de mulheres rurais, de modo que a nossa delimitação metodológica e analítica não ficou mais centrada em um ou outro movimento. Nesse sentido, o ponto nodal de nossa discussão amparou-se numa questão que, ao longo de nossa inserção em campo, materializou-se com grande força e proporção, qual seja, o questionamento de porque uma organização das mulheres dentro do movimento misto que consolidou significativos trabalhos na base, com reconhecimento e grande repercussão nacional teve seu trabalho fraturado dentro e a partir das lógicas conflituais do MSTTR, e a partir daí quais estratégias de rearticulação têm sido acionadas para sua organização em outros espaços, dentre eles em um movimento autônomo. Com esse núcleo central, fez-se necessário aprofundar na dinâmica de

constituição, organização, e ruptura que as lideranças organizadas na CEMTR vivenciaram entre os anos de 1989 e 2002 – período em que é composta por uma grande maioria de lideranças de esquerda e cutistas. Além disso, foi preciso também considerar os elementos das dinâmicas dos movimentos autônomos e a experiência da CEMTR a partir de 2002 como contraponto para analisarmos a experiência dessas lideranças no movimento misto no que se refere à construção de suas trajetórias políticas, e à sua construção identitária a partir do enfrentamento das relações de poder.

Passamos, assim, a uma apresentação dos três movimentos articulados no Estado de Minas Gerais, quais sejam, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); a Rede de Intercâmbio de Mulheres Trabalhadoras Rurais; a Comissão Estadual das Trabalhadoras Rurais da FETAEMG (CEMTR). Segue abaixo uma breve apresentação e contextualização desses movimentos¹⁶:

❖ *Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)*

O MMC é um movimento autônomo que, em Minas Gerais, é composto majoritariamente por mulheres da Região do Vale do Rio Doce. O MMC está organizado em diversos Estados do Brasil e integra a Via Campesina¹⁷, que é uma articulação internacional de movimentos sociais rurais. Como veremos mais no próximo capítulo, o MMC tem sua história integrada à organização de grupos de mulheres que fizeram parte da ANMTR (Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais) e foi um esforço realizado a partir de 2004 de união de diferentes organizações autônomas de mulheres rurais do país. Um dos propósitos centrais do MMC é sustentar um espaço onde as mulheres tenham autonomia e soberania sobre as decisões e ações do movimento na luta contra o neo-liberalismo, o capitalismo e o patriarcado. Atualmente, suas principais frentes de luta são a previdência social, a campanha por alimentos saudáveis – com

¹⁶ Destacamos que no próximo capítulo nos deteremos mais profundamente na apresentação desses três movimentos, considerando elementos de sua dinâmica de organização e de sua história.

¹⁷ Em Minas Gerais, os movimentos que integram a Via Campesina são: MMC, MST, MAB, MPA, FEAB, CPT.

debates em torno da agroecologia, da soberania e segurança alimentar – e o combate à violência contra as mulheres.

❖ *Rede de Intercâmbio de Mulheres Trabalhadoras Rurais*

A Rede de Intercâmbio é um movimento autônomo de trabalhadoras rurais atuante em diversas regiões do Estado e composto por lideranças que estiveram, em sua grande maioria, articuladas na CEMTR da FETAEMG entre 1989 e 2002. O grupo se formou pela necessidade, detectada pelas lideranças, de organização e de intercâmbio de suas experiências em âmbito estadual, já que, em função da ruptura sofrida dentro da FETAEMG, o espaço da Federação não lhes possibilitava mais essa articulação. As integrantes da Rede estão ligadas aos STTRs de seus municípios e, estadualmente, algumas delas estão articuladas na FETRAF¹⁸. No entanto, o discurso de suas integrantes é enfático para o fato que a Rede não possui vínculo com as organizações estaduais como a FETRAF, a CUT e tampouco a FETAEMG. Seu propósito mais amplo é constituir um espaço de encontro entre lideranças de diversas regiões para democratizar informações, construir projetos e ações coletivas e socializar experiências de mulheres de diferentes movimentos de trabalhadoras rurais. As lideranças da Rede se encontram periodicamente em Belo Horizonte na sede do Movimento do GRAAL no Brasil, parceiro indispensável para a articulação e consolidação do grupo. Atualmente, as reuniões trazem a preocupação de algumas integrantes em institucionalizar o grupo, conferindo-lhe estatuto jurídico, questão essa que vem sendo amplamente debatida.

❖ *Comissão Estadual das Trabalhadoras Rurais (CEMTR - FETAEMG)*

A CEMTR é composta por um grupo de trabalhadoras rurais organizadas dentro da FETAEMG, prevista em estatuto e integrante da diretoria executiva desta

¹⁸ A FETRAF Brasil é uma organização sindical de âmbito nacional, ligada a CUT, com Federações em diversos estados do Brasil e que se organiza desde 2004 como representante dos agricultores familiares.

instituição. A Comissão existe desde 1989 e, atualmente, tem representantes em todos os pólos de atuação da FETAEMG em Minas Gerais¹⁹, e também integra a Comissão Nacional de Trabalhadoras Rurais da CONTAG. Pela CEMTR, já passaram representantes de pelo menos dois grupos de articulações políticas antagônicas que participaram da direção da Federação na época em que houve processos de composição entre a esquerda e o campo conservador (1990-2002) e na época em que apenas o setor conservador permanece (de 2002 em diante). Atualmente, os trabalhos da Comissão são organizados a partir de alguns pontos trabalhados pela pauta da Marcha das Margaridas²⁰, com foco no combate à violência contra as mulheres e na área da saúde. A CEMTR se organiza em Comissões regionais e locais de trabalhadoras rurais buscando encorajar a sindicalização das trabalhadoras rurais com vistas ao acesso aos benefícios previdenciários.

Após essa breve apresentação dos movimentos sociais que integram nossa pesquisa, re-apresentaremos as perguntas que organizaram nossa inserção em campo e a análise do material. Como veremos, construímos, ao longo da pesquisa, conhecimentos que expressam a forma de compreensão da realidade social e política do mundo atual apresentada anteriormente, de modo que as questões de pesquisa também refletem um caminho metodológico e analítico dialogado entre a teoria e a realidade das trabalhadoras rurais.

1) Sob quais significados psicossociais se consolidou a construção da identidade política das trabalhadoras rurais no que se refere ao estabelecimento de fronteiras políticas entre um Nós x Eles e, portanto, nas relações de poder vivenciadas por elas em sua trajetória de organização no MSTTR? Qual a relação destes significados com a sua organização e com a ruptura dos trabalhos da CEMTR, bem como na trajetória de luta de suas lideranças?

¹⁹ A FETAEMG está organizada em 12 Pólos regionais e congrega cerca de 500 STTRs. Dados consultados no site da instituição: www.fetaemg.org.br

²⁰ A Marcha das Margaridas é uma mobilização de mulheres trabalhadoras rurais de amplitude nacional, que acontece em Brasília, com o objetivo de mobilizar trabalhadoras rurais, denunciar, propor e negociar junto ao governo federal políticas públicas para o setor. As Margaridas, que na última Marcha somaram em torno de 40.000, são assim chamadas em homenagem à líder sindical paraibana Margarida Alves, assassinada em agosto de 1983, e que teve uma trajetória de luta pela reforma agrária e pelos direitos de trabalhadores/as do campo.

2) Como estes significados psicossociais incidiram na constituição de suas bandeiras de luta, na mobilização de recursos materiais e simbólicos e na articulação de discursos e práticas relacionadas à dinâmica igualdade/diferença? Estes significados revelariam um jeito de fazer política informado por sua experiência como mulheres trabalhadoras rurais?

3) Como o movimento materializa práticas e discursos em acordo com um projeto de sociedade e de desenvolvimento de forma a modificar práticas e agendas político-institucionais?

Em acordo com o nosso objetivo e com o convite feito a nós para a reconstrução de uma rede da organização das mulheres trabalhadoras rurais e considerando que esses aspectos são subsídio para analisar aspectos psicossociais envolvidos na dinâmica de participação política das trabalhadoras rurais, organizamos nosso caminho metodológico em dois planos distintos, mas que se entrelaçam e estão inter-relacionados entre si:

Plano 1: Retratos de Movimentos → refere-se a dinâmica dos movimentos – história, bandeiras de luta, estratégias de organização, acesso a recursos materiais e simbólicos;

Plano 2: Vidas em Movimento → elementos da trajetória das lideranças nos processos de luta política.

Com essa organização, buscamos construir um espaço metodológico e analítico psicossocial ou sociopsicológico, que não se limita a análises macro-sociais e tampouco se reduz de forma a psicologizar a experiência de luta das mulheres nos detendo apenas no âmbito subjetivo, da biografia pessoal, ou, como alguns autores preferem, no seu aspecto micro-social (Sautu *et al*, 2005). Pelo contrário, consideramos fundamental experimentar a construção de um espaço que pudesse gerar análises a partir de um ponto de vista sociopsicológico (Prado, 2007).

Diante das questões apresentadas como pontos centrais de nosso trabalho, somada à compreensão do problema epistemológico e sócio-político da produção de conhecimento, e nosso esforço em considerar a dinâmica de interação entre os

planos dos movimentos sociais e da construção das trajetórias das lideranças, entendemos ser importante fazer uma breve reflexão de como essas duas dimensões estiveram em interação durante a pesquisa, bem como das ferramentas metodológicas que lançamos mão na tecitura dessa rede.

3.3 Tecer trajetórias, reconstruir uma rede: os retratos e as vidas em movimentos

Cê tá fazendo como uma rede que eu tô entendendo, né, puxando os fios de cada pessoa/ (...) É uma rede que foi tecida que cada pessoa é como se fosse um fio ali dentro, é o que você tá puxando essa rede pra... na verdade assim, reconstituindo uma rede de mulheres ligada ao movimento sindical (Lia, ex-CEMTR).

A fala de Lia abre um caminho importante para discutirmos o percurso construído na pesquisa de como compreender que as dimensões individuais, da subjetividade, da construção identitária estão relacionadas com as dinâmicas estruturais e de organização dos movimentos naquilo que ela chamou de rede. Os fios da trama são, nesse sentido, as trajetórias das mulheres trabalhadoras rurais que fazem existir uma rede, um movimento que tem uma história que precisa ser reconstituída. E a tarefa ali oferecida pra mim era, então, puxar os fios, tecer uma história, reconstituir memórias e trajetórias, mesmo não tendo participado diretamente dessa construção. Em grande medida, as viagens de campo que eu fiz por diversas regiões do estado, bem como para Brasília, me faziam cada vez mais próxima e mais em contato com o material dessa história, e, ao levar os abraços que cada uma das mulheres mandava para as outras, eu me enchia também de suas saudades, de suas emoções, de suas reconstruções, e enfim, eu passava a fazer parte dessa rede, na medida em que me foi dada a tarefa de tecer esses sentimentos e essa história. Qual seria, então, a tarefa de uma pesquisadora senão um cuidadoso e detalhado trabalho de muito envolvimento e atenção para estar a serviço de reconstituir algo que é muito maior do que ela mesma. Cada fio puxado, cada história contada, cada documento, folheto e

palavra escrita ou falada me fazia sentir mais próxima ao que poderíamos chamar da história de organização das mulheres rurais. Não posso deixar de compartilhar que nas inúmeras viagens de campo realizadas²¹, sentada no ônibus, vendo a realidade passar rapidamente pela janela, minha percepção tornava-se cada vez mais detalhista, sensível e mais profunda. Era-me possível olhar para coisas à minha volta que antes não existiam, e não me restava alternativa a não ser me abrir para o fato de que a pesquisa me transformava, que ela revelava um mundo ainda desconhecido e me colocava como protagonista da reconstrução e do acesso a uma história tornada material através de um presente do passado, um presente do presente e um presente do futuro.

Associada à experiência de campo, o percurso acadêmico que venho traçando me tem permitido olhar para a realidade de modo a buscar pontos de interação entre as organizações dos movimentos, as oportunidades políticas de suas articulações e as subjetividades, emoções, sentimentos de pertença que as pessoas constroem individual e coletivamente nos espaços públicos de luta e no cotidiano (Prado, 2007). Os planos 1 e 2 de nosso trabalho justificam-se, portanto, nesse esforço de acessar os elementos sociopsicológicos envolvidos nas formas de participação das trabalhadoras rurais, e realmente não são linhas em paralelo, mas dimensões do mesmo problema que buscamos investigar.

O rural, como já tratamos de forma breve anteriormente, ainda é significado nos discursos de nossa sociedade a custo de muita invisibilidade e de relações que o dicotomizam hierarquicamente em relação ao urbano. A organização das trabalhadoras rurais também enfrenta a invisibilidade dentro dos movimentos sociais rurais, bem como na produção científica. Como exemplo das maneiras como ainda reproduzimos de forma estereotipada as diferenças hierarquicamente construídas entre o rural e o urbano transcrevo um trecho do meu diário de campo escrito durante as entrevistas realizadas no Noroeste de Minas Gerais.

²¹ Para realizar as dezenove entrevistas dessa pesquisa, fiz seis viagens de campo que incluíram duas idas para Brasília e, em Minas Gerais, uma viagem para a região Noroeste, uma para o Vale do Jequitinhonha, uma para a Zona da Mata e uma para o Triângulo mineiro. O restante das entrevistas foram articuladas em Belo Horizonte.

As dicotomias que sustentam a hierarquização entre rural e urbano e que criam em nossos imaginários estereótipos classificatórios que muito pouco dizem da realidade são muito fortes. Indo para Natalândia, uma cidade 'emancipada', com prefeitura, comércio e outras coisas que caracterizariam uma 'cidade', me deparei com meu próprio susto ao perceber que o Brasil rural era muito maior do que eu imaginava: indo de Unaí para Natalândia, o ônibus tomou uma estrada de terra poucos quilômetros depois de deixar a cidade de partida, e assim fomos até a outra cidade. Por um segundo, conectei cidade com progresso e progresso com asfalto, e refeita do susto, me entreguei à linda paisagem e o horizonte que me cercavam. Tomei o caminho, difícil, que as mulheres enfrentam nas idas e vindas para reuniões, seminários e encontros que acontecem na capital mineira ou em outras cidades, andei pelo assentamento, vi as casas com gente humilde e de luta por melhores condições de moradia, de alimentação, de organização. Senti a falta de segurança nos descampados do mundo rural que já foram palco de tanta violência contra mulheres e homens, lideranças que mantiveram vivo o sentimento de indignação e não se calaram diante das injustiças. Facilmente, eu poderia me manter reproduzindo todo corpo de conhecimento teórico e prático que se pautou como referência de desenvolvimento e progresso em como o mundo e as culturas são globalizados, o acesso à informação e os meios de comunicação pós-modernos, os meios de transportes avançados, mas não é mais possível reduzir a diversidade do cotidiano social das mulheres rurais a uma massa homogênea e atrasada. Dependendo de como se olha para a realidade podemos ver e encontrar pessoas, sentimentos, sujeitos políticos numa luta constante de estar no mundo, de organizar para conquistar condições dignas de vida, de compartilhar e solidarizar para plantar a união e os laços, de interferir na casa, no assentamento, na cidade, na região e no país (Diário de Campo, 2008).

Diante do questionamento de como essas realidades são produzidas como inexistências ou como sub-existências, entendemos que é necessário um esforço para além de compreender como se estrutura o problema político e epistemológico da produção de conhecimento (Santos, 2002) sobre determinados atores coletivos e sobre suas trajetórias pessoais e coletivas, engendrando uma tentativa de transformar esse problema numa questão metodológica a ser enfrentada.

Assim, o problema, já apresentado anteriormente, da suposta neutralidade na produção de conhecimento (Haraway, 1995) que construiu conhecimentos e formas de ver o mundo que distanciavam o objeto daquele que o conhece com o

interesse de sujeição do objeto ao sujeito numa relação de poder hierárquica que privilegiava uma forma de ver o mundo, nos apresentou o desafio de rejeitar uma compreensão do objeto de conhecimento como algo inerte e passivo. Junto a isso, foi necessário construir uma crítica às formas de criação e intensificação de pólos dicotômicos para explicar a realidade que, ao invés de estabelecerem redes de conexões entre si, reproduzem lógicas de invisibilização de um dos pólos e de hierarquia e subordinação. É nesse sentido que empreendemos um esforço por criar zonas de contato (Santos, 2002; 2005) entre os diferentes saberes envolvidos na pesquisa, de maneira que os caminhos desse trabalho e de nossa experiência foram reveladores de experiências e esforços de existência no mundo, seja dos grupos, da pesquisadora, das trabalhadoras, na medida que os colocamos num processo de *tradução*. Para Santos (2005) a tradução não pode ser reduzida a um trabalho técnico, ele

é um trabalho dialógico e político. Tem igualmente uma dimensão emocional, porque pressupõe uma atitude inconformista, por parte do sujeito, em relação aos limites do seu próprio conhecimento ou da sua própria prática e a abertura para ser surpreendido e aprender com o conhecimento e a prática do outro (p.128).

Em nossa pesquisa, o trabalho de tradução se materializou na tarefa de tecer a rede de trajetórias pessoais e coletivas das mulheres trabalhadoras rurais em luta, o que foi possível de ser realizado através do estabelecimento de zonas de contato entre os saberes dos movimentos, da academia e da militância. As zonas de contato abrem

um espaço para o diálogo, para a compreensão e o conhecimento mútuo, e para a identificação, por cima e para lá das diferenças conceituais e terminológicas, de características comuns na base das quais possam emergir combinações práticas para a acção (Santos, 2005:122).

Esse terreno compartilhado tem possibilitado que os diferentes saberes se tornem porosos entre si numa construção que muitas vezes apresenta os conflitos sustentados pelas formas hierárquicas de ver e agir no mundo, mas que também

apontam práticas, estratégias, saberes e formas de tradução que são comuns nas lutas contra-hegemônicas, nas lutas cotidianas de estar e de existir no mundo.

O trabalho de campo possibilitou refletirmos que localizar saberes, como uma prática fundamental para garantir o questionamento da neutralidade e o estabelecimento da objetividade nas relações de produção de conhecimento, também implica no desvelamento ou na instauração de tensões entre formas de ver e de posicionamento no mundo que são iguais, mas também que são diferentes. Para Scott (2005) a tensão entre igualdade e diferença é fundamental para criar processos de democratização da sociedade e para ela

igualdade e diferença não são opostos, mas conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão. As tensões se resolvem de formas historicamente específicas e necessitam ser analisadas nas suas incorporações políticas particulares e não como escolhas morais e éticas intemporais (p.14).

Para nossos objetivos, ressaltamos que sustentar essa tensão nas formas de produção de conhecimento, de atuação junto aos movimentos sociais apresentou também o desafio que é possibilitar a emergência de novas estratégias de afirmação da diferença. Caso a tensão se dissipe ou se fossem neutralizadas as formas de ser, de existir e de agir no mundo que nos são apresentadas, estaríamos corroborando uma prática histórica da ciência moderna de homogeneizar a experiência social, reduzi-la ao campo da ignorância e invisibilizá-la nas formas de produzir e de legitimar o conhecimento.

À medida em que buscamos localizar de onde falamos, privilegiamos a *contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver* (Haraway, 1995:24), tendo como horizonte e utopia construir mundos fora dos eixos de dominação. Essa é uma conexão parcial que aponta que não há como estar ao mesmo tempo ou inteiramente em uma das posições privilegiadas que se estruturam por gênero, raça, classe, nação, etc., pelo contrário, *a procura por uma*

tal posição 'inteira' e total é a procura pelo objeto perfeito, fetichizado, da história oposicional (p.27), é preciso, portanto, construir uma política de posicionamentos.

Para isso, é fundamental uma leitura da realidade de como são produzidas invisibilidades e ausências de determinadas experiências sociais, o que para Santos (2005) é o trabalho de uma sociologia das ausências. Essa proposta de nomear invisibilidades é necessária para que

as experiências produzidas como ausentes possam ser libertadas dessas relações de produção e, por essas via, se tornem presentes. Tornar-se presente significa serem consideradas alternativas à experiência hegemônica (...) visa, assim, criar uma carência e transformar a suposta falta de experiência social em desperdício da experiência social (p.24).

No enfrentamento às lógicas de monocultura que desperdiçam diversas experiências, o autor aponta que a ecologia de saberes possibilitaria uma multiplicidade de experiências ter valor e serem reconhecidas. Assim, uma sociologia das emergências se configuraria como uma

pesquisa das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas. Consiste em proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar neles as tendências do futuro (o Ainda-Não) sobre as quais é possível intervir (Santos, 2005:31).

Dessa forma, re-construir a rede da organização das mulheres rurais analisando sua experiência, a trajetória de suas lideranças e sua organização em movimentos sociais tem sido uma grande possibilidade das próprias mulheres se reconhecerem no processo histórico de que são construtoras, bem como tematizar essas formas de produção da experiência social no âmbito acadêmico e de produção científica.

Trabalhamos com o entendimento de que, através da emergência dessas experiências sociais historicamente desperdiçadas, da compreensão da construção identitária das trabalhadoras rurais nos espaços que ocuparam e ocupam, associado ao tensionamento de quem somos como pesquisadoras,

estamos, de fato, realizando um trabalho de *psicossociologia das ausências e psicossociologia das emergências*. Na medida em que tomamos os aspectos sociopsicológicos tanto dos grupos, como das lideranças, bem como das relações entre eles, ganhamos terreno analítico para considerar as relações de poder, as possibilidades de outras construções de conhecimento e as construções identitárias pessoal e coletiva no espectro de reconhecimento da multiplicidade da experiência social. Com isso, estamos aprofundando as relações entre aspectos mais amplos da sociedade e aspectos emocionais, identitários de uma forma posicionada e localizada.

Assim, a dimensão dessa interação sociopsicológica nos permite *não perseguimos a parcialidade em si mesma, mas as possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece. O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular* (Haraway, 1995:33). Ou seja, acreditamos que é possível construir um discurso e uma prática que se preocupem com formas de tradução entre diferentes saberes e com as possibilidades de democratizar a ciência, conhecer e transformar a nós mesmos e o mundo através do reconhecimento de experiências sociais historicamente invisibilizadas e da análise das relações de poder estabelecidas entre diferentes formas de conhecimento.

A partir das entrevistas realizadas, da pesquisa documental, da inserção em campo e da reflexão teórica, foi corroborada a idéia de que foram produzidas, ao longo da história, hierarquias entre formas de perceber e de comunicar experiências sociais que, em suma, impedem relações democráticas, na medida em que deixam algumas experiências na invisibilidade. A invisibilidade dos atores sociais impede o reconhecimento de experiências de participação na esfera pública, impede o acesso a direitos, de ser e de existir no mundo, e aqui reside o ponto central do problema sócio-político da produção de conhecimento herdada da tradição da ciência moderna.

Ao mesmo tempo em que reconhecemos a produção de não-existência da experiência social (Santos, 2002) de determinados atores na esfera pública, é

preciso atentar para o fato de que os movimentos sociais têm criado experiências de ampliação da esfera pública brasileira e global através de experiências e mecanismos que têm delineado fronteiras políticas e que têm apontado para uma passagem das relações de subordinação para relações de opressão (Prado, 2002). Nesse sentido, atores coletivos têm produzido saberes sobre as formas de opressão e criado estratégias de politizar as relações sociais, ampliar e garantir direitos, ou seja, têm experimentado formas de existir e de poder contar sua história em um presente ampliado.

Plano 1: Retratos de Movimentos

O *Plano 1 – Retratos de Movimentos* foi um recorte necessário para dar visibilidade às dinâmicas de organização dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, e isso se justifica na medida em que há uma diversidade e uma pluralidade de experiências organizativas e de luta que necessita ser abordada para os propósitos de nosso trabalho.

O Estado de Minas Gerais congrega diversos movimentos sociais de luta pela terra e na terra que estão articulados local, estadual e/ou nacionalmente. A constituição histórica e a consolidação desses movimentos no terreno de disputa política da contemporaneidade parecem estar intimamente relacionadas à posição que, historicamente, eles vêm ocupando na estrutura agrária brasileira a partir do modelo de propriedade, bem como às formas originárias dos conflitos que apontam para relações heterogêneas de opressão no campo.

Os grupos articulados de mulheres trabalhadoras rurais não fogem a essa premissa, de maneira que também se situam de acordo com a estrutura fundiária brasileira e apresentam heterogeneidade em suas reivindicações e bandeiras de luta, o que não nos impede de apontar, como faremos, pontos de convergência entre eles. Essa diversidade dos movimentos aponta diferenças que estão ligadas ao fato de Minas Gerais ser um Estado extenso e plural do ponto de vista geográfico, econômico, social e cultural, e também nos remete à preocupação sobre como as lutas democráticas do mundo têm se reordenado no contexto do

pós-socialismo. Essa reordenação, que também poderia ser analisada como uma fragmentação das lutas, tem características multidimensionais, na medida em que envolve tanto processos mais amplos – a globalização, re-ordenamento social e econômico dos países, o lugar ocupado pela agricultura e movimentos sociais no cenário nacional e internacional e a importância crescente das lutas identitárias, entre outros; como abarca também processos que estão ligados mais diretamente às formas como os movimentos sociais têm se organizado, como têm problematizado as vivências de opressão e de sujeição nas quais estão envolvidos e como têm comunicado sua experiência no mundo público, ou seja, essas características dos movimentos estão estreitamente relacionadas aos elementos psicossociais das suas ações coletivas.

Nesse sentido, para compreender como os movimentos de trabalhadoras rurais de Minas Gerais pautam seus trabalhos e bandeiras de luta a partir de experiências locais, regionais ou em consonância com articulações nacionais e internacionais, foi necessário um esforço teórico-metodológico capaz de discutir como essas experiências também engendram lutas e formas organizativas diversas. Com isso, foi possível ampliar a compreensão de como são materializadas e concebidas as bandeiras de luta pautadas por esses movimentos e a centralidade para a constituição da sua identidade política e das reflexões/ações acerca das relações de poder na trama de constituição de um Nós e do Eles (Prado, 2002; Mouffe, 2005). De fato, a história de constituição, as posições sociais que os movimentos ocupam, as relações que estabelecem com outros grupos, o acesso a recursos materiais e simbólicos e a trajetória de suas lideranças conferem significado e moldam a forma de interpretar as experiências de sujeição, de desigualdade e de exclusão, bem como as concepções de democratização e de emancipação.

Nesse sentido, nosso intuito é de apresentar os movimentos a partir de um resgate que os localize a partir de sua história e dos contextos mais gerais de sua articulação, e, para isso, no início desse estudo, foi realizado um **mapeamento** dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais como parte integrante da fase exploratória (Minayo, 1999), que se estruturou com o objetivo de apresentar a organização, abrangência e principais bandeiras de luta dos movimentos sociais,

construindo um retrato das lutas das mulheres do campo no Estado, suas formas de inserção no terreno de disputa política e no embate com outros atores. O mapeamento foi realizado através de um **roteiro de entrevista para os grupos**²², e de **entrevistas semi-estruturadas** com lideranças das trabalhadoras rurais de Minas Gerais e do país. O roteiro de entrevista para os grupos foi uma ferramenta metodológica aplicada em quatro movimentos sociais articulados em Minas Gerais²³ e mostrou-se fundamental para nossa inserção em campo, para colaborar empiricamente na delimitação de nosso problema de pesquisa, e por ter permitido a identificação de pontos como a estrutura de organização, acesso a recursos materiais e simbólicos, bandeiras de luta, formas de enfretamento e embate político, histórico em Minas Gerais, principais lideranças. Além disso, a história dos movimentos de mulheres é um aspecto que merece e precisa ser contada e re-contada como uma possibilidade de ser apropriada pelos movimentos como instrumento de luta política.

Ao longo de nosso trabalho, esse mapeamento tornou-se muito dialógico com o contexto nacional da organização das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais, o que conferiu significados mais amplos e localizados para a própria experiência no âmbito estadual. E nesse sentido, o mapeamento foi para além do objetivo inicial de 'inserção em campo', e se tornou um mergulho nas dinâmicas, tensões, conquistas, paradoxos, histórias e trajetórias de mulheres e de grupos em luta por participação e interferência no mundo público, na cultura e na política. Esse mergulho proporcionou a organização de um rico material empírico, a delimitação do nosso problema de pesquisa, a (re)definição e um olhar analítico das hipóteses que apresentamos no início da pesquisa, de modo que buscamos *conservar uma abertura e flexibilidade capazes de, apesar da teoria, descobrir as particularidades da realidade empírica* (Minayo, 1999:96).

²² O roteiro pode ser encontrado no final deste capítulo, no **Quadro 3**.

²³ Como já foi apontado em capítulo anterior, nossa primeira aproximação das articulações das mulheres rurais em Minas Gerais foi através do MMC, da Rede de Intercâmbio, da CEMTR e do MST. No entanto, constatamos que este último movimento não possuía, até a data de realização do mapeamento, uma organização das mulheres no interior do movimento.

Associado a isso, foi necessário recolher e analisar **documentos** – estatutos, anais de congressos, relatórios de encontros – e **materiais de produção simbólica**²⁴ – fitas VHS de encontros, cartilhas, panfletos, folders, livros de cânticos – como forma de acessar conteúdos e debates produzidos pelos movimentos em contextos e marcos históricos específicos. O acesso a esse tipo de material possibilitou uma aproximação aos dilemas, deliberações, bandeiras de luta, estratégias de organização e mobilização que nos ajudaram a compreender, em acordo com Machado (2007), *como os grupos processam cognitivamente suas demandas na elaboração de seus discursos internos e externos ao grupo* (p.37-38). Assim, concordamos com May (2004) que os documentos podem ser *lidos como a sedimentação de práticas sociais, [que] têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo; eles também constituem leituras particulares dos eventos sociais* (p.205). Os documentos formais e as produções simbólicas constituíram importantes fontes para compreendermos a dinâmica de relação estabelecida nas instâncias de deliberação, ocupação de espaços de poder, conquistas políticas, acesso a recursos materiais e simbólicos, agendas políticas e suas reconfigurações ao longo do tempo.

O processo de construção de conhecimento foi sendo delineado, ganhou vida e dinamicidade ao longo de toda a pesquisa nos permitindo acessar e compreender a organização social desses movimentos, suas formas de reprodução, mudança e mobilização a partir de contextos sociais, econômicos e históricos e, principalmente, como surge a demanda pela organização das mulheres rurais. Assim, o Plano 1 de nosso trabalho foi desenhado ao longo de toda pesquisa como caminho para analisar de forma mais abrangente os movimentos de trabalhadoras rurais, apontando como influenciam nos comportamentos individuais de suas integrantes (Sautu *et al*, 2005) e na formação de uma identidade política (Prado, 2002) do movimento.

²⁴ A lista completa com todos os documentos e materiais de produção simbólicas estudados se encontra ao final deste trabalho na seção sobre Documentos Consultados.

Resgatar a história de articulação das mulheres camponesas e trabalhadoras rurais nas diversas expressões de sua organização é um esforço reconhecido como de grande importância pelas trabalhadoras rurais e tem sido empreendido por parceiros ligados à organização dessas mulheres, inclusive em espaços acadêmicos, no intuito de dar visibilidade a sua participação e atuação nos movimentos. Mais do que contar a história de forma cronológica – o que também é muito importante – entendemos que o esforço na nossa pesquisa se faz no sentido de tentar localizar os silenciamentos e as vozes da mulher trabalhadora rural.

Assim, reafirmamos nosso compromisso e posicionamento político diante da produção de conhecimento através da preocupação em proporcionar reflexões constantes sobre a relação com o campo de investigação e os pressupostos teórico-metodológicos de apreender os fenômenos da participação social através de uma lente de gênero e buscando triangular metodologias qualitativas²⁵ que estejam a serviço da emergência dos aspectos psicossociais dos fenômenos de participação social, bem como do esforço empreendido para traduzirmos saberes.

Plano 2: Trajetórias em movimentos

De volta ao trabalho de tecer a rede, ou seja, de recontar analiticamente a história de organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais, pode-se dizer que este exercício possibilita uma aproximação de quais os desafios esses atores têm enfrentado na atualidade e quais os avanços e os sonhos que vêm sendo construídos. Nesse sentido, como já apontamos, nosso trabalho de pesquisa buscou revelar e analisar os aspectos sociopsicológicos das formas de organização das mulheres rurais, tecendo uma rede de trajetórias pessoais que

²⁵ Klandermans, Staggenborg & Tarrow (2002) chamam a atenção para a triangulação de metodologias como forma de conseguir uma maior aproximação do objeto sem cair nas dicotomias metodológicas exclusivistas que muitas vezes impedem o uso de métodos diversos em função de uma concepção de ciência estritamente positivista ou qualitativista. Nesse sentido, apontam a necessidade de um “multi-método” para as pesquisas com movimentos sociais e, em nosso estudo, utilizamos predominantemente metodologias qualitativas, por compreendermos que ela possibilitaria nos aproximarmos de forma confiável ao nosso objeto de investigação e às nossas perguntas de pesquisa.

não pode ser contada dissociada das bandeiras de luta, dos aspectos estruturais, dos movimentos e de seus contextos. Para Raimundinha *a história, ela não pode se perder no meio do caminho*, e assim entendemos que o trabalho acadêmico pode ser uma forma dos movimentos se apropriarem de um outro discurso para se repensarem no contexto das suas lutas contra-hegemônicas (Santos, 2005).

Diante do exposto, justificamos a organização metodológica de nosso trabalho através do Plano 2 no qual consideramos as trajetórias de luta das mulheres trabalhadoras rurais para a construção da rede e para a nossa análise dos dados. Com isso, compreendemos que a dimensão da construção pessoal, da narratividade, das emoções e paixões também são fundamentais para entendermos as formas como se dão as identificações coletivas e a construção da identidade política do movimento (Mouffe, 2005). E nesse sentido, as estratégias pessoais e coletivas de enfrentamento das relações de poder e os lugares que cada liderança construíram em sua trajetória nos conferem elementos para relacionarmos a dinâmica entre o individual e o coletivo e a construção dos significados sociopsicológicos das formas de participação política.

Para acessar esses elementos sócio-afetivos ligados à trajetória de luta das lideranças utilizamos **entrevistas semi-estruturadas**²⁶ (Flick, 2004:95) que partiram do princípio que a pessoa entrevistada possui o conhecimento e a capacidade de articular a temática em estudo, seja de forma implícita ou explícita. Assim, essa ferramenta possibilitou a delimitação de um campo de co-construção de conhecimento, estabelecendo um caráter interventivo e reflexivo sobre como entrevistada e pesquisadora compreendiam as questões postas e re-postas durante a entrevista. Segundo Mendes (2003:10), *ninguém, para o bem e para o mal, sai incólume a uma entrevista. E é nessa riqueza dialógica, nessa polifonia de vozes presentes e ausentes, que jaz toda riqueza das entrevistas*. E, segundo Lia,

²⁶ Todas as entrevistas, com exceção de uma, foram gravadas, transcritas e revisadas com a autorização da pessoa entrevistada. Todas as transcrições foram enviadas para as lideranças por e-mail ou postagem de correio para que elas pudessem ler e sugerir acréscimo, supressões ou comentários.

o espaço criado pela entrevista possibilitou um auto-exame da história e de seu próprio lugar:

Na verdade, eu tô conversando com você e fazendo uma terapia também, jogando pra fora tanta coisa. Mas que infelizmente foi verdade, né. Aí, essas é os espinhos que a gente encontra. É o espinho. Mas que conseguimos. O importante, assim, isso nós passamos por cima de tudo, assim, vencemos. Num é que passamos por cima, superamos, né, essas pedras (Lia, ex-CEMTR).

Com isso, entendemos que a tarefa da pesquisadora foi construir um espaço, através de questões semi-abertas, controladas pela teoria ou confrontativas que pudessem explicitar a maneira como as entrevistadas compreendem o tópico de pesquisa. Abordamos, assim, a história vivenciada por diferentes lideranças tanto em âmbito estadual quanto nacional, além de temas e questões que se explicitaram ao longo de nossos estudos teóricos e pela inserção em campo, de forma a aprofundar aspectos que consideramos centrais para nosso debate: a trama do poder, a história de ruptura da organização das mulheres de esquerda no embate com um setor conservador dentro do MSTTR, a articulação da identidade política do movimento, as formas de significação das experiências de participação social, entre outras já apontadas. Como poderá ser observado no quadro abaixo, realizamos **sete entrevistas com lideranças nacionais**, entre as quais se encontram todas as coordenadoras que já passaram pela CNMTR da CONTAG, mulheres lideranças que integraram a executiva da CONTAG, lideranças do movimento autônomo MMC, o presidente da FETAEMG na época da criação da CEMTR, e mais **duas entrevistas** com uma das atuais assessoras da CNMTR e ex-assessora da CEMTR entre 1989 e 2004, e com o assessor da presidência da CONTAG. Além disso, realizamos **entrevistas com onze lideranças do estado de Minas Gerais**, entre as quais, as principais lideranças cutistas que compuseram a CEMTR entre 1989 e 2002 em cargos de direção executiva e na coordenação da Comissão, as duas coordenadoras da CEMTR após a ruptura do processo em 2002, e uma liderança do MMC em Minas Gerais.

Tomar e analisar as trajetórias de mulheres trabalhadoras rurais que ocupam lugares reconhecidos de liderança nos movimentos nos permitiu reconstruir uma narrativa histórica de ordem micro-social, mas sociopsicológica que é fundamental para realizarmos uma leitura contextualizada e consistente acerca do mapeamento dos movimentos. Dessa forma, acessamos elementos que nos permitiram compreender como as lideranças dos movimentos de trabalhadoras rurais significam seu cotidiano, suas experiências de enfrentamento da opressão e das relações de poder a partir de sua posição, valores e interseções sociais (Sautu *et al*, 2005) e, sobretudo, como essas mulheres engendram processos de reflexividade sobre sua própria trajetória e do movimento na trama de construção da identidade política nesses espaços de participação (Robnett, sem data). Segundo Robnett, o processo de reflexividade permite a mediação entre a cultura, as interações discursivas, os quadros coletivos de referência (*frames*) e entre o indivíduo. Neste sentido, o processo de reflexividade nos auxiliou na análise das diferentes maneiras que as mulheres trabalhadoras rurais interagem com o movimento social, com as bandeiras de luta, com a vida política e pessoal, com as relações de poder, enfim, com a construção de um Nós do movimento, e de um Eles que precisa ser enfrentado.

Ressaltamos que os dois planos metodológicos desta pesquisa estiveram em constante diálogo através das ferramentas analítico-teóricos que lançamos mão, de forma que buscamos sustentar uma investigação sociopsicológica que produzisse elementos concretos e passíveis de serem apropriados e criticados no âmbito acadêmico, dos movimentos e das políticas públicas para as trabalhadoras rurais (Ver **Quadro 1**). Assim, as trajetórias de lideranças foram o fio condutor através do qual foram analisados os movimentos sociais, para que, por um lado, não nos perdêssemos na dimensão mais ampla e estrutural de organização desses movimentos, e, por outro, para enfrentar uma possível ‘psicologização’ dos fenômenos de participação social²⁷.

²⁷ Salientamos que, ao tomarmos os fenômenos do ponto de vista sociopsicológico, buscamos justamente avançar no debate que compreende as esferas macro, meso e micro de forma separada e compartimentada. Isso se torna possível na medida em que compreendemos os processos de mobilização e participação social como imbricados tanto pelas características

A estratégia de realizar **viagens a campo** e **observação participante** em reuniões, encontros e manifestações garantiu uma ampliação do espectro da pesquisa, na medida em que estas estratégias proporcionam uma aproximação ao objeto de estudo e a construção de um espaço de interação e co-construção de conhecimento. Segundo Pimenta (2005), a observação participante significa diálogo com a realidade concreta e material, de modo que a presença do pesquisador não seja neutra, mas que, ao contrário, crie *um novo campo de relações ou um espaço público que devem ser, eles mesmos, objeto de reflexão porque históricos, datados e marcados pela alteridade* (Zaluar, 1997:113).

Nesse processo, foi de grande relevância o uso do **diário de campo** como estratégia metodológica para registro, narração e interpretação da realidade social que nos propomos acompanhar, um exercício de reflexividade e auto-reflexividade constantes fundamentais para leitura dos fenômenos que aparecem para e com a/o pesquisador/a em campo (Pimenta, 2005). O diário de campo foi utilizado em todos os momentos de observação participante e foi uma possibilidade de materialização e registro de conversas informais, festas, protestos, gestos, falas e comportamentos (Minayo, 1999). Tanto o diário de campo como a observação participante, realizadas de forma semi estruturada, foram condutores dos dois planos dessa pesquisa, ou seja, ferramentas essenciais para construção dos dados e também de interação com nosso campo de investigação.

Já abordamos anteriormente, no início deste capítulo, alguns dos elementos de auto-reflexividade proporcionados a partir do campo e em diálogo com o registro em diário de campo. Gostaríamos de pontuar, no que concerne às entrevistas realizadas em Brasília, como a relação com o campo se estabeleceu de maneira a construir uma lente através da qual passamos a olhar e analisar a experiência das mulheres no âmbito estadual e as relações com a sua organização nacional de maneira muito mais localizada. O lugar que a organização das mulheres de Minas ocupou e ocupa em âmbito nacional foi se delineando com muita precisão em diversas falas das lideranças nacionais, o que foi muito importante para

societais nas quais se inserem como nas potencialidades e recursos – sejam eles materiais ou simbólicos – que seus atores acionam (Sautu *et al*, 2005).

abordarmos os nossos temas e objetivos de pesquisa junto às lideranças estaduais com outros importantes elementos. Para Ilda Margarida, a primeira coordenadora da CNMTR, a organização das mulheres em Minas Gerais teve grande relevância para os debates e encaminhamentos da Comissão Nacional:

Quando eu, assim, também no período da minha estadia na CONTAG, eu acho que foi uma coisa muito boa das mulheres de Minas Gerais que participavam na Comissão Nacional. A gente tinha uma companheira assim muito guerreira, a Lia, a Tereza que depois ela foi vereadora, a Margarida e essas eram as mulheres que traziam a experiência do trabalho que era feito no Estado. Sara na época era assessora de lá, elas traziam a experiência do trabalho que era feito, muitas vezes a gente se orientava pelas propostas de Minas Gerais. E assim, era um trabalho muito forte (Ilda Margarida, MMTR-NE).

Na medida em que a experiência modificava meu olhar sobre a trajetória, sobre o impacto da organização das rurais em Minas Gerais uma vez que todas as lideranças nacionais apontaram a importância das lideranças cutistas de mulheres mineiras na organização do MSTTR, eu me aproximava com mais elementos da experiência de organização das mulheres no Estado. Como pode ser observado no trecho de diário de campo abaixo, a organização das mulheres em Minas Gerais reflete um grande trabalho de fortalecimento pessoal e político das trabalhadoras que tomou grande proporção antes mesmo das entrevistas estaduais:

Sara me conta do início de seu trabalho junto às mulheres, no esforço de 'abrir picada' para construir a organização das mulheres no Estado: o trabalho minucioso, do dia-a-dia nas comunidades e nas reuniões da CEMTR se baseava na realidade que as mulheres viviam, e isso serviu primeiramente para que elas pudessem olhar para seu lugar na agricultura e se reconhecer como mulheres trabalhadoras rurais, questão essa que não era simples para pessoas marcadas pela vergonha do seu corpo, pelo medo de falar, enfim, por processos históricos de muita violência. Além disso, ela me conta como a discussão política dos temas que as mulheres traziam, andava junto com um trabalho constante para encorajar as lideranças de apoderar de sua fala, e para enfrentarem os tantos embates que o empoderamento e autonomia que construíam para si e para o grupo provocava no âmbito da família e, sobretudo, no espaço do MSTTR. Ouvindo Sara me contar todo dispêndio de energia que as mulheres empreenderam para se

consolidarem como lideranças e todas as conquistas que foram se delineando e sendo construídas nesse processo, eu me aproximava dos elementos que pareciam ser importantes para a delimitação do Nós na organização das mulheres, ao mesmo tempo que me fazia mais próxima e com uma grande tarefa de recontar a história de luta dessas lideranças. Aos poucos, tomo a dimensão da importância do diálogo com o contexto nacional de organização das trabalhadoras para agregar elementos, fatos, histórias e afetos para a tarefa de analisar a organização das rurais no Estado (Diário de Campo, 2008).

Os elementos do lugar que a organização das mulheres de MG ocupou no cenário nacional, os elementos ligados à modificação da agenda política do MSTTR e os desafios de organização das lideranças de acordo com as tendências que se estabelecem dentro da esquerda e dentro do MSTTR foram fundamentais para construirmos espaços de entrevistas com as lideranças estaduais que pudessem dialogar e elucidar as questões e fatos apontados nas entrevistas com as lideranças nacionais. O mergulho em diversas regiões de Minas Gerais para conversar com as lideranças deu materialidade e conteúdo ao mapeamento e análise documental, bem como às questões compiladas nas entrevistas em Brasília. De fato, a trajetória das lideranças revelava estratégias dos movimentos, as concepções sobre a história, sobre a ruptura dos trabalhos, e sobre as formas de significação dessa realidade que apresentavam elementos próprios, mas que estavam fortemente ligados às falas das lideranças nacionais. Apontava, sobretudo, como as mulheres em Minas Gerais construíram uma rede de solidariedade e afeto que, se foi rompida por um processo político, ainda guardava força no recontar da história e nos seus trabalhos atuais.

Diante disso é que ganhou concretude a forma como o entrelaçamento dos Planos 1 e 2 que apresentamos está marcada pelas histórias das lideranças e pela maneira como essas trajetórias dão conteúdo e são conformadas pelas formas de participação política dos movimentos sociais, como poder ser também observado no **Quadro 1**, síntese de nosso percurso metodológico. Assim, nosso trabalho de metodologia – ancorado na epistemologia feminista e na psicologia política – esteve em acordo com o objetivo mais amplo de reconstruir a rede de organização

dessas trabalhadoras rurais de modo a trazer para o centro do debate os aspectos psicossociais envolvidos na dinâmica de sua participação política. Ressaltamos, assim, que nosso trabalho buscou revelar e analisar os aspectos sociopsicológicos das formas de organização das mulheres rurais, tecendo uma rede de trajetórias pessoais que não pode ser contada dissociada das bandeiras de luta, dos aspectos estruturais, dos movimentos e de seus contextos.

Finalizamos essa reflexão destacando dois trechos que ilustram esses aspectos que estamos denominando como sociopsicológicos das lutas dos movimentos sendo que, no primeiro deles, Elza Ilza reflete como a história de luta das mulheres rurais faz parte do que ela é e de como essa rede de companheiras e companheiros sustenta sua luta na atualidade:

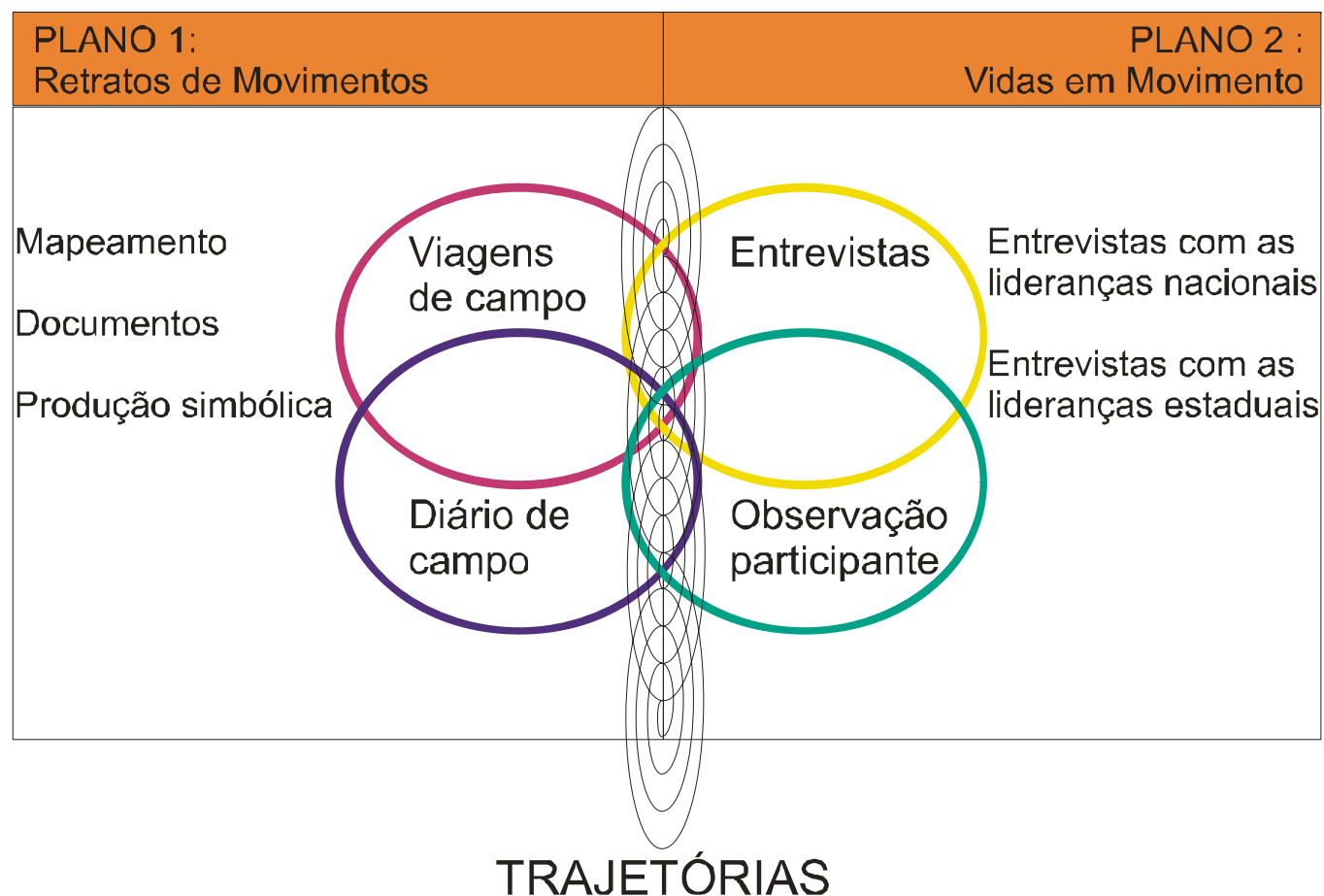
Fatos históricos que de vez em quando a gente pára e pensa né acho que de isso fazer parte, mas que loucura, né, da gente ter entrado nisso e como a gente conseguiu sair, como é que a gente conseguiu provocar isto, tem hora parece que é um sonho né da gente tá relembando isso, mas acho que o mais importante disso tudo é os marcos, né, das pessoas, dos companheiros, principalmente das companheiras, né, acho que cada uma tem, a gente guarda as suas histórias, as suas lembranças que eu acho que é isso que faz a gente persistir, insistir e continuar entendeu, acho que sem essas histórias de vida né dessas companheiradas aí, nem sei aonde eu estaria hoje, sabe, que se a gente for pensar e pensar só no lado negativo o melhor seria voltar lá pro cantinho da gente, né, pra casa da gente, ficar só na família da gente e esquecer o resto, mas acho que o ânimo da gente vem dessa história, das mulheradas e de mesmo com alguns desafios enfrentados por alguns companheiros aliados nosso, os homens, né, mas que em algum momento contribuiu, contribuiu e que contribui. Acho que a cada momento histórico da nossa vida a gente tem a história e o pedacinho de cada uma e de cada um e que vai aí fazendo que mesmo que fique, éee, no trabalho da gente numa, num tamanho aí de um fio de uma linha né, com as dificuldades e tal, mas eu acho que jamais vai acabar e arrebentar com essa rede, sabe, que eu creio que ela vai continuar mesmo com a gente ou sem a gente, mas as mulheres tão aí de pé firme pra caminhada (Elza Ilza, FETRAF-MG).

O segundo trecho é uma fala de Lia, para quem o objetivo e o alcance da pesquisa estão na reconstrução da história de luta dessas mulheres e de seu próprio lugar nessa história e no contexto das lutas e também no resgate de

alguns sonhos que, por processos políticos envoltos de disputa e sofrimento, ficaram adormecidos:

em primeiro lugar agradecer você por tá vindo aqui, tá vindo aqui, apesar de tá aqui meio quietinha, mas você veio até a minha casa, conversar comigo, ouvir essa minha história, então te agradeço muito por isso. Ressaltar que o que você tá fazendo enquanto uma pessoa dentro da Universidade é não deixar a história e as ações esquecidas, e também, sei que você tá buscando resgatar o quê que, como que as pessoas podem acordar, como que as pessoas podem resgatar seus sonhos, que isso é uma coisa, que é o sonho que alimenta a alma, né, se cê pára de sonhar, fica difícil, fica pesado. Aí agradeço você e dizer assim pra todas as pessoas que você conversou, que você ainda vai procurar que... éee, continue sonhando, porque quem sabe um dia a gente pode voltar a sorrir de novo, né, numa organização dos trabalhadores e das trabalhadoras a gente pode voltar a sorrir. E dizer que também que eu tenho saudade de todas as companheiras, das pessoas que a gente atuou junto nessas lutas, e que eu sei que continua fazendo ação grande ou pequena em seus cantos, né, que isso é muito importante, a gente não deve parar não, e que depois de sua vinda eu sei que muitas coisas eu vou voltar a pensar com carinho e pensar diferente, até eu mesma o quê que eu posso contribuir mais nesse processo. Eu te agradeço, viu (Lia, ex-CEMTR).

Quadro 1: Síntese do Percurso Metodológico da Pesquisa



Quadro 2: Elementos do Mapeamento das organizações de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Camponesas em Minas Gerais

MAPEAMENTO DOS MOVIMENTOS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS EM MINAS GERAIS	
Significados psicossociais auto-atribuídos	
Bandeiras de luta do movimento	
Mobilização de Recursos Materiais e simbólicos	
Antagonismos e relações de poder	
Formas de Participação e Mobilização Social	
Espaço para as demandas específicas das mulheres	
Problematização das questões de gênero no próprio movimento; nas políticas públicas; nas relações do cotidiano (família, trabalho)	
Formas de conscientização e socialização política	

Quadro 3: Roteiro de Entrevista para Mapeamento dos movimentos

- 1) Nome do grupo:
- 2) Nome da/o entrevistada/o:
- 3) Função no grupo:
- 4) Desde quando estão articuladas? Como o grupo surgiu? (Data, demanda inicial, fundadoras/es, etc.)
- 5) Quem participa e como participa? (lideranças, faixa etária e perfil de trabalho: assalariadas, acampadas, assentadas, agricultura familiar, outros)
- 6) Estrutura organizacional (organograma)? Quantas pessoas participam e o que fazem?
- 7) Em quais comunidades e municípios atua?
- 8) Como são os encontros do grupo (quando, onde, recursos e principais pautas de discussão)?
- 9) Quais atividades estão sendo realizadas pelo grupo ou em quais projetos está envolvido?
- 10) O grupo organiza-se dentro de outro grupo ou movimento?
- 11) Se sim, qual?
- 12) Quais os principais desafios o grupo já enfrentou?
- 13) Quais as principais conquistas?
- 14) Quais são os principais parceiros?
- 15) Conhece outros grupos de mulheres trabalhadoras rurais? Se sim, quais?
- 16) Como é a parceria com outros movimentos de trabalhadoras rurais?

Quadro 4: Lideranças entrevistadas

4.1: Entrevistas realizadas com lideranças do Contexto Nacional

LIDERANÇAS / REFERÊNCIAS DO CONTEXTO NACIONAL				
Entrevistada	Nome utilizado no texto desta pesquisa	Movimento	Cargo / referência para a pesquisa	Idade ¹
Carmen Helena Foro	Carmen	CNMTR / CONTAG	Atual coordenadora da CNMTR	42
Raimunda Celestina de Mascena	Raimundinha	CONTAG	Ex-coordenadora da CNMTR	43
Maria da Graça Amorim	Graça	FETRAF Brasil	Ex-integrante da CNMTR	49
Margarida Pereira da Silva	Ilda Margarida	MMTR-NE	1ª coordenadora da CNMTR Secretária executiva do MMTR-NE	60
Rosângela Piovizani Cordeiro e Noemi Margarida Krefta	Rosângela e Noemi	MMC Nacional	Direção Nacional do MMC	43 e 47
Juraci Moreira Souto	Juraci	CONTAG	Presidente da FETAEMG na época de criação da CEMTR	52
Edson Campos	Edson Campos	CONTAG	Assessor do presidente da Contag	Não informada
Sara Deolinda Cardoso Pimenta	Sara Pimenta	CONTAG	Ex-Assessora da CEMTR e atual assessora da CNMTR	53

¹ A idade das entrevistadas e dos entrevistados foi considerada a partir das informações recolhidas no ano de finalização deste trabalho, ou seja, em 2008.

Quadro 4.2: Entrevistas realizadas com lideranças do Contexto Estadual

LIDERANÇAS DE MINAS GERAIS				
Ana Maria Aparecida Pereira	Ana Maria	CEMTR	Atual Coordenadora da CEMTR	29
Geralda do Carmo Pereira	Geraldinha	CEMTR	Ex-coordenadora da CEMTR	28
Maria Antônia Costa Nogueira	Maria Antônia ou Lia	CEMTR	Ex-diretora de Reforma Agrária da FETAEMG Ex-integrante da CEMTR	41
Terezinha Aparecida Gomes	Tereza de Miradouro	CEMTR	Ex-integrante da CEMTR	40
Edina Maria da Silva	Edina	Rede de Intercâmbio	Ex-coordenadora da CEMTR Integrante da Rede	33
Evina Teixeira da Cruz	Eva	Rede de Intercâmbio	Ex-diretora de Pólo da FETAEMG Integrante da Rede	56
Margarida Alves de Oliveira Pinheiro	Margarida de Tombos	Rede de Intercâmbio	Ex-diretora de Pólo da FETAEMG Integrante da Rede	50
Ana Maria Terra Oliveira Bianchini	Ana Terra	Rede de Intercâmbio	Integrante da AMART e da Rede	43
Elza Ilza Simões da Silva	Elza Ilza	Rede de Intercâmbio e FETRAF - MG	Ex-diretora executiva da FETAEMG Integrante da Rede	43
Francisca Raimunda da Cunha	Fiiinha	CEMTR	Ex-vice coordenadora da CEMTR	55

Martinha Jorge Moreira	Martinha	MMC – MG	Coordenadora do MMC – MG Ex-integrante da CEMTR	35
------------------------	----------	----------	--	----

4. Articulando teorias e lutas

Os movimentos sociais rurais ocupam importante lugar no cenário das lutas democráticas na América Latina e no mundo, mas apesar disso, não têm sido objeto privilegiado de estudo da Psicologia Social e Política da contemporaneidade. Muitas vezes essas pesquisas, quando existem, não levam em consideração a história dos conflitos que envolvem o rural e as relações de gênero e os impactos disso nas formas organizativas, na consolidação de identidades e atores coletivos e nas agendas dos movimentos. Nesse sentido, compreendemos que se faz necessário um esforço para localizar como os movimentos sociais rurais foram se construindo ao longo da história e na atualidade nas lutas por direitos, nos processos de autonomização dos sujeitos e na ampliação de sua inserção no mundo público, na pluralidade de seus atores e de suas lutas, e na compreensão de temas como reconhecimento, diferença e igualdade. Para isso, o capítulo está dividido em duas partes que intentam apresentar algumas dessas reflexões.

4.1 As lutas sociais no campo: conflitos e a emergência de novos atores políticos

Nossa proposta de articular teorias e lutas está fundamentada na necessidade de localizar como os conflitos ao longo da história de lutas sociais no campo revelam a emergência e a invisibilidade dos atores políticos que protagonizam nesses cenários. No entanto, não pretendemos aqui fazer um apanhado geral e histórico das lutas do campo¹, e sim, apresentar um recorte a partir do debate sobre a

¹ Diversas formas de lutas camponesas se desenvolveram em função do modelo brasileiro de concentração fundiária com suas raízes no Brasil Colônia, sendo que dentre esses movimentos muitos podem ser caracterizados como de caráter messiânico – como Contestado e Canudos – e de banditismo – como o cangaço. Para Martins (1981) essas lutas materializavam uma “interpretação política e de classe do processo que estava atingindo o povo” (p.53), e, portanto, devem ser considerados movimentos políticos (Piñeiro, 2004), a despeito de algumas análises marxianas (ver Quijano, 1967 *apud* Piñeiro, 2004), que não conseguem encaixar essas lutas camponesas dentro de um ideal da luta de classes, provavelmente pela dificuldade que essas análises têm em compreender o campesinato como uma classe em si capaz de questionar e modificar as relações de produção e de poder estabelecidas (Piñeiro, 2004:26). Além desses

consolidação dos rurais como atores políticos no cenário brasileiro desde meados do século XX, compreendendo e situando a emergência de conflitos e atores diversos, principalmente as mulheres.

O aparecimento da figura do trabalhador rural na esfera pública da década de 1930 nas lutas por reivindicações de direitos esteve atrelado à regulamentação de seu trabalho na mesma época em que eram discutidos os direitos dos operários fabris. O reconhecimento do trabalho rural, diferentemente do trabalhador urbano, não tem uma história de pressão e organização dos movimentos, mas se dá mediante a intervenção estatal (Medeiros, 2002). Nesse período, a dificuldade em definir o que era o 'empregado rural' fez sobrepor às lógicas diversas do campo um caráter neutro de sua dinâmica, de modo que a consequência principal dessa situação foi a atribuição de unidade na organização sindical entre trabalhadores e patrões em função de uma suposta homogeneidade e indiferenciação de seus atores. Justamente o oposto era o que acontecia no meio urbano, onde o antagonismo entre o trabalhador e aquele que detém os meios de produção era facilmente reconhecido, como por exemplo, no caso dos operários fabris e patrões (Medeiros, 2002).

A dinâmica dos atores do meio rural colocou uma série de questões, tanto para as políticas do Estado, quanto para a organização dos movimentos sociais, que ultrapassavam a forma como o campo e seus atores vinham sendo apreendidos. As linhas não tão precisas que 'deveriam' separar patrões de empregados e, portanto, a dinâmica de relação de subordinação entre capital e trabalho não poderia ser aplicado da mesma maneira no contexto de estabelecimento e fortalecimento da figura do camponês, na medida em que esse ator coletivo surgia também ligado ao estabelecimento de uma pequena propriedade.

Para Paulilo (2004) a construção do modelo de produção capitalista que Marx aplicou à agricultura não se sustentou historicamente pela diversidade do meio rural, e pela negligência da família como central no processo de produção. Como

exemplos, é possível localizar conflitos envolvendo trabalhadores livres da cafeicultura em fins do século XIX e início do XX que já "colocavam a nu alguns dos impasses próprios à sociedade brasileira, relacionados à tendência à resolução de conflitos na esfera privada e não através do recurso a espaços públicos" (Medeiros, 2002:152).

conseqüência do modelo marxiano, foram geradas análises que afirmavam o desaparecimento do campesinato e a idéia que este estava sempre se diferenciando de seu estado original, para se tornar burguesia rural ou proletariado (Paulilo, 2004:233).

Para Martins (1981), as 'questões da terra' surgem a partir do momento em que a *terra* torna-se o mediador do antagonismo entre fazendeiro e camponês, já que antes, esse fundamento se pautava sobre a figura do escravo. Para o autor, na medida em que se reconhecem e nomeiam os latifundiários e coronéis ricos explorando os camponeses pobres, o conflito se instala, pautando a luta ao direito de acesso e permanência na terra e contra o poder estabelecido. Dessa forma, a história de modernização conservadora que a América Latina e, portanto, o Brasil experienciaram durante os anos finais do XIX e os primeiros do XX foram cruciais para o surgimento de ações organizadas, consideradas movimentos políticos, de resistência e enfrentamento da exploração e da opressão no campo.

Medeiros (1995) observa uma conjunção de fatores de conflito que se generalizaram no campo e que possibilitaram que tensões de diferentes ordens ganhassem visibilidade de modo a serem protagonizadas por atores coletivos que passam a ser reconhecidos social e politicamente. A generalização dessas lutas consolidou uma importante diferenciação e podemos dizer o estabelecimento de fronteiras políticas (Prado, 2002) entre dois grupos, por um lado, os patrões e latifundiários e, por outro, as figuras que representavam os trabalhadores do campo: lavradores, camponeses, trabalhadores agrícolas. Desse modo, foi possível aos trabalhadores que se produzisse *um consenso em torno de seus direitos enquanto profissionais e [a universalização dos atores] foi produto de um conjunto de lutas sociais, baseadas em algumas concepções de direitos, constituindo a possibilidade desse segmento se constituir como classe* (Medeiros, 2002:157) em torno de duas grandes bandeiras de luta: a reforma agrária e os direitos trabalhistas. Nesse contexto, o conceito de latifúndio torna-se depositário de uma materialidade para além da grande extensão de terra, para abarcar formas diversas de exploração, subordinação, improdutividade (Medeiros, 2002), o que

possibilitou que o pequeno proprietário de terra, hoje chamado agricultor familiar, tivesse um espaço para se reconhecer na luta contra o latifúndio.

Para Piñeiro (2004), é justamente a etapa posterior à década de 1930 que possibilitará maior clareza política aos movimentos sociais do campo, sendo que no Brasil é importante apontar o surgimento e consolidação das Ligas Camponesas em 1955 e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais como protagonistas centrais das lutas no campo do período. Através das Ligas Camponesas viu-se estabelecer uma identidade política que marcou as lutas sociais no campo: a conformação da figura do camponês que passou a agregar e articular *demandas esparsas, pontuais e localizadas* (Medeiros, 2002:158).

Durante o período que precedeu o golpe militar, instalou-se um momento de disputa do camponês nos projetos políticos do Partido Comunista (PCB), da Igreja Católica e das Ligas Camponesas (Martins, 1981). Ao Partido Comunista interessava a Reforma Agrária como etapa para a industrialização e para consolidação da Revolução Democrático Burguesa o que se deu através da organização de federações e confederações de organização dos camponeses. Mais do que isso, como aponta Medeiros (2002), a despeito das formas de vinculação dos trabalhadores rurais com a terra, o PCB consolidou uma maneira de compreender esses atores exclusivamente através da relação capital/trabalho. Restritamente, a greve era considerada o mecanismo privilegiado para a luta. A consequência disso foi a utilização de argumentos em torno da legalidade para tratar, principalmente, os conflitos sociais que envolviam os assalariados ou aqueles que já tinha acesso à terra, mesmo que de forma precária, como no caso dos arrendatários e parceiros.

Já a Igreja Católica apoiava as reformas de base em curso relacionadas aos programas desenvolvimentistas do país, e seu apoio à Reforma Agrária se pautou também pela preocupação em manter os camponeses longe do comunismo e aliados aos valores cristãos. Para garantir isso, a Igreja colaborou na fundação de muitos STTRs.

Por fim, as Ligas Camponesas estavam articuladas de forma mais fluida e, sob a bandeira de luta *Reforma Agrária na Lei ou na Marra*, organizou os camponeses em ocupações de terra e de engenhos e na repartição das terras conquistadas (Martins, 1981; Novaes, 2002; Piñeiro, 2004).

Durante o regime militar, o enfraquecimento das lutas camponesas decorreu tanto pelas disputas entre os Sindicatos e as Ligas (trabalhadores rurais X camponeses), quanto pelas formas de repressão aos movimentos sociais que se contrapunham ao modelo latifundiário e excludente de organização do meio rural brasileiro, o que ganhou materialidade quando o governo militar depôs Goulart e deixou as Ligas Camponesas na ilegalidade (Piñeiro, 2004). Nesse período houve uma associação dos STTRs a estruturas conservadoras do Estado e ficou na incumbência dos sindicatos a extensão das políticas relacionadas aos direitos previdenciários do Funrural. Neste sentido, a prestação de serviços de cunho assistencialista aos trabalhadores rurais foi uma das estratégias adotadas pelo governo militar no intuito de desmobilizar as ações camponesas (Medeiros, 2002; Silva, 2004). Associado a esse quadro, deve-se considerar o modelo de Reforma Agrária desse período, a crise que os camponeses enfrentaram devido ao processo desenvolvimentista pelo qual o país passava, a tecnologização da agricultura no que chamamos de Revolução Verde e o conseqüente empobrecimento da população do campo.

Segundo Silva (2004), um fator crucial para a desmobilização dos movimentos sociais do campo foi a aprovação do Estatuto da Terra que previa uma Reforma Agrária branda e conservadora e em consonância com os interesses dos grandes proprietários e latifundiários do país. O Estatuto da Terra se pautava num modelo de desenvolvimento capitalista do campo com a introdução massiva de tecnologia e de grandes incentivos financeiros e fiscais para as grandes empresas em detrimento da distribuição de terra e da justiça no campo (Silva, 2004:3). O cenário econômico brasileiro, que era crítico – aumento dos preços do petróleo, o surgimento do déficit público e da recessão, o aumento da dívida externa – foi fundamental para instigar as tensões sociais no campo. Além dos fatores econômicos, as mudanças nas relações de trabalho em virtude da política de

modernização das fazendas e a instalação do *agrobusiness* foram cruciais para o processo das lutas, uma vez que *a força de trabalho dos arrendatários residentes nas fazendas [foi] substituída pela força de trabalho assalariada temporária* (Deere, 2004). Com isso, fica visível que

o Estatuto da Terra revelou-se um instrumento estratégico no controle de tais tensões sociais e na desmobilização dos conflitos por terra. O Estatuto veio a institucionalizar as reivindicações dos movimentos sociais tornando a reforma agrária uma questão técnico-administrativa e militar. Essa estratégia visava a despolitização da questão frente a opinião pública ao mesmo tempo que, na verdade, se exercia o real controle político da questão e excluía a participação dos trabalhadores rurais das esferas decisórias de seus próprios interesses (Silva, 2004:8).

Nesse sentido, as conquistas que poderiam sinalizar na direção dos trabalhadores rurais consolidaram-se apenas no plano institucional, contrastando com a *difficuldade de organização dos trabalhadores frente às novas condições que lhes estavam sendo impostas no bojo da aceleração da modernização tecnológica e com a atualização das velhas práticas dos proprietários de terra, fundadas na coerção* (Medeiros, 2002:162).

O enfraquecimento das ditaduras militares na década de 1970 e início de 1980 na América Latina foram fundamentais para o re-fortalecimento dos movimentos sociais no campo que ressurgiram com muita força e dando visibilidade a novos segmentos de trabalhadores rurais (Grzybowski, 1991). Nesse contexto, a Igreja Católica, através dos segmentos e pastorais ligadas à Teologia da Libertação, cumpriu um papel especialmente importante ao criar uma *teologia da terra que não só transformava a terra num direito, como remetia essas lutas à caminhada do povo hebreu em busca da terra prometida* (Medeiros, 2002:163), e com isso consolidava uma crítica ao assistencialismo ao qual haviam se reduzidos os sindicatos, assim como, empreendiam ações baseadas em metodologias de participação comunitária para análise da realidade, organização de oposições sindicais e lutas por melhores condições de vida.

Os movimentos desse cenário ainda se uniam em torno da luta pela terra principalmente através da bandeira da reforma agrária, mas, ao mesmo tempo, apresentavam histórias de ocupação e de posse da terra muito diversas que, foram fundamentais para a formação de diferentes grupos sociais com distintas perspectivas acerca da ação coletiva. Para Piñeiro (2004), a criação de laços de pertença e de unidade para a ação coletiva até o início dos anos 1980, esteve centrada pela identidade de classe, seja como camponeses ou como trabalhadores rurais, perspectiva essa compartilhada entre diversos outros autores (Martins, 1981; Grzybowski, 1991; Medeiros, 2002). Essa característica trouxe inovações importantes no que concerne à fundação de novos direitos, mudanças nas formas de mobilização e organização – principalmente com o início das ocupações de terra e com a criação do MST – assim como o fortalecimento da identidade em torno da agricultura familiar, como salienta Medeiros (2002).

No entanto, o que diferencia esses autores da análise feita por Piñeiro (2004) acerca das ações coletivas no meio rural latinoamericano é a leitura de que, para este último, sob a identidade de classe, outras formas de dominação eram minimizadas. Nas palavras do autor

el renacimiento del interes en los movimientos campesinos como sujetos portadores del cambio social tuvo el efecto de oscurecer otros clivajes que ya se encontraban entre los campesinos, como la cuestión indígena, la cuestión de género, el clivaje etario o la construcción de identidades locales (Piñeiro, 2004:40).

Além da invisibilidade em que outras demandas democráticas permaneciam, outro fator que parece decorrer da idéia do campesinato como aliado fundamental da classe operária urbana ou como uma classe em si capaz de ensejar uma revolução (mesmo que muitas vezes, como aponta Piñeiro, essa revolução tivesse que ser conduzida por indivíduos não pertencentes à classe camponesa!) é a idéia da fragmentação e descentralização das lutas do campo que autores como Grzybowski (1991) e Martins (1981) sustentavam. O que para esses autores se configura como uma *generalização de lutas sociais no campo, a sua diversificação geográfica e social, com a entrada em cena de diferentes segmentos de*

trabalhadores e, ao mesmo tempo, a não centralidade das lutas, a sua fragmentação (Grzybowski, 1991:17), pode ser lido de outra forma. Piñeiro (2004) sustenta que a desmobilização do campesinato em decorrência das ditaduras latinoamericanas e do rígido controle exercido sobre esses grupos, ensejou formas de mobilização social, a partir da década de 1980, através das organizações locais *con amplia participación de distintos actores, campesinos y campesinas, jóvenes, indígenas, trabajadores rurales, agricultores familiares, etc., cada uno desde sus realidades, con nuevos dirigentes y nuevos estilos organizativos* (p.42), o que desvela outros conflitos que não os restritos exclusivamente a questão de classe.

Para Santos & Nunes (2003), o que tem marcado as formas de participação social no mundo contemporâneo é o reconhecimento de que existe uma multiplicidade de atores coletivos que não podem mais ser representados pelo proletariado global, o que aponta para uma reconceitualização do papel da luta de classes como agente principal e central das ações coletivas. Segundo o autor, não se trata de deslocar a importância que o capitalismo tem na sustentação de formas de opressão, mas compreender que *são os próprios processos característicos das dinâmicas diferenciadas e desiguais do capitalismo que geram contradições e lutas de diferentes tipos, que não são todas simplesmente integráveis ou subordináveis à luta de classes* (Santos & Nunes, 2003:35).

Diante disso, é importante considerar os contextos sociais e políticos emergentes na década de 1980 como a efervescência do Novo Sindicalismo, a consolidação da segunda onda do feminismo no Brasil e no mundo, a globalização da economia, a queda dos países socialistas do leste europeu, a reordenação econômica e social dos países, e também uma reação de organização de diversos movimentos sociais populares, inclusive os do campo. No que concerne à organização dos trabalhadores rurais através do Novo Sindicalismo, é preciso pontuar, a partir do exposto, que um reordenamento do papel dos atores sindicais (Favareto, 2006) deve ser compreendido também pela entrada e pela conseqüente instauração de novos conflitos através de atores como, por exemplo, as mulheres. Assim, o entendimento do contexto do novo sindicalismo e do

recrudescimento das lutas sociais no campo pode ser explicado pela *evolução na qualidade do conflito social agrário, de um lado, e os arranjos e tensões internos ao campo sindical, de outro* (Favareto, 2006:30), ao que acrescentaríamos além desses fatores estruturais e macro-sociais, outros de ordem sociopsicológico, como a visibilização e inserção de outras identidades, bandeiras, ampliação da agenda política e modificação nas formas de organização. Nesse sentido, se por um lado o revigoramento dos conflitos sociais durante os anos 1980 possibilitou a emergência de diversos atores invisibilizados no pressuposto universal das lutas de classe, por outro, foi fomentada pela criação de novos direitos também não restritos ao conteúdo de classe, mas que passaram a dar uma nova dimensão a ele através da emergência de outros conflitos.

Sendo assim, nossa leitura é que o período de ações coletivas no campo a partir da década de 1980 não é marcado pela fragmentação, mas pela reordenação das formas de enfrentamento das opressões vividas no campo e pela inserção de novas demandas reivindicatórias/democráticas (Mouffe, 1988; Smith, 1994). Essa descentralização, aliado às mudanças de ordem global e local no plano social e econômico, é que possibilitam a visibilidade de outras lutas, como das mulheres, dos ambientalistas, dos movimentos anti-racistas, entre outros. É nesse contexto, que os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais ganham espaço na arena pública para denunciar não só a exploração sofrida como integrantes de uma classe subalterna, mas também para questionar os lugares de sujeição material e simbólica engendrada no interior dos movimentos sociais do campo, nas suas relações familiares e com a sociedade. A emergência de bandeiras de luta levantadas pelas trabalhadoras rurais aponta a invisibilidade na qual permaneceram como atores políticos fundamentais das lutas pela terra, mas que ainda não possuíam lugar na história das lutas camponesas. Assim, nos parece fundamental compreender como são contadas e analisadas as histórias de luta no campo tanto para refletirmos sobre os motivos teóricos, políticos e/ou ideológicos de invisibilização da lutas das trabalhadoras, como também para compreendermos como o contexto de enfraquecimento da idéia da luta de classes como luta principal e a sua incapacidade para dar um destino às demandas que se

fortaleciam, consolidou um terreno para emergência de novos antagonismos e lutas democráticas, agora postos e reconhecidos na arena pública. Dessa maneira, não compreendemos a consolidação da organização das mulheres, assim como outras lutas emergentes na década de 1980, como um simples adicional à luta de classes – o que seria reduzir acriticamente o campo de tensões e conflitos no qual esses atores emergem, mas as compreendemos como capazes de instaurar oposições e conflitos para além de uma estrutura binária, ou seja, a partir de uma pluralidade de demandas democráticas que carregam um potencial de subversão capaz de modificar o núcleo central das lutas e reconfigurar o político (Smith, 1994).

4.2 Construção identitária nas lutas democráticas: dinâmicas do público-privado e da igualdade-diferença

Como discutimos anteriormente, a emergência das mulheres trabalhadoras rurais no cenário público e político como protagonistas de lutas sociais e que vêm reinventando o fazer da política e a própria concepção do que é o político (Santos & Nunes, 2003), coloca em xeque a centralidade das lutas em torno das demandas unicamente de classe, a dualidade rural x urbano e as hierarquias que ela enseja, assim como, a dinâmica presente nas relações no campo e na agricultura familiar. Os movimentos de trabalhadoras rurais têm denunciado essas relações e vêm se colocando de forma propositiva no mundo público para pensar mudanças de ordem cultural, política e econômica.

Os estudos sobre a participação política têm sido importantes instrumentos de reflexão acerca das formas de reprodução social, das formas de conscientização de direitos e de instauração de mudanças sociais e políticas. Nos últimos anos, têm sido realizados no Brasil estudos feministas diversos de como grupos de mulheres têm apresentado alternativas à globalização (Thayer, 2001) e os impactos que determinados movimentos sociais têm alcançado diante das relações políticas e culturais com o Estado (Barsted, 2003). Nesse contexto de pesquisas, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais são um exemplo

desses estudos feministas (Deere, 2004; Paulilo, 2004; Thayer, 2001; Silva, 2004; Boni, 2004).

4.2.1 O político e as identidades políticas

A visibilidade que diversas demandas democráticas ganharam ao longo dos anos 1980 no contexto do pós-socialismo e da globalização econômica e cultural traz questões importantes para pensarmos as formas de participação, mobilização política e as lutas sociais na atualidade a partir de uma abordagem da Psicologia Política. Essas questões dizem respeito ao aparecimento e consolidação de novos sujeitos políticos na esfera pública, às relações entre o indivíduo e a coletividade (Prado, 2003), à compreensão do político para além das esferas institucionalizadas (Prado, 2002), a tensão entre a particularidade e a universalidade da política, entre outros. Esses dilemas nos apontam a urgência em recuperarmos o debate sobre como instaurar práticas e culturas políticas que sejam instrumentos democratizadores das relações sociais, das instituições e das políticas. Pautar essas questões no mundo público mediante o reconhecimento da pluralidade da vida social tem sido possível pelo ganho da modernidade ocidental em tratar *a igualdade, a liberdade e a cidadania (...) como princípios emancipatórios da vida social*, e como conseqüência, as hierarquias e as desigualdades devem ser *justificadas como exceções ou incidentes de um processo societal que lhes não reconhece legitimidade, em princípio* (Santos, 2006:279).

Assim, as ações coletivas *emergem como uma possibilidade, nas sociedades modernas, de construção de discursos e práticas antagônicas, ou seja, no estabelecimento de conflitos sociais* (Prado, 2002:60) revelando as formas como vêm sendo construídas identificações coletivas e identidades políticas no contexto de um modelo liberal hegemônico pautado, fundamentalmente, por uma política do consenso (Mouffe, 2005).

Para Mouffe (2005), o pensamento liberal, através de seu individualismo metodológico, foi incapaz de compreender a natureza das formações de

identificações coletivas na medida em que é uma teoria racionalista e individualista. O pluralismo no sentido liberal refere-se, nessa crítica, ao estabelecimento de um todo harmônico e não conflitivo e, portanto, resta à cidadania, um mero estatuto legal que pressupõe uma universalidade na qual todos são iguais (Mouffe, 1996). Em oposição, para a autora, a relação de antagonismo entre amigo x inimigo é o critério do político, que por sua vez, dialoga diretamente com as formas coletivas de identificação estabelecidas através da construção do Nós x Eles.

Assim, o antagonismo revela o limite e os atos de exclusão que sustentam um suposto consenso racional predicado pelas diversas formas de liberalismo, seja o racionalismo instrumental ou o racionalismo comunicativo². O cerne da crítica a essa tradição de pensamento está na constatação de que ela não reconhece a dimensão constitutiva do conflito no Político, fato este que não é uma omissão empírica, mas uma omissão ontológica, na medida em que o conflito é entendido, para Mouffe, como constitutivo do político. Nessa concepção, portanto, o político é a radicalização de um antagonismo que não pode ser erradicado das relações sociais (Ferreira, 2004), pois ele é constitutivo das sociedades humanas (Mouffe, 2005) e se difere *da* política, que é um conjunto de práticas e instituições que organiza e regula a existência humana (Mouffe, 2005:9).

Reconhecer e buscar um lugar para a pluralidade da vida social significa situar o debate em torno de uma radicalização da democracia através da compreensão de como se organizam e através de quais conflitos se estabelecem as formações do Nós e Eles. Diferente da identidade social, o conceito de identidade política colabora nessa tarefa na medida em que é compreendida

como um conjunto temporário de significados que delimitam fronteiras na questão dos direitos sociais e, exatamente por isso, ela é experienciada como um NÓS que está sendo impedido por um ELES de realização de suas demandas sociais, portanto como uma relação antagônica (Prado, 2002:60).

² Para um aprofundamento do argumento da autora na crítica ao liberalismo ver: Mouffe, 1996; 2000.

Nesse sentido, é preciso salientar que as formas de mobilização e de ação coletiva estão estreitamente relacionadas às identificações estabelecidas nesse processo:

Para agir politicamente, é necessário que os sujeitos possam se identificar com uma identidade coletiva que lhes dê uma idéia de si mesmos que possam valorizar. O discurso político precisa apresentar não somente políticas, mas também identidades que sejam referência de interpretação da experiência dos indivíduos e que lhes dê esperança para o futuro (Mouffe, 2005:25. Tradução livre)³.

4.2.2 O exterior constitutivo: hegemonia e poder na construção Nós x Eles

O debate acerca da construção da identidade política nos processos de participação e mobilização política tem um ganho através do estudo dos aspectos psicossociais ou sociopsicológicos desses fenômenos. Considerar a construção da identidade, o compartilhamento de crenças e valores, analisar os processos de conscientização, as formas de ação social, entre outros, revela um esforço empreendido por diversos autores em manter uma interação entre os aspectos estruturais com aqueles ligados à constituição dos atores (Prado, 2002), com os afetos (Mouffe, 2005; Mendes, 2003) e com os aspectos individuais de reflexividade (Robnett, sem data).

Para nossos propósitos, compreendemos que é preciso dialogar os aspectos psicossociais da construção identitária com as formas pelas quais determinados elementos contingentes ao contexto histórico e de organização são acionados e conjugados no sentido de articular lutas com a opressão. Nesse sentido, compreendemos que a construção identitária se faz a partir de interações discursivas, da própria cultura, de componentes emocionais, valorativos, além de componentes como o acesso a recursos materiais e simbólicos, as estratégias de conscientização e de luta. Os afetos e a paixão têm um papel importante para compreender as formas pessoais e coletivas de identificação e de construção

³ *In order to act politically people need to be able to identify with a collective identity which provides an idea of themselves they can valorize. Political discourse has to offer not only policies but also identities which can help people make sense of what they are experiencing as well as giving them hope for the future (Mouffe, 2005:25).*

identitária (Mendes, 2003). Para Mouffe (2005), as paixões são a força originária e que não pode prescindir no processo das identificações coletivas, sendo também, constitutivas do campo da política.

O conceito de exterior constitutivo (*constitutive outsider*) (Mouffe, 2000; 2005) nos ajuda a compreender a construção identitária do Nós a partir da maneira como o Eles é construído nas lógicas discursivas, identificações e negociações dos atores coletivos. Assim, para a autora, a identidade – compreendida em sua dimensão relacional, contingente e em processos de identificação que não são completamente fixos – se constrói com base numa diferença que se assenta numa hierarquia, e esta hierarquia possibilita a criação de um terreno no qual os atores podem se identificar afetivamente com um Nós, e conseqüentemente, em contraponto a um Eles. A noção de exterior constitutivo permite, assim, compreender como as relações sociais se tornam um campo de antagonismo e são construídas através de relações de poder. Nessa concepção, o poder não se estabelece numa relação externa entre identidades pré-constituídas, mas é o que pauta a própria constituição das identidades (Mouffe, 2000:21) em ação e em negociação no mundo público.

É preciso salientar que a constituição do sentido de um Nós através de formações de identidade coletiva entendida aqui como *um processo social de constituição de um conjunto de valores e ações capazes de criar formas de pertença grupal e de criação e sustentação de sentidos da realidade social* (Machado & Prado, 2005:38), não garante que estas sejam constituídas, por princípio, através de relações de antagonismo. O antagonismo se estabelece na medida em que o Eles é percebido como uma ameaça a existência simbólica do Nós de maneira irreconciliável (Mouffe, 2005; Prado, 2002). Assim, o adversário se configura como objeto de reflexão e passível de uma construção cognitiva e afetiva que garante a *continuidade de suas relações de pertença* (Prado, 2002:69) e a interpelação das hierarquias que se reiteram pelas relações de poder.

Na medida em que a relação Nós x Eles passa a ser compreendida como possibilidade de engendramento de um antagonismo faz-se necessário abordar

outro conceito importante para localizar o conflito na dinâmica de construção identitária. Segundo Mouffe (2005), considerar o conceito de hegemonia na abordagem do conflito social permite compreender o estabelecimento de qualquer ordem social como práticas sociais contingentes ao contexto que revelam o caráter não total dessa ordem. A hegemonia, neste sentido, tem um caráter contingente e constitutivo das relações sociais, e o político é a articulação de atos e discursos através dos quais tais práticas se consolidam, expressam uma estrutura de poder e estão baseadas na exclusão de outras possibilidades de práticas e discursos sociais. Nas palavras de Machado (2007):

A hegemonia seria então impossível de ser representada ou apreendida conceitualmente, pois é o movimento capaz de transformar uma diferença particular em uma representação incomensurável (Laclau, 2005). A Hegemonia é a objetivação social (ou aquilo o que chamamos de Sociedade) nas relações de poder (Mouffe, 1988).

O paradoxo da hegemonia é estar dividida entre a particularidade que ela ainda é, e a significação mais universal da qual se pretende portadora. Entretanto, a totalidade que ela representa não pode ser compreendida como um fundamento, mas sim, como um horizonte simbólico (Machado, 2007:42).

Revelar que toda ordem social é fruto de um processo de hegemonização que, inevitavelmente, exclui outras formas de existência social e que a consolidação de um projeto hegemônico se dá no terreno da disputa e negociação política, é tomar o fato de que o conflito não pode ser erradicado da vida social e política, e que a distinção Nós x Eles é fundamental para que hierarquias naturalizadas sejam apreendidas no seu caráter contingente e passível de transformação. Assim, toda ordem hegemônica está suscetível a práticas contra-hegemônicas que buscam desarticular a ordem instaurada, para instaurar outra forma de hegemonia (Mouffe, 2005:18). Isso dependerá de como a construção do Nós irá interpelar e tomar o Eles como um adversário incompatível com a sua existência, ao mesmo tempo em que é condição para a emergência das identificações em torno do Nós (Mouffe, 2000). Dessa forma, a fronteira que se estabelece entre Nós x Eles não deveria estar informada pela idéia de que o Eles é um inimigo a ser eliminado (Ferreira, 2004), mas um adversário que expressa um antagonismo impossível de ser

resolvido racionalmente (Mouffe, 2005). Não considerar o Eles como um constitutivo identitário do Nós seria, portanto, negar o caráter político que fundamenta essa relação. A noção de exterior constitutivo se encarrega de trazer para a construção identitária esse elemento político do conflito, e ao mesmo tempo possibilita um pluralismo discursivo e identitário contingente às inúmeras formas como o Eles pode ser construído, dependendo de como os atores coletivos vão significar e materializar sua experiência de sofrimento social em relação ao impedimento de existência simbólica que o Eles sintetiza. Assim, *a única possibilidade de existir um verdadeiro exterior, seria que o exterior não foi simplesmente um elemento a mais, neutro, mas o resultado de uma exclusão, de algo que a totalidade expelle de si mesma, a fim de constituir-se* (Laclau, 2005 *apud* Machado, 2006:42).

2.2.3 O agonismo democrático

Nossa proposta mais ampla nesta pesquisa de analisar experiências sociais e formas de participação política nos remete a necessidade de localizar qual a concepção de democracia que sustenta nosso trabalho teórico e político, bem como subsidia nossas análises. De fato, buscamos nos contrapor a uma ordem do consenso de maneira a nos deslocarmos dos lugares de suposta neutralidade, e articularmos teorias e práticas políticas que desvelem o caráter histórico das formações hegemônicas através da valorização e da criação de estratégias e enfrentamentos contra-hegemônicos.

Para considerar o estabelecimento de uma comunidade política nesse modelo que toma o conflito como constitutivo das relações sociais e como possibilidade do Político, estamos de acordo com Mouffe (2005) na sua proposição de uma teoria agonística do conflito, no qual seja reconhecido que, apesar do antagonismo ser constitutivo das relações sociais e não poder ser erradicado, é necessário que ele seja 'sublimado', ou seja, o conflito para ser aceito não pode destruir a comunidade política, esse campo comum que é compartilhado pelo Nós e Eles. Essa preocupação revela um caminho de resignificação da relação Nós x Eles

sustentado no reconhecimento do Outro não como inimigo e sim como um adversário com legitimidade, mas que representa a impossibilidade de uma solução racional para o conflito instaurado. Considerando que não existe solução racional para o antagonismo, é preciso analisar e nos perguntar sobre como as experiências sociais que estamos analisando buscam solucionar ou pautar esse conflito.

Para Mouffe (2005), a tarefa e o desafio democrático está em transformar o antagonismo em agonismo. Nas lutas agonísticas, a sociedade é compreendida na sua historicidade e na sua constituição simbólica e, portanto, é um espaço no qual é possível re-significar a configuração das relações hegemônicas de poder. Essa re-significação está baseada no consenso mínimo de que a existência de projetos antagonísticos que buscam alcançar a hegemonia não elimina o conflito, mas o coloca no campo de debate e de negociação da comunidade política.

As formas de confronto no modelo agonístico estão informadas pela importância da diferenciação explícita entre campos políticos diferentes – como, por exemplo, entre a esquerda e a direita – para que sejam organizadas formas de identificação coletiva fortes o suficiente para mobilizar paixões políticas. Se o terreno não estiver informado por práticas e instituições que garantam a expressão dos conflitos sociais através das relações de adversário, é possível que as paixões políticas passem a ser informadas por um essencialismo das formas de identificação e por valores morais não-negociáveis. Mouffe (2005) nos adverte, no entanto, que essa concepção não significa que não haja consensos na sociedade, e aponta que o consenso necessário deveria ser em torno dos valores ético-políticos de igualdade e liberdade, de modo que o dissenso – também necessário – estaria em como dar conteúdo e em como implementar esses valores.

Já que os antagonismos não podem ser erradicados, é necessário que haja um sistema plural e democrático para que estes possam aparecer e ser objeto de reflexão, negociação no espaço público. Isso é possível através da criação e sustentação de um terreno agonístico das lutas que pressupõe o caráter contingente das articulações hegemônicas, e, portanto, abre a possibilidade para a

reconfiguração das relações sociais através das lutas contra-hegemônicas. A possibilidade da transformação social está numa radicalização da democracia através da luta agonística, na medida em que esta traz novos significados e campos de instauração da democracia e da transformação das relações de poder através da criação de novos discursos, instituições e práticas sociais, mas que mantém em seu horizonte *a própria impossibilidade de uma completa realização da democracia* (Mouffe, 1996:115) pelo caráter inerradicável do antagonismo e do conflito.

4.2.4 Teoria feminista

a) Público-Privado: dinâmicas de opressão e subversão

O debate que vamos apresentar a seguir está situado a partir do arcabouço de algumas teóricas feministas acerca das relações entre público-privado e, para relacionar esta discussão com a formação identitária nos processos de negociação e fixação parcial do Nós x Eles, vamos considerar brevemente temas como o estabelecimento do contrato sexual e social na sociedade moderna, a dinâmica da divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, e a participação das mulheres nos movimentos sociais. De antemão, gostaríamos de pontuar que nossa reflexão busca sair de um lugar que reitera uma divisão rígida e dicotômica entre público-privado para apresentar elementos de dinamização dessa relação.

Segundo Petit (2000), o projeto liberal e a modernidade são o campo no qual a dicotomia entre público-privado vai ser institucionalizada, crescendo diretamente conectada a tradição patriarcal reproduzida nesse contexto. Apesar da noção de privado mudar ao longo do tempo⁴, esse desdobramento não vale para as mulheres, pois a elas permanece reservado o lugar privado compreendido como lócus da necessidade e da privação. Segundo a autora, a divisão entre público-

⁴ Segundo Petit (2000:196), a concepção de privado nasce com referência à privação e necessidade; dentro dos valores da ideologia liberal, o conceito passa a designar aquilo que me pertence em oposição ao que é comum, portanto, a propriedade; em seguida, sob o ideal romântico, o privado passa a designar a intimidade e por fim, designa a individualidade e capacidade do indivíduo de sustentar suas próprias idéias diante da sociedade.

privado está assente nos pressupostos contratuais que regulam a sociedade política e a sociedade familiar, respectivamente o contrato social e o contrato sexual⁵. De acordo com Mayorga & Magalhães (2008)

às mulheres foi reservado um lugar especial, que é o lugar da não-cidadania dentro do estado moderno e não fora dele, já que realiza funções fundamentais para a manutenção do mesmo. Responsável pelos cuidados da vida, a função da mulher no contrato sexual seria a de garantir uma inserção bem sucedida do homem no mundo público e suas atividades consistiriam na construção das bases para essa inserção (p.149).

Do ponto de vista da construção da sociedade política, em oposição à sociedade familiar, essa subordinação se sustenta na deliberação de que na esfera do privado-doméstico não há razão nem racionalidade e tampouco há pacto social que pode regular esse espaço, devido à gênese 'natural' das relações de poder no interior da sociedade familiar (Petit, 2000). Dessa forma, não se discorre sobre a origem do poder patriarcal na esfera familiar e nela, a lei do pacto social não entra, uma vez que aí reinariam os sentimentos e as paixões. Por isso, e segundo a autora, o privado se configuraria por uma situação pré-contratual e pré-iluminista.

Um elemento importante para localizar como as mulheres foram agregadas às idéias, funções e trabalhos ligados ao mundo privado são as noções de espaço e tempo. Fundamentando sua reflexão do ponto de vista da análise foucaultiana, Palmero (2001) sugere que o confinamento das mulheres no âmbito privado as remete, necessariamente, a um espaço e a um tempo de disciplina e disciplinamento, de prescrição de atividades, vigilância e controle do corpo que se mantém por elementos simbólicos e por mecanismos de introjeção dessa posição.

O continuum: espaço e tempo na produção e reprodução

A regulação do espaço na dinâmica das relações público-privado se materializa no fato de que a mulher possui todo o espaço no âmbito privado-doméstico, mas, ao

⁵ Para o debate sobre o contrato sexual ver: Pateman, Carole (1993).

mesmo tempo, não dispõe de nenhum que lhe seja próprio (Palmero, 2001). A agricultura familiar apresenta esse debate através da constatação de que existe um *continuum* entre o espaço da casa / quintal e do roçado, ou seja, entre trabalho reprodutivo e produtivo⁶ (Portella; Silva & Ferreira, 2004). Em consequência, o trabalho das mulheres não agrega valor social (Cordeiro, 2004), já que, independente das atividades realizadas, ele é simbólica e economicamente situado no âmbito privado.

Compreendemos que o trabalho produtivo está relacionado às tarefas não domésticas que possuem alguma relação com geração de riqueza e capital, enquanto o trabalho reprodutivo pode ser compreendido como aquele realizado no âmbito privado-doméstico, que está associado à reprodução e manutenção desse espaço e não tem correlação direta com valor monetário. O ciclo de produção e a reprodução informa e organiza o tempo e o espaço que a mulher ocupa na dinâmica familiar, construindo uma divisão do trabalho que é flexível no que se refere a mão de obra familiar (Cordeiro, 2004), mas que ganha contornos sexuais quando consideramos o valor social dos agentes que realizam o trabalho.

Para Portella, Silva & Ferreira (2004) o elemento do *continuum* espacial se dá entre a casa e o quintal e o *continuum* do tempo pela não determinação da *jornada para o trabalho reprodutivo, gerando um sobretrabalho extenuante e socialmente desvalorizado porque diretamente associado ao trabalho doméstico* (p.67). Esse *continuum*, espacial e temporal, que representa sobretrabalho, gera ausência de poder para mulheres e, portanto, uma reificação de um sobrepoder masculino na figura do chefe de família.

O grande número de mulheres trabalhadoras rurais sem remuneração (Rua & Abramovay, 2000; Cordeiro, 2004) é um dado que nos remete ao argumento patriarcal de que o trabalho que a mulher realiza seria uma extensão dos seus

⁶ Em nosso trabalho, não será possível deter nos importantes debates em torno dos conceitos de reprodução e produção. Segundo Castro & Lavinás (1992), se o conceito de reprodução foi central para o debate entre marxismo e feminismo nos termos da classe social e sexo, ele ainda representa uma pluralidade de acepções desde a dicotomização, a integração entre as duas esferas, a superação dos conceitos, ou sua re-localização nos termos das relações de gênero.

papéis de mãe, esposa e dona de casa, ou seja, como provedora e cuidadora das necessidades da família (Rua & Abramovay, 2000; Portella; Silva & Ferreira, 2004). Em consequência, foi construído um imaginário amplamente compartilhado entre os indivíduos, nas instituições e nos movimentos sociais de que o trabalho da mulher se reduziria a uma *ajuda* ou *complemento* ao trabalho do chefe de família. A idéia de trabalho como *ajuda* remete à não participação da trabalhadora nas responsabilidades econômicas, nas decisões que envolvem o plantio e na comercialização da produção da unidade familiar. Isso reflete diretamente nos espaços de negociação do âmbito familiar e, portanto, nas relações de poder desiguais que se estabelecem (Rua & Abramovay, 2000).

Destacamos a importância de deslocar as reflexões em torno do trabalho produtivo e reprodutivo apenas do ponto de vista econômico para pensarmos como as relações de poder se engendram para além do alcance do trabalho produtivo da mulher na agricultura familiar. Segundo Rua e Abramovay (2000), a dicotomia entre atividades produtivas e reprodutivas é fruto de uma divisão social e sexual do trabalho na qual as tarefas exercidas pelas mulheres são hierarquicamente desvalorizadas por se situarem fora do circuito de valorização mercantil. Podemos problematizar essa visão restrita ao valor econômico do não reconhecimento do trabalho da mulher rural. Diversas opressões são vivenciadas pelas mulheres e jovens que apresentam um componente econômico fundamental, mas que sugerem que as relações de poder na dinâmica familiar estão a serviço da manutenção de relações de subordinação para além dessa esfera. O aspecto econômico e do reconhecimento do valor do trabalho da mulher não mantêm entre si uma relação causal única, já que a realidade se apresenta como um todo entrecortado por opressões de natureza diversa que não podem ser submetidas a uma contradição principal.

Na agricultura familiar, portanto, são tênues ou inexistentes as fronteiras entre o espaço público e o privado, já que, além do exposto, as mulheres realizam trabalho produtivo na esfera privada-doméstica, ou nas palavras de Cordeiro (2004)

Além dos roçados, a casa e o terreiro funcionam para as mulheres como espaços de suas atividades produtivas. São nesses espaços que elas realizam o processamento dos alimentos (feitura de queijos, manteiga e doces, por exemplo), a manufatura de diversos produtos (vassouras, redes, esteiras, cerâmica e utensílios domésticos), além dos cuidados com os pequenos animais (galinhas, patos, porcos e cabras), com o pomar e com a horta (p.109).

O confinamento espacial fará com que sair (de casa, da propriedade, enfim, do mundo privado), para as mulheres, seja sempre um risco e uma necessidade (Palmero, 2001). Para as trabalhadoras rurais, essa é uma questão central e que se agrava na medida em que o

acesso ao mundo público, já [é] dificultado pelas condições de moradia, de transporte e pelo reduzido acesso e usufruto de direitos e torna-se mais problemático quando a situação de trabalho produtivo se dá em um continuum com o trabalho reprodutivo, confundindo-se com este e sendo socialmente restrito ao espaço privado (Portella; Silva & Ferreira, 2004:63).

Em conseqüência, é possível observar mecanismos que impossibilitam ou dificultam essa saída: o fato das mulheres não possuírem documentação; o discurso de que muitas são responsáveis por ficarem em casa porque querem (Rua & Abramovay, 2000); ou através do discurso que naturaliza as tarefas reprodutivas das mulheres realizadas no espaço privado-doméstico, como um trabalho que apenas é extensão de suas características naturais e maternais.

Além do confinamento espacial, a mulher tampouco dispõe de tempo próprio, uma vez que suas saídas são sempre reguladas e os seus afazeres sempre suprimem outras possíveis atividades. A dupla ou tripla jornada enfrentada por trabalhadoras rurais exemplifica como a regulação do tempo também está associada a uma forma de opressão da mulher. Dessa forma, não há tempo pré-determinado para realização das atividades produtivas e reprodutivas, ou seja, o tempo de vigília das mulheres é praticamente o mesmo do seu tempo de trabalho, resultando uma carga muito alta de sobretrabalho (Portella; Silva & Ferreira, 2004).

Da domesticação e da participação em movimentos sociais: redefinições do público-privado

A socialização das mulheres, segundo Palmero (2001), está fundamentalmente marcada pelas lógicas de regulação e disciplinamento do espaço e do tempo que tratamos anteriormente. Um breve recorrido sobre o tema da socialização será importante para compreendermos a reiteração das lógicas público-privado também nas dinâmicas de participação política.

Palmero (2001) nos mostra que sem espaço nem tempo próprios não existe a possibilidade de construção de individuação para as mulheres, ao contrário, o regime de disciplina e disciplinamento que marca seu confinamento no mundo privado farão com que o seu processo de socialização resulte em domesticação *com grandes doses do que podemos chamar intoxicação sentimental cultivada com a nascente subcultura feminina rosa* (Palmero, 2001:53. Tradução livre), marcada por um modelo de mulher passiva e dependente. A violência que reside nessa experiência de socialização se estrutura através da construção de discursos, significados e práticas que buscam manter um sistema de autoridade e dominação (Bandeira, 2008) materializados em atos disciplinares e de correção acerca da conduta moral, da vivência da sexualidade, do controle do corpo e do cultivo do instinto materno (Palmero, 2001). Assim, se por um lado é esperado que a mulher dê satisfação à opinião pública sobre sua reputação para ter respeitabilidade, por outro isso não significa, necessariamente, que ela *mereça* respeito; análoga é a situação de exaltação do instinto materno que traz a justificação para sua inferioridade no mundo público. Esse processo é o que Palmero (2001:54) chama por desvalorização constitutiva dos estereótipos e das possibilidades identitárias das mulheres, ou seja, é uma extirpação de sua liberdade sustentada pela contradição permanente da sua não-essencialidade essencial, um jogo de exaltação daquilo que a denigre.

Se por um lado, temos as conseqüências do processo de socialização que as mulheres sofrem na construção de sua individuação, por outro, é possível refletir como esse processo irá interferir nas suas formas de identificação coletiva, ou

seja, o elemento da participação política pode ser tomado como capaz de construir críticas e uma dinamização desse processo. Segundo Pinto (1992), a adesão das mulheres aos movimentos sociais pode significar um rito de passagem do mundo privado para o público. Benjamín Tejerina (2005) traz outros elementos para essa discussão, apontando que a constituição dos movimentos sociais a partir da década de 60 e 70 se dá a partir de um compartilhamento de questões pessoais e que se localizam no âmbito privado e que, na medida em que reverberam no cotidiano de outras pessoas, configuram-se como possibilidade de criação de um movimento social. Essa reflexão auxilia na compreensão tanto dos limites não estanques das esferas público-privado, como também da dinâmica na qual um movimento social inicia um processo de constituição de sua identidade coletiva: a partir de uma *privacidade compartilhada* (p.81). Esse processo de politização do privado na definição e constituição de movimentos sociais abre possibilidades de emergência de outras formas de cidadania no mundo público e de demandas que anteriormente não constituíam o terreno do político.

De toda forma, o rito de adesão das mulheres a um movimento, principalmente considerando os movimentos mistos, está envolta por *uma rede de rupturas e a constituição de uma identidade pública* (Pinto, 1992:131) que é muitas vezes colocada em questão ou deslegitimada, pois nem sempre está de acordo com as prescrições dada às mulheres. Nesse sentido, consideramos que a participação política das mulheres e os processos de identificação coletiva promovem um realocamento de seu lugar de invisibilidade, garantindo a criação de um terreno no qual seja possível lutar pelo seu reconhecimento como sujeito político, ao invés de reiterar um lugar de não-sujeito confinado no mundo privado.

O rompimento com a sua condição de invisibilidade promove uma inserção numa

rede de relações que pressupõe novos saberes, novas informações que, por sua vez, redefinem as relações de poder ao nível do privado. Os novos saberes referem-se tanto à reivindicação de grupo onde a mulher se insere ao próprio encontro com outras mulheres (Pinto, 1992:133-134).

Essa situação de novos saberes e a reconfiguração de relações no âmbito público, bem como no privado, também foi tomada na dinâmica dos movimentos sociais como um elemento de poder e de estratégia de disciplina das mulheres. Assim, o necessário acesso a novos saberes no espaço da participação é, muitas vezes, regulado por quem já o *detém*, e é controlado através de mecanismos que vão desde o controle da sexualidade e da prescrição de padrões morais até a exigência de competência.

De toda forma, os processos de construção identitária das mulheres como sujeitos públicos e políticos permite outros posicionamentos desses sujeitos no que se refere a sua constituição como ator coletivo que discursa sobre as desigualdades de gênero que se reproduzem no âmbito público e privado (Pinto, 1992).

Para Palmero (2001), a possibilidade de subversão que as mulheres encontraram nesse contexto de domesticação e subordinação se deu por uma via silenciada estreitamente ligada a narratividade, através do diálogo com o diário. Transpondo essa reflexão para os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, consideramos fundamental nas suas estratégias de mobilização e conscientização o elemento relativo ao relato de suas histórias autobiográficas como elo para agregar, criar laços de reciprocidade e de politização da sua esfera privada. Isso confere dinamicidade à compreensão da relação público-privado, uma vez que consideramos as identificações, afetos, apropriações, releituras e compartilhamentos de vivências e valores desses relatos como meio para criar possibilidades de subversão identitária (Smith, 1994) na trama de constituição de sua identidade política.

O elemento narrativo de suas histórias, compartilhado como forma de identificação coletiva, torna-se uma forma de enfrentamento de uma típica homogeneização do privado que não o questiona e não o toma como lugar de contradições e, ao mesmo tempo, é uma estratégia que valoriza a individualidade como possibilidade de compartilhamento e enfrentamento de questões, promovendo a possibilidade de individuação a partir do coletivo. Assim, a entrada das mulheres nos espaços de participação política não fica restrita à experiência de rompimento com o

mundo privado (Pinto, 1992), mas pode indicar uma re-apropriação desses elementos herdados dos processos de socialização e de divisão sexual do trabalho para reinventar essa experiência social no âmbito de suas ações coletivas, na proposição de políticas, e no questionamento das relações de poder.

b) Igualdade-Diferença

As reflexões da teoria feminista em torno da relação igualdade-diferença estão estreitamente conectadas com o desafio de repensar a democracia de uma forma radical, ou seja, coloca-se em questão as alternativas de enfrentamento ao neoliberalismo, a reinvenção do Estado e seu papel importante para a garantia de condições de cidadania, os mecanismos de representação e de participação direta na política, e enfim, o desafio de tratar direitos individuais e direitos de grupos. Os processos de globalização econômica e cultural (Santos, 2006) têm proporcionado a emergência na esfera pública de uma pluralidade de atores sociais em luta pelo seu reconhecimento identitário, ao mesmo tempo em que denunciam e apontam a urgência de uma radical reinvenção do Estado e do seu papel para além dos *domínios repressivos e no domínio da providência para as empresas* (Santos, 2006:315) – função que tem cumprido exemplarmente⁷. Esses atores vêm apontando a urgência das práticas democráticas serem reinventadas de modo a não mais excluir e corroborar processos de subalternidade, e sim, para re-significar as relações entre as esferas individual e dos grupos e dar visibilidade a histórias e a experiências sociais que historicamente têm sido compreendidas através de dicotomias simplistas, ou através da produção de não-existências (Santos, 2002).

Igualdade e diferença também nos remetem a um clássico debate em torno de noções essencialistas ou construtivistas que designam a diferença sexual e a conseqüente construção identitária que daí decorre. Esse não é ponto pacífico na teoria feminista, uma vez que ainda podemos observar, entre as chamadas

⁷ Para um aprofundamento no debate sobre redistribuição e reconhecimento ver: Fraser, 2002; Rodrigues, 2007; Young, 1990.

feministas da igualdade e da diferença⁸, as controvérsias dos modelos de identidade e dos pressupostos essencialistas e nominalistas que sustentam a tese da igualdade ou da diferença (Palmero, 2001:101).

Dicotomias para a naturalização de hierarquias

Palmero (2001) aponta uma saída possível para a tensão entre igualdade e diferença através do resgate da noção de *embodiment* – que podemos compreender como encarnação, corporificação. Para a autora, essa pode ser uma conceitualização que escapa aos dualismos presentes na tradição filosófica ao mesmo tempo em que enfrenta o tabu existente dentro do próprio feminismo para abordar a temática do corpo a partir de suas potencialidades. A dificuldade de tratar o tema no interior da teoria feminista está no fato que, historicamente, o corpo da mulher foi o objeto mesmo de naturalização de características e de diferenças que foram transformadas em desigualdades e substrato para a naturalização da opressão.

Essa noção é particularmente importante na medida em que a inscrição da opressão no corpo da mulher está intimamente relacionada aos sistemas sociais, políticos e filosóficos decorrentes de um modelo patriarcal de concepção e de divisão da realidade a partir de binários, onde a associação conceitual da mulher à natureza e do homem à cultura, legitimou a inferioridade das mulheres (Bedia, 2000). Assim, alguns valores que foram associados ao masculino, como a abstração, a racionalidade e a capacidade de construção cultural e participação política, encerram e legitimam a subordinação feminina a um espaço oposto e excludente a esse, homogêneo e incapaz de produzir individualidades.

Os binômios que se sustentam nessas construções perpassam uma série de relações como: cultura-natureza; público-privado; produção-consumo; trabalho

⁸ De maneira sucinta, podemos dizer que o feminismo da igualdade faz uma leitura de que o modelo hegemônico masculino foi tomado como o representante da humanidade e sua proposta política se sustenta num projeto de democracia paritária e de igualdade formal entre homens e mulheres. Já o feminismo da diferença sustenta que não há lugar para aquilo que é próprio do feminino na ordem simbólica e cultural patriarcal, e por isso, sua proposta está embasada em um modelo separatista e de valorização daquilo que é a mulher (Palmero, 2001:103).

pesado-trabalho leve; entre outros exemplos característicos da racionalidade moderna. Para Santos (2002), essas dicotomias estão assentes em uma racionalidade⁹ que sustenta uma suposta homogeneidade entre o todo e as partes, mas que hierarquiza uma dessas partes das dicotomias ao transformá-la em termo de referência para as outras partes. Com isso, o termo que se torna referência carrega explicações completas, exaustivas e exclusivas do funcionamento dessas dicotomias e donde, portanto, não comportam explicações que tomem as partes fora da sua relação com a totalidade. Com isso, Santos (2002) não pretende, ingenuamente, negar os processos relacionais que existem entre homem-mulher, branco-negro, capital-trabalho, etc., mas sugerir que se o todo é tomado como uma das partes que vira uma referência, se estabelece uma relação de hierarquia em relação às outras partes.

Nesse contexto, o trabalho de Simone de Beauvoir é fundamental e pioneiro na sua contribuição em conferir à sexualidade humana um lócus das relações de poder (Braidoti, 2004) que estão informadas por uma construção cultural e social das diferenças entre homens e mulheres. Nesse modelo, à mulher foi reservado o lugar de *Outro*, uma posição inessencial, que está subjugado à construção do homem como universal, essencial, ou seja, *Um* (Beauvoir, 1986). Para a autora, *a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo* (Beauvoir, 1986:10) e, nesse sentido, o que determina a mulher é o que lhe limita. Com isso, Beauvoir nos mostra como o homem não foi construído como uma singularidade, e sim como um tipo humano absoluto e ontologicamente essencial. Para a mulher resta-lhe então a prisão de seu próprio corpo como destino único e a figuração como o Outro, inessencial. A contribuição de Beauvoir reside no desvelamento de lógicas que sustentam a construção da subalternidade de alguns grupos sociais para a manutenção da hegemonia de outros e para nossa análise é importante pontuar que, na relação igualdade – diferença, os homens se aproveitam do discurso da igualdade das mulheres quando lhes convém e ocultam a diferença hierárquica da relação. Mas quando o conflito se estabelece, a desigualdade materializada na

⁹ Santos (2002) denomina essa racionalidade como razão metonímica.

diferença é explicitada de forma concreta, retirando a autoridade que existia na igualdade abstrata.

A histórica associação da mulher à natureza e do homem à cultura, como mostra o argumento de Beauvoir e de outras tantas feministas (Bedia, 2000; Garcia, 1999), pode realmente se constituir em uma hierarquia, na medida em que

a ênfase no domínio e controle da natureza traz em si o poder sobre o feminino: a terra, a fertilidade, a reprodução, a mulher, que integram o paradigma dominante, produtivista e homogeneizador, que negligencia a diversidade cultural e de ecossistemas e se apóia na neutralidade de gênero (Pimenta, 2005:133).

Nas palavras de Garcia (1999) ainda existe uma estrutura de pensamento que compreende o domínio sobre a natureza

basada en la suposición de que los humanos (a diferencia de las plantas y las rocas) tienen la capacidad de cambiar de manera consciente y radical la comunidad em la que viven, y por tanto son moralmente superiores. Puesto que 'las mujeres son identificadas con la naturaleza y el reino de lo físico', y los hombres con 'lo humano y el reino de lo mental', se sigue que los hombres se consideran superiores a las mujeres (p.81).

Dessa forma, a denúncia feita por correntes diferentes da teoria feminista, e talvez com grande força pelo Ecofeminismo¹⁰, acerca do nexó histórico entre mulheres e natureza, aponta como a hierarquização produzida pela naturalização e dicotomização das experiências sociais produziu formas de justificar a dominação e a exploração de uma das partes da dicotomia, principalmente através de uma idéia de neutralidade e de não historicização das relações sociais.

¹⁰ O Ecofeminismo é uma corrente dentro do feminismo muito heterogênea. Não poderemos aqui nos deter nessas especificidades, mas de forma sintética podemos dizer que há três possibilidades centrais de argumentação em torno da relação entre mulher e natureza, quais sejam: 1) o rompimento do nexó mulher-natureza como um requisito da libertação das mulheres; 2) cultivar e fortalecer o nexó mulher-natureza de modo que as mulheres se tornem as responsáveis pela salvação da terra; 3) definição de uma estratégia política para criar uma cultura e uma política alternativas, mas tomando o nexó mulher-natureza como ponto de partida (King, 1990 *apud* Garcia, 1999:83). Garcia (1999) tecerá uma crítica ao Ecofeminismo como uma impossibilidade para a realização de um projeto multicultural, pois impõe uma visão única e homogênea sobre a natureza para todas as mulheres, e deixa como responsabilidade para as mulheres o resgate do meio ambiente.

A construção desses binômios e a associação da mulher à natureza de forma a explicitar um destino único, referenciado em seu corpo e aparato biológico, produziu muitas formas de violência, dentre eles o que Palmero (2001) chama de maltrato axiológico e maltrato normativo. O primeiro é o que as mulheres sofrem em decorrência da conotação negativa de todas as suas atividades e realizações. Para a autora, o maltrato axiológico está muito associado ao corpo e pode ser traduzido, entre outras coisas, às vivências de vergonha, prazer e perigo associadas principalmente à sexualidade, ao que acrescentaríamos a direta correlação dessas vivências nos espaços de participação política e inclusive no acesso às políticas públicas¹¹. Palmero argumenta em favor da construção de *uma ética afirmativa do corpo feminino, um reconhecimento de suas potencialidades* que, pautada pelo valor da responsabilidade compartilhada com o outro sexo, colaboraria para a *desconstrução do imaginário patriarcal de debilidade, fragilidade e impotência das mulheres, que não é outra coisa senão mentiras que interiorizamos* (Palmero, 2001:129. Tradução livre). Essa desconstrução do maltrato axiológico pode ser uma importante ferramenta no enfrentamento do que a autora chama de maltrato normativo, ou seja, a desqualificação da humanidade das mulheres, *negar a elas o exercício de direitos e excluir-las de benefícios sociais e políticos concedidos aos homens* (Palmero, 2001:115. Tradução livre).

Palmero (2001) constrói, assim, uma proposta de corporificação das experiências das mulheres como estratégia de dismantlar e re-significar as construções simbólicas de origem patriarcal que ainda se impõem sobre os nossos corpos, contrapondo-se a reificação e absolutização da diferença sexual. Percebemos assim que Palmero (2001) compreende a desnaturalização das hierarquias sociais através da positivação e da potência existente na experiência corporificada das mulheres.

¹¹ Nesse ponto, nos referimos a discussão sobre a qualificação ou desqualificação da trabalhadora rural a partir das marcas de seu corpo e da forma como ele é tratado e subordinado também nas relações políticas, por exemplo, a confirmação da sua identidade como mulher trabalhadora rural deveria estar nas marcas de seu corpo, e portanto, o acesso a política previdenciária, como a aposentadoria por exemplo, deveria ser pela verificação dessas marcas.

No intuito de articular a proposta de Palmero com outras matrizes teóricas que reconheçam e auxiliem em formas de compreender essa desnaturalização do ponto de vista das ações coletivas e dos movimentos sociais, passaremos ao outro ponto de nosso debate. Com isso, pretendemos construir um terreno que nos possibilite analisar a dinâmica igualdade-diferença nas formas como os movimentos sociais podem se apropriar tanto dessas vivências corporificadas como das divisões baseadas na diferença sexual para transformá-las em lutas democráticas.

Igualdade-Diferença como paradoxo

Para Braidoti (2004), a noção de gênero atravessa uma crise no âmbito teórico e da prática política feminista denunciado pela heterogeneidade dos atores feministas – pós-coloniais, negras, lésbicas, do terceiro mundo – que vêm apontando a natureza apolítica e amorfa do conceito; além disso, a crise desvela a possibilidade de crítica da oposição entre as teóricas de gênero (feministas da igualdade) e as teóricas da diferença sexual (feministas da diferença) (p.131). Para a autora, o estado da arte da produção teórica e da luta feminista tem apontado novos agrupamentos que denunciam as divisões rígidas entre as concepções de gênero e da diferença sexual, de modo que, em comum, revelam que a categoria gênero, em sua acepção tradicional, representa uma narrativa normativa e um argumento do patriarcado para manutenção da norma heterossexual. Com isso, Braidoti coloca em seu horizonte a possibilidade de construção de um novo paradigma pós-gênero que informe uma prática e uma teoria, ou seja, seja instrumento político e reinvenção epistemológica que possa *recodificar y red denominar el sujeto feminista femenino ya no como otro sujeto soberano, jerárquico y excluyente, sino más bien como una entidad múltiple, interconectada y de final abierto* (Braidoti, 2004:146).

As considerações de Braidoti estão em consonância a proposição de Palmero (2001) no sentido de que a polêmica deveria apontar para algo a meio caminho que não seja tão excludente de um princípio ou outro e que leve em consideração,

necessariamente, a intersubjetividade como um elemento que pode engendrar a categoria *reconhecimento* de forma a colocar a polêmica igualdade-diferença em outros parâmetros.

Nesse sentido, um importante ponto do debate está na compreensão da relação igualdade-diferença também entre os sujeitos do feminismo. Assim, para problematizar a noção de um suposto sujeito universal sob a designação de *mulheres* que o feminismo construiu através de sua consolidação como teoria e prática de luta, Butler (2003) aponta como é *impossível separar a noção de 'gênero' das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida* (p.20), quais sejam, raça, classe, região, etnia. Dessa forma, existe uma impossibilidade política em denotar uma identidade comum para o termo *mulheres* na medida em que ela oculta formas de opressão e de colonização embutidas nessa pretensa forma de universalismo. Para Butler, a saída do feminismo em se fortalecer nessa representatividade supostamente universal e conseqüentemente essencial decorreu da atribuição da estrutura de subjugação das mulheres e, portanto, ao patriarcado, como um lugar universal. Dessa forma, todas as especificidades embutidas nas relações de poder que envolvem os sujeitos ficaram subsumidas ao par binário masculino/feminino que se apresenta no discurso da representação das *mulheres* evocado pelo feminismo.

As tentativas de dinamizar a relação igualdade-diferença na teoria feminista têm sido realizadas no sentido de discutir como as categorias de raça, orientação sexual, gênero e classe não podem estar dissociadas para pensar a construção identitária dos movimentos sociais. No entanto, para além de uma compreensão de *interseccionalidade* (Blackwell & Naber, 2002) dessas categorias sociais, entendemos que é fundamental, para análise feminista e para as lutas dos movimentos sociais contemporâneos, realizarmos leituras que levem em consideração a alquimia dessas categorias sociais (Castro, 1992) de acordo com as posições de sujeitos (Mouffe, 1996) engendradas nas lutas democráticas. Essa conceituação nos permite compreender o encontro de duas ou mais categorias sociais não pela simples somatória das formas opressão, como é no caso da

interseccionalidade, mas como um encontro capaz de produzir outras configurações e significados para as lutas democráticas. Para Mouffe (1996), existe um mal entendido que ocorre comumente, qual seja, que a crítica de uma identidade essencial conduz, necessariamente, à rejeição de todo e qualquer conceito de identidade. Um projeto político de enfrentamento das formas de opressão deve permitir a compreensão de como os sujeitos são construídos – pelos discursos e por suas posições – ao invés de limitar a compreensão pelo viés de uma identidade de única posição – gênero, raça, classe, etc. O conceito elaborado por ela para enfrentar analiticamente essa questão é das múltiplas *posições de sujeito*. Assim, *a ausência de uma identidade essencialmente feminina e de uma unidade prévia não exclui a construção de diversas formas de unidade e de acção comum* (p.118). Essas unidades ocorrem através do estabelecimento de pontos nodais das posições de sujeito em fixações parciais. Mouffe compreende que não há um *a priori* identitário que, nesse caso, orientaria esse movimento de fixação parcial das posições de sujeito. Uma vez que existem pontos nodais de materialização da significação das experiências de opressão, não há relativismo na concepção de identidade, já que esta passa a ser concebida como posições de sujeitos.

Nesse movimento dialético de centralização/descentralização, a articulação das posições de sujeito se consolida como elemento central para compreender como essas posições estabelecem ligações históricas, localizadas, variáveis e contingentes. Nas palavras da autora, *qualquer posição de sujeito é constituída dentro de uma estrutura discursiva essencialmente instável, uma vez que está submetida a uma variedade de práticas articuladoras que a subvertem e transformam constantemente* (Mouffe, 1996:106). Com isso, Mouffe garante teoricamente que a existência de noções como *classe trabalhadora, mulheres, negros*, ou outros, continuem sendo utilizados para se referir aos diversos sujeitos coletivos sem, contudo, essencializar as categorias.

Scott (2005) tem uma proposta que, como veremos adiante, dialoga com a proposta de Mouffe, mas o caminho percorrido por ela para dinamizar a relação igualdade-diferença está na sua constatação da impossibilidade de fixar olhares e

análises em pólos opostos de compreensão da realidade. Para ela, devemos buscar um lugar paradoxal, com uma tensão necessária capaz de analisar as interconexões existentes entre conceitos de igualdade e diferença de forma a não desperdiçar o que a tensão entre esses dois pontos – historicamente abordados como opostos – tem a oferecer. Apresentaremos a seguir os três paradoxos que a autora trabalha para ancorar a sua tese da relação entre igualdade e diferença como um paradoxo e um lugar de tensão.

O primeiro paradoxo discute como a *igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente* (Scott, 2005:15). Ao longo da história, algumas diferenças foram deliberadamente negadas e justificaram formas de subalternidade e exclusão que, por sua vez, foram a base de sustentação de uma suposta igualdade universal. Nesse aspecto, é possível reconhecer como o argumento da igualdade esteve fortemente ligada aos indivíduos, enquanto a exclusão referia-se aos grupos. De toda forma, o ideal universal da igualdade possibilitou a politização de sua noção levando com que grupos sociais pudessem subverter a lógica da igualdade que lhes era negada, ao reivindicarem o acesso a direitos acessados por outros grupos.

O segundo paradoxo decorre da possibilidade alcançada no item anterior e refere-se a como as *identidades de grupo definem indivíduos e renegam a expressão ou percepção plena de sua individualidade* (p.15). Nesse ponto, Scott analisa as implicações da organização social para a construção tanto do estereótipo, como da solidariedade e dos laços de pertença para o indivíduo, ou seja, as identidades individuais se constroem nesse processo de fazerem parte de um todo que reafirma o lugar de discriminação que busca combater.

O terceiro e último paradoxo refere-se ao processo no qual as *reivindicações de igualdade envolvem a aceitação e a rejeição da identidade de grupo atribuída pela discriminação* (p.15), na medida em que materializa o lugar no qual as demandas e os objetos de contestação se localizam. Esse lugar sintetiza um clamor por uma igualdade através de e contra as diferenças que não permitiram que a igualdade

se estabelecesse, e nesse sentido, é preciso construir a diferença que se busca eliminar nas demandas por igualdade.

Scott (2005) nos convida à pergunta de *como os processos de diferenciação social operam* para, então, desenvolver uma *análise de igualdade e discriminação que tratem as identidades não como entidades eternas, mas como efeitos de processos políticos e sociais* (p.29). A afirmativa nos leva a refletir como os processos de antagonismo e de negociação são fundamentais para compreendermos sobre quais aspectos se assentam diferenças que, por processos de naturalização social e diferenciação hegemônica, tornaram-se desigualdades. Nesse sentido, concordamos com a autora quando ela aponta que a política importa justamente *onde os problemas são mais intratáveis e menos passíveis de resolução*, ao que acrescentaríamos que este é o espaço de emergência do político, no sentido de que o campo do antagonismo também tem que ser tenso. Esta talvez seja a possibilidade de considerarmos a pluralidade da vida social e a emergência de outras estratégias de afirmação da diferença e de construção de identidades políticas plurais.

Consideramos assim, que é possível vislumbrar um deslocamento tenso e paradoxal dos conflitos sociais de maneira a não reproduzir a pretensão da eliminação das relações de poder na sociedade, mas o que se coloca é a necessidade de visibilizar os mecanismos que naturalizaram diferenças de forma hierárquica, e problematiza-las num espaço de negociação e de conflito. Isso possibilita aceitarmos o convite que Scott (2005) nos faz de olhar para a justiça e a emancipação social através de uma utopia contingente, historicamente localizada e aberta para a invenção social.

Diante disso, arriscaríamos dizer que as articulações das posições de sujeito, como é apresentada por Mouffe (1996), além de conferirem significado às relações de opressões, também direcionam as ações coletivas a partir de uma dinamização da polêmica igualdade-diferença, particularidade-universalidade. De fato, essas articulações revelam as formas como os antagonismos e as lutas democráticas se materializam e constroem suas estratégias de luta a partir da

historicização das relações sociais, da desnaturalização das hierarquias e do questionamento das relações de poder.

Assim, faz-se necessário pensar a relação igualdade-diferença na construção de uma identidade política em seu caráter de estratégia política, e também como fundamento de criação de sentimentos de pertença e de construção de processos de conscientização social. Dessa forma, a construção de um Nós a partir de um conflito politizado e historicizado não se dá por uma fixação da identidade essencial, mas através de totalizações contingentes da identidade tomadas como fixações parciais (Mouffe, 1996) que estarão em estreita relação com os conflitos mais estruturais do grupo, bem como nas formas de significação e subversão da experiência compartilhada de socialização, e por fim, nas estratégias que o ator coletivo acionar para desencadear mecanismos de conscientização e sentimentos de indignação. Uma postura não essencialista, mas que está preocupada em investigar e analisar as fixações parciais contingentes ao contexto das ações coletivas nos aponta a teia de relações nas quais os movimentos sociais estão engendrados, de forma a revelar *contradições com as significações hegemônicas da realidade, mas também antagonismos plurais* (Machado & Prado, 2005:38) que vão competir para novas significações da realidade e para o enfrentamento das relações de poder.

5. Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais

5.1 Contexto de surgimento e início da organização

A organização das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil está fortemente marcada pelo contexto da década de 1980, quando da restauração das liberdades democráticas e da reorganização de diversos movimentos sociais de contestação. No entanto, é importante não esquecermos que essas mulheres já participavam das organizações camponesas antes desse período, muitas delas ocupando posições de liderança¹² nas lutas que marcaram a história dos movimentos sociais do campo, principalmente com bandeiras pelo acesso a terra.

Assim, já em 1961, quando trabalhadores rurais, lavradores e camponeses realizaram o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas¹³ – o “Congresso de Belo Horizonte”, como ficou conhecido – pode-se localizar a participação das mulheres do campo através da formulação e aprovação de propostas específicas na comissão de Reivindicações Sociais no que se refere a temas como a educação, a organização das mulheres rurais e o intercâmbio com as urbanas, a comemoração do 8 de março nas zonas rurais, assistência à maternidade, entre outros (CONTAG, 2002:6). Apesar da histórica invisibilidade da participação das mulheres, questões e demandas importantes já eram pautadas no interior do movimento mais amplo de luta e organização do campo. Nos dias atuais, está colocado um esforço para dar visibilidade e reconhecer a participação das lideranças femininas dos movimentos sociais do campo de meados do século

¹² Elizabeth Teixeira foi dirigente camponesa e é viúva de João Pedro Teixeira – fundador e líder da Liga Camponesa de Sapé, Paraíba. Alexina Crespo, primeira esposa de Francisco Julião – importante liderança das Ligas Camponesas – foi também dirigente do movimento, trabalhando para sua organização e expansão. Recentemente, teve sua trajetória e sua história de luta narrada no Documentário “Memórias Clandestinas” da cineasta Maria Thereza Azevedo. Margarida Alves foi dirigente sindical em Alagoa Grande, Paraíba, e foi assassinada em 1983. A organização das mulheres no MSTTR homenageia essa grande líder sindical com o nome da Marcha das Margaridas.

¹³ As organizações que promoveram o Congresso foram as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) e pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master).

XX, seja em pesquisas acadêmicas, órgãos de financiamento de projetos e nas políticas públicas.

Considerando que as mulheres ganham força como atores políticos em luta por reconhecimento, pela participação nos espaços dos movimentos sociais do campo e pela garantia de direitos durante os anos 1980, é preciso nos debruçar, rapidamente, sobre esse contexto para compreendermos de que forma ele molda e é moldado pela organização das mulheres trabalhadoras rurais.

A história de luta dos movimentos de mulheres camponesas remonta, portanto, ao final da década de 1970 e início de 1980 que marcam o início de um processo de organização e de mobilização social das mulheres do campo em amplitude nacional. Organizadas, inicialmente, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)¹⁴, em grupos de oração e grupos de mães, as trabalhadoras rurais passaram a questionar a naturalização de diferenças que eram determinantes das funções da mulher camponesa, questionando também as relações desiguais, discriminatórias e de sujeição daí decorrentes. O espaço proporcionado pelas CEBs e pelos grupos de oração e clubes de mães serão, como vai apontar Eva de Medina, *espaço pra gente tá colocando em comum a nossa vida, a nossa, o nosso trabalho, os desafio* e, nesse sentido, foram um importante espaço de aglutinar as mulheres e tratar de temas ligados a intimidade, à saúde sexual e reprodutiva e à sua organização¹⁵.

¹⁴ Como veremos mais adiante, todas as entrevistadas têm o início de sua participação ligada aos movimentos da Igreja Católica que professavam a teologia da libertação e que se organizavam através das CEBs, da CPT, do Movimento da Boa Nova. No entanto, é interessante observar que todas essas lideranças se desligaram da Igreja em um dado momento da militância. Esse fato não compõe aqui nosso objeto de estudo, mas é uma importante questão que merece investigação. As únicas lideranças entrevistadas que não iniciaram dessa forma sua trajetória política são as coordenadoras que sucederam à saída das mulheres cutistas da FETAEMG.

¹⁵ A criação de grupos de mulheres nos quais eram discutidas questões do cotidiano foram também uma forma de organização do movimento de mulheres desde o final dos anos 1970 através dos grupos de consciência e de reflexão que “não se constituíram como simples encontros de mulheres, ao contrário, eram importantes espaços de conscientização, de construção de autonomia política e pessoal, de coletivização da experiência, compartilhamento de valores e de criação de redes de solidariedade. Esses processos foram e são fundamentais para garantir construções identitárias em torno da experiência de um Nós (Prado, 2001), que, por sua vez, fortalecem as mulheres tanto como sujeitos políticos, como suas bandeiras e questões que são trazidas para o mundo público” (Mayorga e Magalhães, 2008:155).

Para Sader (1988), esse momento histórico no qual diversos movimentos populares aparecerem e se apropriam da cena pública é um momento de constituição de um novo sujeito político. Um novo sujeito que é social e que coloca para as instituições em crise dos anos 1970 – a Igreja, o sindicato e as esquerdas – um imperativo de reordenamento de seu discurso para reatar as relações com esses movimentos. Nesse sentido, para fazer sentido a uma coletividade que é descentralizada e que não se organiza mais em torno de um centro universal que seja vetor e telos de suas ações políticas, a Igreja, por exemplo, reedita seu discurso através da Teologia da Libertação e da consolidação de pastorais como as CEBs e a CPT. Assim, *os antigos centros organizadores, em crise, são desfeitos e refeitos sob a ação simultânea de novos discursos e práticas que informam os movimentos sociais populares, seus sujeitos* (Chauí, 1988:11).

Fazendo a leitura dessa forma, compreendemos a tentativa da Igreja em revitalizar seus propósitos de evangelização e de luta pela justiça através das Comunidades Eclesiais de Base. Segundo documento da CNBB, a pastoral das CEBs se organiza no espírito de dar novos sentidos ao movimento da Igreja a partir do contato com a realidade e com os problemas concretos das pessoas pobres, conferindo um papel central e muito importante ao leigo na luta pela justiça, pela comunhão e participação (CNBB, 1982). Outra característica importante é a utilização do elemento da territorialidade que une as pessoas na comunidade para discutir e organizar o acesso a direitos, fazer a leitura da bíblia e empreender reflexões sobre o cotidiano para uma reordenação da vida social. A partir desses propósitos, é possível localizar o fortalecimento do movimento das CEBs como uma *sementeira de movimentos populares* e para isso, segundo Frei Gilvander Moreira, dois aspectos são fundamentais para compreender o papel das CEBs na construção dos movimentos sociais do Brasil, quais sejam,

primeiro, a formação cristã fundada em uma fé libertadora; segundo, o compromisso com os destinos políticos do país, por meio de uma participação cidadã, extremamente descentralizada, capilarizada por toda a sociedade civil, de forma consciente e solidária, onde a tônica da organização sejam os interesses da comunidade e não os interesses individuais (Frei Gilvander Moreira, texto sem data).

As CEBs se configuravam como um acesso rápido e direto às pessoas em suas comunidades, inclusive às mulheres rurais, sendo fundamental para aglutinar e organizar esses atores. No contexto rural, outra pastoral foi e ainda é fundamental na organização e interferência dos trabalhadores e trabalhadoras pela luta pela terra e na terra. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) criada em 1975 assume seu papel de evangelizar e também de libertar através da conscientização e do reforço da coragem do *povo lavrador*, ou seja, do povo pobre do país e da América Latina (CPT, 1985). No documento de comemoração de seus 10 anos, é possível analisar sua relação estreita com os movimentos populares de transformação e libertação e uma inovação na aproximação do povo do campo:

Este é seu ninho. Povos indígenas se organizam em defesa da terra. Lavradores conquistam um pedaço de chão para viver. Operários pressionam por melhores salários. Mulheres se unem na defesa de seus direitos. Este e tantos outros grupos sociais se mobilizam com vistas a uma transformação profunda que possibilite vida para quem trabalha. Este é o contexto da pastoral transformadora. Ela não existe por si só. Nem foi criada à parte. Está no bojo do movimento social (CPT, 1985:12).

Uma iniciativa importante que se insere nesse contexto e que concorreu para a ampliação do debate do lugar das mulheres nessas organizações da Igreja foi a Campanha da Fraternidade de 1990 que teve como tema central: *Mulher e Homem, imagem de Deus*. Para Elza Ilza, essa campanha foi um momento no qual ela pôde se reconhecer numa luta maior de combate às injustiças e aos impedimentos que as mulheres enfrentavam nos espaços de participação, da família e da construção de políticas:

me sindicalizando, veio um tema muito forte na década 90 da campanha da fraternidade éee... “Mulher e homem imagem de deus” né e dentro... aí teve lá um encontro da discussão desse tema e esse tema foi muito forte, esse tema trouxe uma bagagem muito, pra me encarar de frente e ir pra dentro né. E aceitar esse desafio que é está indo pro sindicato e querendo saber como é que tá e tal e ir pra lá e procurar participar de reuniões, de assembléia de sindicato enquanto sócia e com as minhas

interrogações de saber quantas mulheres sócias né porque não tinha
(Elza Ilza, FETRAF).

Pelo exposto, há um enfoque dado nos documentos e nas formas de luta e organização empreendidas pelas CEBs e CPT na perspectiva de integrar ao rol de lutas do povo oprimido, atores sociais antes subsumidos nas lutas gerais da classe trabalhadora ou no genérico dos movimentos sociais do campo. Nesse sentido, o aspecto da conscientização das relações de opressão nas quais estão engendradas foi fundamental para que as mulheres trabalhadoras rurais pudessem se reconhecer como atores e alçar vôos para consolidar sua organização.

Os espaços proporcionados pelos grupos de mães, de oração e as reuniões de mulheres colaboraram para a construção de um outro olhar para as relações sociais e políticas que as mulheres rurais se encontravam e que se expressavam em práticas e discursos de exclusão, subalternização e opressão na esfera da família, nos espaços de participação e no acesso às políticas. Essas práticas discriminatórias estão estreitamente ligadas aos limites tênues entre os afazeres domésticos e as atividades agrícolas, e, portanto, na dimensão opressora da distinção entre o mundo público e privado e da divisão sexual do trabalho (Paulilo, 2004; Portella; Silva & Ferreira, 2004). Desse modelo, decorre a recusa em atribuir valor econômico às atividades das mulheres e tampouco qualquer importância e reconhecimento ao seu trabalho produtivo ou reprodutivo. Com isso, o trabalho da mulher na agricultura familiar fica caracterizado de forma estereotipada e preconceituosa como um trabalho de caráter complementar e de ajuda às tarefas do marido, companheiro ou pai (Portella; Silva & Ferreira, 2004:57).

De fato, o tema do reconhecimento e da valorização do trabalho da mulher no campo significou um eixo muito importante para a mobilização e a articulação coletiva de diversos grupos e movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em todo país desde a década de 1980 (Deere, 2004; Paulilo, 2004; Portella; Silva & Ferreira, 2004).

Até meados da década de 1980, o contexto de abertura democrática é marcado pela organização de diversas lutas que influenciaram a organização no campo, como a efervescência do Novo Sindicalismo com a organização da 1ª CONCLAT (Congresso das Classes Trabalhadoras) em 1981 e a subsequente criação das Centrais Sindicais, entre elas a CUT; a constituição de novos partidos políticos, como o PT; a criação do MST e a re-edição de importantes bandeiras de luta como a Reforma Agrária.

Foi nesse cenário que as trabalhadoras rurais conquistaram vários STTRs¹⁶ e entraram nos partidos políticos sendo possível perceber um esforço de institucionalização da participação política desde o início da história do movimento das trabalhadoras rurais em Minas Gerais, uma vez que o movimento sindical era o espaço privilegiado de participação e de acesso a diversas tipos de políticas. Como até então era vedada às mulheres a participação nos STTRs – que eram as principais estruturas de organização desse período – a primeira grande bandeira de luta das trabalhadoras foi pelo direito à participação ativa e reconhecida nos espaços públicos e políticos mistos, sobretudo no movimento sindical dos trabalhadores rurais, além das lutas por benefícios sociais, como o salário maternidade e aposentadoria (Deere, 2004).

A luta, no início, era para a entrada das mulheres nos sindicatos, porque elas não podiam participar desses espaços. No entanto, antes de entrarem nos STTRs, as trabalhadoras conseguem inserção num partido político, o PT. O lugar da luta em contexto institucional está presente desde a origem e início da luta dessas mulheres. Continuam contando que “tinham que ter uma entidade”. Então, para mobilizar a bandeira ‘Terra, Trabalho e Liberdade’, as mulheres se organizaram primeiramente nos grupos de oração e nas CEBs e em seguida, utilizaram estratégias para entrar no PT, e em seguida, conquistar os STTRs e se associar a outros grupos (Diário de Campo, Conversa com Eva e Zelita, 2005).

¹⁶ Até meados da década de 1980 era vedada às mulheres trabalhadoras rurais a filiação nesses Sindicatos, e tampouco tinham o direito de participação. A ‘conquista’ desses STTRs significou, em muitos casos, como por exemplo no Vale do Jequitinhonha, nos STTRs de Itinga e Padre Paraíso, ocupar literalmente esses espaços, exigir o direito de poder participar e inclusive tomar a direção.

A consolidação da participação política dessas trabalhadoras rurais se dá a partir de sua inserção nos espaços mistos dos sindicatos como estratégia para garantir a luta por direitos sociais, congregar e aglutinar mais trabalhadoras rurais e para questionar as relações desiguais presentes no meio rural – tanto nos espaços públicos quanto nos privados/domésticos. Ao mesmo tempo, fortaleciam espaços de participação apenas de mulheres como uma forma de garantir união e seu fortalecimento para enfrentar os espaços mistos.

Em Minas Gerais assim como em outros estados, a organização das mulheres trabalhadoras rurais foi marcada, em seu início, por bandeiras de luta como a Reforma Agrária, o direito de sindicalização das mulheres e a construção de um novo modelo de organização sindical. Nesse sentido, a sua inserção como sujeitos políticos esteve marcada por lugares e por antagonismos que não podem ser reduzidos simplesmente aos interesses do MSTTR e da classe trabalhadora, mas tampouco apontam uma aglutinação junto aos movimentos feministas que também se consolidaram nessa época. O sindicato é o lócus privilegiado de entrada para a construção de demandas e de reivindicações que, sem dúvida alguma, o ultrapassam e o colocam outras lógicas e necessidades de organização.

A partir desse preâmbulo que nos situa em relação a pluralidade das formas de organização dos movimentos sociais e dos antagonismos emergentes na constituição do sujeito político das trabalhadoras rurais, passamos a uma apresentação dos grupos de mulheres trabalhadoras rurais articulados estadualmente em Minas Gerais. Como já apontamos anteriormente, nossa aproximação empírica foi organizada considerando as três articulações de mulheres rurais em MG, com especial ênfase à história de organização das trabalhadoras rurais no MSTTR através na CEMTR-MG no período de 1989-2002.

5.2 MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

O MMC é um movimento autônomo de âmbito nacional que atua em Minas Gerais principalmente na região do Vale do Rio Doce e que é integrante da Via Campesina¹⁷.

A história de organização e luta das mulheres camponesas no MMC remonta, segundo suas lideranças, às primeiras organizações de trabalhadoras rurais, agricultoras e camponesas desde o início dos anos 1980 a partir da organização do novo sindicalismo, das organizações ligadas à igreja, como as CEBs e a CPT e também junto a partidos políticos. Para Deere (2004), a organização das mulheres na Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) – grupo que antecedeu a criação do MMC como veremos abaixo – foi gestada nas CEBs a partir dos anos 1960 e 1970, consolidando o processo no contexto de abertura democrática dos anos 1980, com o fortalecimento dos MMTRs (Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais) por todo país. Segundo Deere (2004:182), os *MMTRs eram freqüentemente formados por mulheres membros dos sindicatos filiados à CONTAG ou à CUT e que sentiram necessidade de criar seu próprio espaço para lidar com questões de gênero e com os interesses das mulheres.*

As regiões Sul e Nordeste do país tiveram grande importância na articulação de diversos grupos de trabalhadoras rurais tanto nos estados como nessas regiões do país através da organização do MMTR - Sul em 1985 e do MMTR - NE em 1984¹⁸.

ROSÂNGELA - os estados tinha nomes diferentes das organizações autônomas de mulheres, no Rio Grande do Sul era Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais...

NOEMI - MMTR, nós MMA.

¹⁷ A Via Campesina é uma organização internacional de camponeses/as, pequenos e médios agricultores/as, indígenas e, atualmente, reúne membros de 56 países da Ásia, África, Europa e das Américas. Ela se contrapõe à organização sindical, por considerá-la atrelada aos interesses do Estado e engessada para realizar mobilizações e lutas sociais. Informações retiradas do site: www.viacampesina.org

¹⁸ Durante os anos 1980 várias organizações de mulheres foram chamadas de MMTRs, no entanto, é necessário ressaltar que a organização do MMC se distanciou dessa nomeação, e, atualmente, não possui nenhuma articulação com o MMTR-NE. O MMTR-NE é um movimento composto por trabalhadoras rurais de todos os estados do Nordeste, não está ligado a Via Campesina, como o MMC, e é parceiro da CONTAG na organização da Marcha das Margaridas.

ROSÂNGELA - Movimento de Mulheres Agricultoras.

NOEMI - Paraná era OMTR, Organização de Mulheres e o Mato Grosso que tinha MMA também.

ROSÂNGELA - Então, e aí existia essa região que já tinha uma articulação, que tinha já definido como organização autônoma, tinha uma organização bem mais estruturada enquanto a região ali de trabalho e tudo mais. Na região Nordeste também tinha já uma organização nos nove estados do Nordeste que é o MMTR/NE, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da região Nordeste. Então essas duas éee regiões, articulações de organização de mulheres começaram a pensar a importância de um encontro nacional. E aí se inclui junto nesse processo a Comissão de Mulheres da CONTAG, e também tinha as companheiras do MST que tava a Martinha e a Isabel, Martinha é a que tu conhece, na época era isso.

NOEMI - Mulheres da CPT.

ROSÂNGELA - Da CPT e o MAB acho que tinha/ foi depois, no processo que entrou o MAB e o MPA. Mas ali naquele encontro era CONTAG, MST/

NOEMI - Mulheres da CUT.

ROSÂNGELA – As mulheres da CUT, a articulação Sul e Nordeste e a CPT.

A partir do ano de 1995, com um encontro nacional, esses grupos passaram a se reunir em torno da Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) por uma necessidade de mapear e dar unidade às diversas organizações de mulheres rurais do país. Segundo Rosângela, liderança do MMC:

Nesse encontro, foi um encontro que foi muito bom porque aí a gente conseguiu éee dar visibilidade ao que tinha de organização de mulheres nesse país, com suas características, com suas divergências, com seus problemas, com suas vantagens e tudo mais. Não foi muito tranquilo, assim... o processo. Mas enfim, o encontro saiu. Depois do encontro, no encontro foi tirado uma coordenação nacional e se constituiu a partir daí a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, ANMTR. Isso. Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (Rosângela, MMC).

Desde sua criação, algumas organizações de mulheres se fortaleceram em torno da ANMTR, enquanto outras, principalmente ligadas ao movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais vão se retirando do processo, em função, segundo Rosângela, das *próprias linhas políticas* que se desenhavam de forma

mais próxima à organização da Via Campesina. O contexto nacional e internacional do final dos anos 1990 conforma o fortalecimento desse movimento, e foi um momento no qual várias organizações ligadas a ANMTR passaram a estabelecer um diálogo com a Via Campesina em seus estados e regiões. Com esse panorama da saída de algumas organizações da ANMTR, do estreitamento político-ideológico em torno das ações da Via Campesina e também pela diversidade de movimentos autônomos existentes, iniciou-se uma discussão, que durou dois anos, da necessidade de unificar essas experiências em nível nacional para fortalecer a organização autônoma das mulheres.

E nós éee enquanto movimentos autônomos com essa diversidade de organizações autônomas, associações de mulheres, era organização de mulheres, movimento de trabalhadoras rurais, movimento de agricultoras, era uma mistura, né. (...) E aí então e tudo essas outras que eu já tinha falado, sabe, mas era uma organização só de mulheres, daí a gente começa a discutir uma organização de mulheres a nível nacional, caráter nacional, com simbologia e tudo mais. (...) E a gente começou a ver que nós enquanto movimentos autônomos era preciso dar um passo mais a frente. Quer dizer, da bandeira vermelha, da bandeira lilás com a característica do estado, num sei o quê, mas que hoje na luta das mulheres era preciso a gente dá uma unificada, ter um caráter nacional e tudo mais (Rosângela, MMC).

Em 2004, é realizado um congresso de âmbito nacional que reuniu cerca de 1.400 mulheres de diversos grupos e no qual foi criada a organização Movimento de Mulheres Camponesas. O MMC se constitui dando visibilidade à organização das mulheres com uma linha política de um movimento autônomo atuante em dois eixos: gênero e classe e com uma delimitação precisa de sua organização político-ideológica em torno da Via Campesina. Um panfleto de apresentação do movimento sintetiza o que expressamos aqui:

O MMC é formado por mulheres que pertencem à classe das trabalhadoras e trabalhadores e luta pela igualdade nas relações. Nessa trajetória de luta e organização, foi sendo construída uma mística comprometida com a vida, o jeito, as conquistas e desafios das mulheres camponesas (MMC Brasil, folheto informativo).

Em Minas Gerais, a consolidação do MMC também esteve ligada a organização das mulheres trabalhadoras rurais em torno da ANMTR, mesmo estando as mulheres organizadas nos STTRs da região. Martinha, liderança do MMC em MG resgata essa história:

a gente começou a fazer um trabalho com as mulheres via Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Era uma articulação de todas as mulheres que desenvolvia trabalho com mulheres de vários movimentos, de movimentos diferentes e por vários anos foi essa articulação meio que coordenou a atividade das mulheres no Brasil inteiro. E tinha no Brasil várias experiências de organizações de mulheres autônomas espalhadas pelo Brasil afora e ela veio reunir essas experiências pelo Brasil afora e onde não tinha experiência com movimento autônomo quem aderiu à idéia, achou importante um movimento a nível nacional aderiu, foi o nosso caso de Minas Gerais. Mas, na verdade, nosso trabalho veio muito de dentro do sindicato, de dentro de outros movimentos que veio aderir a essa forma de organização das mulheres como autônomas, no sentido de que somos nós as mulheres que devemos conduzir a nossa luta, dirigir a nossa luta, definir e tal (Martinha, MMC).

Após a apresentação da história do MMC no Brasil e em Minas Gerais, passamos a outros aspectos da organização deste movimento sistematizadas no quadro abaixo:

Movimento de Mulheres Camponesas



Significados psicossociais auto-atribuídos	Movimento autônomo, feminista e de classe.
Bandeiras de luta do movimento	Defesa da vida. Produção de alimentos saudáveis. Reconhecimento do valor do trabalho da mulher camponesa. Agroecologia. Resgate de sementes crioulas. Combate à violência contra as mulheres.
Mobilização de Recursos Materiais e simbólicos	Recursos materiais dependem dos projetos aprovados tanto pela organização local, quanto nacional. Os recursos vêm da Via Campesina e dos projetos governamentais. Em âmbito local, há mobilização de recursos na parceria com os STTRs e ONGs de assistência técnica. Os recursos simbólicos são construídos e acessados nas formações e capacitações organizadas local e nacionalmente.
Antagonismos e relações de poder	O antagonismo principal é localizado na sociedade capitalista e patriarcal e no modelo agroexportador da agricultura brasileira. Outro adversário é o MSTTR, compreendido como um espaço misto que não é um movimento social pela estrutura engessada e burocratizada, e é lócus de reprodução do machismo. O MSTTR reitera a discriminação contra as camponesas e impede sua efetiva participação como protagonistas do movimento. Dentro da Via Campesina, também são identificadas relações de poder hierárquicas, no entanto, não ganham centralidade na luta do MMC e têm contornos menos

	nítidos em função de compartilharem um ideal de sociedade e de luta contra o sistema capitalista.
Formas de Participação e Mobilização Social	Oficinas de sensibilização e capacitação; passeatas e protestos do MMC e da Via Campesina. Participação na direção dos STTRs em Minas Gerais. Em âmbito nacional, participação no Fórum Nacional de Reforma Agrária.
Espaço para as demandas específicas das mulheres	O movimento busca não diferenciar as questões específicas das questões gerais. O espaço construído procura garantir que quaisquer temas importantes para as mulheres sejam debatidos, refletidos e objeto de ações dentro do MMC.
Problematização das questões de gênero no próprio movimento; nas políticas públicas; nas relações do cotidiano (família, trabalho)	As relações no trabalho, na família e na construção das políticas são analisadas como uma reprodução do sistema capitalista e do machismo, esse último, compreendido como um pilar de sustentação do capitalismo. As questões de gênero são pautadas na Via Campesina através de sua organização. Não acessamos se há uma problematização do exercício do poder de forma hierárquica dentro do MMC, ou seja, entre as mulheres.
Formas de conscientização e socialização política	Os espaços de formação e de mobilização são potencializados para garantir a conscientização das relações de opressão que as camponesas enfrentam por serem trabalhadoras, mulheres e do campo. A coletivização e o compartilhamento de experiências e das trajetórias é muito acionado.

5.3 CEMTR-MG – Comissão Estadual das Trabalhadoras Rurais

Nossa apresentação da CEMTR neste trabalho segue um resgate histórico da organização sindical em âmbito nacional e estadual, na medida em que entendemos que essas duas esferas compõem processos estreitamente interligados pelos jogos políticos, pelas formas organizativas da Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais e das diversas CEMTRs, e finalmente, porque, como será apontado mais a frente, a Comissão de Minas Gerais teve grande influência no debate e na formulação das políticas para as trabalhadoras e trabalhadores não só estadualmente, mas também no movimento nacional.

No contexto nacional, é possível localizar as primeiras reivindicações das trabalhadoras rurais junto à categoria após 10 anos da fundação da organização sindical na CONTAG¹. Segundo um de seus cadernos,

a proteção social à maternidade é uma das primeiras bandeiras das mulheres trabalhadoras rurais do MSTTR pelo seu reconhecimento. Essa luta começa em 1973, quando elas reivindicam que seja concedida à trabalhadora rural, como tal reconhecida pelo Funrural², o 'auxílio gestante' (CONTAG, 2002:10).

O fim da ditadura e o contexto do MSTTR diante da abertura política apontavam para uma preocupação, já no 3º Congresso da CONTAG³ em 1979, de fortalecer a unicidade das lutas da classe dos trabalhadores do campo, com especial atenção à Reforma Agrária, à liberdade e autonomia sindicais e ao combate do atrelamento do MSTTR ao Estado (Anais do 3º CNTR, 1979). Além disso, foi

¹ A CONTAG foi criada em 1963, atuando como uma força importante na luta pela reforma agrária e congregando sindicatos que representavam atores muito heterogêneos, como pequenos e médios proprietários, assalariados e arrendatários. Para Deere (2004:177), os sindicatos rurais durante o período da ditadura foram o principal veículo de controle do Estado, assim como de assistência em áreas rurais, primariamente através de sua provisão de serviços sociais, como a assistência à saúde.

² O Funrural – Fundo de Assistência do Trabalhador Rural – era o sistema rural de previdência social instalado no início da década de 1960 e que foi extinto em 1991 quando trabalhadores e trabalhadoras rurais passaram a ser assistidos pelo sistema da Previdência Social.

³ Os Congressos da CONTAG (CNTR) são a instância máxima de deliberação do movimento e, por isso, o resgate dos temas e pautas nesse espaço é fundamental para compreender como as mulheres se inserem, participam e influenciam a agenda do MSTTR.

priorizada a organização da categoria de modo a dar importância para *formas de lutas específicas para cada setor: campanha salarial para os assalariados, mobilização pela política agrícola para os produtores familiares e ocupação e resistência na terra para os posseiros* (CONTAG, 2000:41). Mesmo com a intensa luta das mulheres em torno de temas previdenciários e de igualdade salarial, é possível perceber como o texto do congresso ainda não incorpora a categoria *mulher trabalhadora rural* como um ator dentro do MSTTR⁴. Assim, o texto da organização corrobora a invisibilidade e o não reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos de participação no movimento, uma vez que a sua subalternização no acesso a políticas é reiterada no documento do Congresso através do impedimento de terem a titularidade da terra, esta concedida apenas para os *chefes de família* – reconhecidamente os homens – ou aos jovens que viessem a constituir família (Anais do 3º CNTR, 1979; CONTAG, 2002). O lugar reservado às mulheres rurais nos espaços de participação e luta no campo denunciava a lógica cultural patriarcal que as subjuga através de mecanismos como o não reconhecimento do seu trabalho na unidade familiar, a sua desvalorização nos espaços de trabalho assalariado onde elas ganham menos fazendo o mesmo trabalho, e a sua invisibilidade e inferiorização nas políticas públicas para a categoria.

Em se tratando de garantir a inserção no MSTTR, era fundamental que as mulheres fossem sindicalizadas, no entanto, diversos sindicatos, ao longo dos anos 1980, postulavam que apenas uma pessoa por família deveria ser reconhecida no espaço do sindicato (Deere, 2004), o que reproduzia a

⁴ De fato, não só o texto do Congresso, mas numa análise dos anais do 3º CNTR encontramos um temário amplo composto pelos seguintes temas: Sindicalismo e educação sindical; Legislação trabalhista; Questões agrárias; Política agrícola; e Previdência social rural. Não encontramos nenhuma mulher que compusesse a coordenação de qualquer um desses grupos de trabalho, e no total de 1.500 congressistas, encontramos apenas 36 mulheres participantes, sendo que destas, apenas 12 são trabalhadoras rurais (menos de 1% do total de participantes) que ocupam cargos em STTRs (4 presidentes de STTR; 3 secretárias de STTR e 5 tesoureiras de STTR). Destacamos que desse total de trabalhadoras rurais, 10 são mulheres de estados da Região Nordeste do país, e 2 são de Minas Gerais. Outro dado importante é que as Comissões que trataram as Questões Agrárias e da Previdência foram as que tiveram maior participação das mulheres do campo, respectivamente. As outras mulheres participantes do 3º CNTR foram assessoras do MSTTR, observadoras de órgãos de ensino e pesquisa e de organizações sociais (Anais do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais).

compreensão das mulheres como dependentes do marido, e, em consequência, as políticas discutidas para as trabalhadoras rurais, nessa época, apenas as atingia por extensão dos direitos do chefe de família aos seus dependentes. Um de nossos entrevistados, Juraci, faz uma leitura de como o MSTTR era um espaço culturalmente construído como masculino, no qual a mulher era excluída do processo de participação principalmente através do argumento de sua dependência ao marido, e por isso, o fato de sua não sindicalização conformava o impeditivo de sua participação:

Nós vivenciamos um período dos anos 60, 70, e até meados dos anos 80, uma, uma, uma organização que era apenas representada no seio dos sindicatos, das federações, e a parte da associação, nesse período, ela era apenas constituída de homens. Como que as mulheres apareciam nesse cenário? Aparecia na ficha de associado do marido, na condição de dependente do marido. (...) Na construção do, da política de organização dos trabalhadores e das trabalhadoras, éee todo os instrumentos que eram construídos pra fazer projeto político era apenas pelos homens, então as mulheres não participavam das assembléias, não participavam das eleições dos sindicatos, porque elas não eram associadas. (...) E aí é bom lembrar que essa história de dependente do marido não tinha nada na, na, na legislação sindical que proibisse a mulher a ser associada. Foi uma coisa criada dentro da própria estrutura sindical (Juraci, CONTAG).

De forma recorrente, constatamos nas falas das lideranças entrevistadas, o impedimento e a dificuldade do trabalho de sindicalização das mulheres, no entanto, segundo as mulheres construtoras dessa pesquisa, essa dificuldade era mais contundente nos sindicatos que tinham sido criados antes da década de 1980. Naqueles que foram organizados durante os anos 1980, principalmente através das organizações das CEBs e da CPT, a questão não se apresentava dessa forma, uma vez que a fundação dos STTRs já incluía as mulheres, inclusive em cargos de direção⁵. A transcrição dos trechos abaixo aponta como a discussão

⁵ Mais a frente abordaremos como essa realidade da organização dos movimentos sociais de esquerda é heterogênea e dinâmica, no sentido de que também os espaços construídos nos setores de esquerda perpetuaram e reproduziram formas de discriminação e subalternização da participação das mulheres trabalhadoras rurais no cenário das lutas sociais. De toda maneira, é fato notório que as organizações de base que criaram e revitalizaram diversos STTRs durante a

da participação das mulheres já era pautada no debate sobre a fundação de novos sindicatos. Se por um lado é preciso frisar que esse fato não implicou, necessariamente, numa real mudança das desigualdades entre homens e mulheres, por outro, nos permite localizar diferenças e a heterogeneidade existente nas formas de organização e na concepção de sindicalismo.

E aí, claro que quando eu entrei no movimento sindical essa coisa era, ela tinha sido pior. Né, já tinha acontecido pior com as mulheres que, teve um período que a trabalhadora rural nem direito a se associar no sindicato não tinha. Achava, eles achavam que a mulher, o homem associado a mulher era dependente dele, a mulher era dependente dele, então não precisava da mulher associar (Ilda Margarida, MMTR-NE).

Eu num queria aceitar aquilo né e dentro da estrutura do movimento sindical isso me chocava ainda muito mais, porque eu num podia imaginar que um dirigente sindical, por exemplo, não aceitava uma mulher filiada ao sindicato. Porque o sindicato aqui já foi fundado com a discussão da participação da mulher, da importância dela no movimento (Tereza de Miradouro, ex-CEMTR).

O 4º CNTR da CONTAG, que aconteceu em 1985, foi um momento muito importante de visibilização das trabalhadoras rurais como atores políticos da categoria. Nesse contexto do início da organização em âmbito nacional, já é possível reconhecer a organização das mulheres em nível local através dos grupos de mulheres e grupos de oração, discutindo principalmente questões ligadas à saúde, à educação e à previdência. No Maranhão, como em outras regiões do país, as mulheres já estavam diante de questões do cotidiano que as impeliam para sua organização:

Nesse período a CONTAG já tava começando a debater e também/ essa questão de mulheres, mas muito tímida. Era, não tinha secretaria, não tinha a Coordenação, não tinha uma Coordenação que tocasse nada a isso. Só que na ponta, as mulheres, a mulherada já... sabe, pela necessidade da vivência ali, a mulherada já! (Graça, FETRAF).

década de 1980 primavam por formas de organização que incorporasse as mulheres como sujeitos políticos.

Segundo Deere (2004:180), a organização das trabalhadoras rurais do Sertão Central no MMTR que vinha discutindo formas de *aumentar a participação das mulheres trabalhadoras rurais dentro do movimento sindicalista* proporcionou, em conjunto com a organização das mulheres do Sul do país, uma inserção mais propositiva e organizada das trabalhadoras no 4º Congresso. O contexto mais amplo do novo sindicalismo brasileiro, no qual CONTAG e CUT competiam entre si para incorporar filiados e o fato de que *as mulheres estavam sendo vistas como uma força positiva potencial para a mudança dentro da estrutura sindical tradicional* (Deere, 2004:81) colaboravam para que os temas colocados pelas trabalhadoras rurais tivessem visibilidade. O próprio material de divulgação do congresso – postado abaixo – evidenciava homens e mulheres trabalhadores rurais em luta. Além disso, o tema da participação das mulheres no MSTTR assume um ponto específico de discussão e deliberação dentro das Comissões de Estudo que discutiram o Sindicalismo e as Questões Trabalhistas⁶. Nesse último, foi indicada como proposta a igualdade salarial independente de sexo e idade, *igualdade de oportunidade entre homens e mulheres, seja no trabalho, seja na participação social e política* (Anais do 4º Congresso da CONTAG:164), e condições de trabalho específicas para as mulheres no período menstrual e durante a gestação. Destacamos aqui as recomendações decorrentes da avaliação feita no grupo sobre Sindicalismo que sintetizaram o debate sobre a pequena participação das mulheres no MSTTR, o fato de sofrerem discriminações nos espaços de participação e da produção, e a importante avaliação de que elas poderiam fortalecer o movimento:

66. que os sindicatos encaminhem e coordenem programações específicas dirigidas às mulheres;

a) com encontros de mulheres trabalhadoras rurais;

b) com treinamento de lideranças femininas para que estas auxiliem o sindicato no desenvolvimento da participação sindical das mulheres;

c) com levantamento e encaminhamento das reivindicações específicas das mulheres;

⁶ Compuseram o temário deste 4º CNTR, além do tema do Sindicalismo; Problemas nacionais; Questões agrárias; Política agrícola; Questões trabalhistas; Previdência Social Rural.

67. que seja estimulada a sindicalização da mulher;

68. que, com relação à mensalidade social, seja respeitada a decisão da mulher: contribuir autonomamente ou pagá-la de forma vinculada à do marido ou pai (Anais do 4º Congresso da CONTAG:54).



Nesse Congresso também foi feita uma moção de apoio a luta e ao reconhecimento da mulher como *trabalhadora rural agricultora*, incentivando sua participação no MSTTR, o seu direito à terra, à previdência e a igualdade, e o reconhecimento por órgãos públicos de sua profissão, de modo que *ela não pode continuar aceitando que lhe chamem de 'Doméstica' ou 'Do Lar'*. Essa importante bandeira de luta pelo reconhecimento da mulher camponesa como trabalhadora rural já vinha sendo trabalhada por alguns movimentos no país e até o final dos 1980 e durante os anos 1990 ela vai ganhar força e dimensão na maioria dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e camponesas, sustentando frentes de trabalho pautadas no questionamento das relações sociais e políticas, públicas e privadas, que decorrem do não reconhecimento do valor da trabalhadora rural.

Por volta desse mesmo período, mas com data que antecede o 4º CNTR, temos, em Minas Gerais, a realização do I Encontro Mineiro da Mulher Rural em 1984 promovido pelo recém-criado Conselho Estadual da Mulher e pela EMATER. Estimulada pelo tema do último ano da década da mulher declarado pela ONU⁷,

⁷ A Organização das Nações Unidas declarou que os anos entre 1976 a 1985 seriam a década da Mulher, o que implicava diversos debates e ações no sentido de pautar a igualdade entre os sexos, a integração da mulher no desenvolvimento, o fim da violência, a promoção da paz, entre outros.

qual seja, *Participação da Mulher na Agricultura* e pelo Dia Mundial da Alimentação, a organização do evento adotou como referência básica os termos da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher⁸ (Jornal sem título, 1984) e pautou como objetivos, dentre outros:

valorizar a participação da mulher rural na Agricultura e no desenvolvimento rural (...) Estimular a organização da mulher rural (...) formação de uma consciência do importante papel da Mulher na Agricultura e na sociedade (...) levantar subsídios para um programa de ação junto a mulher rural com a participação da mulher (Relatório do 1º Encontro Mineiro da Mulher Rural:2).

De acordo com a análise de documentos e matérias extraídas de diversos jornais que publicaram notas e notícias sobre o evento, a problematização do lugar de inferioridade, do não reconhecimento do trabalho, da não tomada de decisões na unidade familiar, a falta de políticas públicas específicas para as mulheres e a precariedade das políticas para o campo em geral foram pontos de denúncia das trabalhadoras rurais. Nesse sentido, é interessante notar como as mulheres já no início da década de 1980 em Minas Gerais denunciavam sua condição subalternizada e pautavam temas de interesse dos trabalhadores em geral, bem como de interesse específico das mulheres. Os temas que compuseram o documento de propostas do encontro abarcam questões sobre melhorias nas condições de trabalho das professoras e o acesso à educação para jovens e crianças rurais; melhoria e acesso ao sistema de saúde – destacamos nesse ponto a reivindicação pelo direito à Previdência Social e orientação para o planejamento familiar. Além desses, foi também debatido no ponto sobre a saúde, o tema do acesso a terra, o incentivo à produção e geração de renda, o acesso a financiamentos, subsídios e crédito específico para a categoria, a criação de feiras e a realização de cursos de formação para mulheres e jovens. Outros temas que ganharam destaque foram a habitação, a proposta de aposentadoria da trabalhadora rural aos 45 anos, a criação de uma representação da mulher rural

⁸ Esta convenção entra em vigor a partir de 1981, é assinada e ratificada por diversos países e representa uma conquista muito valiosa para o movimento feminista no sentido do reconhecimento dos direitos humanos das mulheres e no combate às formas de violência sofridas.

no Conselho Estadual da Mulher, o apoio e incentivo para a organização de grupos de mulheres e projetos de geração de renda, melhores condições de comercialização de produtos como o artesanato, além da reivindicação para que as mulheres tivessem carteira assinada (Relatório do 1º Encontro Mineiro da Mulher Rural). O material analisado aponta a atualidade das reivindicações e das análises que as trabalhadoras rurais faziam da sua condição e dos trabalhadores do campo em geral, mesclando temas gerais e específicos e propondo alternativas de vanguarda para enfrentarem os desafios do cotidiano, das desigualdades nos espaços de produção e comercialização, nos espaços de participação e nas políticas públicas.



No contexto nacional ainda nesse período histórico, a CUT também fortalecia sua organização e as mulheres tanto urbanas quanto rurais passaram também a ter um espaço específico na Central com a criação, no 2º Congresso Nacional da CUT realizado em 1986, da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora. Essa Comissão organizou em 1990 uma Comissão de Mulheres Rurais dentro do Departamento Rural da CUT (Deere, 2004).

A luta pela conquista de sindicatos pelegos e a criação de novos sindicatos foram ações que atingiam diretamente as bases e que foram amplamente realizadas em Minas Gerais. No Estado, a fundação dos sindicatos esteve estreitamente relacionada, como já apontamos anteriormente, ao trabalho da CPT, das CEBs, do recém criado Partido dos Trabalhadores e da própria CUT. Tereza de Miradouro nos conta, a partir de sua trajetória de participação, como o sindicato de seu

município foi fundado e como ele se construiu em bases que o diferenciavam do sindicalismo pelego. Além disso, aponta como o elemento novo, combativo e de base que o novo sindicalismo trouxe, fez desencadear muitas reações de violência por colocar em pauta a discussão de diversos direitos antes silenciados:

Na mesma época que nós fundamos o sindicato, o PT também foi fundado, nós começamos através da igreja um movimento pelas Diretas, teve aquele movimento pelas eleições diretas. (...) Aí quando nós fundamos o sindicato, que esse grupo da igreja fundou o sindicato, nós passamos a viver uma situação de violência muito grande porque aqui né, como a maioria do nosso Estado, ninguém tava acostumado a respeitar direito de ninguém, ninguém falava na CLT, ninguém falava em direitos trabalhistas, nada disso, direito a saúde, nada, nada disso, aí o sindicato foi assim recebido com muita violência mesmo né. Então o sindicato funcionava em uma salinha minúscula e um dia chegou um sujeito lá e bateu em cima da mesa e agrediu o presidente do sindicato e aí começou uma série de agressões e na época, foi na época que matou o padre Josino(?), que matou o Chico Mendes e aquela matança que teve das lideranças sindicais (...). E o sindicato aqui ele foi fundado pelas lideranças da igreja, mas com assessoria da Comissão Pastoral da Terra que era na época aqui na região quem representava a Comissão Pastoral da Terra era o padre Agostinho, aí através do padre Agostinho vieram outras pessoas né, o Almir, o Durval Ângelo, que hoje é deputado do PT e eles prestavam essa assessoria, então foi a partir deles é que nós fomos pra participar das instâncias da CUT, né, e nessa participação na CUT a gente tinha uma, nós na/ a CPT e tudo, falava do movimento sindical atrelado ao estado né que era no caso a Federação e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, que era atrelado ao estado, que atendia aos interesse do estado, e que a CUT era o oposto a isso né (Tereza de Miradouro, ex-CEMTR).

Toda efervescência que marca o transcorrer da década de 1980 vai desembocar na intensa organização dos movimentos de esquerda para debater e incidir no processo da Constituinte de 1988. Com as mulheres rurais não será diferente, sendo que em 1988, a CONTAG promoveu o 1º Seminário Nacional de Trabalhadoras Rurais do MSTTR que apresentou ao Congresso Constituinte reivindicações específicas das mulheres trabalhadoras rurais assinadas em um documento da Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG, comissão essa formada um ano antes em caráter provisório (CONTAG, 2002). Além das organizações em âmbito nacional, as mulheres rurais de Minas Gerais

participaram intensamente de campanhas de arrecadação de assinaturas, de marchas para Brasília, de debates e de construção de demandas junto aos seus sindicatos, ao PT e a CPT.

Mais um elemento histórico-político de âmbito nacional merece destaque para colaborar na construção de um retrato da dinamicidade da organização das mulheres no MSTTR. No processo de criação e consolidação da CUT, o debate sobre o sindicalismo pelego e o sindicalismo combativo era o núcleo central sobre o qual a nova central pautava seus princípios e ações. Num primeiro momento, CONTAG e CUT firmaram-se em lados opostos principalmente devido a uma avaliação feita pela Central de que a organização dos trabalhadores rurais naquela Confederação era pelega⁹. Como a CUT foi construída sem a participação das Confederações que já existiam e representavam as categorias de trabalhadores, ela passou a se deparar, ao longo da década de 1980, com as possibilidades e os desafios de manter sua organização vertical e horizontal¹⁰. A criação do Departamento Rural, bem como os outros departamentos dentro da CUT, foi uma forma de sustentar a organização vertical, e no caso dos trabalhadores rurais, isso foi especialmente importante, na medida em que, segundo Edson Campos, todas as centrais tinham um caráter muito urbano. As disputas políticas dentro do Departamento Rural – e aqui vale destacar que estamos abordando o panorama em âmbito nacional – destacavam dois grupos antagônicos. Um deles acreditava que era possível construir o projeto da CUT por dentro da CONTAG, fortalecendo uma hegemonia política nesse espaço que

⁹ Em entrevista que realizamos com Edson Campos, atual assessor da presidência da CONTAG, ele frisou que se a CONTAG era vista como pelega e representante de um sindicalismo tradicional, desde a criação da CUT havia companheiros de esquerda e aliados de um projeto de transformação do sindicalismo dentro da Confederação. Essas pessoas estavam mais estreitamente ligadas, mas não só, na organização da ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical).

¹⁰ A organização vertical trabalha no sentido do fortalecimento dos trabalhadores dentro de sua própria categoria e, portanto, fazem parte dela “organizações sindicais de base, as entidades sindicais por ramo de atividade econômica e as federações e confederações, também por ramo atividade econômica”. A organização horizontal é a forma responsável de dar unidade à luta dos trabalhadores de diferentes categorias e ramos, ou seja, é a responsável pela representação de classe propriamente dita. Fazem parte dessa forma de organização, a estruturação da Central em âmbito estadual e nacional. Informações retiradas do site: www.cut.org.br

apontasse para um re-direcionamento de esquerda da sua política¹¹. O outro grupo considerava que o espaço da Confederação era, de fato, irrecuperável e que a alternativa era investir numa organização independente deste e apenas ligado ao Departamento Rural da CUT. Ao longo do tempo, o grupo que afirmava a possibilidade de construir o projeto de sindicalismo combativo por dentro da estrutura da CONTAG aumentou e se fortaleceu no espaço do Departamento Rural, consolidando a proposta de filiação da CONTAG a CUT. Em Minas Gerais, a estratégia de construção do projeto da CUT no interior do MSTTR foi uma importante porta de entrada das mulheres nesse espaço de organização e participação política, na medida em que a maioria – e no caso de nossa pesquisa podemos dizer que isso é unânime – das lideranças formadas nessa época foram fortalecidas pelas organizações da CEBs, CPT, CUT e PT. Nesse sentido, a construção de um projeto que colocasse elementos de democratização e fortalecimento do trabalho de base era também um projeto compartilhado através das mulheres trabalhadoras rurais.

A criação da Comissão Estadual das Trabalhadoras Rurais (CEMTR) da FETAEMG¹² em 1989 se insere nesse contexto mais geral de organização das mulheres através da CONTAG¹³ e nas bases. Para isso foram importantes as deliberações do 4º Congresso da CONTAG em relação ao aumento da sindicalização e da participação das mulheres no MSTTR e a crescente articulação das rurais no contexto de redemocratização do país e nas lutas para interferência no processo da Constituinte. Em 1989, acontece o 1º Encontro Estadual das Trabalhadoras Rurais da FETAEMG que foi organizado para ampliar

¹¹ Ganhar a CONTAG por dentro passava a significar para esse grupo ganhar mais Federações, filiar mais sindicatos a CUT, ou seja, fazer uma política mais à esquerda a partir dos STTRs e das Federações. A estratégia acionada para garantir a representação das lideranças cutistas nos espaços de deliberação e de direção do movimento foi a composição. As composições são acordos políticos celebrados entre grupos antagônicos para formação de uma chapa durante os Congressos da categoria.

¹² A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais foi fundada em 1968 e atualmente está organizada em 12 Pólos Regionais e em cerca de 500 sindicatos. Dados obtidos no site da organização: www.fetaemg.org.br

¹³ Destacamos a realização do 2º e 3º Seminário Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em 1989 e em 1992 precedidos de debates locais acerca de temas como a Previdência, o reconhecimento da profissão, participação sindical, relações sociais entre mulheres e homens na família, no trabalho e na sociedade (CONTAG, 2002:34).

o debate com dirigentes sindicais sobre a situação da mulher trabalhadora rural e para garantir a participação de uma delegação de mulheres no 2º Seminário Nacional das Trabalhadoras Rurais promovido pela CONTAG. Seis propostas sintetizam os debates e encaminhamentos desse 1º Encontro:

- 1) *Desenvolver ações nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais para a valorização da trabalhadora rural e do seu direito e necessidade de sindicalizar-se e participar das lutas sindicais.*
- 2) *Contemplar nas programações de Formação de Dirigentes e Lideranças as questões específicas das mulheres trabalhadoras rurais.*
- 3) *Realizar um levantamento e proceder à denúncias das violências vividas pelas mulheres trabalhadoras rurais na luta pela posse da terra e no trabalho assalariado.*
- 4) *Realizar uma ampla campanha em defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais à saúde, a condições dignas de trabalho e pelo cumprimento dos direitos garantidos na Constituição.*
- 5) *Denunciar os inúmeros casos de exigências de Atestado Esterilidade como condição de admissão de trabalhadoras no trabalho assalariado.*
- 6) *Participar do 2º Seminário Nacional das Trabalhadoras Rurais (...) com uma delegação de 15 representantes no Estado (...) (Relatório do 1º Encontro Estadual das Dirigentes Sindicais. FETAEMG, 1989).*

À época da criação da Comissão ainda não havia processos de composição na direção da FETAEMG, quadro esse que se altera no início da década de 1990 de maneira a conformar o contexto no qual a CEMTR assumiu as características de organização e de participação através das lideranças que vinham do departamento rural da CUT, dos STTRs, das CEBs, ou seja, lideranças de esquerda.

Aí a gente recebe em 89, a gente recebe uma carta da FETAEMG para vim participar de um encontro de mulheres, aí o pessoal quase bateram em nós porque nós tinha/, num podia nem ouvir falar em FETAEMG, porque a FETAEMG era pelega, a gente só ia em coisas que fossem da CPT, da CUT, FETAEMG não podia. (...) Quando foi em 90, depois de 90, 93 aí o quê que acontece, a gente já começou a ter uma composição da CUT com a FETAEMG e a nossa região entrou na composição, aí o Zé Maria foi ser o coordenador do pólo da Zona da Mata. Aí a gente, aí nós viemos para Comissão também (Margarida, Rede de Intercâmbio).

Os processos de composição entre a CUT e o setor tradicional predominante na FETAEMG somente aconteceram a partir da eleição da diretoria em 1990, sendo que a CUT em Minas Gerais fez sua primeira tentativa de participação da direção da Federação em 1984 (FETAEMG 30 Anos de Luta, 1998). No âmbito nacional, as composições também apontavam uma maior inserção de lideranças cutistas no espaço da Confederação, no qual vale destacar a eleição da 1ª mulher como diretora efetiva da CONTAG, Tereza dos Santos Silva (Tereza de Araxá), uma liderança de Minas Gerais do setor do sindicalismo combativo cutista. Assim, o início dos anos 1990 é marcado pela consolidação de espaços de organização das mulheres dentro do espaço misto do MSTTR – como a criação da CEMTR e a oficialização da CNMTR em 1995¹⁴ – bem como pela inserção de lideranças mulheres em cargos de direção do movimento.

Em Minas Gerais, foi na composição realizada em 1993 que a primeira mulher ocupou um cargo de direção. Maria Antônia Costa Nogueira, a Lia, integrante da executiva da CUT, assumiu a direção de um importante departamento da Federação: Política e Reforma Agrária.

Durante alguns anos, por não estar prevista no estatuto da Federação, a CEMTR funcionou informalmente ligada ao setor de Educação e Formação Política, o que significava que, apesar de ser uma Comissão da FETAEMG, ela não dispunha de recursos e não integrava o organograma formal da instituição. O processo de discussão desta inserção iniciou-se em 1995, e, em 1996, a Comissão foi integrada ao estatuto da FETAEMG, possuindo, inclusive, um regimento interno próprio que, dentre diversas coisas, deliberava que o cargo de coordenação da CEMTR, definido por eleição no Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais, integrava o corpo da diretoria executiva da Federação (Regimento Interno da CEMTR, 1996).

¹⁴ Em 1995, a Comissão Nacional da CONTAG passou a integrar o estatuto da organização, nessa época ainda ligada a Secretaria de Organização e Formação Sindical. A primeira coordenadora eleita foi Margarida Pereira da Silva, a Ilda Margarida, de Pernambuco (CONTAG, 2002).

A inserção das mulheres num espaço historicamente patriarcal e tradicional como o MSTTR foi fundamental para diversas reformulações na agenda do movimento e nas suas formas organizativas. No entanto, a entrada das mulheres não se deu sem conflitos e sem grandes dificuldades, e diante de lógicas de poder veladas, mas impostas nos processos de eleição das mulheres para cargos de poder, uma importante bandeira de luta que se consolidou em Minas Gerais e no Brasil na segunda metade da década de 1990 foi pela aprovação da cota de no mínimo 30% de participação de mulheres nas instâncias de direção do movimento¹⁵. Segundo caderno da CONTAG que narra a história de luta das trabalhadoras rurais, *a pouca organicidade do MSTTR, não contribuiu para que a cota fosse, logo em seguida, extensiva às Fetags e STRs, o que nos remete a uma constante monitoria dos processos eleitorais que vem sendo desenvolvidos nos estados* (CONTAG, 2002:37). Em Minas Gerais, a cota mínima de 30% de mulheres nesses cargos foi conquistada e garantida junto com a institucionalização da Comissão, e prevista, portanto, no regimento interno e a partir daí no estatuto da Federação¹⁶.

Desde sua criação e ao longo de sua consolidação, a CEMTR atuou para garantir o cumprimento da cota mínima que se estendia para os cargos de direção, a participação em eventos de formação e capacitação, em seminários e encontros, e nos congressos estaduais e nacionais. Além disso, a Comissão atuou na articulação das mulheres nas comunidades rurais e nas regiões do Estado, e também participou com destaque na construção da CNMTR e na organização da 1ª Marcha das Margaridas¹⁷, realizada em 2000.

¹⁵ Em Minas Gerais, a aprovação das cotas foi em 1996 e na CONTAG a aprovação foi em 1998 durante o 7º Congresso Nacional.

¹⁶ Várias lideranças que entrevistamos, inclusive a atual coordenadora da CEMTR - MG, apontam a atualidade dos desafios e dilemas em torno do tema das cotas, como por exemplo, o difícil monitoramento para que os STTRs realmente cumpram a cota, e além disso, a escolha das mulheres simplesmente para preencher a cota e para manter a hegemonia política já estabelecida.

¹⁷ A Marcha das Margaridas é uma mobilização nacional que ocorre em Brasília coordenada pela Comissão Nacional das Trabalhadoras Rurais da CONTAG em parceria com diversos movimentos sociais de mulheres. Ela conta com a participação de milhares de mulheres de todo o Brasil, com o objetivo de levar ao governo federal as reivindicações das trabalhadoras rurais (as margaridas) de todo o país. O nome da Marcha é em homenagem a trabalhadora rural Margarida Maria Alves, líder sindical rural da Paraíba assassinada em 1983.

Ao longo dos anos 1990, a organização política cutista ganhou força dentro da FETAEMG e junto com isso, o trabalho da Comissão e de suas lideranças começou a ter grandes repercussões nas atividades de base, de atuação junto ao cotidiano da Federação, e na CONTAG. As lideranças de Minas Gerais influenciavam não só os espaços reservados às mulheres, mas também aqueles da chamada *luta geral*. Graça apresenta seu olhar sobre a organização e a capacidade de interferência e de projeção que as mulheres mineiras tiveram durante os anos 1990 e início dos anos 2000:

E as mulheres de Minas Gerais pra nós, elas foram umas mulheres, eu que sou do Nordeste, quando nós começamos a organizar as mulheres também no Nordeste, no Maranhão, Minas Gerais era um, era um dos espelhos também pra nós. De luta, de resistência, de garra. (...) Mas as mulheres faziam, né?! Basta que quando a gente fazia o Grito da Terra da CONTAG, quando a gente fazia o departamento rural da CUT, né, pra gente construir esse espaço, quando a gente fazia inclusive as Marchas das Margaridas, as primeiras marchas, que as meninas vinham de lá. As meninas vinham muito articuladas, sabe. Com um poder de articulação muito grande. Sabe, nas regiões. Aí essas mulher que eu citei tipo Eva, éee, a Elza Ilza, a Tereza de, de Miradouro e outra companheira lá, as companheiras ajudavam e muito na formulação, na construção de coisas novas na FET/ na CONTAG, que a gente pode ver isso, né?! (Graça, FETRAF).

As disputas políticas e de poder entre cutistas e não-cutistas estiveram presentes durante os anos 1990, sendo que até meados da década a Federação foi presidida por um cutista que deixou o cargo para integrar uma diretoria da CONTAG, assumindo em seu lugar um dirigente do outro campo político e que permanece no cargo até os dias atuais. Mesmo com significativa representação nas direções dos Pólos Regionais e na própria executiva, o campo cutista foi, aos poucos, perdendo espaço nos processos de composição da direção. No ano de 2002, durante o Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais da FETAEMG, o grupo cutista enfrentou um processo de disputas políticas no interior da Federação¹⁸ que culminou com sua saída desse espaço. É importante trazer o

¹⁸ Às vésperas da data de apresentação de chapa para concorrer a diretoria da FETAEMG, foi desfeita uma composição entre o grupo de tendência ligada à CUT e ao sindicalismo combativo com o grupo que representava o setor tradicional do sindicalismo. Com a composição desfeita, o

foco para a organização das mulheres nesse contexto na medida em que a maioria das lideranças que integrava a CEMTR pertencia ao campo da esquerda. Assim, o projeto político da CEMTR que foi organizado e articulado durante 13 anos naquele espaço institucional foi interrompido, uma vez que as diretoras que compunham os departamentos da FETAEMG e a coordenação da CEMTR saíram de seus cargos e outras mulheres¹⁹ que aceitaram as determinações do campo que permanecia na Federação ocuparam esse espaço.

Essa ruptura teve diversas repercussões que analisaremos mais a frente, mas de acordo com lideranças nacionais que acompanharam o processo, houve prejuízo para a organização das mulheres em função da linha conservadora e sem heterogeneidade de organização política que a FETAEMG tomou. Para Carmen, atual coordenadora da CNMTR, a história de Minas Gerais faz parte de um contexto mais amplo de disputas políticas que as mulheres enfrentam:

eu conheço muito essa história a partir dela e a partir das outras companheiras que partilhavam com a gente na Comissão Nacional de mulheres, as dificuldades, que eram muito similares às dificuldades que nós enfrentávamos e ainda enfrentamos em muitos outros estados, mas eu acho que particularmente em Minas ela deu uma guinada para um canto mais conservador (Carmen, CNMTR).

Para Juraci, o rompimento da composição põe em questão a própria democracia sindical que havia sido construída através de segmentos políticos diferentes atuando no mesmo espaço:

essa composição foi rompida em 2001 quando já nesse ponto eu saía da FETAEMG e vim pra CONTAG, ela foi rompida, passou a estabelecer uma visão mais ou menos uniforme, né, uma outra visão política que tinha uma outra direção (...) Bom, eu acho que quando tem mais de uma, de um segmento político, mais de uma visão a tendência

grupo ligado à CUT, que era minoria, não conseguiu se reorganizar a tempo para montar outra chapa para disputar as eleições. Importante destacar que o perfil da Comissão de Mulheres era de uma organização política ligada a CUT e ao PT, ou seja, com características do sindicalismo combativo e de esquerda.

¹⁹ Nesta pesquisa, realizamos entrevistas com as duas coordenadoras que ocuparam a coordenação da CEMTR após a saída da CUT da Federação. Nenhuma das duas acumula uma trajetória de participação e luta política pelas trabalhadoras rurais e não nos pareceu que estivessem ligadas a tendências ou campos políticos determinados, mas muito mais, a pessoas de referência dentro da Federação.

é de agregar valores, de fazer o debate, enriquecer mais. Quando passa a ter uma visão mais ou menos uniforme, você... o debate passa a num ser prioridade no processo (Juraci, CONTAG).

Outra liderança, Raimundinha, destaca a repercussão que a saída das mulheres da FETAEMG de maneira brusca e rápida teve:

E assim, a desarticulação desse, dessas mulheres, ela tem a ver com um processo meio... éee... traumático de um congresso, de uma eleição de uma outra direção. (...) Eu acho que as mulheres sofreram muito e sofreram um processo de desarticulação bastante significativo da luta das mulheres trabalhadoras rurais de Minas. Agora assim, éee eu quero dizer com todos os cuidados que devo ter, mas que eu acho que com esse tipo de rompimento político acaba enfraquecendo de uma certa forma a luta das mulheres. (...) Então ainda temos muito trabalho pra fazer. E muito trabalho pra fazer do ponto de vista participativo, né, de estarmos nas direções exercendo o poder (Raimundinha, CONTAG).

A saída do grupo cutista da Federação não representou a dissolução ou uma interrupção dos trabalhos da CEMTR, no entanto, suas formas de organização e bandeiras de luta passaram por reordenamentos de acordo com a linha política que a organização assumiu e de acordo com a trajetória das lideranças que assumiram o espaço a partir do congresso de 2002.

Em função das diferenças dos trabalhos da CEMTR durante o período no qual era composta principalmente por mulheres de esquerda e cutistas e quando foi assumida por um grupo anti-cutista, optamos por apresentar no quadro abaixo os elementos referentes à dinâmica de organização da CEMTR no período entre 1989 e 2002.

Comissão Estadual das Trabalhadoras Rurais



Significados psicossociais auto-atribuídos	Organização autônoma das mulheres dentro do MSTTR.
Bandeiras de luta do movimento	Sindicalização e participação da mulher no MSTTR. Reconhecimento da profissão de trabalhadora rural. Efetividade dos direitos garantidos na constituição: direitos sociais e previdenciários, igualdade salarial, título da terra, documentação. Saúde, direitos sexuais e reprodutivos. Participação da juventude. Combate à violência contra as mulheres. Combate à discriminação dentro do MSTTR. Educação contextualizada para o campo. Geração de renda, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. Cota mínima de 30% nas direções, em eventos de formação, seminários e congressos.
Mobilização de Recursos Materiais e simbólicos	<p>A CEMTR utiliza a estrutura física da Federação, tinha assessoria do Departamento de Formação Política, acionava – mediante grandes conflitos – recurso para realização de reuniões de dois em dois meses. Vários projetos realizados pela CEMTR vieram de recurso de projetos com parceiros como a MISEREOR, o Movimento do GRAAL. Antes da institucionalização da CEMTR a coordenadora não era liberada, mas recebia uma diária pelos dias de trabalho em Belo Horizonte.</p> <p>Os recursos simbólicos foram construídos nas reuniões periódicas da CEMTR, nos espaços de formação e de organização estadual e nacional.</p>

Antagonismos e relações de poder	Antagonismos colocados na esfera da família, do Estado, dos latifundiários, e no MSTTR (STTRs, Federação e Confederação), principalmente com os homens. A maneira de dar significado às relações de poder e aos antagonismos vai se modificando ao longo do tempo (trataremos disso no próximo capítulo).
Formas de Participação e Mobilização Social	Trabalho de base; oficinas de formação; mobilizações nacionais como a Marcha das Margaridas e o Grito da Terra. Ocupação de terras. Incentivo à participação dos jovens.
Espaço para as demandas específicas das mulheres	O espaço para as demandas específicas era construído com o grupo que compunha a CEMTR e passava pelas instâncias de deliberação da Federação (reunião da direção e conselho). Foram criadas no âmbito de atuação da CEMTR várias Comissões Municipais e Regionais das Trabalhadoras Rurais para tratar os temas específicos e encorajar a participação das mulheres.
Problematização das questões de gênero no próprio movimento; nas políticas públicas; nas relações do cotidiano (família, trabalho)	Todo o trabalho da CEMTR esteve voltado para o questionamento das desigualdades de gênero na família, no trabalho, e no movimento. Isso se deu com grandes embates, rupturas, e re-ordenações dessas diferentes esferas.
Formas de conscientização e socialização política	Elementos culturais como músicas, cantos, danças e rezas. Compartilhamento de histórias e vivências de opressão e as estratégias de enfrentamento durante oficinas e encontros. Participação em seminários e eventos ligados a problemáticas diversas.

5.4 Rede de Intercâmbio de Mulheres Trabalhadoras Rurais

A Rede é um movimento autônomo de trabalhadoras rurais, atuante em diversas regiões do Estado, composto principalmente por lideranças que estiveram, em sua grande maioria, articuladas na CEMTR da FETAEMG entre 1989 e 2002. O grupo se organizou em função da avaliação das conseqüências da ruptura sofrida dentro da FETAEMG durante o processo do congresso, quais sejam: falta de informação, o não intercâmbio das experiências entre as trabalhadoras rurais e, portanto, a necessidade de fortalecer novamente uma articulação de âmbito estadual.

A saída do grupo que compôs a CEMTR entre 1989 e 2002 do espaço institucional da Federação não significou uma estagnação de seus trabalhos, mas pelo contrário, houve um fortalecimento de suas ações de forma local e regionalizada, junto às suas bases, STTRs, Associações, ONGs e outros grupos parceiros. Dessa maneira, o trabalho se fortaleceu também de acordo com a realidade e as características específicas de cada região. Como exemplo, destacamos as duas regiões que têm tido mais atuação na organização da Rede e que vêm articulando importantes trabalhos locais, quais sejam, o território do Médio Jequitinhonha, e a Zona da Mata. Na primeira, destacamos os trabalhos em torno da educação para jovens do campo através da implantação de projetos de Escola Família Agrícola (EFA), o trabalho nas Comissões Municipais de Mulheres, as lutas pela Reforma Agrária, o fortalecimento de uma ONG – o ITAVALE (Instituto dos Trabalhadores Rurais do Vale do Jequitinhonha) – que apóia diversos projetos dos/as trabalhadoras e o enfretamento à desertificação. Na região da Zona da Mata ganha relevo o trabalho com a Economia Popular Solidária com a criação de Mercados Populares Solidários com ênfase nos produtos feitos pelas mulheres, programas de formação e capacitação para geração de renda e o fortalecimento de grupos produtivos de mulheres, principalmente através da AMART (Associação de Mulheres Agricultoras e Trabalhadoras Rurais de Tombos) (Diário de Campo, Reunião da Rede de Intercâmbio, 2005).

Margarida de Tombos, atual coordenadora da AMART, resgata a história do início dos trabalhos da Rede de Intercâmbio acentuando uma dinâmica de organização

que pôde se sustentar pela ligação que as mulheres cultivaram com suas bases ao longo de anos que atuaram numa instância de âmbito estadual, além disso, ela nos apresenta os sentimentos e idéias presentes quando elas se encontraram e começaram a pensar uma maneira de articular:

Então a gente não perdeu as base e cada uma que saiu que foi para os seus lugares, ficou a Elza Ilza, eu, a Eva, a dona Elza, a Edina, a Lia, então na verdade foi um grupo muito grande de mulheres. Aí a gente voltou, a gente ficou na base, ficamos sem contato com isso [com o trabalho em âmbito estadual], mas a gente não desistiu do trabalho lá. Com esse trabalho a gente continuou. (...) e quando foi no Fórum Mundial, Fórum Social Mundial, em 2003, pra você ver que num era muito tempo né era dois anos que tinha, a gente começa a reconstruir de novo de fazer um encontro, de encontrar um grupo lá, a gente encontrou lá em Porto Alegre um grupo, e começamos a pensar que nós tínhamos que unir de novo, que nós tinha que recapitular isso a nível de estado, porque na regiões a gente estava lá. Porque cada região se desmembrou num tanto de sindicato, aí começa o processo de discussão da fundação da FETRAF e começa o processo de discussão, um processo da gente encontrar as mulheres pra conversar, ou pra lamentar ou pra organizar [ri]. Aí começa (Margarida de Tombos, Rede de Intercâmbio).

Desde o início do ano de 2003, essas mulheres têm acionado estratégias para encontrar outro lugar de organização e reconstruir articulações do movimento das trabalhadoras em alcance estadual. Novos esforços têm sido feitos na tentativa de articulação dessas mulheres estadualmente, mas de maneira autônoma à qualquer estrutura, seja da FETAEMG, da FETRAF¹, da CUT ou do PT. Localmente, todas as lideranças continuam filiadas aos STTRs e atuando nas direções e de forma parceria com eles, uma vez que o espaço formal do Sindicato permite e assegura uma série de direitos conquistados pelas trabalhadoras rurais, como o salário maternidade e a aposentadoria, e representa um importante

¹ Várias integrantes da Rede estão ligadas a recém criada FETRAF, sendo que algumas delas ocupam cargos de direção nessa organização. No entanto, vale ressaltar que no discurso de várias de suas integrantes a Rede não possui e nem deve possuir vínculo com essas organizações estaduais. Seu propósito mais amplo é constituir um espaço de encontro entre lideranças de diversas regiões para democratizar informações, construir projetos e ações coletivas e socializar experiências de mulheres de diferentes movimentos de trabalhadoras rurais de forma autônoma às estruturas mistas já existentes. De toda forma, a ligação da Rede de Intercâmbio com a FETRAF vem sendo ponto de discussão entre as lideranças.

espaço de poder a ser ocupado pelas mulheres. Além disso, apesar de estarem filiados na sua maioria a FETAEMG, os STTRs funcionam de maneira independente da Federação, e, em alguns casos, existem sindicatos, os SINTRAFs, filiados a outra Federação, a FETRAF (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar).

A decisão de articulação dessas trabalhadoras rurais na Rede de Intercâmbio se constituiu através do objetivo de *construir uma proposta de trabalho em conjunto com as trabalhadoras rurais do Estado*, de modo a fortalecer o *desenvolvimento e fortalecimento da Agricultura Familiar numa perspectiva de geração de emprego e renda num modelo sustentável* (Diário de Campo, Reunião da Rede de Intercâmbio, 2005). O projeto almejado por esse grupo, vale destacar, assenta na construção de autonomia, de fortalecimento dos grupos de mulheres na perspectiva da igualdade de gênero, da formação e do acesso a informação, a auto-libertação das mulheres, igualdade de oportunidades, o reconhecimento e participação, o resgate de valores e assumindo o papel como lideranças de pensar, propor, realizar e decidir (Diário de Campo, Reunião da Rede de Intercâmbio, 2005).

A busca por autonomia do grupo em relação aos espaços mistos de organização tem como propulsores vários pontos, dentre os quais destacamos: 1) insuficiência de algumas organizações locais na consolidação da luta pelos direitos da mulher trabalhadora rural, uma vez que elas têm encontrado pouco apoio e muitas vezes até impedimentos em alguns STTRs, de ONGs e de outros grupos regionais no desenvolvimento de um trabalho voltado para a trabalhadora rural e com debate de gênero; 2) tentativa de reescrever e reconstituir uma identidade coletiva e política que foi construída no processo de estruturação e atuação da CEMTR durante os anos entre 1989 e 2002; 3) criar uma rede de socialização e de acesso a informações relevantes para os movimentos locais, além de informações e acesso a recursos para elaboração e implementação de projetos; 4) sair da tutela de federações, sindicatos ou outros grupos e, ao mesmo tempo, ampliar o campo de participação de outras trabalhadoras não só representantes de grupos sindicais, mas também do movimento autônomo de mulheres.

Dona Eva, liderança do Vale do Jequitinhonha, fala de como a autonomia de organização da Rede de Intercâmbio é uma alternativa de articulação sem que as mulheres estejam necessariamente num espaço institucional:

porque a gente percebeu e fez uma avaliação nisso aí, então quando cê tá vinculado a uma instituição e enquanto cê tá ali na direção parece que funciona, quando cê não tá, cê não pode tá lá mais, e a Rede não, a Rede ela não precisa cê tá em direção, em direções de entidades, se tiver, bom né, mas, se não tiver também você é uma trabalhadora rural, você tá junto, vai tá junto com outras pessoas formando a Rede (Eva, Rede de Intercâmbio).

As lideranças da Rede se encontram periodicamente em Belo Horizonte na sede do Movimento do GRAAL no Brasil, parceiro indispensável para a articulação e consolidação do grupo, sendo que localmente, as suas lideranças vêm trabalhando intensamente no fortalecimento da organização das mulheres e da juventude, ocupando espaços em diversas comissões, nos territórios, conselhos, ONGs, associações, entre outros. Pela intensidade com que os trabalhos nas regiões têm se desenvolvido, a Rede tem acumulado conhecimento e estratégias de atuação na construção de políticas que favorecem projetos de igualdade e de desenvolvimento sustentável e solidário.

porque a luta, a gente vai construir políticas públicas conhecendo a realidade de cada setor, de cada região, pra gente conseguir ter políticas que vai realmente atender nossa necessidades. Então era uma das coisas né, saber o quê que é, como é que nós temos que fazer, nós num podemos ficar isolada, né. A gente tem que encontrar, aí a gente encontrou apoio no GRAAL, onde a gente começou a fazer as reuniões, que chegamos a conclusão de criar essa Rede, né, de Intercâmbio que tá aí, com toda dificuldade, mas estamos nos encontrando (Margarida de Tombos, Rede de Intercâmbio).

Rede de Intercâmbio de Mulheres Trabalhadoras Rurais



Significados psicossociais auto-atribuídos	Movimento autônomo, mas não independente. É importante a articulação com os STTRs e outros espaços mistos.
Bandeiras de luta do movimento	Educação para o campo. Formação de novas lideranças. Formação de Grupos produtivos com geração de renda. Segurança e soberania alimentar. Saúde e alimentação alternativa. Agroecologia. Acesso ao crédito e a terra. Documentação.
Mobilização de Recursos Materiais e simbólicos	A Rede tem uma parceria com o Movimento do GRAAL que é quem aprova os projetos para reuniões e ações da Rede. Os editais para projetos do Governo Federal são especialmente acionados. Acionam a parceria com os STTRs, ONGs, Universidades para garantir algumas ações.
Antagonismos e relações de poder	As relações de antagonismo no início da organização do grupo estiveram fortemente ligadas a FETAEMG.
Formas de Participação e Mobilização Social	As formas de mobilização e participação estão ligadas às dinâmicas e características do

	trabalho já desenvolvido nas regiões. Uma estratégia comum tem sido ocupar diversos espaços de decisão e poder: na política de territórios, nos conselhos de saúde, de direitos da mulher, no conselho de segurança alimentar, na ASA (articulação do semi-árido), entre outros.
Espaço para as demandas específicas das mulheres	O espaço da Rede não se configura apenas como de organização das demandas específicas, mas principalmente de fortalecimento das lideranças para a sua inserção e dos debates de gênero nos espaços mistos.
Problematização das questões de gênero no próprio movimento; nas políticas públicas; nas relações do cotidiano (família, trabalho).	A Rede tem o acúmulo do debate que foi construído na CEMTR e re-atualiza a discussão para pensar as políticas públicas.
Formas de conscientização e socialização política	Reuniões e encontros para discutir a história na CEMTR e o momento atual. Participação em debates e seminários sobre diversos temas ligados a organização dos movimentos do campo.

Neste capítulo, fizemos uma apresentação histórico-analítica dos movimentos sociais que compõem o corpo deste trabalho a partir de suas histórias e da atualidade de suas lutas. Como já apontamos anteriormente, os objetivos e o limite desta pesquisa não permitiriam que empreendêssemos um trabalho comparativo entre os movimentos, o que não minimiza a pertinência da discussão mais geral sobre a constituição dessas organizações e de como têm enfrentado relações de poder opressoras, mecanismos de invisibilização e de subalternização através de suas agendas políticas e formas organizativas. Neste sentido, os três quadros apresentados ao final da discussão de cada um dos movimentos intentam sintetizar algumas informações que consideramos importantes e que foram recolhidas nas entrevistas, documentos e nos materiais de produção simbólica. Essa síntese foi fundamental para o trabalho de análise que segue no sentido de localizarmos os movimentos em determinados quadros de referência. De toda forma, os quadros são um trabalho que ainda pode gerar aprofundamentos, debates comparativos e reconstruções em outras pesquisas. Sendo assim, é importante destacar o fato de que as lutas no campo são marcadas pela heterogeneidade de seus atores e, por isso, não podem ser reduzidas a comparações descontextualizadas e simplistas.

6. Construção da Identidade Política nas fronteiras Nós x Eles

O material que recolhemos através de entrevistas, diário de campo e todos os documentos apresentados no capítulo 3 nos revelou dados muito ricos acerca da organização e constituição identitária do grupo de mulheres trabalhadoras rurais organizadas na CEMTR no período que é nosso objeto de pesquisa. Assim, todo o material sugeria uma organização analítica na qual considerássemos aspectos histórico-temporais, assim como fases da organização e da construção da identidade do movimento.

A reflexão que segue abaixo busca dialogar o material analisado às nossas questões de pesquisa apresentadas anteriormente, localizando nos diferentes momentos como se dá a construção da identidade política e como as dinâmicas público-privado e igualdade-diferença concorrem para essa construção. De fato, a construção da identidade política das mulheres trabalhadoras rurais está diretamente relacionada às formas como foram instaurados conflitos no estabelecimento de fronteiras políticas entre um Nós x Eles, conflitos esses de ordem macro-social e psicossocial. Além disso, são as redefinições do Nós e do Eles ao longo da história de organização e ruptura dos trabalhos no MSTTR que nos apontam as formas de analisar as estratégias acionadas para enfrentar as relações de opressão marcadas numa hierarquia da diferença e da suposta igualdade. Como já apontamos anteriormente, a tessitura dos planos da organização dos movimentos e da construção das trajetórias das lideranças estiveram estreitamente relacionados entre si para construirmos essa reflexão.

6.1 Origem da Militância: mulheres da Igreja e trabalhadoras rurais

O início da militância da maioria das lideranças nacionais e estaduais que entrevistamos¹ está localizada no contexto da década de 1980, ou seja, a origem

¹ Como já apontamos, apenas duas lideranças estaduais não compartilham com esse contexto de origem da militância nem cronologicamente e tampouco simbolicamente, e de fato, elas ocupam

da sua participação esteve estreitamente relacionada às organizações das pastorais da Igreja Católica através das CEBs e CPT, de partidos políticos, principalmente com a criação do PT, e de consolidação do novo sindicalismo através da CUT. Como já foi discutido anteriormente, esse cenário histórico conforma a re-instauração das liberdades democráticas no país, o recrudescimento dos movimentos sociais no campo e a emergência de novos atores políticos. A nomeação *novos atores* no cenário das lutas sociais não significa que as mulheres não participavam ou não integravam os movimentos sociais do campo antes desse contexto, no entanto, é a partir da década de 1980 que a sua inserção passa a ser reconhecida através de um outro lugar político, o que significa *um novo sujeito (coletivo), lugares políticos novos (a experiência do cotidiano) numa prática nova (a criação de direitos a partir da consciência de interesses e vontades próprias)* (Chauí, 1988:11-12).

Nesse sentido, se a entrada das mulheres significou uma estratégia do novo sindicalismo e da esquerda para ampliar sua base de luta e promover mudanças dentro da estrutura tradicional dos STTRs (Deere, 2004), também representou um momento muito importante para as definições de concepções políticas, de formas organizativas – marcadamente através do sindicalismo de base, autônomo, democrático e combativo – e da possibilidade de construção da militância das mulheres através da ação coletiva. Para Margarida de Tombos, da Rede de Intercâmbio, a organização das mulheres está fortemente relacionada a um processo de tomada de consciência da subalternidade implicada nos impedimentos de ir e vir, de participar, e principalmente da não valorização do trabalho, mas para isso, foi necessário que houvesse um lugar que, além de proporcionar essa reflexão, pudesse acolher a luta das mulheres que se pautava pelo reconhecimento do valor e do lugar como trabalhadora rural:

Com isso, ganha campo em ir conquistar os seus direitos que na verdade estavam encubertos aí né. E o espaço que se encontrou pra discutir, apesar de todos os conflitos, foi na esquerda, né, no campo da esquerda, que é onde abre esse campo de participação, porque no

espaços de representação e coordenação do trabalho com as mulheres no estado após a saída da CUT da FETAEMG.

campo da direita era simplesmente das ordens. (...) Esse período que a gente vem, foi essa composição aí da luta das mulheres da CUT, né, nós fizemos, pra nós que estávamos começando em 87, a gente já fez encontro em Tombos com mulheres da CUT, pra tá discutindo o papel da mulher na política, a gente já começa a discutir isso (Margarida de Tombos, Rede de Intercâmbio).

A fala de Margarida nos remete à importância do contexto de fortalecimento da esquerda no Brasil para que as demandas e as lutas das mulheres se estruturassem num espaço mais amplo de luta pela democracia, mesmo reconhecendo os conflitos que esse campo ainda reproduzia. O contexto de organização das trabalhadoras rurais propiciou que a imensa maioria das mulheres se fortalecesse como lideranças de um campo da resistência, incorporando e tomando para sua organização um projeto político da esquerda, baseado nos princípios da autonomia, da combatividade e da democracia. E porque os STTRs e a Igreja e não o movimento feminista? A pergunta pode ser discutida levando em consideração diversos fatores, entre eles, destacamos o contexto do meio rural nas lutas sociais no qual houve um período em que estes atores também não eram reconhecidos como legítimos nos espaços das lutas mais gerais de classe, uma vez que a condição da agricultura familiar colocava questões que iam além da relação tradicional entre capital e trabalho (Favareto, 2006). Há também a invisibilidade das mulheres rurais no contexto do feminismo brasileiro que se consolidou por um viés eminentemente urbano e intelectualizado, no qual as diferenças e as hierarquias que se estabeleciam entre as próprias mulheres estavam começando a aparecer como uma questão para o movimento. Mesmo assim, não podemos negar a influência e a importância dos debates feministas e sobre a condição das mulheres que se consolidavam nessa época, através do fortalecimento do movimento em âmbito nacional e internacional com a criação dos Conselhos da Condição da Mulher, as lutas contra a ditadura e pela anistia, as formas de organização em grupos de reflexão que tratavam de temas como a saúde, sexualidade e a violência, a entrada em partidos de esquerda e no movimento sindical (Mayorga & Magalhães, 2008) quanto pela visibilidade da questão em organismos internacionais como a ONU. Por outro lado, temos os

STTRs e a Igreja que eram estruturas já instaladas e reconhecidas no meio rural, sendo que em diversos recantos, antes mesmo da criação dos STTRs, o espaço da Igreja era a única possibilidade de participação e organização. Além disso, a Igreja havia feito uma opção de trabalho com os pobres no Concílio Vaticano II, em 1965, e os anos 1970 e 1980 representavam um período de construir possibilidades de fazer novo sentido no campo (Sader, 1988), no qual destacamos a criação da CPT em 1975 e a Campanha da Fraternidade de 1990 *Mulher e Homem, imagem de Deus*.

A Igreja, através da Teologia da Libertação, estava muito próxima às comunidades rurais e de base e pautou suas ações para organizar, conscientizar e libertar os povos do campo e dentre as suas principais estratégias nesse processo de luta e de organização dos rurais estava o estímulo à criação das oposições sindicais (Medeiros, 2002), ou seja, a bandeira de criação ou total revitalização dos STTRs da época.

Na verdade eu comecei assim. Participando nas novena, aí descobria o pessoal das CEBs, as irmãs, a CPT, que é a Pastoral da Terra, o pessoal das CEBs. Então tinham as irmãs, os padres, e aí começamos a discutir a importância do sind/ na verdade eu aprendi foi via as CEBs, né, a importância do sindicato, e éee, sindicato, CUT, éee reforma agrária, que era possível cê lutar pela terra. Então eu aprendi na prática começando pelas CEBs, com a Pastoral da Terra (...) Então lá nas CEBs que eu descobri que quem quisesse terra teria que lutar, teria que ocupar, e aí nesse processo foi fundado o sindicato em Bonfinópolis (Lia, ex-CEMTR).

Os STTRs de orientação cutista e a Igreja foram, portanto, espaços fundamentais de socialização e participação política que subsidiaram a conformação de um projeto político da luta das mulheres trabalhadoras rurais de Minas Gerais e do país, pautado, como já afirmamos, pelas lutas em favor da democratização, do novo sindicalismo, bem como de bandeiras de luta como a Reforma Agrária e os direitos sociais. O que observaremos mais adiante é que a entrada das mulheres no movimento sindical dos trabalhadores rurais incidiu na agenda política e nas

formas organizativas do movimento, instaurando conflitos e promovendo reordenações político-culturais.

Para nosso debate aqui é preciso localizar que as lutas das mulheres no período que marca o início de sua organização estiveram estreitamente ligadas a bandeiras do movimento sindical dos trabalhadores rurais, ou seja, em pautas de lutas mais gerais dos trabalhadores, como a Reforma Agrária, por exemplo, ou nas lutas pela sindicalização, pela entrada e participação nos STTRs, bem como pelo acesso às políticas públicas do campo, notadamente a previdência social (Deere, 2004). Na fala de Lia, que segue abaixo, ela localiza quem eram as mulheres lideranças de Minas Gerais que estavam se destacando e por isso ganharam um espaço importante no cenário das lutas do campo.

Mulheres que tavam assumindo lutas, fazendo ações que aí assim, eu enumerar várias ações de várias dessas aí, do quê que as mulheres faziam. Por exemplo, a Eva tava lutando pra vir pra dentro do sindicato, pra mudar a direção do sindicato, a dona Elza assumiu greve dos assalariados em Brasilândia, eu mais a Fiinha era das ocupações de terra aqui. Cê pega aí a Margarida, a Elza Ilza, a Tereza discutia a questão forte da CUT, dos sindicatos lá foram todos criados filiando à CUT, na Zona da Mata já tinha aquela referência de participar nos partidos, nos partidos políticos, na CUT e também já de discutir a questão da educação, da comercialização. Então já tinham ações (Lia, ex-CEMTR).

Nesse sentido, analisamos que a organização e a luta das mulheres como um sujeito coletivo dentro do MSTTR se constrói, nesse período, acionando e denunciando discursos que definiam o adversário (Mouffe, 2005) no rol mais amplo das lutas enfrentadas pela classe trabalhadora. O reconhecimento das mulheres como portadoras de particularidades não estava posto dentro da dinâmica do MSTTR, mas muito mais nos grupos da Igreja:

Nós era “as meninas da igreja”, “as mulher da igreja”, né, porque era muito esse papel de saúde era muito nosso de mulher. Então a igreja queria isso, tinha a freira, então a gente ia pra reunião do sindicato, quando terminava a reunião do sindicato aí nós ia pra reunião das “mulher da igreja” que queriam se organizar (Graça, FETRAF Brasil).

Assim, se por um lado o contexto mais geral de fortalecimento de lutas que pautavam questões de ordem simbólica e identitária – através dos chamados novos movimentos sociais – colaborava fortemente para o fortalecimento da organização das mulheres, por outro, percebemos que o antagonismo emergente e pautado pelas rurais estava em consonância com o projeto mais amplo da classe trabalhadora. Nesse sentido, a construção de um Nós das mulheres rurais se fortalecia a partir da delimitação de um Eles representado mais fortemente pelo grande latifúndio, pela ditadura e o governo. Isso não significa que as mulheres não interpelassem a negação de sua condição no interior do MSTTR, já que é possível localizar durante os primeiros seminários nacionais dedicados a trabalhadora rural (que ocorreram em 1988 e 1989) e nas principais bandeiras de luta das rurais durante a década de 1980 o debate sobre a dependência da mulher ao chefe da família, a subalternidade dentro dos cargos dos STTRs, o impedimento de participação no MSTTR, entre tantos outros. No entanto, compreendemos que o lugar ocupado pelas mulheres, como ator coletivo, não confere, por princípio, a instauração de um antagonismo dentro do MSTTR, isso dependia de como aquele que impede a existência das mulheres como sujeito coletivo era discursivamente construído, ou em outras palavras, como as mulheres nomearam a ordem social hegemônica que buscavam se contrapor. E nesse sentido, seria necessário que uma luta por igualdade revelasse uma nova subjetividade coletiva que contradissesse também a subordinação mais geral das posições de sujeito (Mouffe, 1988:95) para que fossem questionadas as hierarquias dentro do MSTTR, como será feito posteriormente. Portanto, podemos dizer que as trabalhadoras rurais construíram antagonismos no interior do MSTTR ao empreender esforços para resistir e se posicionar diante das relações de subordinação de trabalhadores e trabalhadoras do campo e pautando na agenda do MSTTR reivindicações *específicas* das mulheres: como o reconhecimento de sua profissão, o acesso às políticas de saúde, previdência. Nesse período, portanto, não era a relação no interior do MSTTR que as sustentava no sentido de sua construção identitária, até porque o inimigo não era localizado no movimento sindical. De fato, o campo da esquerda esteve *aberto* à participação das mulheres,

assim como a Igreja também o fez, dificultando a construção de um saber e de um discurso que pudesse desvelar as lógicas de opressão no interior desses espaços. Reproduzimos abaixo enxertos do texto de criação da *Comissão de Trabalho das Trabalhadoras Rurais* – que depois veio a se chamar *Comissão Estadual das Trabalhadoras Rurais* que ilustra o ponto discutido:

Embora nossa luta seja conjunta com os companheiros, temos questões específicas por sermos mulheres. Precisamos desenvolver um trabalho organizado e articulado no movimento sindical de modo que a trabalhadora rural se faça presente nas lutas sindicais, assim como está presente no trabalho. (...) A Comissão, formada pelas dirigentes indicadas no Encontro Estadual é uma Comissão de Trabalho. Portanto, nosso trabalho deve ser integrado com o trabalho sindical. Não somos um grupo à parte. Vamos trabalhar com os companheiros, mas destacando nossos problemas (Relatório. Comissão de Trabalho sobre a Trabalhadora Rural, 1989).

Nesse sentido, uma importante estratégia que as trabalhadoras rurais acionaram para garantir sua participação, sua inserção e sua interferência no MSTTR era através de reiteradas afirmações de que as mulheres não estavam realizando um trabalho paralelo ao dos companheiros. De fato, o argumento do comprometimento da unidade da luta de classe em função da organização específica das mulheres no movimento era utilizado, muitas vezes, para deslegitimar as ações das trabalhadoras rurais.

De toda forma, analisar a organização das mulheres trabalhadoras rurais apenas pela sua inserção no espaço do movimento social seria por demais reducionista, uma vez que a sua participação em espaços políticos e, nesse sentido, públicos, engendra e está conformado por uma série de transformações no âmbito familiar e privado, bem como sua relação com o trabalho, as políticas públicas e a sociedade.

Para Sara Pimenta, assessora da CEMTR entre 1989 e 2004, se por um lado as trabalhadoras rurais não se diziam feministas, por outro, tiveram que enfrentar com muita radicalidade diversas situações no caminho para o mundo público que estão diretamente relacionadas às bandeiras de luta do feminismo. Sair de casa

para participar em uma organização significava muito esforço empreendido em negociações, em situações de violência e discriminações, um verdadeiro *caminho das pedras*. Assim, o início dos trabalhos da CEMTR esteve marcado pela investigação da situação da trabalhadora rural e os motivos de tal situação em relação à família, ao trabalho e à participação no sindicato (Relatório do 1º Encontro Estadual das Dirigentes Sindicais. FETAEMG).

Tereza de Miradouro situa alguns desafios no âmbito familiar e da comunidade dando ênfase a como as mulheres tiveram que enfrentar, sobretudo, uma cultura que controlava os lugares em que elas deveriam permanecer e os desafios enfrentados para construir o projeto e o trabalho sindical dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais:

Então assim eu ia pé, eu ia de carona, eu ia do jeito que desse pra eu ir. Então teve uma fase assim... terrível, terrível, das pessoas sentarem comigo numa reunião por causa da igreja e falar que eu tava causando separação, que eu tava causando isso, que eu tava causando aquilo (...) que o pessoal falava que eu não prestava, que eu saía com todo mundo, então isso foi assim, família... muito difícil. Depois eu vivi um outro conflito muito grande que foi com meu irmão mais velho, que ele, como era meu irmão mais velho, ele teve uma participação muito mais ativa na fundação do sindicato e na fundação do PT do que eu. Eu tinha 17 anos, ele já era homem feito, casado e tudo, e na verdade quem se destacou aqui no município como liderança tanto do sindicato quanto do PT fui eu. Fui eu que fui presidente do sindicato, fui eu que fui eleita, então esse conflito com a família isso sempre foi muito difícil pra mim, sabe, assim de tá num espaço que ninguém sonhou pra mim da minha família, ninguém quis que eu tivesse. Aí depois o conflito de sair de casa, de ir pra escola, de enfrentar uma escola, sabe, isso tudo assim, isso vai fazendo a gente pensar, amadurecer, e eu acho que eu faria tudo de novo, eu não arrependo de nada do que eu fiz (Tereza de Miradouro, ex-CEMTR).

O controle exercido pela família – pais, mães, companheiros e maridos, irmãos – e pela comunidade na vida das mulheres rurais está sustentado pelas lógicas binárias e dicotômicas das relações público-privado, e pela naturalização de características das mulheres que foram transformadas em desigualdades. Pelo relato de Tereza de Miradouro percebemos que há um mundo que é sonhado e

outro que não é sonhado, ou até mesmo maldito para as mulheres. Estar e participar no mundo público significa, portanto, questionar, romper e reordenar o mundo restrito ao ambiente doméstico e à reprodução da família e as funções ligadas às mulheres, notadamente aquelas ligadas ao cuidado, ao ser mãe e esposa. Todos esses adjetivos figuram no terreno que corrobora a idéia de dependência da mulher na unidade familiar àquele que controla e organiza o espaço-tempo e todas as decisões relevantes para o grupo, a saber, o chefe de família. É nesse sentido que os processos de participação instauram uma dinamização das relações entre público-privado, de maneira que os pactos social e sexual são problematizados pelas trabalhadoras rurais e convergem em construções identitárias marcadas por um conteúdo de antagonismo que anteriormente apontamos como estritamente ligados às questões mais gerais de classe. Aqui, estes antagonismos passam a ganhar novos contornos ao passo que as relações familiares, com a Igreja² e com a comunidade passam a ser objeto de reflexão e de oposição. Ao mesmo tempo, devemos destacar que a problematização do confinamento das mulheres rurais no âmbito privado em detrimento da possibilidade de inserção e participação ativa e reconhecida no mundo público ganhou em dinamicidade quando consideramos uma das principais bandeiras de luta das mulheres trabalhadoras rurais na década de 1980, qual seja, o reconhecimento do seu lugar como *trabalhadora* rural. Assim, o reconhecimento do valor do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres rurais através de uma identidade que ganha visibilidade e proporções capazes de questionar a não-existência e a inferiorização produzidas nas políticas, na família e nos espaços de participação foi fundamental para o questionamento de relações de poder naturalizadas e justificadas pela inexistência das mulheres como sujeitos de direitos.

Diversos documentos apresentados e analisados em capítulo anterior apontam como a temática dos direitos sociais, especialmente àqueles ligados à previdência,

² Segundo Sara Pimenta, as mulheres que se tornaram grandes lideranças, e por isso aqui incluímos nossas entrevistadas, e que iniciaram sua militância nos movimentos ligados a Igreja, romperam com esse espaço. Esse rompimento, marcado por sofrimento e por conflitos, merece ser investigado, uma vez que talvez apontem como a autonomia das mulheres passava a colocar em questão formas de condução e determinantes da Igreja.

foram pauta de importantes lutas das trabalhadoras rurais no início de sua organização. A expressão mais contundente dessa luta que encontramos em nosso material refere-se a organização das mulheres para garantir seus direitos na Constituição de 1988. Os abaixo-assinados, as mobilizações, as marchas e as pressões nos espaços de participação locais e nacionais foram instrumentos importantes em torno das quais estiveram as trabalhadoras. É necessário reconhecer a importância do processo de mobilização e pressão no movimento da constituinte, e principalmente a luta necessária durante a década de 1990 para a efetivação das conquistas garantidas no texto, como por exemplo, a titularidade conjunta da terra, a proibição de diferenças de salário para exercício de mesma função (ponto importante principalmente para as trabalhadoras assalariadas), salário maternidade, aposentadoria para a trabalhadora rural aos 55 anos.

Diante do apresentado, compreendemos que a realidade da luta dos movimentos é muito dinâmica e a intensidade de mudanças trazidas com a inserção de atores políticos como as mulheres foram marcantes para o MSTTR, no entanto, nos parece importante frisar que as bandeiras e as formas organizativas pautadas e sustentadas pelas mulheres no início de sua militância estiveram mais estreitamente relacionadas a um projeto político mais amplo de mudança social dentro do qual se destacavam as demandas específicas das mulheres. A diferença sexual, ou as hierarquias de poder baseados nas relações de gênero, ainda não eram pautadas no sentido de nomeação de uma hegemonia (Mouffe, 1988) que configurava as relações no interior do campo da esquerda e no MSTTR. O tema da saúde se fazia muito mais presente em grupos ligados a Igreja, ou em pequenas organizações de mulheres, sendo que os direitos previdenciários estavam pautados, sim, na agenda do MSTTR, mas naquele momento não são bandeiras que interferem diretamente na ordem simbólica que sustentava um lugar de subordinação das mulheres. Nesse sentido e fazendo esse recorte específico, é preciso avaliar o caráter avançado do debate público e político que as mulheres trouxeram ao se inserirem nos espaços de maneira a construir espaços agonísticos de negociação, e que foram as bases sobre as quais se construíram sua identidade política.

6.2 Poder e identidade no MSTTR

A organização das trabalhadoras rurais em Minas Gerais tem um grande salto durante a década de 1990 no sentido de aglutinação de lideranças com a criação da CEMTR no espaço da Federação e a efetiva participação de mulheres em cargos da direção, a consolidação de trabalhos de base e a participação não só na esfera estadual, mas também no âmbito nacional. Esse fato está relacionado a diversas questões, entre as quais destacamos o contexto geral de organização do MSTTR que trazia em seus documentos de congressos e nos seminários nacionais da trabalhadora rural ocorridos em fins da década de 1980 a orientação para que Federações e Sindicatos criassem espaços e incentivassem a participação das mulheres; além disso, estava posta a necessidade de organização das trabalhadoras rurais para garantir que os direitos conquistados na constituição de 1988 fossem realmente efetivados; e por último, destacamos o fortalecimento das lideranças e do lugar das demandas trazidas pelas rurais no interior do movimento. O que para muitos foi uma década perdida, para a luta das mulheres trabalhadoras rurais foi uma época fundamental de consolidação de sua participação no MSTTR, de influência na agenda sindical, e de fortalecimento de sua organização.

Dessa forma, podemos dizer que no caso da CEMTR-MG, assim como outras comissões de trabalhadoras rurais no Brasil, há um avanço significativo da inserção das mulheres no espaço institucional da Federação, ao mesmo tempo com um fortalecimento da sua organização específica em torno da reivindicação de direitos sociais. Na passagem seguinte, Margarida de Tombos nos dá elementos para compreender sob quais bandeiras as mulheres passam a fazer a discussão não mais apenas nos encontros da Igreja, grupos de mães e de oração, mas *dentro* dos sindicatos, usando o espaço como meio de luta e pautando reivindicações que ganham em concretude com a conquista de direitos na Constituição:

Aí o que fez a gente reunir mesmo no sindicato, que pegou foi a questão dos direitos da mulher, porque o quê que era, a mulher não tinha documento, ela não tinha documento, aí só tinha era só título de eleitor e nem identidade, nem CPF, nem nada. Aí quê que acontece, sai a lei em 88, mas a mulher num aposenta porque ela não tinha documento, aí a gente começou a fazer esse trabalho para as mulheres tirar documento, aí essa campanha de documentação ela foi constante (Margarida de Tombos, Rede de Intercâmbio).

O contexto político de articulação da esquerda no movimento sindical dos trabalhadores em âmbito nacional, notadamente através da CUT e do PT, é fator importante para compreender em qual situação as mulheres da esquerda, cutistas, entram para o espaço da Federação, que até fins dos anos 1980 e início dos anos 1990 tinha uma hegemonia do setor conservador. Os processos de **composição** entre o setor conservador e o de esquerda foram uma estratégia e uma definição dos cutistas que integravam o Departamento Rural da CUT para construir a CUT dentro das Federações. Não cabe aqui nos ater aos conflitos internos ao departamento rural da CUT que viabilizaram essa proposta, mas é preciso compreender que a estratégia de construir o projeto cutista no interior das Federações, historicamente conservadoras e pelegas, significava acionar as composições durante as eleições como recurso para ampliar a médio prazo o espaço e a força política da esquerda nas Federações e na CONTAG. Neste sentido, a composição promove um espaço bem delimitado de reconhecimento e diferenciação em relação a dois projetos distintos: projeto cutista x projeto não-cutista. É nesse contexto de entrada da esquerda na FETAEMG que o trabalho com as mulheres pôde ser pautado:

Aí era eu, a Tereza, a Margarida, a Ana de Carangola, o Zé Maria, a Cida, né, a Cida Miranda, nós éramos a direção éee com o Juarez, a gente era da direção do Departamento Rural. Aí tá vendo? Antes da composição tinha o departamento rural. [ri] Aí depois a opção foi de fazer a composição. Aí era aquela discussão ainda: passa por dentro ou passa por fora? Aí prevaleceu a posição de compor que seria passar por dentro da FETAEMG, naquela época. (...) Na verdade assim, naquele momento ali a gente não tinha noção de que fazendo aquele caminho era dissolver o departamento, mas na verdade/ na prática aconteceu isso, né. (...) A idéia era, era. Era você construir o projeto cutista dentro

da Federação. E aí foi onde que com/ discutimos a questão das mulheres, da cota, de ter comissão, porque na CUT já tinha comissão de mulheres, de ter os pólos (Lia, ex-CEMTR).

Na FETAEMG, a primeira composição aconteceu em 1990 durante o III Congresso Estadual, que teve uma chapa encabeçada por um cutista. Algumas mudanças na forma organizativa da Federação podem ser percebidas no trecho acima e que refletem *na descentralização das ações da FETAEMG com a mudança de sua estrutura criando os pólos regionais e os departamentos por frentes de lutas* (FETAEMG, 30 Anos de Luta, 1998:10). No IV Congresso Estadual que aconteceu em 1993, os cutistas já se tornaram campo majoritário na FETAEMG, ocupando a maioria dos cargos da diretoria (direção executiva e coordenação dos pólos regionais). É nesse ano que Maria Antônia Costa Nogueira, conhecida no MSTTR por Lia, assume a diretoria do departamento de Política e Reforma Agrária, sendo a primeira mulher a ocupar um cargo na direção executiva da Federação, como já tratamos anteriormente.

A entrada de uma mulher na diretoria executiva não se deu sem conflitos e sem disputas políticas que já sinalizavam os inúmeros enfrentamentos que as rurais ainda passariam no espaço da FETAEMG. Para Carmen Foro, atual coordenadora da CNMTR, a entrada das mulheres significou a instauração de diversos conflitos que podem ser reconhecidos também em âmbito nacional:

Então, eu acho que essa década, tudo o que essas mulheres de Minas fizeram nesse período que foi o final da década de 80, década de 90 ela na verdade acompanhou a um momento histórico das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil todo. Foi exatamente nesse momento que a gente começava a arrumar muitas encrencas nos lugares onde estávamos (Carmen, CNMTR).

Realmente, as **encrencas** que as mulheres arrumam, ou os conflitos que são nomeados, estão relacionados com a sua inserção nos espaços de participação, principalmente ocupando cargos de direção. O fortalecimento dessa inserção começa a desvelar formas de opressão dentro do próprio campo da esquerda, o que foi um importante elemento de reordenação identitária da organização das

mulheres, uma vez que o adversário não estava mais apenas naquele que representava o governo, o latifúndio ou a direita conservadora, mas estabelecia-se um antagonismo dentro dos seus espaços de organização:

Então assim, já naquele período a gente entendia que a luta, começamos a entender que a luta de classe nunca deu conta das diferenças e do preconceito e do machismo dos homens. Porque a gente tava na CUT, a gente tava no Partido dos Trabalhadores, mas o machismo continuava. Então aquilo pra nós era muito importante (Graça, FETRAF).

O campo de instalação de conflitos no interior da Federação e dos STTRs não esteve circunscrito apenas à entrada, propriamente dita, das mulheres, uma vez que, como já abordamos no capítulo sobre os movimentos sociais, as mulheres sempre estiveram na história construindo o sindicalismo e as lutas sociais no campo, mesmo que na invisibilidade. O conflito que se estabelece parece estar diretamente relacionado à formação e à conformação identitária das mulheres como atores políticos. Isso significa, como veremos no próximo trecho, que as rurais passaram a adotar estratégias de organização para sua participação no MSTTR que inevitavelmente produzia mudanças ou chamava os homens e o próprio movimento para se recolocar, uma vez que elas passaram a instaurar uma dinâmica que não era autônoma ao movimento, mas que reconhecia a necessidade de fortalecimento das lideranças num espaço que não fosse o misto.

Aí a gente já veio, quando foi em 93, aí tudo bem, a gente veio pra Comissão, na região era eu e a Tereza de Miradouro, nós duas, viemos. Aí começa todas essas polêmicas, né, porque você imagina, a gente tinha uma decisão que isso a gente já tinha na nossa região de reunir as mulheres no seu espaço porque se a gente reunisse mulheres junto com os homens, se fosse mista, as próprias mulheres indicavam os homens. Então nós chegamos à conclusão que nós tinha que primeiro fazer a formação das mulheres, para as mulheres sair da submissão, para as mulheres conquistar o espaço, para depois a gente ir para os espaços misto, a gente ficava nos dois espaços, a gente até chamava isso de dupla jornada no movimento, a gente tinha dupla jornada dentro de casa e tinha que ter dupla jornada no movimento também, porque enquanto os homens estavam descansando nós tinha que tá reunindo para apresentar nossa proposta (Margarida de Tombos, Rede de Intercâmbio).

Esse contexto trouxe um imperativo para a luta das trabalhadoras rurais na CEMTR de ter duas frentes de luta e de organização que tinham em comum o tema *Reconhecimento da Trabalhadora Rural, uma questão de cidadania*³. Essas pautas têm uma dimensão **interna** ao movimento, que abarcava a formação das mulheres e a negociação das questões que elas colocavam no interior do espaço misto do movimento, e a outra **externa** atingindo a sociedade, o governo, os latifundiários. Pudemos encontrar em cartilhas e documentos da CEMTR, bem como nas entrevistas com a assessora Sara Pimenta, alguns pontos da pauta de luta interna: 1) organização e participação das mulheres no MSTTR; 2) processos de formação e informação que trabalhavam a participação com o poder decisão, o poder na fala que fosse capaz de intervir, informações sobre o cuidado com a saúde e os direitos das trabalhadoras; 3) Cota de no mínimo 30% de participação das mulheres nos cargos de direção, nos espaços de formação, para a participação em seminários e congressos; 4) disputas de cargos e de recursos; 5) formalização da CEMTR na estrutura da FETAEMG; 6) garantia de creches nos congressos da categoria; 7) sindicalização; 8) participação das mulheres em eleições e ocupação de outros cargos de poder fora do MSTTR. Entre as pautas e bandeiras externas, destacamos: 1) direitos sociais: garantia do salário maternidade, aposentadoria, título da terra e contrato de parceria conjuntos; 2) combate à violência; 3) documentação; 4) acesso à saúde, direitos sexuais e reprodutivos; 5) igualdade salarial; 6) formação das mulheres no combate às práticas discriminatórias na família, no trabalho e nos STTRs.

Gostaríamos de salientar que essa distinção entre as frentes de atuação interna e externa ao MSTTR que as trabalhadoras rurais acionaram como forma de organização, fortalecimento e participação ativa no movimento não é uma divisão rígida, uma vez que o espaço da Federação (assim como o espaço da Confederação) era reprodutor de diversas formas de discriminação, opressão e violência que as trabalhadoras rurais vivenciavam na família, na sociedade e nas

³ Esta palavra de ordem pode ser encontrada nas cartilhas produzidas pela CEMTR desde o início de seus trabalhos na FETAEMG.

políticas. Assim, fica explícito que a cultura política do MSTTR é reflexo e uma extensão dos valores sociais e culturais construídos em torno da opressão e da legitimação da violência contra as mulheres, muitas vezes reproduzindo a naturalização de desigualdades. Um exemplo em torno do salário maternidade é notório nesse sentido. Esse direito é uma conquista muito importante para as trabalhadoras rurais e foi com muitas lutas que, de forma organizada, elas conseguiram a sua implantação. No momento em que uma das diretoras da FETAEMG fica grávida a discussão ganha contornos de reprodução da visão da mulher como não-sujeito de direitos. Lia nos conta sua história e afirma como a união e a organização das mulheres na CEMTR foi fundamental para garantir o acesso a esse direito dentro do MSTTR:

O outro momento difícil que eu também enfrentei foi ter a coragem de... quando eu tive meu filho, já participando do movimento sindical, meu primeiro filho que eu tenho dois, tive meu primeiro filho, foi discutir a questão da licença maternidade no movimento sindical. Que, na verdade, no movimento sindical de trabalhadores rurais esse assunto não tinha sido ainda discutido nem decidido. Então, éee, eu queria ter o direito a licença maternidade, e com direito a receber [ri] a receber o salário, como eu trabalhei muito tempo! Então eu fui discutir, aí. Então foi um momento difícil onde assim quem tava na frente da direção falava pra mim que eu ia perder, que eu não ia conseguir ter vitória naquela minha proposta de poder licenciar, ficar os 4 meses com meu filho pequeno. Aí recebi proposta de acordo pra eu retirar minha proposta, e aí receber dois meses, então, mas aí nessa época eu já tinha o apoio da Comissão de Mulheres, a gente já era uma Comissão fortalecida, já tinha mais mulheres na direção, né, eu já tinha os companheiros que eu sabia que apoiava isso, então eu confiei e acreditei, levei pro Conselho a proposta sem nenhum medo e ela foi aprovada. As mulheres que vieram depois de mim ter filhos, já num precisaram mais passar por esse constrangimento (Lia, ex-CEMTR).

Como pode ser observado, a CEMTR se constrói durante os anos 1990 a partir de disputas, enfrentamentos, bandeiras de luta que colaboram para o fortalecimento de sua identidade em torno de um Nós, e com uma clareza cada vez mais consistente, de onde e como se organiza o Eles. As mulheres da Comissão, em sua grande maioria lideranças cutistas, passam a ocupar cada vez mais cargos de poder da direção executiva e fortalecer sua atuação na base e na articulação com

a CNMTR. Com isso, o espaço da Federação torna-se um ferrenho espaço de disputa política informado pelo fato das mulheres serem *mulheres* e por sua filiação política à esquerda. A politização das relações de gênero começa a ganhar contornos mais nítidos influenciando nos temas, como já vimos anteriormente e nas suas **formas organizativas**. Havia uma decisão do grupo de mulheres de que o trabalho deveria ser feito através do MSTTR, uma vez que este era um espaço importante de articulação política, de acesso à informação e de construção de lutas e políticas públicas, e foi assim que as mulheres, ao longo dos anos, puderam construir um entendimento e uma desnaturalização do que é o espaço do movimento, bem como as possibilidades de organização das mulheres.

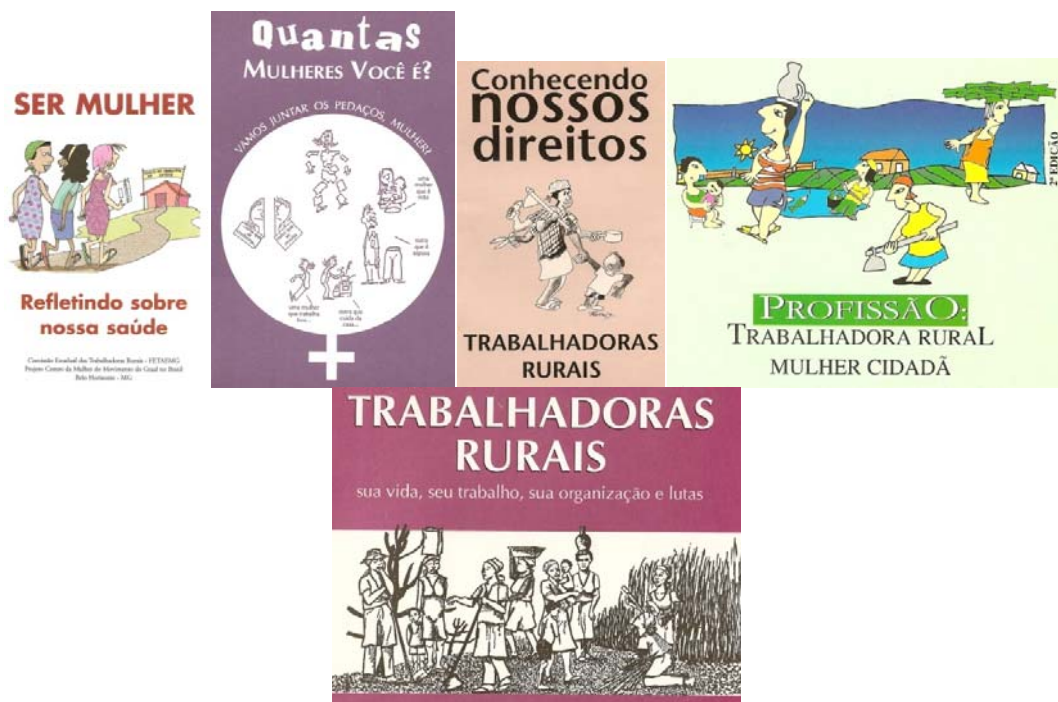
das mulheres de tá participando dentro de uma entidade de classe que é um entidade, né, que são sindicatos de trabalhadores rurais, que tá lá envolvidos homens e mulheres, mas a participação das mulheres foi sempre à margem também, aquela história de dependente do marido e a gente né houve também pessoas que contribuiu com isso da importância da participação das mulheres e surgiu a idéia e o projeto aí de fazer um trabalho específico com as mulheres, mas por dentro do movimento sindical (...) Foi aí que a gente descobriu, né, essas formas de como a gente participar não era dividindo homem e mulher prum lado, mas é, são momentos específicos que a gente tinha de conversar (...) Porque é uma construção, né, o sindicato é construído de homens e mulheres trabalhadores rurais, então ali que tem um, que tem um, uma diretoria né, que precisa tá trabalhando junto, né, assim é um grande desafio da gente poder construir isso, porque é um espaço, o sindicato é um espaço construído pra homem. Pra homem, não era um espaço pra mulher, né, só que a gente foi descobrindo que são espaço de todos né e nesse período a gente achou que a gente aprendeu muito, a gente conseguiu construir um trabalho bom nos municípios, criar comissões, né, cada um dentro dos seus limite, dos seus, do potencial (Eva, Rede de Intercâmbio).

As formas de organização da CEMTR estiveram pautadas pelo intenso trabalho na base, pelos processos de formação das lideranças, através das discussões políticas e construção de propostas para as trabalhadoras rurais e para o movimento, e pelo uso de elementos culturais como as místicas, músicas e danças durante as reuniões e encontros. É nesse contexto de reivindicações e bandeiras que não se restringiam às questões específicas de gênero, que as

mulheres trouxeram para dentro do MSTTR a juventude do campo. Isso significou uma ampliação da pauta política do movimento, a instauração de novas formas organizativas que foram muito importantes para o questionamento do exercício do poder.

O trabalho com a base, que é outra característica marcante da forma organizativa das mulheres, tem sua herança na origem da militância das lideranças nas CEBs, nos grupos de igreja e nos pressupostos do novo sindicalismo que primava pela organização a partir da comunidade e do saber e cultura locais. Assim, a CEMTR tinha como referência construir processos de representação que convidassem as pessoas a colaborar nos processos de decisão, muito mais do que definir e decidir sozinhas. Esse elemento revela um importante aspecto de democratização das relações políticas a partir de uma apropriação da idéia de representação. A organização do trabalho da CEMTR foi viabilizada através de visitas e oficinas educativas nas comunidades rurais de Minas Gerais, reuniões e encontros nos STTRs, encontros regionais e estaduais, comemorações do 8 de março, de modo que resultou no fortalecimento da participação das mulheres em diversas associações, na criação das comissões municipais e regionais de trabalhadoras rurais e no intercâmbio e no acúmulo de conhecimento entre as diferentes regiões, bem como na capilaridade do trabalho realizado em âmbito estadual. De fato, ao observarmos a produção de cartilhas⁴ da CEMTR é possível identificar uma linguagem próxima às mulheres da base, com ilustrações, questões de debate e reflexão que revelavam a importância e o alcance de seus trabalhos no sentido da formação e empoderamento das rurais (algumas dessas cartilhas foram compiladas na imagem abaixo).

⁴ Em nossa pesquisa encontramos 5 cartilhas organizadas pela CEMTR no período que é nosso foco de trabalho. Vale lembrar que as Comissões Regionais e Municipais também elaboravam seus próprios materiais.



O alcance desse trabalho teve reflexo na forma de inserção e participação das lideranças da CEMTR nas discussões e no processo de construção da Comissão Nacional, como podemos observar nos dois trechos abaixo:

As meninas vinham muito articuladas, sabe. Com um poder de articulação muito grande. Sabe, nas regiões. Aí essas mulher que eu citei tipo Eva, éee, a Elza Ilza, a Tereza de, de Miradouro e outra companheira lá, as companheiras ajudavam e muito na formulação, na construção de coisas novas na FET/ na CONTAG, que a gente pode ver isso, né?! (Graça, FETRAF).

Quando eu assim também no período da minha estadia na CONTAG, eu acho que foi uma coisa muito boa das mulheres de Minas Gerais que participavam na Comissão Nacional. A gente tinha uma companheira assim muito guerreira, a Lia, a Tereza que depois ela foi vereadora, a Margarida e essas eram as mulheres que traziam a experiência do trabalho que era feito no estado. Sara na época era assessora de lá, elas traziam a experiência do trabalho que era feito, muitas vezes a gente se orientava pelas propostas de Minas Gerais (Ilda Margarida, MMTR-NE).

Outro ponto importante da forma de organização das lideranças na Comissão era a sua formação, as discussões políticas e a construção de propostas para o MSTTR. Grande parte de nossas entrevistadas relata como a CEMTR primava por debates e construções de propostas nos espaços em que estavam participando, como, por exemplo, na Comissão Nacional e no Coletivo de Reforma Agrária. Ilda Margarida, a primeira coordenadora da CNMTR, faz referência a algumas lideranças individualmente, à capacidade de organização como grupo e o trabalho de assessoria como elementos para compreender a importância que a CEMTR teve no cenário nacional:

PESQUISADORA - *E o quê que era realmente de mais interessante que as mulheres de Minas levavam pra Comissão Nacional enquanto cê tava lá?*

ILDA MARGARIDA - *As discussões políticas! As discussões políticas. Elas elaboraram um material e eu sei que tinha várias cartilhas elas elaboravam, então acho que as discussões políticas mesmo, né, eu acho que era mais interessante isso. A gente aprendia muito (Ilda Margarida, MMTR-NE).*

O uso de práticas culturais durante as reuniões como místicas, danças e cânticos é característico da organização das mulheres na CEMTR e configura-se como uma forma de mobilização, identificação e construção de uma cultura política no grupo⁵. Esses elementos revelam não só uma maneira própria da Comissão se organizar e construir sua luta, mas também o caráter emancipatório que conteúdos como esses podem ter uma vez que inseridos em práticas culturais como cânticos ou místicas. Atividades culturais têm potencialidade de *dar visibilidade e compreender formas distintas de resistência e estruturação social* (Prado; Campici & Pimenta, 2004:310), pois se pautam em uma maneira própria de construir relações cotidianas, o que Santos e Nunes (2003) denominam por racionalidades alternativas. Essas relações cotidianas convergem no

⁵ Veja o exemplo de duas canções comumente utilizadas nas suas reuniões: “Pra mudar a sociedade / do jeito que a gente quer / participando / sem medo de ser mulher” (Título: Sem medo de ser mulher). “Eu sou mulher seu doutor/ o que que é / Eu sou mulher do Brasil / eu sou mulher / Pra lavar a louça eu sou mulher / Pra lavar a roupa eu sou mulher / Pra varrer casa eu sou mulher / E no Sindicato / Por que eu não posso ser mulher? (Título: Eu sou mulher). Cânticos cedidos e apontados como centrais nas práticas cotidianas da CEMTR pela ex-assessora da Comissão, Sara Pimenta, em entrevista para esta pesquisa.

fortalecimento do grupo, na criação de sentimentos de reciprocidade, compartilhamento de valores e na criação de laços de solidariedade. Muitas vezes, esses conteúdos também são formas nas quais é possível reconhecer adversários e unir sentimentos e afetos para o enfrentamento das relações de opressão.

Essas formas de organização foram subsidiadas pelo constante esforço em unir as mulheres, muitas vezes cutistas e não-cutistas, em torno de determinadas reivindicações e através da discussão dos desafios enfrentados individualmente. Aquilo que as mulheres compartilhavam entre si e discutiam era o que orientava os encaminhamentos dos trabalhos da Comissão. Isso era possível através das reuniões regulares da CEMTR, das Plenárias Estaduais e Nacionais de preparação para a inserção das mulheres nos Congressos, da unificação de nomes para compor a CEMTR ou CNMTR ou outros cargos de direção. As palavras de Elza Ilza nos apontam como a sustentabilidade política das mulheres no espaço misto do MSTTR, notadamente nos espaços de direção, dependia de um intercâmbio dos desafios e, portanto, da criação de um terreno de mobilização de afetos e saberes que permitisse um enfrentamento coletivo:

Sempre a gente discutia na Comissão, a gente discutia os nossos desafios enquanto direção, dos nossos enfrentamento e tirava os nossos encaminhamentos né na própria Comissão. E essa Comissão que dava um pouco de sustentabilidade, é e de sustentação né da nossa participação lá dentro nas nossas discussões (Elza Ilza, FETRAF).

De fato, os elementos da estrutura sindical que podem garantir relações mais democráticas (como o estatuto, tempo de mandato, proporcionalidade, entre outros) são importantes, mas eles não esgotam a necessária articulação das mulheres no interior do movimento misto, pois estes elementos pertencem a uma luta de classe que é reprodutora de relações de gênero desiguais:

Num outro espaço é que os nossos estatutos da FETRAF, tudo aquilo que a gente não conseguiu na estrutura CONTAG tipo, éee, proporcionalidade, que a gente não conseguia, então nós temos proporcionalidade. Três anos de mandato pra uma diretoria, que na

CONTAG é quatro e o nosso é três anos. Nós somos orgânicos da CUT, sabe. Então isso, ela foi se construindo nos espaços um pouco mais leves. Mas eu garanto pra você que se nós não estiver articuladas, organizadas enquanto mulheres, não será esse espaço FETRAF estrito que dará conta da realidade. Porque o mundo não diz que é assim. Porque eu volto a dizer a luta de classes nunca deu conta das diferenças entre homem e mulher. Nunca (Graça, FETRAF).

Toda nossa discussão até o momento revela um amplo processo de politização das relações sociais e de gênero no interior do MSTTR através das delimitações das fronteiras entre um Nós e um Eles que permitiu que as trabalhadoras rurais se fortalecessem na construção de suas trajetórias políticas, individuais e coletivas. A utilização de estratégias que redimensionam o âmbito do mundo privado – como, por exemplo, as rodas de conversas sobre os desafios enfrentados no movimento e na família – são acionados como elemento unificador e definidor da estratégia de luta e de interpretação das relações de poder.

A parte final deste item está dedicada em apresentar os **conflitos** vivenciados no espaço da FETAEMG, sejam eles conflitos de ordem política quanto aqueles no âmbito da **violência** que essas mulheres sofreram; por fim, analisaremos como o **poder** é localizado por elas nessa trajetória de organização e luta na CEMTR.

De acordo com o relato das lideranças que entrevistamos e através da análise dos documentos da CEMTR é possível identificar como, ao longo dos anos, o espaço da Comissão se tornou um alvo de muita disputa. Durante alguns anos, por não estar prevista no estatuto da Federação, a CEMTR funcionou informalmente. O processo de discussão desta inserção iniciou-se em 1995, e em 1996 a Comissão foi formalizada, integrando o estatuto da FETAEMG e possuindo um regimento interno próprio. Poderíamos nos perguntar quais mudanças efetivas ocorreram no cotidiano da Comissão com esta institucionalização? Com o processo de institucionalização é fato notório que as lideranças passaram a ter acesso a recursos materiais previstos no orçamento da Federação, puderam ter acesso a informação, enfim, acessaram uma maneira de existir formalmente dentro do espaço sindical. No entanto, a criação deste terreno formal despertou disputas

políticas e lutas por esse espaço entre cutistas e não-cutistas. As lideranças entrevistadas analisam as disputas e conflitos em torno dos trabalhos da CEMTR e das mulheres rurais em geral, entre outras coisas, pela alteração no poder hegemônico masculino que estaria ameaçado pela organização das mulheres no interior do espaço misto:

Assim, porque, na minha avaliação porque a Comissão tava tendo muitos avanços, as lideranças tava crescendo, então na verdade, eu acho que houve medo dos homens de que as mulheres avançassem mais, e eles perdessem o controle. Cê tá entendendo? Eu tenho clareza que uma das coisas era essa. Que cê já pensou tantas mulheres no Estado com consciência, sendo reconhecida pelo conselho, pelos sindicatos? Então, ali a gente tava ameaçando o poder masculino (Lia, ex-CEMTR).

Foi um momento bom na história das, de nós mulheres trabalhadoras rurais, camponesas do Brasil, e ao mesmo tempo foi um momento de muitas tensões e muitos conflitos. Porque? A chegada nossa, a entrada nossa, não é chegada, porque nós já estávamos, porque a história sempre negou, né, mas a gente sempre teve construindo o sindicalismo brasileiro. Nós sempre estivemos, nós as mulheres. Agora assim, foi um momento de conflito forte, por os homens entenderem que as mulheres tavam querendo tomar o lugar deles, né (Raimundinha, CONTAG).

Eu acho que é porque a gente como mulher tava ganhando espaço. Tava fazendo a diferença, porque a mulher tem poder demais (Tereza de Miradouro, ex-CEMTR).

Por medo de perder o poder, eu acho, que é o medo de perder o poder, e na medida que você empodera as mulheres, eles sabe, agora vai ser igualdade, num é perder, é ter o espaço pra todos dois, e aí é difícil (Margarida de Tombos, Rede de Intercâmbio).

Assim, ainda tem muito homem que não admite que a mulher tá assumindo o poder. E aí, o poder no movimento sindical, éee, eles defendem com muita garra pra eles (Ilda Margarida, MMTR-NE).

O fato de que os homens se sentem ameaçados com a visibilidade das mulheres na consolidação de seu espaço dentro do MSTTR é compartilhado pelas lideranças estaduais e nacionais, e segundo elas está estreitamente relacionado ao processo de empoderamento, autonomia, a ocupação de cargos de direção e, sobretudo, quando elas passam a discutir temas gerais do movimento e não apenas aqueles específicos às mulheres⁶. A ameaça de reconfiguração do poder hegemônico, ou seja, do controle sobre os rumos do movimento e controle sobre as próprias mulheres foi expressada em diversas formas de contra-reações dos homens do setor conservador da Federação⁷. Essas contra-reações muitas vezes se expressavam nas tentativas de colocar as mulheres para brigarem entre si, as articulações para demissão da equipe de assessoria que colaborava na organização e no empoderamento das mulheres, nas disputas pelas construções das pautas de debate nos espaços da diretoria executiva e do conselho da Federação. No entanto, as mulheres também acionavam estratégias de organização e de articulação para enfrentarem essas situações, como por exemplo, em momentos que antecediam reuniões de deliberação da Federação, elas faziam encontros apenas entre mulheres para se preparar e para garantir que suas propostas integrassem as pautas de reuniões e para que fossem aprovadas. Outra estratégia era o boca-a-boca que elas faziam junto aos companheiros após terem unificado seus posicionamentos e reivindicações.

Os enfrentamentos e embates que as mulheres da CEMTR tinham, foram acompanhados pelas companheiras da CNMTR e, realmente, há diversos relatos das lideranças nacionais que falam da coragem e da determinação das mulheres de Minas Gerais para se colocarem diante do machismo e do conservadorismo da FETAEMG. No trecho abaixo, a fala de Graça aponta como a situação das trabalhadoras rurais em Minas Gerais apresentava desafios e conflitos que eram

⁶ Gostaríamos de ressaltar que consideramos insuficiente a divisão entre temas gerais e específicos para designar as lutas nos movimentos sociais. Essa divisão está sendo usada aqui para indicar as construções históricas do que são temas *das mulheres* (saúde, educação, etc) e os temas estruturais (reforma agrária, política agrícola, etc).

⁷ No próximo item deste capítulo proporemos uma reflexão sobre como os homens da esquerda, cutistas se colocavam em relação às lideranças da CEMTR, esse posicionamento fica mais explícito quando analisamos a saída da CUT da FETAEMG e a ruptura dos trabalhos do grupo que compunha a Comissão.

compartilhados em diversos espaços e que estavam fortemente informados pelos conflitos entre cutistas e não-cutistas:

Olha, eu tive, eu acompanhei bem de perto a participação das mulheres de Minas Gerais na FETAEMG e acompanhei as vitórias e os sofrimentos. (...) Foi uma Federação que a gente sempre, quando estava o grupo da CUT com o grupo né do/ da outra/ do pessoal lá anti-CUT, né, que não gostava da CUT e dessa coisa, a gente acompanhou muito essa trajetória, mas também é muito de angústia, né, de às vezes querer encaminhar coisas das mulheres, às vezes não poder (Graça, FETRAF).

Nesse contexto, é importante destacar como o debate sobre as Cotas sintetizou diversos embates, conflitos e expressões de violência que estamos tratando aqui. Esse mecanismo de ampliação da participação das mulheres nas instâncias do MSTTR foi aprovada na FETAEMG em 1996 em função da grande pressão das mulheres e também pelo fato de que a Comissão se institucionaliza e a cota estava prevista em seu regimento interno. Em âmbito nacional, na CONTAG, é no 7º Congresso Nacional em 1998 que houve a aprovação das cotas. Acerca da violência com que os homens tratavam a questão no interior do MSTTR destacamos dois trechos que nos mostram como as mulheres são deslegitimadas como atores políticos através de argumentos de desqualificação pelo controle e prescrição da sua sexualidade e por questionamentos da sua capacidade das mulheres em assumir cargos de direção. Ambos argumentos revelam a naturalização e a inferiorização de características construídas para as mulheres e como estes estavam a serviço de manutenção de determinadas relações de poder no movimento:

E assim quando a gente chegava no Conselho Nacional, no Conselho Deliberativo da CONTAG era que a coisa pegava. Porque tinha muitos caras atrasado, que num queria enxergar a importância das mulheres na instância sindical. Foi no, nesse mandato, nesse período que eu, que iniciamos a discussão da cota. Iniciamos a discussão da cota e assim era muita pancada que eles, que os caras dizia, falava com a gente. Por exemplo... Tinha alguns que dizia assim com a gente: “Eu quero saber se as mulheres têm capacidade, tá defendendo os 30% nas instâncias do movimento sindical, significa dizer que vai ter mulher na, na direção da CONTAG, tem, vocês têm mulheres com capacidade?”. E aí eu dizia

assim: “Eu quero só saber onde vocês mediram a capacidade de vocês, homens. Porque vocês não cobram dos homens, quando vocês medirem”. Tavam medindo a da gente! “Porque se vocês dizem que tem um lugar pra medir a capacidade de vocês, então a gente vai medir a nossa. Porque se vocês não mede a de vocês, a gente também não medir a da gente, não. A prática é que vai dizer”. E assim foi muito, era muita, muita éee era uns momentos tenso (Ilda Margarida, MMTR-NE).

Então isso assim foi uma conquista pra gente, de ter conseguido aprovar a cota, mas eles falavam de tudo, cê no corredor cê escutava de tudo. A gente passava no corredor eles falavam que a gente tava precisando de homem, que se a gente tivesse homem pra comer a gente taria quieta em casa, era as coisa assim que eles falavam (Tereza de Miradouro, ex-CEMTR).

Com esses exemplos somada a nossa análise do material podemos dizer que a violência praticada contra as mulheres estava baseada em mecanismos de deslegitimação de seu lugar no MSTTR como atores políticos. Esses mecanismos reproduziam formas de controle, de prescrição de ações e posturas morais, de inferiorização e desqualificação do discurso que alçavam o campo moral, da sexualidade, da administração e da condução política. Assim, as lideranças nos contam como era comum os homens rirem de suas propostas, expor as mulheres que se emocionavam em reuniões, impedir e reprimir as falas das lideranças, ridicularizar situações em que as mulheres não tinham um saber específico para se colocar diante de um debate. No campo moral e da sexualidade há relatos sobre o discurso reproduzido de que as mulheres que participam de movimento são depravadas sexualmente, estão a procura de homens e causam separação entre casais com a sua participação e suas propostas políticas. Essas ações parecem sair do campo da discussão e do debate político para se configurar como reproduções atrasadas e conservadoras de uma cultural patriarcal que, como já tratamos anteriormente, se baseiam em mecanismos de controle e prescrição das vivências, espaços e tempos das mulheres e que não as reconhecem como sujeitos políticos e tampouco há o estabelecimento de um terreno comum no qual é possível estabelecer agonismos democráticos. O que vemos são mecanismos

de violência que fazem com que a experiência das mulheres no movimento misto seja de muito sofrimento e de grandes desafios.

E isso é um desafio de muitos anos de luta, ainda, vai ser de muitos anos de luta ainda. Eu sei que muitas barreiras nós quebramos e atravessamos. Mas esta história de que as coisas das mulheres estão dadas, tá consolidado, não é verdadeiro. Nós temos ainda muito, muito caminho a trilhar. Porque? Quê que eu acho, que temos muito caminho a trilhar e não é só pelo espaço institucional, não é só por você estar numa direção, não é isso. É que todas as coisas das mulheres ela são questionáveis com os homens. Elas são questionáveis. (...) Sabe, porque os homens eles são bonzinhos, vão com a gente, mas a hora que você bota um passo na frente dele é difícil ele compreender isso. Aí ele leva pro campo pessoal, leva... sabe? Pro afronto (Graça, FETRAF).

De toda forma, ressaltamos que o material analisado e apresentado até agora faz referência a algumas entre as diversas situações de violência que as mulheres enfrentaram e ainda enfrentam. Não se trata, nesse sentido, de supor que a inexistência do conflito seja, para as mulheres trabalhadoras rurais, o campo político ideal. Pelo contrário, as divergências e as diferenças entre as próprias mulheres e entre os distintos campos políticos são tratadas como elementos que constituem a democracia:

É porque eu acho que importante da democracia, cê imagina se não houvesse disputa acho que não teria sentido nosso, os nossos, pros movimentos, pras organizações, instituições. Agora, agora, pra ser uma disputa democrática ela tem que ser uma disputa com aparência, com ética, pra mim a disputa democrática é isso, que ela tenha ética, porque infelizmente existe muita disputa sem ética tá, agora a disputa democrática pra mim é aquela disputa que tem transparência né, que tem a ética, que seja uma disputa democrática com justiça entendeu, uma discussão, faz parte, faz parte do jogo (Elza Ilza, FETRAF).

Essas experiências que unem as mulheres e que configuram sua trajetória no MSTTR de uma maneira particular são acúmulos que possibilitam leituras e interpretações de discursos e práticas a partir de um lugar situado. Todos esses são elementos que concorrem para como as lideranças significam e localizam as

relações de poder no MSTTR e como, a partir daí, constroem alternativas e enfrentamentos.

Nossa análise apontou que as trabalhadoras rurais constroem sua identidade política, entre outros elementos que já apresentamos, através de como significam e re-significam as relações de poder nesse espaço de participação. Assim, encontramos três concepções do que seja o poder, que estão articuladas entre si e que indicam elementos de leitura da ordem hegemônica e das relações de opressão nas quais estão engendradas, e também elementos e estratégias de reconstrução desse poder.

- 1) Poder é um Caminho das Pedras
- 2) Poder é Acesso a Recursos
- 3) Poder é Igualdade e Diferença

No que se refere ao primeiro ponto, ***Poder é um Caminho das Pedras***, as trabalhadoras rurais apontam que os espaços de participação e a dinâmica do poder se sustentam na premissa de que estes sejam espaços e relações naturais aos homens. Neste sentido, para a mulher, querer o poder tem um sentido proibido, algo que não foi sonhado para elas – como Tereza de Miradouro relata numa passagem que destacamos anteriormente. Sustenta-se aqui uma relação entre público-privado e de naturalização das características de razão/cultura e mundo público x emoção/natureza e mundo privado que conferem significado ao que as trabalhadoras rurais descrevem como a ameaça e o medo que os homens sentem de perder aquilo de que acham que são donos e que detém o poder absoluto. Essa dinâmica do público-privado que se sustenta na naturalização hierárquica de diferenças social e culturalmente construídas informa a vida societal no que tange às relações familiares, nos espaços de participação e inclusive nas instituições e políticas.

Com base nisso, podemos localizar e compreender porque a trajetória de participação política das mulheres e seu caminho para o mundo público é um caminho das pedras e cheios de espinhos, afinal são diversas vivências de sofrimento e de opressão que vão acompanhar e ao mesmo tempo unir as

mulheres trabalhadoras rurais, tanto no espaço doméstico como no espaço de participação, ambos espaços que sofrem reconfigurações e transformações radicais com a sua participação política.

Então a mulher encontra barreira desde casa, é ter que deixar o almoço pronto senão o marido vai brigar, é de ter que levar criança pra reunião, né, ou então deixar de ir porque o filho tá pequeno (...) E aí em qualquer lugar que mulher vai, não é só no movimento sindical, é os partidos político, é na igreja, em qualquer lugar as mulheres enfrentam mais dificuldade pra poder tá assumindo espaços no poder, ou tá caminhando livre. A caminhada pra gente nunca é livre, ela tá sempre tendo tropeços, tendo pedras no caminho. (...) o caminho das pedras é que você é barrada desde sindicalizar. Cê chega no sindicato então cê num era aceita como, éee, pra associar igual ao homem. Então às vezes cê tinha que brigar pra se associar, né. Eh, ter o reconhecimento, os homens aceitarem ou a sociedade aceitar que uma mulher pode ser diretora, presidente de um sindicato (Lia, ex-CEMTR).

Filhos, companheiros e maridos, dirigentes sindicais, a sociedade, a igreja, outras mulheres. São diversos os espaços e atores sociais que conformam os impedimentos que as trabalhadoras encontram na sua caminhada para a cidadania e desvelam como as lógicas que são reproduzidas no mundo privado são transpostas tal e qual para o espaço do movimento. Assim, as experiências com as restrições de sindicalização das mulheres rurais foi uma importante bandeira desde a década de 1980 e durante os anos 1990 que denunciava e questionava a compreensão de que a mulher era dependente do marido, chefe de família, visão esta corroborada no MSTTR, no mundo rural, nas políticas públicas de previdência, no acesso à terra e que justificava a *necessidade* de associação apenas do homem. A grande sobrecarga de trabalho e de responsabilidades que eram delegadas às lideranças da CEMTR também desvelava um mecanismo de controle mantido através dos constantes questionamentos em relação à capacidade e à competência das mulheres, nos dizeres de Lia, elas precisavam ser melhores do que os homens. Isso implicava em trabalhar muito mais horas do que os homens, ser exigida em competência com condições de trabalho inferiores aos que eram oferecidos aos homens e de ter sempre o seu trabalho e sua conduta expostos e analisados no ambiente do movimento. Para Tereza de

Miradouro, uma mulher que consegue se estabelecer como liderança no MSTTR carrega consigo além de competência, comprometimento e muita persistência diante do contexto em que são cobradas e questionadas:

Cê pode ter certeza, Manuela, que uma mulher que é liderança nacional ela é 100 vezes melhor que todos os homens que tão lá. Ela é 100 vezes mais comprometida, porque o que cobram das mulheres, o que cobram das mulheres não cobram dos homens. Ó, eles preocupam com a questão moral do ponto de vista da sexualidade, eles preocupam com a questão moral do ponto de vista administrativo, se tá, se tá gastando bem o dinheiro ou se não tá gastando bem o dinheiro, das decisões tomadas de, quando num toma a decisão, então, é pior ainda, a mulher ela não tem o direito de uma situação que ela não tem segurança adiar a decisão, ela num pode fazer isso, num pode, ela tem que decidir, isso é cobrado da gente o tempo todinho. A lealdade, cê tem que ser assim, se você tem um grupo, cê tem que ser leal com o grupo até a morte, o homem num precisa disso, porque a mesma lealdade que cobra no casamento cobra lá fora, entendeu. O homem pode pular cerca. Isso reflete lá na hora de exercer o poder, nó, como que eu vivi isso, gente! (Tereza de Miradouro, ex-CEMTR).

Sendo assim, o fato de considerar o poder como caminho das pedras nos aponta como a dinâmica de relações desde a casa até o movimento é alterada com a participação das mulheres, assim como, é possível que as mulheres nomeiem a hegemonia do poder masculino como um discurso permeado de vícios, que corrompe e que subalterniza em nome da manutenção de determinados lugares e discursos.

No segundo ponto, o **Poder é Acesso a Recursos**, estamos considerando diversos elementos simbólicos e materiais que convergem para a manutenção, para o impedimento e para a possibilidade de exercício do poder. Para as lideranças, a sobrevivência e a realização de um trabalho de alcance estadual ou nacional faz com que sejam necessários recursos como espaço e estrutura física, assessoria, apoio técnico, recurso financeiro para projetos, pagamento de coordenadora, financiamento de atividades, viagens, participação em cursos e eventos. Além disso, outros recursos de ordem simbólica como lideranças sensibilizadas e formadas para o tema, articulação e estratégia, mas também

emoção, ocupação de cargos de direção e outros espaços de poder⁸ como câmeras de vereadores, prefeituras, etc. Nossa reflexão sugere que os elementos ligados à articulação e estratégia, e, portanto, recursos para a sustentabilidade e viabilidade do projeto político das mulheres no MSTTR estão diretamente relacionados à articulação não só entre as mulheres, mas também no que se refere aos campos e às tendências dentro do campo⁹. Assim, não basta apenas ocupar cargos e produzir uma série de ferramentas simbólicas para que haja capacidade real de interferência nas decisões, nas prioridades de projetos e, principalmente, para enfrentar os embates políticos dentro da própria esquerda e contra a direita. Assim, o acesso a recursos está permeado por relações de poder informadas pelas lógicas de estrutura do movimento, pelas disputas de campos políticos antagônicos e dentro de um mesmo campo e, sobretudo, pela cultura política desse espaço. As próprias tendências na esquerda apontam mais os homens para ocupar cargos de direção, e, ao mesmo tempo, a mulher precisa estar ligada a essa rede mais ampla para que ela possa sobreviver politicamente. Na passagem abaixo, é interessante observar como Carmen significa o sentido das emoções nas relações de poder e no acesso a recursos de sustentação política dentro do movimento de forma a dar dinamicidade à relação que as mulheres precisam ter entre uma boa articulação e manter a unidade no trabalho com as mulheres:

E aí é duro demais, mas eu acho que optando pelo caminho de enfrentar aonde estão os problemas a gente também consegue caminhar, obviamente que isso requer também mais do que a possibilidade de boa articulação, estratégia, ter um coração também que funciona junto também, cê também tem que ser muito forte pessoalmente, tem que estar muito atenta com tudo pra poder saber fazer um movimento correto num processo mais amplo e não deixar perder de vista aquilo que eu vim fazer aqui e o que eu vim fazer aqui? Eu vim defender as mulheres, essas mulheres viveram e vivem ainda com muita dificuldade nesse espaço (Carmen, CNMTR).

⁸ Na CEMTR houve grandes debates e espaços de fortalecimento, empoderamento e encorajamento para as mulheres ocuparem outros espaços de poder. Lideranças da CEMTR tiveram cargos como vereadora, secretária de agricultura municipal, entre outros.

⁹ As tendências no campo da esquerda referem-se às distintas articulações políticas, todas de esquerda e em nosso caso, cutistas, e que se diferenciam em relação a concepção e filosofia política, às estratégias de organização e interferência, prioridade de bandeiras e frentes de atuação.

Para finalizar o debate sobre poder nos deteremos ao terceiro ponto, qual seja o ***Poder é Igualdade e Diferença***. As trabalhadoras rurais apresentam uma leitura, a partir de sua experiência, que considera o poder como um dispositivo capaz de construir ou destruir, ele pode ter vícios, excluir e ser motivo para passar por cima dos outros e não respeitar diferenças. No entanto, considerando que o poder é uma dinâmica e que perpassa o cotidiano de luta e de organização do MSTTR de forma a constituir esse espaço marcado pela tensão e conflitos – nem sempre pautados por princípios éticos comuns – as mulheres nos apresentam elementos alternativos à forma de conduzir e de se relacionar com o poder que buscam colocar em xeque as desigualdades no interior do movimento. Esses elementos revelam, como veremos, uma dinamicidade da relação igualdade-diferença no que se refere a um modelo de participação masculino que as mulheres tiveram que adotar como estratégia de sobrevivência no movimento. Isso pode ser observado nos relatos do uso de roupas mais parecidas com a dos homens, negar sentimentos e medos, se colocar nos espaços de debate e deliberação também com esses parâmetros. Outro ponto são as estratégias e bandeiras de luta que apontam para relações de igualdade na ocupação de cargos, igualdade salarial, proposição e discussão em pé de igualdade com homens nos mais diversos temas, principalmente naqueles que integram a luta geral. Além disso, outro elemento que promove essa dinamicidade é uma orientação ética e epistemológica que perpassa um projeto de sociedade e de democracia compartilhado pelas mulheres lideranças que entrevistamos e que, sem dúvida, é responsável pela construção da identidade política do movimento.

O fato de que as mulheres trabalhadoras rurais foram as responsáveis por um grande avanço e sofisticação na agenda e nas formas organizativas do MSTTR é fato notório. Elas trouxeram temas mais ligados à sua experiência no cotidiano, muitas vezes considerados de menos valor e pequenos, mas que cada vez mais ganham em importância no cenário de luta dos movimentos sociais rurais e a articulação com temas considerados estruturantes vem se fortalecendo também. Assim, a educação, a saúde, a saúde alternativa, a energia, a água, a habitação, a

preservação do meio ambiente, a agroecologia, a família, o lazer, a documentação, o beneficiamento de frutas, a segurança e soberania alimentar, os transgênicos são todos temas apontados por nossas entrevistadas como de responsabilidade e pioneirismo das mulheres em trazer para a agenda sindical. Além disso, a mudança nas comidas de encontros, o cuidado com os alojamentos, as flores que enfeitam os ambientes, as músicas, danças e rezas durante reuniões, encontros e manifestações também foram formas de organização e mobilização sustentadas pelas trabalhadoras rurais. Além disso, devemos destacar a união e a solidariedade entre as mulheres como um fator importante e característico do processo que buscamos refletir. Essa união se revelava em momentos estratégicos para aprovação de propostas e unificação de nomes de mulheres para ocupar cargos e que, em geral, conseguia atingir as mulheres de campos políticos distintos. Em outros momentos, as mulheres também se uniam para apoiar e participar das lutas das outras companheiras, como podemos observar na fala da Lia:

Eu acho que assim, a gente era mais solidárias, tipo assim, o projeto é uma que tá tocando, a outra ia apoiar, né. Por exemplo, é educação, então vamos lá, apoiar a Elza Ilza, que tá na frente. Escola Família? Vamos lá apoiar a Eva que tá puxando. É os acampamento? Vamos lá apoiar a Lia com as ocupações. Então nós conseguimos fazer isso, sabe, a gente conseguiu. Tá lá pedindo a carteirinha da Edina, vão lá brigar, vão lá falar “cadê? Tá pedindo dos homens também?”. Então, a gente, nós conseguimos isso, a questão da solidariedade entre as mulheres do campo da esquerda (Lia, ex-CEMTR).

Todos esses aspectos de ordem organizativa e de temário convergem para a sustentação de uma orientação ética no *jeito* das mulheres de fazer política. Esse jeito está estreitamente relacionado a princípios como a solidariedade, a união entre as mulheres, a transparência na condução dos processos, a responsabilidade e qualidade na organização das lutas, a preocupação em envolver outros atores coletivos, como os jovens, por exemplo, e também em pensar a dimensão do todo, não dividindo homens e mulheres, mas articulando

um processo tendo em vista a coletividade. Destacamos dois trechos que colaboram para sustentar essa reflexão:

Eu acho que a mulher, o jeito dela diferente de exercer o poder, parece que ela tem mais solidariedade e ela tem mais firmeza no que fala e mais firmeza em executar, sabe. Mais responsabilidade, sei lá se eu posso dizer isso, mas parece assim com mais cuidado pra poder ver o medo às vezes até de tá ferindo o outro, eu percebo isso, sabe, então as mulheres vai muito isso. E a mulher ela tá preocupada com o todo, quando exerce o poder, ela tá preocupada com o todo, enquanto que o homem, não (Ana Terra, Rede de Intercâmbio).

Sabe, mas eu vejo que muitos ocupa é porque é um poder de então de tá ali na executiva, e tá na direção, sabe. E a gente vê isso, percebe, então nós é diferente porque a gente não vai ali só pra ter um destaque ali do poder ou só pra ter simplesmente um cargo, tá. Então fazer o diferente pra mim é isso, você fazer aquilo que realmente, que você vê que cê vai dar conta, mas que tá dentro de você enquanto princípio que aquilo ali eu levo jeito e eu sou capaz (Elza Ilza, FETRAF).

O elemento epistemológico presente na forma como as mulheres participam nos espaços políticos está orientado por um jeito de ver o mundo com outros olhares e outras experiências que poderiam, segundo elas, engendrar relações mais democráticas e uma forma nova de exercício do poder. Essa visão diferente, que talvez possamos considerar como um horizonte que está informado pelas experiências de opressão e pelos saberes que as mulheres acumularam através de sua experiência social e política na sociedade, se materializam principalmente na forma de abordar e, portanto, na forma de *ver* e de *construir uma relação de conhecimento* com diversos temas. No longo trecho abaixo, Carmen nos apresenta, a partir de uma reflexão sobre a construção da pauta da Marcha das Margaridas 2007, como as mulheres dinamizam as questões gerais e específicas através do seu jeito de olhar:

Porque se os homens pensam só no econômico, nós temos outros elementos ao pensar as mesmas coisas que eles pensam, entendeu. Nós pensamos o acesso à terra numa outra perspectiva, nós pensamos a produção não só levando em conta o que nós vamos vender, onde

vamos comercializar, tendeu. É na, com a nossa própria relação com a terra, a nossa própria relação com os animais, com as plantas, é muito diferente, eu tô muito convencida disso, que as mulheres olham o mundo, quer dizer, é como se você olhasse uma coisa e visse desse mesmo jeito/ (...) Por exemplo, nós trouxemos o tema da segurança e soberania alimentar, não na perspectiva apenas de ter o PAA, onde vender essa produção, não na, é na perspectiva mesmo da soberania do nosso país, da produção de comida, daquela coisa assim básica, daquela coisa assim da proteção daquele lugar, né, da diversidade, da cultura alimentar, me diz que os homens estão preocupados com isso? Eles estão preocupados quanto vão pegar de crédito, eles estão preocupados quanto é que vai ser a quantidade de tal produto no mercado. Entendeu? Nós/, o tema do acesso à terra. Pra nós tem um outro significado e se articula e a gente teve um monte de crise na construção da pauta da Marcha porque também eles acham que a gente só tem que fazer luta pontuais, específicas das mulheres. A gente traz as específicas e pontuais, mas a gente tem clareza que as nossas questões estão ligadas a processo macro de definições políticas macro, entendeu. Tem a ver com a nossa visão de desenvolvimento (Carmen, CNMTR).

O que está em pauta não é a reiteração de um lugar essencial que naturaliza as características da mulher ao cuidado, à proximidade com os elementos do cotidiano, mas trata-se de compreender se está em jogo nessa construção identitária das mulheres rurais a proposição de uma ordem social informada pela subalternidade, ou seja, uma expressão de saberes subalternos localizados. Assim, seria preciso investigar mais a fundo em pesquisas futuras do que se trata esse novo jeito de exercer o poder, as contradições que se instauram nessas tentativas, uma vez que criar uma nova forma significa romper com uma cultura política e com procedimentos sociais por demais arraigados em nossa sociedade. Seria necessário também avaliar mais profundamente as possibilidades, a criatividade epistemológica e prática que podem se instalar nesse processo que nos parecem, de fato, muito mais amplos e profundos do que apenas uma aplicação instrumental. Nos dizeres de Raimundinha:

Porque assim, que lugar novo é esse? E que novo é que nós queremos nesse sindicalismo? Nós queremos estar nas direções e reproduzir práticas? Que a gente hoje discorda ou nós queremos estar nas direções das Federações, da Confederação, dos sindicatos pra dar uma

outra dimensão, entendeu, de exercício de poder aonde a gente está? Que novo nós queremos trazer? (...) Se você falar com Lia, falar com Tereza, elas vão lembrar que a gente discut/ a gente não discutia só o poder pelo poder. A gente discutia também uma concepção de mundo. (...) As mulheres têm uma outra visão de mundo [que] caminha pra corrigir as desigualdades. Eu acho que as mulheres pelo fato delas terem sido profundamente injustiçadas, aí assim de onde vem eu não sei, mas nós vivemos profundas injustiças, eu acho que as mulheres têm um compromisso éee interno, inclusive, talvez até para além do político, sabe, éee de corrigir as desigualdades e de construir outro mundo mesmo. E um outro mundo aonde seja pautado de uma outra forma as relações de poder. (...) E é caminho. Vai levar muito tempo ainda, né. Porque o machismo tá impregnado, no sangue, na mente, no corpo, nas células do corpo, então é difícil desprender disso (Raimundinha, CONTAG).

Essa maneira de estar em contato com mundo e de discutir politicamente uma concepção de sociedade pautada em relações democráticas e em formas de pensar o sentido da disputa de um outro jeito que sirva menos à exclusão e opressão, talvez nos dê elementos para compreender o político, sob a perspectiva da organização das mulheres rurais, como expressão de conflitos que engendram tentativas de exercício da hegemonia e do poder de forma mais partilhada, tendo em vista processos de transformação social e de emancipação.

Encerramos nossa reflexão neste tópico com uma bonita passagem sobre uma utopia do impossível que se torna possível e que pode se construir a partir das formas organizativas, temas, orientações éticas e epistemológicas da participação política das mulheres trabalhadoras rurais:

Primeiro assim, as mulheres e a juventude, isso que eu acho de um outro jeito de fazer é que eu acho que tem uma leveza das políticas, tem uma leveza do entendimento do mundo e uma, uma coisa mais humana, sabe, do que dos homens. Que me perdoe os homens, mas eu ach/ eu acho que o que tem de novo é isso. Assim, as mulheres acreditam, a juventude acredita, sabe que têm que fazer, não pode esperar que alguém vá fazer, que foi o que os homens fizeram. Os homens foram, foram, foram pro mundo achando que eles iam fazer, iam dar conta. Não fizeram, né? E o que fizeram tá aí o resultado. Então as mulheres têm certeza que se elas têm uma responsabilidade, e quando elas pegam pra fazer, elas fazem. E a juventude ela não ter medo de quebrar a cara, mete a cara mesmo, sabe. Isso é uma característica das mulheres e da

juventude é saciar aquilo que as pessoas acham que é impossível. Que é o impossível (Graça, FETRAF).

6.3 A Ruptura: as relações de gênero e a construção de um projeto político na dinâmica de manutenção da hegemonia e do poder

Como já tratamos anteriormente, os processos de composição entre o setor da esquerda cutista com o setor conservador tiveram seu início no ano de 1990 e ocorreram até 2002, quando o acordo entre esses dois campos não se estabeleceu e resultou na saída em massa das lideranças cutistas da FETAEMG no processo do Congresso Estadual da categoria. Sendo assim, o que estamos chamando de ruptura significa um processo político repleto de elementos ligados ao exercício do poder, manutenção da hegemonia, capacidade de articulação e sustentabilidade política que analisaremos neste item. Em trabalhos anteriores, tratamos essa saída da CUT da FETAEMG como uma saída das mulheres que significava a sua desarticulação como movimento. No entanto, vale a pena ressaltar que o caráter de ruptura que pretendemos analisar não significa uma desarticulação e sim, a interrupção de um processo e de um projeto político construído no interior do MSTTR em função de determinadas negociações e conflitos instaurados no processo de construção da chapa para o Congresso de 2002. Destacamos ainda que a pessoa escolhida pela esquerda para fazer a negociação com o campo da direita foi Lia, integrante da CEMTR e diretora de Política e Reforma Agrária da Federação. O papel que Lia tinha nesse processo era fazer negociações com o campo conservador de nomes para compor a chapa para o Congresso Estadual, de modo que essas negociações estavam amparadas por intensas discussões entre a própria esquerda que tirava encaminhamentos e que Lia levava para a mesa de negociação. Destacamos o fato de que estava em negociação nomes para compor a diretoria executiva da Federação e as coordenações dos pólos regionais e a coordenação de mulheres e de jovens. No

entanto, como estratégia organizativa, o MSTTR tinha uma definição de realizar Plenárias regionais e a Plenária das Trabalhadoras Rurais como um espaço político que antecede o congresso e que, além de pontuar as prioridades para os trabalhos do movimento nos próximos anos, fazia a definição dos nomes das coordenações regionais e coordenação de mulheres. Assim, na mesa de negociação da composição estava colocado interesses e acordos políticos do campo conservador que, muitas vezes, sustentavam nomes que não haviam sido unificados nas regiões e na CEMTR e, segundo os relatos de nossas entrevistadas, que configurava uma situação muito desfavorável para o campo cutista em termos de correlação de forças.

A saída da CUT da FETAEMG foi fruto de um processo mais amplo de enfraquecimento da esquerda e da organização cutista em âmbito nacional, e também em Minas Gerais. No Estado, esse contexto de enfraquecimento é reflexo da crise interna vivenciada na CUT, mas tem dois fatores principais que gostaríamos de destacar: o primeiro deles se refere às configurações das composições durante a década de 1990 e o segundo está ligado aos conflitos internos à esquerda informados pelas disputas entre as tendências.

No que concerne ao primeiro ponto, nossa análise aponta que em 1993 a CUT tinha maioria dos cargos de direção da FETAEMG e, portanto, representava a hegemonia política no movimento. Durante o mandato iniciado em 1993 o presidente à época, cutista, deixou o cargo para assumir uma direção na CONTAG, e quem assumiu o cargo foi um não-cutista que permanece na presidência até os dias atuais. Nesse mesmo período, outros diretores cutistas deixaram o espaço da Federação, de modo que os que assumiram os cargos também eram do campo político antagônico. Desde então, os processos de composição passaram a significar uma hegemonia do setor conservador sobre o campo cutista, o que refletiu nas dificuldades em aprovar e realizar trabalhos propostos pela CEMTR, propor pautas e até nas relações cotidianas de trabalho.

O segundo ponto que colaborou para o enfraquecimento político que estamos tratando foram as diversas disputas internas entre as tendências da esquerda.

Essas disputas também foram as responsáveis pela crise que passava a CUT nacional e segundo Edson Campos, esse contexto mais amplo, de fato, influencia nas gestões e lutas da CUT nos estados. As lideranças apontam o custo de ser autônoma às tendências, ou ligada a uma delas, de modo que os próprios companheiros da esquerda não fortaleciam as lideranças de outra tendência. No entanto, e como já tratamos anteriormente, a sobrevivência no MSTTR está condicionada fortemente à rede que sustenta politicamente as lideranças, notadamente através das tendências. Para algumas de nossas entrevistadas há uma grande dificuldade em participar de processos de disputa dentro do próprio campo da esquerda:

eu sempre falo assim, ó, eu sempre tive força pra brigar com fazendeiro, com proprietário de terra, com governo, com polícia, agora, eu sou fraca pra brigar com meus companheiros, entendeu. Aí eu sou fraca, não dou conta. Então essa parte pra mim quando eu participei da FETAEMG, da CONTAG, essa parte era fácil, eu tava brigando com quem eu precisava, pra poder a gente ter ganhos pros outros igual a mim, pros meus companheiros, né (Lia, ex-CEMTR).

As duas falas de Lia, acima e abaixo, sobre a dificuldade de enfrentamento e de divergências dentro da esquerda e o fato de que as mulheres sentiram mais e ficaram sozinhas na saída da Federação, nos mostra como a organização das mulheres, pautada por sua união e autonomia, tinha muito mais sustentabilidade política no interior da própria CEMTR, mas talvez nos revele uma fragilidade em articular politicamente com outros setores dentro da esquerda que pudessem fortalecer seu processo. Outra forma de fazer essa leitura é compreendendo que o fato de terem ficado sozinhas aponta reproduções de discriminações no campo cutista que não foram eliminadas mesmo existindo um terreno de luta comum.

Olha, eu fiquei... eu fiquei um tempo que eu num conseguia nem falar no processo, né. Então, porque assim, eu esperava mais dos companheiros, eu esperava mais da CONTAG, né. Então das pessoas que eram da esquerda e tavam no poder, por exemplo, Manuel de Serra é da CUT, é do PT, ele tinha que ter ficado lá até a última hora. Né, o Juraci, tinha que ter ficado até a última hora, ter garantido que houvesse a composição com dignidade, não aquela do jeito que eles queriam. Então, na verdade nós sentimos éee assim... abandonadas, a gente

sentiu desprotegidas de quem tava no poder com condição de nos fortalecer. Eu senti, eu senti assim. E as outras também. Contanto que eles admiraram quando falavam “não, a Lia e a Eva ficou fora da chapa”. Porque eles achavam que a gente ia ficar sem... aceitar as cartas do jogo, aceitar só eles dar as cartas (Lia, ex-CEMTR).

Como podemos observar, os componentes que significam esse processo de ruptura estão estreitamente relacionados à manutenção de uma hegemonia que reflete a reprodução de desigualdades de gênero e as diferentes concepções de sindicalismo e de democracia interna que estão presentes nesses dois projetos políticos antagônicos. Nossa análise aponta como esse processo também conforma e explicita diversos elementos que conjugam para a construção de um Nós x Eles. Assim, essa situação de conflito extremo permite compreender como as mulheres se posicionaram diante de uma ofensiva que representava uma hegemonia opressora de forma que acionaram estratégias que estavam de acordo com sua concepção de exercício de poder, de democracia no espaço sindical, de construção de um projeto político e, sobretudo, de união entre as mulheres, mesmo que isso tenha significado sair do espaço do MSTTR e sofrer os custos de um processo como esse.

Então na verdade eu acabo um pouquinho desatualizada de muita coisa, mas do passado de todo processo maior que eu participei, aí vai passando na cabeça da gente como uma novela. Então como eu tava dizendo, já tem seis anos que teve aquele processo, aquela ruptura cruel na FETAEMG, onde eu também fico tentando entender, e sei que uma das coisas, isso é uma consequência das pessoas que queriam o poder a qualquer custo, né. Então tinha um grupo que tinha que ser ele dizer o quê que podia, o quê que não podia e coube a nós dizer não a esse tipo de poder, mas não tivemos força suficiente pra enfrentar e ter uma vitória, né. Então o que nós fizemos foi não nos entregar, não nos submeter aquele, a esse, esse poder, que era um poder dominante, que dizia quem podia ficar, quem não podia. Eu, por exemplo, cheguei ao meu limite, eu não agüentava mais aquilo. Então a forma que nós encontramos naquele momento foi sair, pelo menos dizer: eu não concordo, eu não vou ficar mais. Claro que a gente, até hoje, esse processo ele foi um processo que deixou seqüelas, todo mundo sabe disso, né, deixou seqüelas num processo, num projeto que a gente tava construindo que é tudo (Lia, ex-CEMTR).

Assim, nos parece que essas mulheres *cri-cri* – como eram chamadas pelos seus adversários – construíram processos de autonomia, empoderamento e poder de decisão que, somadas ao projeto político de esquerda que sustentavam, foram ampla e duramente combatidas, no intuito de serem contidas e desarticuladas.

Os custos e os significados do processo de ruptura podem ser, assim, localizados no âmbito do acesso a recursos; da homogeneidade e do consenso político que se instaura na Federação; do sofrimento que marca as trajetórias pessoais e coletiva das mulheres e, principalmente, na interrupção de um projeto construído durante 13 anos.

O primeiro aspecto se refere às conseqüências desse processo na articulação de um trabalho de âmbito estadual que, necessariamente, requer estrutura física, financeira, de assessoria, acesso à informação e acesso a espaços como a CNMTR, por exemplo, tudo isso para garantir que o trabalho alcance as comunidades e articule as diferentes realidades de um estado heterogêneo e grande como Minas Gerais em propostas e ações políticas concretas. Além disso, como tratamos no item anterior, ocupar espaços de direção e decisão é fundamental para estabelecer processos mais justos de negociação e encaminhamento das lutas. Assim, participar de uma estrutura do MSTTR com o alcance da organização da FETAEMG tem, de fato, um potencial grande para viabilizar ações políticas, o que não minimiza a importância e as possibilidades de organizações fora de estruturas sindicais, no entanto, é necessário reconhecer tanto as potencialidades quanto os desafios que o trabalho como esse pode ter.

A saída das lideranças da CUT retirou um importante aspecto do terreno de construção política da Federação, a saber, a heterogeneidade expressa através de seus atores com projetos políticos claramente diferenciados. Assim, a manutenção da hegemonia do setor conservador se pautou numa dinâmica que eliminou os conflitos – com a ausência das cutistas – e instaurou uma homogeneidade e um consenso que foram conseguidos pela escolha de pessoas submissas a essa ordem para compor o espaço.

O interesse de pegar uma pessoa que fosse submissa a quem eu queria pra mim por na diretoria que eu estava montando e o grupo da CUT acreditou, perdeu espaço porque acreditou na composição, se o grupo tivesse percebido o que alguns percebia, mas outros achavam que não, se tivesse o grupo acreditado que não ia fechar a composição tinha lançado uma chapa, saía duas chapas, só que o grupo num acreditou que num ia fechar composição porque tinha todo um acordo, só que o grupo, um grupo não cumpriu o acordo (Margarida de Tombos, Rede de Intercâmbio).

Tereza de Miradouro conta que quando ela não quer que um assunto ganhe destaque, a estratégia é não discutir. A analogia é feita em como o espaço da Federação tornou-se um campo onde só uma pessoa fala, não há oposição nem dissenso. Está colocado aqui um pressuposto de como a democracia deve funcionar, ou seja, de que é importante que as pessoas tenham posicionamentos políticos diferenciados para poder se identificar:

Aí o quê que ia acontecer, as pessoas iam tomar partido, porque toma, um ia virar e falar “ah, mas essa mulher é louca” outro, “não, ela tá certa”. “Ah, ele é louco”, entendeu. Agora não tem isso, então eu acho que se fosse um só ainda tinha que ficar, eu acho que tinha que ficar, se fosse um só tinha que tá lá, porque ué, porque se faz/ Agora nós não temos espaço (Tereza de Miradouro, ex-CEMTR).

Acreditamos que um ponto a ser investigado melhor é como essa homogeneidade e o consenso que, no caso da Federação, são os responsáveis para impedir um retorno dos cutistas ao MSTTR em Minas Gerais, podem ser permeáveis a reações contra-hegemônicas.

Ainda sobre esse ponto, nossa análise aponta que se faz necessário questionar, nesse contexto da ruptura, em que medida a decisão tomada em fins da década de 1980 e início dos anos 1990 de construir a CUT por dentro da Federação através de processos de composição, realmente convergiram para criar um terreno possível de articulação de políticas e ações do campo da esquerda. Qual o prejuízo envolvido em processos como esses? Pelo que temos visto e analisado, essa estratégia, no caso de MG, refletiu de forma mais contundente na trajetória e organização das mulheres rurais, e nesse sentido, pensamos que os processos de

composição, se tomados como a construção em um mesmo espaço de projetos políticos antagônicos, pode ser útil para criar formas de identificação e nomeação de conflitos e concepções acerca da democracia e do sindicalismo que talvez ficassem subsumidos através de outros processos; no entanto, é preciso reconhecer que a experiência da ruptura sofrida pelas lideranças da CEMTR denuncia que a construção dessas fronteiras políticas não elimina diferenças e desigualdades que estão instalados dentro da própria esquerda, assim como em relação ao campo conservador. E nesse sentido, realizar nítidas distinções entre esquerda e a direita¹⁰ não basta e não eliminará as contradições e hierarquias dentro do próprio campo da esquerda, pois se assim fosse, acreditaríamos num ideal universal de projeto para esses campos, retirando-os do terreno das negociações e do conflito.

As trajetórias pessoais das mulheres mantêm uma estreita relação com o projeto político ao qual estiveram ligadas, e, para a maioria das lideranças, a saída da FETAEMG significou um processo de muito sofrimento. Somava-se a isso o fato de que a ruptura significava também uma separação geográfica das mulheres que estiveram tão próximas em função do cotidiano dos trabalhos. Assim, se elas tiveram uma trajetória quebrada e despedaçada, em muitos casos não foi possível construir um espaço para que juntas, como sempre costumavam fazer, pudessem encontrar estratégias de enfrentamento, de solidariedade e de união.

Emocionalmente. Pessoalmente. Muito. Muito, muito. É como assim, você quebra. É uma coisa que quebra e que ocê sente que ainda tá assim, é como se tivesse cacos. Os trincados num sarou, né. Pelo menos eu pessoalmente o processo em mim, a fotografia que eu faço é essa: quebrou um processo. Aí eu me senti assim. Emoras tendo sempre consciência que eu tomei a decisão certa de não concordar, foi o meu limite, então foi uma forma de dizer não, mas aquilo quebrou. Todo aquele trabalho que a gente fazia, que construímos com muita dificuldade, foi quebrado naquele momento. Quebrou a composição, quebrou aquilo. Quebrou aquele projeto (Lia, ex-CEMTR).

¹⁰ Consideramos essa distinção fundamental, principalmente no atual modelo de democracia e da grande permeabilidade entre as propostas da esquerda e da direita nas democracias. Essa diferenciação é importante, como aponta Mouffe (2005), para criar processos de identificação que estejam baseados no estabelecimento de um campo agônico do conflito.

Essa carga de sofrimento e a dificuldade de enfrentar o processo depois dos acontecimentos foi acompanhada pela maioria das lideranças nacionais que entrevistamos de modo que a reverberação do processo em âmbito nacional parece estar ligado a um reconhecimento e uma identificação com o sofrimento vivido pelas mulheres de Minas.

E assim, a desarticulação desse, dessas mulheres, ela tem a ver com um processo meio... éee... traumático de um congresso, de uma eleição de uma outra direção, eu acho de repente, as mulheres mais ligadas à constituição e participação da Central Única dos Trabalhadores que vem de muito tempo e tal e tal, há um rompimento nesse/ e um rompimento de uma forma rápida, né, assim, sem muito tempo pra ir num congresso. E é claro que esse rompimento, esse processo as mulheres de Minas, eu, olhando, eu não sei o que elas acham, eu tô falando a partir do lugar que eu estou, que eu estava na época olhando, tô pensando a partir daí. Eu acho que as mulheres sofreram muito e sofreram um processo de desarticulação bastante significativo da luta das mulheres trabalhadoras rurais de Minas. Porque foi muito rápido assim, a saída de muitas mulheres que de uma certa forma, eu acho que as outras que ficaram também sofreram, né. Porque assim, de repente você já não contava mais com Lia, com Edina, com Eva, com Elza Ilza, com... assim, foi muito difícil (Raimundinha, CONTAG).

As relações estabelecidas e a importância que as lideranças de Minas Gerais tiveram no processo de construção da luta das mulheres no estado, mas também no Brasil, convergiram para que as lideranças nacionais compartilhassem o sofrimento e o significado da ruptura para o projeto de luta e de emancipação das trabalhadoras rurais. De fato, nossa análise aponta que o impacto maior não é somente a saída em si do espaço da Federação, mas a ruptura de um projeto que vinha sendo construído há muitos anos e que ganha em dimensão e importância pela profundidade das repercussões que a sua interrupção gerou. Margarida traz sua visão do significado da história de luta e do sentimento que é gerado com a ruptura justamente pelo valor que o processo de construção e de conquistas têm:

É porque é uma história que foi construída com conquista, ela não foi uma coisa ganhada né, foi uma conquista com muito sofrimento, com muita luta, com muita humilhação, com muita discriminação, de chegar aonde tinha conseguido chegar, de garantir estatutariamente, de garantir as cotas ali estatutariamente, de garantir toda a luta que a gente

tinha feito estatutária, então isso foi uma luta com muito suor e com muita gente que sofreu muito e que às vezes depois num teve nem condição de continuar, então isso foi muito forte por causa disso, porque assim quando você ganha, cê perde fácil, mas ela num foi ela foi conquistada, passo a passo, tim-tim por tim-tim ali, muito forte por isso (Margarida de Tombos, Rede de Intercâmbio).

Assim, é notório nas falas que estão sendo expostas como esse processo enfraquece e tem sérias conseqüências para a luta das mulheres. Para Raimundinha, as lideranças mulheres deveriam participar de processos de formação para que elas próprias não reproduzam as práticas de poder que as excluem:

Agora assim, éee eu quero dizer com todos os cuidados que devo ter, mas que eu acho que com esse tipo de rompimento político acaba enfraquecendo de uma certa forma a luta das mulheres. Então ainda temos muito trabalho pra fazer. E muito trabalho pra fazer do ponto de vista participativo, né, de estarmos nas direções exercendo o poder (...) Acho que, de uma certa forma, nós precisamos cada vez mais tá qualificando essas mulheres. Entre as mulheres a gente não tá reproduzindo práticas de poder que excluam as pessoas. Nós fomos excluídas, ainda somos excluídas socialmente de muita coisa. (...) Nós não podemos brigar entre nós. A gente pode ter diferenças, porque a gente é diferente. Mas o fato de ser diferente não significa dizer que a gente deve reproduzir práticas de exclusão (Raimundinha, CONTAG).

A fala de Raimundinha nos remete à discussão que fizemos no item anterior sobre a possibilidade da mulher ter subsídios na sua experiência de subalternidade para construir relações que não excluam ou que sejam, pelo menos, mais justas. Como seria essa nova forma de exercício do poder? Ela se sustentaria em espaços mistos como o MSTTR? Esse novo poder poderia ser exercido em um espaço que não promovesse o estabelecimento de adversários e o fortalecimento de uma identidade política a partir de uma oposição, como é o caso do espaço misto? Quais dilemas seriam enfrentados por essa forma de poder em espaços onde o antagonismo de gênero não está pautado, como por exemplo, no espaço dos movimentos autônomos?

Entre as lideranças de Minas Gerais há heterogeneidade de interpretações e de posicionamentos em relação à decisão de sair da FETAEMG, de modo que para algumas, foi um grande prejuízo uma vez que o jogo político não pode deixar de ser jogado, é uma batalha pelo poder da qual não pode sair de cena, ou nas palavras de Tereza de Miradouro:

Mas assim na política cê num deixa cadeira vazia, num tem, na política sindical, partidária num existe, Manuela, se cê sai, alguém senta no seu lugar e eu assim eu não sou uma pessoa que eu faço qualquer coisa pelo poder, não é isso, mas se eu tiver oportunidade de ter o poder nas mãos, cê pode ter certeza que eu vou ter e num fico com esse discurso não, “ah, eu quero, cê num quer não? Eu quero” (Tereza de Miradouro, ex-CEMTR).

Já para Elza Ilza, o processo de ruptura desvelou e tornou público as inúmeras situações de opressão que as mulheres sofriam na Federação e por isso ela avalia que ficar seria uma forma de submeter por mais tempo ao poder hegemônico:

Nós mostramos né, nós mostramos que não vale a pena cê ficar no poder de uma estrutura só pra, só pra demonstrar que tá dentro de uma estrutura, sabe, e nós mostramos de fato o quê que é a realidade que a gente passava ali dentro né, não é realmente que às vezes o discurso fala né, na prática é outra né. (Elza Ilza, FETRAF).

Mesmo que não haja consenso e tampouco uma homogeneidade nas formas como vivenciaram e significaram o processo é possível identificar a importância que as lideranças dão para compreender como a coletividade cutista falhou no processo, considerando a importância de ainda ocupar espaços de poder de forma estratégica e qualificada, pois, para elas, a experiência e o acúmulo revelam que uma perda e uma falha da esquerda constrói o seu adversário de maneira mais forte. Neste sentido, os campos políticos estarão sempre permeados por disputas e conflitos, mas estes merecem ser re-pensados e re-inventados no contexto de lutas mais justas por igualdade e liberdade.

6.4 O retorno à base e os atuais desafios para a organização das mulheres trabalhadoras rurais

Retomando um ponto abordado anteriormente, gostaríamos de pontuar que a saída do espaço da FETAEMG representou, sem dúvida alguma, uma ruptura de um projeto e de uma identidade política que se organizava através da CEMTR. Essa ruptura significou que as mulheres voltaram para suas regiões e que a sua articulação estadual através da Federação se desfez. No entanto e disso se trata essa seção do texto, o retorno para a região, ou seja, a volta para a base teve um significado de continuidade dos trabalhos, de avaliação dos impactos que o trabalho estadual – que não esteve desligado da relação das lideranças com a dimensão local – teve nas bases e de planejamento de outros projetos e articulações. A criação da Rede de Intercâmbio das Mulheres Trabalhadoras Rurais e o fortalecimento de outros grupos em cada uma das regiões¹¹ foi uma das estratégias para a continuidade dos trabalhos, e para fortalecer a leitura sobre os atuais desafios da organização das rurais, seja nos movimentos autônomos ou nos mistos.

A leitura do rompimento como uma etapa de planejamento nos dá elementos para analisar que a experiência do retorno para os trabalhos locais pode promover um redimensionamento do que foi realizado como projeto em âmbito estadual, bem como dar consistência às conquistas que o trabalho de base teve durante a passagem das lideranças pela Federação. De toda forma, é interessante observar como as lideranças carregam como herança do início da militância a importância do trabalho no município e na comunidade. Para Elza Ilza, a base é o que pode dar sustentabilidade para uma liderança e ela também é a possibilidade de dar outro sentido para a ruptura que não seja o da derrota:

O importante são os projetos que você tenta levar até a ponta, acho que a base ela é o essencial de tudo, tá. Na saída da FETAEMG, antes de vim pra FETRAF eu fui para as bases, mas fui de cabeça erguida que

¹¹ As mulheres trabalhadoras rurais criaram ou fortaleceram diversos grupos, associações, ONGs em suas respectivas regiões, como por exemplo, a Escola Família Agrícola Bontempo e o ITAVALÉ (Instituto dos Trabalhadores Rurais do Vale do Jequitinhonha) no Vale do Jequitinhonha; a AMART (Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Tombos) na Zona da Mata, entre outros.

jamais eu quero, que eu jamais sem as bases você não é nada, a base que, a base que é a comunidade, é o município, é que te dá a sustentabilidade. Cê pode ter tudo dentro de uma estrutura, mas se a gente não tiver lá na ponta do alicerce, a gente não consegue avançar e a gente avança na medida em que cê tem a base com a gente. E eu saí de cabeça erguida por isto, não saí ferida, tô sendo real, eu num saí ferida, num saí machucada, porque eu tinha a base comigo. Primeiro, não fiquei, não fiquei, mas não porque a base não queria, pra gente é importante isto (Elza Ilza, FETRAF).

Essa relação com a base, construída com grande esforço e muito trabalho no *caminho das pedras* das lideranças mulheres, é o que possibilita a retomada de um trabalho local consistente e que ainda possa se valer da experiência que o trabalho em âmbito estadual deu para elas:

Acho que foi uma reflexão também na saída das pessoas da FETAEMG, éee, porque as pessoas voltaram pro município e a maioria deles conseguiu estruturar o trabalho lá muito melhor, exemplo de Tombos. Que a maioria às vezes da liderança estava fazendo o trabalho regional e depois essas experiências toda acumulada foi voltada para os municípios. Então a gente imaginou que num foi bom sair, mas de uma certa forma aquele conhecimento contribuiu pra alavancar o trabalho municipal da geração de renda e emprego local, né (Ana Terra, Rede de Intercâmbio).

Isso não significa que esta retomada não tenha sido marcada também por conflitos, dificuldades e inclusive disputas de poder, e realmente, as mulheres continuam empreendendo grandes esforços para a realização de projetos, para estabelecer parcerias, ter acesso à informação, ocupar o espaço dos STTRs e para superar a situação de incerteza que a busca por novos caminhos e horizontes na construção da luta no campo traz.

A partir de nossa análise, entendemos que o retorno para o local deve ser compreendido como um momento de continuidade dos trabalhos, ou seja, um redimensionamento da luta das mulheres trabalhadoras rurais que possibilita que as lideranças possam *ouvir aquelas pessoas, conversar com todos eles*, como nos conta Lia. E nesse contexto, os STTRs continuam sendo espaços importantes que essas lideranças ocupam, disputam projetos e ações e que, portanto, fazem dele

um instrumento de luta, uma vez que têm uma estrutura – construída pelos trabalhadores e trabalhadoras – pelo grande alcance e força na base e pelo que representa na organização dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Compreendendo a força e a importância que o retorno tem na trajetória de luta das lideranças que compuseram a CEMTR, há que se pontuar que o trabalho de base não é o horizonte final para essas lideranças, o que poderia significar isolamento. Aos poucos, elas consideraram a importância de se unir novamente para compartilhar experiências, buscar parcerias, ter acesso à informação de modo a se ligar com forças e numa articulação mais ampla. Construir e organizar a *Rede de Intercâmbio das Mulheres Trabalhadoras Rurais* vem sendo, então, uma tentativa de construir um espaço autônomo para encontro das trabalhadoras rurais e para fortalecimento de propostas e construção de políticas:

Quando você tá numa direção de uma entidade a nível de estado cê tem uma articulação mais a nível de estado, né, ela amplia mais, mas não por isso a gente deixou de trabalhar, com mais dificuldade, mas não deixando as luta, essas conquistas, né, que tem. Então tem um, a gente sentiu uma dificuldade de reunir, de encontrar com outras pessoas do estado, então por isso teve a idéia de ter uma Rede né da gente se encontrar, não ser vinculado a nem uma coisa nem outra, né, nem a CUT, nem... não CUT, mas ter uma Rede das mulheres que trabalha, trabalhadoras rurais onde a gente se encontra, discute os problema, encaminha, né, faz uma parceria, foi muito importante a parceria com o GRAAL (Eva, Rede de Intercâmbio).

Porque, porque a luta, a gente vai construir políticas públicas conhecendo a realidade de cada setor, de cada região, pra gente conseguir ter políticas que vai realmente atender nossa necessidades. Então era uma das coisas né, saber o quê que é, como é que nós temos que fazer, nós num podemos ficar isolada, né. A gente tem que encontrar, aí a gente encontrou apoio no GRAAL, onde a gente começou a fazer as reuniões, que chegamos a conclusão de criar essa Rede, né, de Intercâmbio que tá aí, com toda dificuldade (Margarida de Tombos, Rede de Intercâmbio).

O debate sobre a autonomia das mulheres e de sua organização foi sempre um ponto central e de grande relevância na sua luta (e que para muitas foi o principal

motivo da saída da FETAEMG), de modo que a construção da Rede evidenciou, entre diversos pontos, a importância do grupo ter um nome e uma identidade que proporcionasse sua integração e participação nos cenários de construção de políticas e de luta. Essa autonomia é reiterada pelas mulheres não como uma independência ou negação dos espaços mistos, como por exemplo, os STTRs, mas através da construção de um espaço de formação e de intercâmbio de experiências que qualifique a inserção de suas lideranças nos espaços mistos. Com isso, as mulheres garantem que, mesmo mudando direções, presidentes e o projeto político das organizações mistas, o seu trabalho pode ser mantido, e nesse sentido, instaura-se como objeto de negociação como será essa inserção e como o espaço misto será acionado na parceria com a organização das mulheres. Um exemplo de como essa negociação com o espaço misto pode demonstrar uma capacidade para exercer o poder com autonomia é no exemplo da AMART, uma organização coordenada por uma das lideranças da Rede, a Margarida de Tombos:

Aí a gente cria a AMART que é uma pessoa jurídica pra ter a nossa identidade pra conquistar esses espaços né garantir, porque conquistado ele já estava, garantir os espaços né nos conselhos e também né pra gente pode ter a nossa autonomia que nós chegamos na conclusão que nós tinha que ter a nossa autonomia, não poderia ficar mais só sendo comissão do sindicato, comissão do sindicato, hoje a gente tinha, tem uma diretoria do sindicato que concordava com isso, e se amanhã tivesse uma diretoria que não concordasse? Então vamos criar a nossa autonomia pra fazer a nossa formação (Margarida de Tombos, Rede de Intercâmbio).

Na dinâmica de funcionamento da Rede de Intercâmbio são as experiências locais que qualificam sua agenda e suas estratégias de luta, como por exemplo, a experiência da AMART na Zona da Mata, ou a experiência da Escola Família Agrícola Bontempo no Vale do Jequitinhonha. A construção do Nós nesse grupo está fortalecido pelos trabalhos de base, e portanto, o que costura, une e dá liga entre as diferentes bandeiras e estratégias de organização são experiências que as lideranças acumularam em diversos espaços de participação e, principalmente, na CEMTR. A Rede de Intercâmbio fez, no final de 2005, sua primeira aparição

pública durante um seminário estadual acerca das políticas públicas do MDA para as trabalhadoras rurais. Ao lado de outros movimentos de mulheres do Estado – como o MST, o MMC e a CEMTR da FETAEMG – uma das integrantes da Rede fez uma exposição que abordou a trajetória e a experiência dos movimentos de mulheres nas lutas por reconhecimento, cidadania e acesso às políticas públicas. Nessa mesa que reuniu os movimentos de mulheres, Elza Ilza da Zona da Mata e integrante da Rede, expôs os objetivos de criação do grupo:

Criamos a nossa Rede a partir do momento que entendemos que era preciso criar outro processo quando saímos da FETAEMG. Era importante a gente se encontrar novamente e nos reorganizar.

E ainda indica as estratégias / bandeiras de luta para levarem esse projeto adiante:

capacitação da produção e da comercialização. (...) resgate da nossa auto-estima, ao campo da nossa afetividade, dos nossos direitos sexuais e reprodutivos.

Sobre os lugares que ocupam Elza Ilza diz:

Hoje, enquanto Rede estamos nos Sindicatos, na economia solidária, no Consea debatendo e definido estratégias e ações para a segurança alimentar e trabalhando para construir uma educação do campo. As mulheres integrantes da Rede construíram sua trajetória no Movimento Sindical, onde permanecem (Elza Ilza, Rede de Intercâmbio. Fala retirada do relatório do Seminário Estadual Mulheres Trabalhadoras Rurais nas Políticas Públicas do MDA. Convênio SOF/MDA).

O momento atual desse grupo gira em torno da construção de sua identidade coletiva e política, já que estão empenhadas na reconstrução de novos sentimentos de pertença, na definição de estratégias para mobilizar recursos, na construção de uma cultura política própria, no estabelecimento de redes de solidariedade e na delimitação de um Nós e de um Eles. A construção da identidade, no entanto, não se dá de forma linear e alheia à realidade. Nesse sentido, entendemos com Mouffe (1999) que a identidade é o cenário e objeto de

combates políticos, e a existência social de um grupo se constrói sempre no conflito (p.272). Portanto, a construção da identidade política da Rede de Intercâmbio das Mulheres Trabalhadoras Rurais passa também pela reconstrução do campo do político, que está permeado de relações de poder. Como indica Buarque (2003), a politização das questões de gênero no meio rural aparece pela via identitária e se materializa na bandeira de luta principal do movimento que é o reconhecimento da Identidade de Mulher Trabalhadora Rural. Para além de uma simples estratégia política, a luta por esse reconhecimento identitário aponta que não se sustentam mais representações que priorizem uma ou outra forma de opressão apenas e que as estruturas e instituições nas quais estão inseridas ainda não conseguem avançar nesse debate e tampouco têm transformado significativamente suas práticas.

Sob essa perspectiva, as relações de poder – fundamentais na trama de constituição da identidade política das rurais – deslocam-se do conteúdo exclusivamente de classe, politizando também a opressão de gênero e preenchendo-a de conteúdo político.

Na medida em que entendemos a construção dessa identidade de forma não essencialista, podemos compreender que o movimento autônomo da Rede se constitui a partir de pontos nodais, ou seja, a partir do que une aquelas mulheres naquele momento histórico que são a base para a ação e para a luta feminista. Tomada assim, a identidade política abre a possibilidade para a incorporação de exigências específicas e de *articulação de várias lutas diferentes contra a opressão* (Mouffe, 1996:119). Essa é uma expressão da pluralidade da vida social que não elimina contradições e conflitos que se instalam nos processos de negociação e discussão política, ao contrário, estes são tomados como parte importante para a construção de fronteiras políticas do movimento (Prado, 2002) na experiência de um Nós que tem sua existência social e simbólica questionada e impedida por um Eles (Mouffe, 2005; Prado, 2002).

As lideranças da Rede de Intercâmbio trazem para o debate a construção do espaço dos movimentos mistos como marcados por processos de disputas que

estão baseados em atos sistemáticos de exclusão, deslegitimação e desqualificação da luta das mulheres e, que, portanto, não obedecem a um consenso mínimo que deveria reger o conflito na comunidade política (Mouffe, 2005). A experiência da CEMTR dá subsídios para que essas lideranças façam essa leitura dos processos nos movimentos mistos, e também mostra que a sua sustentabilidade política nesses espaços deve se basear numa articulação de estratégias que estejam para além das reivindicações apenas das mulheres. Em consonância com o exposto, não há, por parte das mulheres, uma proposta de eliminação do conflito do espaço misto, mas há um reconhecimento da necessidade de organização somente entre as mulheres onde, apesar e com as divergências, consegue-se construir processos de fortalecimento de sua inserção nos movimentos mistos. Nesse sentido, parece-nos importante que o espaço do embate foi e é o que possibilita a construção de uma identidade política na delimitação da fronteira Nós x Eles – compreendendo que a experiência de organização das mulheres na CEMTR e na Rede de Intercâmbio mostra que essas fronteiras são construídas em relação ao espaço do MSTTR, na família e nas lutas das políticas. O *Caminho das Pedras*¹² que as lideranças trabalhadoras rurais enfrentam em seu cotidiano de luta aponta que o estabelecimento dessas fronteiras também obedece à pluralidade imposta pela vida social e pelos mecanismos de opressão, e talvez seja por isso que a sua organização traga tantos elementos que apontam conquistas e uma criatividade epistemológica e ética na condução das lutas. Assim, é interessante notar como o *Jeito de Fazer Política*, do qual tratamos anteriormente, traz elementos que reafirmam o lugar e a identidade na qual está centrado o argumento da opressão – de acordo com um dos paradoxos apresentado por Scott (2005), e que é uma tentativa para redimensionar o exercício do poder a partir de um projeto de sociedade e de luta que tem no horizonte uma grande dinamicidade entre as questões consideradas ‘gerais’ e as ‘específicas’ das mulheres. Esse nos parece um esforço contra-

¹² Ressaltamos que as categorias utilizadas na descrição e análise das relações de poder e de construção identitária a partir da experiência da CEMTR se constituem em um terreno sobre qual compreendemos ser possível analisar outras experiências de trabalhadoras rurais, como por exemplo, a Rede de Intercâmbio.

hegemônico no qual as trabalhadoras rurais reconhecem que há necessidade de formação e capacitação em espaços e tempos que permitam que as mulheres se posicionem de forma autônoma diante do poder e da ordem hegemônica. Para Margarida de Tombos a proposta hegemônica

às vezes ela é muito tentadora, né, vem assim sem perceber e as pessoas podem cair, então por isso que eu acho que tem que tá sempre fortalecendo (Margarida de Tombos, Rede de Intercâmbio).

Para construir essas possibilidades, a Rede de Intercâmbio e as suas lideranças, através de suas ações locais e regionais, têm apostado na importância dos trabalhos em torno de bandeiras que reconheçam a importância da trabalhadora rural na unidade familiar, que considerem outros atores fundamentais que são os/as jovens na construção das lutas e das políticas, em processos que empoderem as mulheres no espaço da casa, nos espaços de produção e geração de renda, e nos espaços de participação mistos, com grande enfoque na importância das mulheres ocuparem espaços de decisão e de poder nos movimentos, nos partidos políticos, nas câmaras de vereadores, prefeituras. Com isso, as trabalhadoras rurais não tratam de rechaçar os espaços institucionais como os partidos políticos, os STTRs e o Estado, mas estão empreendendo esforços para transformar as relações de poder nesses lugares (Rueda & Pérez, 2004). Em uma entrevista (Rueda & Pérez, 2004), Mouffe aponta como esta sinergia entre movimentos e espaços institucionais, como partidos e sindicatos, é fundamental para garantir transformações mais radicais, desde que os movimentos e os partidos também se constituam com propostas fortes e bem delimitadas, para evitar cooptações características desses espaços institucionais e mais burocratizados.

Pelo material que levantamos, compreendemos que para a organização das mulheres no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) o espaço misto do MSTTR, por ser representante, segundo elas, do modelo capitalista e patriarcal de sociedade, não é visto como espaço possível de diferenciação e de construção de uma proposta de sociedade compartilhada no movimento. No MMC, as mulheres

ênfatizam a importância das próprias mulheres tomarem as decisões e os rumos do movimento, e não ficar na sombra dos homens como acontece nos espaços mistos:

E aí no Movimento de Mulheres Camponesas a gente tem muito isso, sabe, “porque do movimento autônomo de mulheres”, porque tem muito isso, se afirmar enquanto construtoras, enquanto protagonistas da história, porque qual que é a tendência nesses outros espaços de direção, é a gente ser visto como sombra. Geralmente o quê que acontece? As mulheres se arrebatam de trabalhar e os homens são os os [que aparecem] (Martinha, MMC).

Isso não significa que as mulheres do MMC não enfrentem conflitos e o machismo em outros espaços nos quais elas estão, como por exemplo, na Via Campesina. No entanto, o que as une em torno da Via é um projeto e um sonho de sociedade que, para elas, não é compartilhado no MSTTR. Assim, um grande desafio e que parece ser comum à luta das mulheres nos espaços autônomos como a Rede e o MMC são os enfrentamentos ao lugar em que as mulheres são colocadas quando elas também se propõem a construir propostas para além das particularidades das mulheres. Como veremos na passagem abaixo, a interferência em questões que façam dialogar o geral e o específico significa uma reconfiguração nas relações de poder dentro dos movimentos nos termos de legitimidade para construir a luta. Ao se apropriar de temas estruturantes as mulheres estão dizendo e negociando sua concepção de sociedade e do enfrentamento às diversas formas de opressão:

Enquanto tá lá na luta da saúde, lá na... né... Enfim, tranquilo. Agora quando [entra] mais nessa coisa do geral, aí a disputa é grande, né, porque eles se sentem ameaçados, mas a gente vai tocando, acho que essa construção que é bonita, né, a gente vai construindo novas relações, a gente não tem um objetivo a disputa com os homens, muito pelo contrário, é de unificar, né, a luta que a gente entende que essa luta de classe ela é muito maior. Mas a gente também entende, acredita que sem a libertação das mulheres num há transformação social né enquanto nossos companheiros num entender isso e não contribuir pra que isso aconteça muita coisa pode acontecer, mas fica muita coisa pra trás no sonho de sociedade nova que a gente quer (Martinha, MMC).

Diversos fatores são importantes quando consideramos o debate sobre as diferenças e convergências entre os movimentos autônomos e mistos, como por exemplo, as questões de acesso à informação, acesso à estrutura física e financeira, a burocracia e as diversas instâncias das decisões, os projetos políticos dos grupos, as concepções sobre a articulação de lutas, as disputas e os conflitos, entre outras coisas. Em nosso trabalho, não foi possível aprofundar na dinâmica de organização e de luta do MMC de modo que pudesse subsidiar um debate mais profundo sobre a construção da identidade política através das concepções de poder nesse espaço e como são tratados os conflitos, a diferença e a igualdade. O que podemos afirmar com nossa análise da Rede de Intercâmbio e de nossa aproximação ao MMC é que se faz necessário realizar pesquisas e reflexões sobre os dilemas e os conflitos do poder nos espaços autônomos, ou seja, nos debruçar para compreender como as mulheres reproduzem (ou não) lógicas e formas de socialização e de relações sociais pautadas no modelo patriarcal no qual estamos todas envolvidas, reproduzindo e conflitando, ou ainda em que medida essas relações experimentam novas formas e contornos em espaços específicos de mulheres e quais os impactos disso quando as lutas se dão nos espaços mistos. Todas essas questões nos apontam que uma dicotomização entre movimentos mistos e movimentos autônomos é insuficiente para dimensionar a dinâmica de relações que se estabelecem nesses espaços, as porosidades e as diferenciações existentes, e como isso converge em processos de construção identitária diferenciada e na construção de relações mais democráticas.

Não foi, portanto, nosso objetivo e objeto realizar esta comparação, o que não impede de terminar esse capítulo apontando alguns desafios comuns às organizações das mulheres trabalhadoras rurais que, de maneira alguma, pretende homogeneizar as lutas dessas mulheres do campo, mas apontar, a partir do material analisado, alguns pontos que perpassam os discursos das lideranças de espaços mistos e autônomos.

Dessa forma, há uma compreensão que a luta do povo do campo ainda precisa avançar para se contrapor ao modelo agroexportador e excludente que está

colocado para o país e é nesse sentido que Rosângela fala como deve haver unidade na diversidade para que uma possível articulação de lutas possa realmente instaurar novas relações:

E eu acho importante éee primeiro ter... tem muitas organizações às vezes lá embaixo na base que tem um compromisso muito mais de perto com a causa do povo do que a gente imagina. E aí, às vezes é muito mais fácil fazer uma luta no município lá junto com o sindicato, com o movimento de mulheres, do que pensar numa direção que tá bem longe do movimento. Eu acho que essas coisas a gente tem que respeitar muito. E a gente tem certeza, eu, plena certeza, de que a gente só vai conseguir avançar de fato na luta de classes o dia que a gente conseguir fazer um debate com a sociedade como um todo, com todas as organizações. Senão a gente num vai conseguir alterar em nada a nossa correlação de forças frente a esse poder capitalista que tá aí. (...) Então eu acho que tem muito tema, tem muito o momento, acho que o importante é a gente se respeitar e diferenças temos. Entre nós temos. Mas a gente respeita, ele tem que existir e tem que haver um esforço muito grande de ambas as partes éee na construção de um projeto muito mais além do que o meu umbigo (Rosângela, MMC).

O fato que a luta do povo e em especial a luta das mulheres rurais ainda não está consolidada é um ponto muito importante para compreendermos a atualidade dos desafios enfrentados pelas lideranças nos seus movimentos. O olhar sobre a história, as conquistas e as rupturas na trajetória de organização das mulheres em Minas Gerais permitiu que Raimundinha fizesse uma reflexão do fato que as mulheres foram também reprodutoras de uma hegemonia do poder dos homens, reiterando diversas formas de exclusão e de depreciação contra outras mulheres. Essas exclusões estariam informadas muito mais pelas tendências e campos políticos, o que revela, segundo ela,

que o momento agora é da gente começar a olhar pras contradições aonde a gente tá (Raimundinha, CONTAG).

O que Raimundinha sinaliza como uma contradição é, para Carmen, um reflexo de que muitas novas lideranças não tiveram acesso ao instrumento de formação e capacitação da esquerda dos anos 1980 e, por isso, muitas vezes elas se ligam a determinados campos políticos com pouca autonomia e com grande dificuldade de

se colocarem no processo de discussão e de deliberação políticas, o que resultaria que essas mulheres ficariam a mercê de um campo que as sustenta no sindicato ou na federação que estão. Um ponto de investigação para pesquisas futuras seria, diante disso, compreender como as mulheres – notadamente estas que se ligam a projetos de esquerda – localizaram e realizaram no seu projeto de organização e luta a formação de novas lideranças e em que medida o atual cenário apontado por Carmen pode colaborar para uma auto-reflexão sobre esse ponto.

De toda forma, é preciso considerar nesse cenário o grande esforço que as mulheres ainda precisam fazer nos debates e conflitos dentro de tendências do seu campo político. No contexto de compreender e analisar as contradições, ou talvez as diferenças na organização das mulheres, um exemplo muito importante que revela como a luta das trabalhadoras rurais não está consolidada é a política de cotas. Essa que foi uma bandeira muito importante e uma conquista fundamental para a consolidação da organização das mulheres se tornou um limitador ou uma forma de controle da participação das mulheres, como podemos observar na fala da Carmen:

Esta semana eu disse na reunião da Articulação Sindical que eu faço parte. Nessa disputa de poder em todos os lugares inclusive em outras tendências as mulheres só têm perdido. Cota mínima virou cota máxima, entendeu. Esse lugar sempre foi dos homens e agora arrumaram uma cota mínima que virou cota máxima. Nós estamos perdidas nesse debate interno nas forças políticas. Nós temos pagado um preço muito alto. Eu acho/, eu tenho uma avaliação de que nós ocupamos muitos espaços, mas eu acho que numa dimensão ainda muito pouco daquilo que nós fomos capazes de organizar, daquilo que nós somos capazes de intervir e eu tenho cada dia mais certeza as mulheres pensam o mundo de um outro lugar (Carmen, CNMTR).

Graça sinaliza que o avanço das mulheres deve refletir uma maior união entre elas para além de divergências, e que desvele um silenciamento das mulheres dentro de suas próprias organizações sobre as relações de opressão e de subalternidade que vivenciam nesses espaços. Assim, ela nos convida a refletir como há uma tensão entre defender a sua organização a custo de uma invisibilidade das lógicas

de discriminação que a sustentam e aquilo que pode unir as mulheres de diferentes movimentos:

mas essa coisa não é, não é, não está... resolvido, isso é uma luta. É uma luta muito grande, porque isso é garantir espaço das mulheres. Sabe, quando as mulheres que somos militamos dentro, a gente sabe quê que a gente passa. Agora é claro que de um jeito ou de outro nós avançamos e vamos avançar. Quer goste, quer num goste, quer resmungue, quer se sinta abalado [risos] não tem volta porque é isso mesmo. Agora é assim: eu acho que os movimentos de mulheres e as mulheres que estão no espaço misto ou fora do espaço misto eu acho que a gente precisa tá mais junta. Eu acho que há ainda entre nós um, essa semente da discórdia que os homens semearam muito entre eles e semeiam também entre as mulheres, às vezes a gente assimila. (...) Então às vezes a gente também protege eles lá também e isso cria entre nós algumas dificuldades da gente entender que tanto eu na FETRAF, quanto a companheira na CONTAG, como no MST, como no MPA, ou qualquer movimento, ou as companheiras da CUT, éee, ou de outras Centrais Sindicais ou de outros sindicatos urbanos ou federações ou confederação é de que aonde nós estivermos se tem discriminação todas nós somos discriminadas. Pelo fato de ser mulher não quer dizer que no espaço que a gente tá a gente é recebida de bom agrado, é isso mesmo, elas são boa, ótima, maravilhosa. Não é verdade isso, não (Graça, FETRAF).

Pensamos assim que, se as mulheres de fato experimentam outras formas de olhar e de se relacionar com o mundo e se constatarem que ainda é necessário avançar na sua luta, é preciso compreender em qual contexto o ideal de união entre elas se dá. Pelo material analisado, não se trata de eliminar as diferenças, os conflitos ou o poder, mas de redimensioná-los de modo a construir relações mais democráticas a partir de um horizonte pautado por uma ética compartilhada e de uma forma de ver o mundo que considere que os elementos estruturantes não são apenas macro-sociais, mas que podem ser pensados também a partir de outros pontos como àqueles ligados ao cotidiano, às emoções e às construções identitárias. Horizonte esse que não é uma totalidade universal, mas que reflita um esforço de não reprodução de invisibilidade e de exclusão de atores e de experiências do cenário das lutas por autonomia, emancipação, igualdade e liberdade. De toda forma, um redimensionamento do exercício de poder deve ser

analisado em pesquisas futuras sobre a organização das mulheres trabalhadoras rurais considerando como são administradas as diferenças e como se organizam as hierarquias entre as próprias mulheres e em que medida esse jeito de fazer política pode fazer da diferença e do conflito um propulsor de articular lutas e de mudança social e política.

7. Sobre trajetórias, conquistas e horizontes para a luta

O caminho da pesquisa sobre a trajetória de luta e de organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais revelou como o início de militância dessas mulheres foi muito importante para que elas abraçassem a construção de um projeto político de esquerda e para garantir a entrada delas em diversos espaços de participação política. A passagem pela CEMTR revelou estratégias e vivências que se organizaram em significados sobre o exercício do poder no MSTTR, na família e na sociedade. Esse exercício do poder foi compreendido nessa pesquisa em três aspectos: o Poder como Caminho das Pedras, o Poder como Acesso a Recursos e o Poder como um Jeito de Fazer Política. Nesse ponto, consideramos central a idéia de que o Jeito de Fazer Política não está restrito a uma essencialização de características historicamente conferidas às mulheres, mas uma reapropriação de sua experiência social através da construção de um projeto de sociedade e de exercício do poder eticamente e epistemologicamente orientados. Isso revela uma dinamicidade da relação igualdade-diferença (Scott, 2005) que as trabalhadoras rurais criativamente experimentam nas suas lutas e no cotidiano.

Todo o acúmulo na organização das trabalhadoras rurais foi refletido nas formas organizativas e nas conquistas que elas protagonizaram e na amplitude que os seus trabalhos alcançaram desde as comunidades rurais, passando pela organização no Estado e no âmbito nacional. A saída do espaço da Federação pode ser avaliada atualmente como uma etapa de reflexão sobre como as mulheres construíram e colaboraram ou não para a sustentabilidade política do seu projeto. Ao mesmo tempo em que é sofrimento, a ruptura confere outros significados para o trabalho local e para as possibilidades de outras articulações estaduais, como vem sendo os esforços atuais da Rede de Intercâmbio.

Assim, a trajetória política das lideranças revela como a construção da identidade política (Prado, 2002) está marcada por construções e re-construções de discursos que se alteram ao longo do tempo de acordo com os contextos

históricos e das identificações estabelecidas em torno de um Nós versus um Eles (Prado, 2002; Mouffe, 2005). Essa unidade, que não é fixa e que se estabelece por pontos nodais (Mouffe, 1999), é capaz de redefinir estratégias, ações, bandeiras de luta e conformar a maneira de localizar e discursar sobre os antagonismos. A organização de um Nós foi possível a partir de uma construção cognitiva e afetiva na qual os adversários puderam ser reconhecidos e combatidos de acordo com as ferramentas políticas e identitárias acionadas por elas ao longo da história. Dessa forma, vimos que a identidade política das mulheres também se redefiniu em função de suas conquistas, dos retrocessos e fraturas vivenciados e de acordo com as contra-reações vindas do setor conservador da Federação, dos homens cutistas, da família, do Estado, dos latifundiários. O caráter dinâmico e o movimento não homogêneo produzidos nesse processo de construção da identidade puderam ser apreendidos através da lente feminista de analisar a trajetória das trabalhadoras rurais pelas relações do público-privado e de igualdade-diferença. Isso foi especialmente importante para localizar mecanismos de subalternização, inferiorização e também as suas possibilidades de subversão em favor da ação e da estratégia de luta nos âmbitos de participação política. Vimos, também, que o espaço da participação política reflete e corrobora uma cultura política reproduzida nas relações familiares, na Igreja e em outras instituições sociais. Neste sentido, a trajetória de luta das lideranças e todo o contexto político, social, cultural e simbólico produzido pela sua inserção no MSTTR revelam a força e a capilaridade das ações que construíram, a reconfiguração da agenda política e das formas organizativas do movimento, a interferência na formulação e no acesso às políticas públicas, e os impactos nas vidas pessoais que a participação proporcionou.

Faz-se necessário, portanto, ampliarmos as discussões e pesquisas dentro da Psicologia Social e em diálogo com outras áreas de conhecimento que tratem de temáticas sobre a participação social e os movimentos sociais rurais. Nosso trabalho apontou como o aspecto do exercício do poder em diferentes articulações de mulheres trabalhadoras rurais deve ser um ponto de investigação e de aprofundamento para localizarmos o quadro de referência que informa as ações

das mulheres, e em que medida ganha materialidade o projeto de construir relações de poder menos desiguais e eticamente orientadas.

Ao olhar para o percurso dessa pesquisa, salta aos olhos a força de construção que reside nas possibilidades que só essas mulheres puderam criar para seguir suas trajetórias. O tecer da rede de trajetórias se iniciou com um convite que, ao longo do trabalho, tornou-se também objeto de apropriação e de reflexão epistemológica e política do fazer científico. Assim, ela proporcionou uma auto-reflexão sobre as relações entre pesquisadora e campo, entre ciência e saber popular e sobre as possibilidades de construção conjunta de conhecimento. A pesquisa também se revelou motivadora de saudades, de encontros, de resgates e avaliações que sinalizam para a importância deste relatório de pesquisa ser apropriado e discutido pelas mulheres. Quem sabe assim, criamos espaços-tempos de reflexão e ação conjunta que possam, sem a pretensão de dissipar tensões e diferenças, sugerir caminhos, resgatar projetos e sonhos, cultivar e tecer outros para que essas lideranças possam ver reveladas sua coragem, sua ousadia e a sua efetiva contribuição para a luta das mulheres. Quem sabe assim, possamos compartilhar nossa leitura de que todas as tentativas de desqualificá-las, derrotá-las e desarticulá-las revelam a fraqueza e o atraso de manifestações contemporâneas do patriarcado, mas que podem ser a condição de possibilidade para a articulação de estratégias que buscam se contrapor a essa ordem hegemônica. Quem sabe assim, construímos projetos eticamente orientados para a igualdade, a liberdade e o respeito às diferenças para tornar a utopia de eliminar essas expressões que subalternizam e oprimem em uma realidade, não para um futuro próximo, e sim, para um presente ampliado.

Referências Bibliográficas

- AGOSTINI, Márcia. *Trabalho Rural e Produção Familiar em Centenário: Trajetórias e Perspectiva*. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, UFRJ, Rio de Janeiro.
- ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de & PIMENTEL, Carlos Eduardo. Uma aproximação semântica aos conceitos de urbano, rural e cooperativa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol.20, no.2, p.175-182, ago, 2004.
- ALBUQUERQUE, Francisco José Batista. Psicologia social e formas de vida rural no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. vol.18, n.1, pp.037-042, jan-abr, 2002.
- ANDRADE, Arlete Fonseca de. *Cana e crack: sintoma ou problema?: um estudo sobre os trabalhadores no corte de cana e o consumo do crack*. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Departamento de Psicologia Social, PUC-SP, São Paulo.
- ANDRADE, Marcia Regina de Oliveira. *A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra*. 1998. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas.
- ARAÚJO, Maria de Lourdes Góes. *Sofrimento psíquico e seca: drama de existência, de gênero e de classe*. 2000. 120p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - UFC, Fortaleza.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência e Gênero em debate. *II Seminário Internacional Enfoques Feministas e o século XXI Feminismo e Universidade na América Latina*. Notas de palestra. UFMG, Belo Horizonte, 2008.
- BARSTED, Leila de Andrade Linhares Barsted. *Em busca do tempo perdido: Mulher e políticas no Brasil 1983-1993*. Disponível em: www.portalfeminista.org.br acessado em 12/2005. s/d.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Introdução. Vol.1 Fatos e Mitos. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.
- BEDIA, Rosa Cobo. Gênero. IN: *10 palavras chave sobre Mujer*. AMORÓS, Celia (org). Estella: Editorial Verbo Divino, 2000.
- BLACKWELL, Maylei and NABER, Nadine. Interseccionalidade em uma era de globalização: as implicações da Conferência Mundial contra o Racismo para práticas feministas transnacionais. *Rev. Estud. Fem.* vol.10, no.1, p.189-198, 2002.
- BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. *Rev. Estud. Fem.* vol.12, no.1, p.289-302, 2004.
- BRAIDOTI, Rosi. Gênero y posgénero: ¿el futuro de una ilusión? IN: BRAIDOTI, Rosi. *Feminismo, Diferencia Sexual y Subjetividad Nómada*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004, Cap.6, pp. 131-149.

- BUARQUE, Cristina. *A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo*. Texto preparado para o Seminário Internacional: Gênero no Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, realizado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Banco Mundial e Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Natal, 2003.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CALADO, Aurélio Sérgio Costa & SANTOS, Sarah Maria Monteiro. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais. *São Paulo em Perspectiva*. 17(3-4), p. 115-124, 2003.
- CAMPICI, Carmella P. F.; PRADO, Marco Aurélio M.; PIMENTA, Sara. D. Identidade coletiva e política na trajetória de organização das trabalhadoras rurais de Minas Gerais: para uma psicologia política das ações coletivas. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte PUC Minas, v.10, n.16, p.181-348, dez, 2004.
- CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. IN: *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. ABRAMO, H. & BRANCO, P.P.M. (org). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005a.
- CARNEIRO, Maria José. Apresentação. IN: *Identidades Sociais Ruralidades no Brasil contemporâneo*. Roberto José Moreira (org.). Rio de Janeiro: DP&A. 2005b, p.7-13.
- CASTRO, Mary G. & LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. IN: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1992, pp.216-251.
- CHAUÍ, Marilena. Prefácio. IN: SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. *Além das secas e das chuvas os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no sertão central de Pernambuco*. 2004, 235p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Departamento de Psicologia da PUC-SP.
- DEERE, Carmen Diana. Os Direitos da Mulher à Terra e os Movimentos Sociais Rurais na Reforma Agrária Brasileira. IN: *Revista Estudos Feministas*. v.12 n.1. Florianópolis: UFSC, 2004, p.175-204.
- DIAS, Wilka Coronado Antunes. *Vidas construídas na terra: o ir e vir de trabalhadores rurais*. 1999. 134p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia. USP, São Paulo.
- DRUMMOND, Daniel Marinho. *Liberdade e realização da pessoa numa comunidade tradicional: um estudo fenomenológico*. 2002. 225p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, UFMG, Belo Horizonte.

- FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores. Os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.21, n.62. pp.27-44, 2006.
- FERREIRA, Bernardo. *O risco do político Crítica ao liberalismo e teoria política no pensamento de Carl Schmitt*. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2004.
- FERREIRA, Karla Patrícia Martins. *Ficar ou partir? Afetividade e migração de jovens do sertão semi-árido cearense*. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, UFC, Fortaleza.
- FLICK, U. Entrevistas semi-estruturadas. IN: FLICK, U. *Uma introdução à Pesquisa Qualitativa*. Trad. S. Netz. Porto Alegre: Bookman, 2004. Cap 8, p. 89-108.
- GARCIA, Verónica Vázquez. Género, Medio Ambiente y Desarrollo sustentable: algunas reflexiones. IN: GARCIA, Verónica Vázquez (coord.) *Género, sustentabilidad y cambio social en el México Rural*. Colección Desarrollo Rural y Género. México: Colegio de Postgraduados en Ciencias Agrícolas, 1999. pp.65-92.
- GOMES, Maria Judith Magalhães. *Estudo sobre a consciência política dos técnicos da extensão rural em assentamentos do Estado de São Paulo*. 2003. 156p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Departamento de Psicologia Social. PUC-SP, São Paulo.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.
- GUIMARÃES, Magali Costa. *Só se eu arranjasse uma coluna de ferro pra agüentar mais...* contexto de produção agrícola, custo humano do trabalho e vivências de bem-estar e mal-estar entre trabalhadores rurais. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) - Departamento de Psicologia. Universidade de Brasília, Brasília.
- HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), Campinas-SP, 1995, p.07-41.
- KLANDERMANS; STAGGENBORG & TARROW. Blending Methods and Building Theories in Social Movements Research. IN: KLANDERMANS & STAGGENBORG. *Methods of Social Movement Research*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.
- KUUMBA, M. Bahati. *Gender and Social Movements*. Oxford: Altamira Press, 2001. 188p.
- LARA JUNIOR, Nadir. *A mística no cotidiano do MST: a interface entre religiosidade popular e política*. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Departamento de Psicologia Social. PUC-SP, São Paulo.

- LEITE, Jader Ferreira. *Produção de subjetividade em trabalhadores rurais na condição de luta pela terra no Rio Grande do Norte*. 2003. 134p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia. UFRN, Natal.
- LIMA, Alexandre Bonetti. *Era uma vez...Algumas histórias: as versões sobre o MST do Pontal do Paranapanema em dois jornais diários*. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Departamento de Psicologia Social. PUC-SP, São Paulo.
- MACHADO, Clarisse Carvalho Leão & PRADO, Marco Aurélio M. Reconfigurações identitárias e estratégias políticas da Rede de Intercâmbio de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Minas Gerais: uma contribuição da psicologia social e política para a análise dos movimentos sociais. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*. v.1. 1-21p, 2006.
- MACHADO, Frederico Viana & PRADO, Marco Aurélio M. Movimentos Homossexuais: A Constituição Da Identidade Coletiva Entre a Economia e a Cultura. O Caso de Dois Grupos Brasileiros. *Interações*. Vol.X, n.19, p.35-62, 2005.
- MACHADO, Frederico Viana. *Muito além do arco-íris*. A constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de pós-graduação em psicologia. Belo Horizonte: UFMG.
- MAGALHÃES, Manuela de Sousa & PRADO, Marco Aurélio M. Movimentos autônomos e mistos: gênero e identidade coletiva em movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. *VII Encontro Latinoamericano de Sociologia Rural*, 2006, Quito. Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural - La Cuestión Rural en América Latina: Exclusión y Resistencia Social Por un agro con soberanía, democracia y sustentabilidad, 2006.
- MAGALHÃES, Manuela de Sousa. *Relações de Gênero e Identidade Coletiva no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Minas Gerais: Redefinição identitária e possibilidades articulatórias nas lutas por autonomia e emancipação*. 1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Redações e Trabalhos científicos monográficos vencedores. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República, 2006.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, Priscilla de Oliveira; TRINDADE, Zeidi Araújo; ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 16(3), pp.555-568, 2003.
- MAY, Tim. Pesquisa documental: escavações e evidências. IN: MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Carlos Alberto Soares (trad.). São Paulo: Artmed Editora. 3ª Edição, 2004. 205-230p.
- MAYORGA, Claudia & MAGALHÃES, Manuela de Sousa. Feminismo e as lutas pelo aborto legal ou por que a autonomia das mulheres incomoda tanto? IN: MAIA,

- Mônica Bara (org.) *Direito de Decidir: múltiplos olhares sobre o aborto*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. pp.141-170.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 4, pp.50-65, 1995. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quatro/leo4.htm> Acessado em 5 de junho de 2008.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. IN: CHEVITARESE, André Leonardo (org). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. pp.151-181.
- MELO, Silvana Cláudia de Figueiredo. *Velhice e satisfação de vida em uma cidade rural*. 2001. 124p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia. UFPB, João Pessoa.
- MENDES, José Manuel de Oliveira. Uma localidade da Beira em protesto: memória, populismo e democracia. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*: Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003. pp.201-247.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo - Rio de Janeiro: HUCITEC - ABRASCO. 269p, 1999.
- MOUFFE, Chantal. Hegemony and New Political Subjects: toward a new concept of democracy. IN: MOUFFE, C. & LACLAU, E. *Marxism and interpretation of culture*. Chicago: Illinois Press, 1988. 89-103p.
- MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- MOUFFE, Chantal. Politics and The Political. IN: MOUFFE, C. *On the Political Politics and the political*. London and New York: Routledge, 2005. Cap.2. pp.8-34.
- MOUFFE, Chantal. Por uma política da identidade nômade. *Debate Feminista*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1999.
- NARITA, Stella. *Estudo dos processos psicossociais que motivam um grupo de trabalhadores à participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra no Pontal do Paranapanema- SP*. 2000. 1006p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia. USP, São Paulo.
- NOVAES, Regina Reyes.. Três mulheres de luta: notas sobre campesinato e Reforma Agrária no Brasil. IN: CHEVITARESE, André Leonardo (org). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. pp.151-181.
- PALMERO, Maria José Guerra. *Teoría Feminista Contemporânea*. Madrid: Editorial Complutense, 2001.
- PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*. v.12 n.1. Florianópolis: UFSC. p.229-252, 2004.

- PETIT, Cristina Molina. Ilustración. IN: AMORÓS, Celia (org). *10 palabras clave sobre Mujer*. Estella: Editorial Verbo Divino, 2000.
- PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. *Trajetórias na Terra: Sociabilidades, gênero e identidades coletivas no Projeto de Reforma Agrária Aliança*. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, UFMG, Belo Horizonte.
- PIÑEIRO, Diego. *En Busca de la Identidad. La acción colectiva en los conflictos agrários de América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Clacso. 352p, 2004.
- PIÑEIRO, Diego. La construcción de la identidad de la acción colectiva en el campo latinoamericano. IN: ALASRU. *Análisis latinoamericano del medio rural*. Movimientos sociales en América Latina. n.2, 2005.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. IN: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempo; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. pp.127-150.
- PORTELLA, Ana Paula, SILVA, Carmem e FERREIRA, Simone. *Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar*. Recife: SOS CORPO – Gênero e Cidadania, 2004.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo. Da Mobilidade social á constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*. V 8, n. 11, jun. Belo Horizonte, 2002. p. 59-71.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo. Psicologia Política e Direitos Humanos: tensões da relação indivíduo e bem comum. IN: GUERRA, A.M.C.; KIND, L., AFONSO, L. & PRADO, M.A.M. (orgs.) *Psicologia Social e Direitos Humanos*. Belo Horizonte: Edições Campo Social, 2003.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo. Fronteiras negadas. Contribuições da Psicologia Política para a compreensão das ações políticas. IN: MAYORGA, Claudia & PRADO, Marco Aurélio M. (orgs.). *Psicologia Social. Articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. pp.99-111.
- ROBNETT, Belinda. *Reflexivity Processes, and Collective Identity in Social Movement Organizations*. University of Califórnia, s/d.
- RUA, Maria das Graças e ABRAMOVAY, Miriam. *Companheiras de luta ou coordenadoras de panelas? As relações de gênero nos assentamentos rurais*. Brasília: UNESCO. 348 p, 2000.
- RUBIO, Blanca. *La cuestión rural en América Latina : resistencia y exclusión social*. Convocatória do VII Congresso Latinoamerica de Sociología Rural. Quito. 2006
- RUEDA, Zoraida & PÉREZ, Luisa Ortiz. *Partidos políticos: ¿quién es quién?* Entrevista com Chantal Mouffe. Sección: Sociedad. UNP No.58, 2004. Disponível em: <http://unperiodico.unal.edu.co/ediciones/58/05.htm> Acessado em 27 de março de 2008.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. *"Ainda precisamos avançar": os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em SC*. 2004. 179p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, UFSC, Florianópolis.

SANDOVAL, Salvador. Falando sobre temas de Psicologia Política. Entrevista com Salvador Sandoval. *Psicologia Argumento*. Entrevista realizada por Andréa Fernanda Silveira. Curitiba, v.22, n.39. p.11-15, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa & João Arriscado NUNES. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003. Introd. p.25-68.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n.63, p.237-280, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

SANTOS, Maria Augusta Costa dos. *Tornando-se um Assentado Rural do MST: uma análise psicossocial das idas e vindas do homem do campo*. 2005. 123p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Departamento de Psicologia Social. PUC-SP, São Paulo.

SAUTU, Ruth; BONIOLO, Paula; DALLE, Pablo; ELBERT, Rodolfo. *Manual de metodologia: constitución del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO. 192p, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação & Realidade*. Jul./dez. Porto Alegre, 1995. p.71-99.

SCOTT, Joan. O Enigma da Igualdade. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 13(1): 11-30, janeiro-abril, 2005.

SILVA, Alessandro Soares. *Acampados no "Carlos Mariguela": um estudo sobre a formação da consciência política entre famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema – SP*. 2002. 222p. Dissertação

(Mestrado em Psicologia Social) – Departamento de Psicologia Social, PUC-SP, São Paulo.

SILVA, Cristiani Beretta da Silva. Relações de gênero e subjetividades no devir MST. *Rev. Estud. Fem.* vol.12, no.1, p.269-287, 2004.

SILVA, Marcos Vieira. *Processo Grupal, Afetividade, Identidade e Poder em Trabalhos Comunitários: paradoxos e articulações*. 2000. 1021p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Departamento de Psicologia Social, PUC-SP, São Paulo.

SMITH, Anna Marie. Rastafari as resistance and the ambiguities of essentialism in the 'New Social Movements'. IN: LACLAU, Ernesto (ed.). *The Making of Political Identities*. London: Verso, 1994. pp.171-204.

SOUZA, Márcia Santos de. *Representações Sociais e Etnia: um retrato interdisciplinar de escola agrícola*. 2004. 287p. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - UFSC, Florianópolis.

TEJERINA, Benjamin. Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: los caminos de la utopia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, volume 72, 67-97, 2005.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. *Rev. Estud. Fem.* vol.9, no.1, p.103-130, 2001.

TRIGO, Rosa Amalia Espejo. *Cefuria - militância e paixão: um estudo sobre a processualidade do sujeito político em contexto de formação*. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Departamento de Psicologia Social, PUC-SP, São Paulo.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. IN: CARDOSO, Ruth. (Org.). *A Aventura Antropológica*. Teoria e pesquisa. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.107-125.

Documentos Consultados

CEMTR-FETAEMG. *Profissão: trabalhadora rural mulher cidadã*. Cartilha do movimento. 2ª Edição. Belo Horizonte, s/d.

CEMTR-FETAEMG. *Quantas mulheres você é? Vamos juntar os pedaços mulher?* Cartilha do movimento. Belo Horizonte, s/d.

CEMTR-FETAEMG. *Regimento Interno da Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais*. Belo Horizonte, s/d.

CEMTR-FETAEMG. *Trabalhadoras Rurais. Sua vida, seu trabalho, sua organização e lutas*. Cartilha do movimento. Belo Horizonte, s/d.

CEMTR-FETAEMG. *Conhecendo nossos direitos. Trabalhadoras Rurais*. Cartilha do movimento. Belo Horizonte, 1993.

CEMTR-FETAEMG & CEDEFES. *Mulheres trabalhadoras rurais: organização e luta pela reforma agrária em Minas Gerais*. Apresentação no seminário realizado no auditório da casa do movimento popular, Contagem, 1999.

CEMTR-FETAEMG & Movimento do GRAAL no Brasil. *Ser Mulher*. Refletindo sobre nossa saúde. Cartilha do movimento. Belo Horizonte, 2000.

CNBB. *As comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil*. 7ª Reunião Ordinária Conselho Permanente. Brasília, 1982. Disponível em: http://www.cnbb.org.br/documento_geral/LIVRO%2025-AS%20COMUNIDADES%20BRASIL.pdf Acessado em 2 de junho de 2008.

Conselho Estadual da Mulher & EMATER. *Relatório do 1º Encontro Mineiro da Mulher Rural*. Belo Horizonte, 1984.

CONTAG. *Anais do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília, 1979.

CONTAG. *Anais do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Brasília, 1985.

CONTAG. *CONTAG. Nossa luta, nossa história*. Brasília, 2000.

CONTAG. *A mulher e o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais*. Trajetória de lutas. Brasília, 2002.

FETAEMG. *Relatório da Reunião da Comissão de Trabalho sobre a Trabalhadora Rural*. Belo Horizonte, mimeo, 1989.

FETAEMG. *Relatório do 1º Encontro Estadual das Dirigentes Sindicais*. Belo Horizonte, mimeo, 1989.

FETAEMG. *FETAEMG 30 Anos de Luta*. Belo Horizonte, 1998.

MDA/SOF. *Trabalhadoras Rurais: cidadania e acesso às políticas públicas, do Seminário Estadual: Mulheres Trabalhadoras Rurais nas Políticas Públicas do MDA*. Seminário realizado pelo convênio MDA/SOF. Retirado do relatório da consultora deste convênio Sara Pimenta, 2005.

MMC Brasil. *Panfleto*, s/d.

MOREIRA, Frei Gilvander. *Comunidades Eclesiais de Base – CEBs*. Um jeito muito antigo de participar com fé, politicamente. s/d. Disponível em: <http://www.igrejadocarmo.com.br/textosgilvander/CEBs%20Gilvander%20sobre%20o%20ONZINHO.htm> Acessado em: 2 de junho de 2008.

Movimento do GRAAL no Brasil. *Relatório dos Encontros com as Mulheres Trabalhadoras Rurais (Vale do Jequitinhonha, Zona da Mata, Noroeste, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Norte de Minas, Vale do Rio Doce)*. Belo Horizonte, 2004.